Âncoras e Fuzis
Corpo de Fuzileiros Navais

Ano XXIV • Nº 53 • 2022 • Nº 10 publicada pelo CDDCFN • ISSN 2177-7608

DESAFIOS DO GRUPAMENTO OPERATIVO DE FUZILEIROS NAVAIS

PARA ATENDER AO AMPLO ESPECTRO DO COMBATE

Cadastre-se.
É de graça!

AMNnaREDE

abrigodomarinheiro

www.abrigo.org.br

AMN 100 ANOS

Apoio:

MARINHA DO BRASIL

Palavras dos Comandantes

Almirante
Campos Mello

Almirante Lemos

Caro leitor,

Começa uma nova derrota para a nossa tradicional Revista ***Âncoras e Fuzis***. Esta nova edição aborda "Desafios do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais para atender ao amplo espectro do Combate" e vem em busca do conhecimento afeto as lides da guerra anfíbia.

Mais uma vez, nosso periódico se reinventa e passa por mais uma mudança no seu Timão. Saudamos o Almirante Lemos que passa a ditar a voga nesta gloriosa Nau. Mais do que uma mudança de rumo, esta passagem deve representar uma renovação. Como ocorreu na última edição, por dever de justiça, nós os Comandantes devemos escrever essas palavras iniciais a quatro mãos, eu Almirante Campos Mello, que passo a Cana do Leme, e eu Almirante Lemos, que passo a empunhá-la.

Demos prosseguimento ao árduo trabalho de manter o nível de excelência da ***Âncoras e Fuzis***, os artigos estão perscrutando aspecto propositivo e investigativo sobre as fronteiras do conhecimento dentro do "tema de capa" já citado. As seções já consagradas, como a *Doutrina em Evolução* que procura atualizar o leitor quanto aos manuais e outros documentos recém editados e que trazem novidades sobre os assuntos; a seção *Foi Destaque na* ***Âncoras e Fuzis*** relembra matérias editadas no passado desse nosso periódico; a seção *Artigos em Destaque* investiga outras matérias relevantes em outras revistas; a seção *Conhecendo Quem Conhece* dá destaque aos militares que realizaram intercâmbios, cursos e estudos de especial relevância para o conhecimento de interesse dos FN; e o *Decida,* nosso exercício mental no nível tático de condução dos conflitos. Com este espírito passamos o bastão.

Árdua foi a missão de erigir essa excelência, árdua também será a missão de dar-lhe continuidade. Missão que longe de ser um fardo, assumimos com alegria e espírito renovado, num novo ciclo, porém consolidando aquilo que já se conquistou e mirando novos horizontes.

Cônscios da aceitação da ***Âncoras e Fuzis***, nossa equipe retoma os trabalhos trazendo as informações que sempre a distinguiram e os desafios de pensar coisas novas para o CFN.

Prezado leitor, a equipe editorial da ***Âncoras e Fuzis*** não pretende ser a palavra final nas discussões sobre os assuntos que aborda, muito pelo contrário, pretende desafiar a sua curiosidade nesses temas, ao mesmo tempo em que aguarda suas sugestões e críticas, que podem ser enviadas para edson@marinha.mil.br; raissa.*alencar@marinha.mil.br e ananias.santos@marinha.mil.br* de forma a podermos aperfeiçoar cada vez mais nosso produto trazendo uma revista mais focada nos interesses do nosso estimado público.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

ADSUMUS!

Expediente

Nossa Capa

O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) vem colecionando cada vez mais novos desafios para fazer face aos amplo espectro do combate, seja na Guerra Híbrida; na Informacional; na Assistência Humanitária; nas Operações de Paz e Multinacionais; indo até o Combate Fluvial; e, muitas vezes, precisando fazer face a vários deles ao mesmo tempo. Pensando nisso, nossa capa tenta simbolizar ao centro o próprio GptOpFuzNav rodeado de vários desafios. Dentre eles: atuar sobre as dimensões humana, informacional e física do combate; participar em arranjos internacionais de forças; estar apto ao combate fluvial; combater em alta intensidade; garantir a operação de porto; estar apto para a guerra informacional; participar na defesa de instalações sensíveis, inclusive brindando cobertura aérea; e realizar ações de polícia. Logicamente os desafios não se restringem a esses exemplos, todavia já nos permite vislumbrar essa ampla gama e a importância que estão ganhando para o GptOpFuzNav.

A Revista

A Revista ***Âncoras e Fuzis***, desde a edição nº 42, passou a adotar o Acordo Ortográfico de 1990, com base no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, editado pela Academia Brasileira de Letras - Decretos números 6.583, 6.584 e 6.585, de 29 de setembro de 2008.

Distribuição Gratuita

Ano XXIV • Nº 53 • 2022 • ISSN 2177-7608 • **Nº 10 publicada pelo CDDCFN**
Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais
Rua Magno Martins, S/Nº - Ilha do Governador - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 21911-000

Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais
Carlos Chagas Vianna Braga
Almirante de Esquadra (FN)

Comandante do CDDCFN
Roberto Lemos
Contra-Almirante (FN)

Imediato do CDDCFN
Dirlei Donizette Côdo
Capitão de Mar e Guerra (FN)

Editor-Chefe
Edson de Oliveira
Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN)
edson@marinha.mil.br

Editor-Adjunto
Raíssa Maria de Sousa Alencar
Primeiro-Tenente (RM2-T)
raissa.alencar@marinha.mil.br

Editor-Assistente
Raíssa Maria de Sousa Alencar
Primeiro-Tenente (RM2-T)
raissa.alencar@marinha.mil.br

Revisão
Raíssa Maria de Sousa Alencar
Primeiro-Tenente (RM2-T)
raissa.alencar@marinha.mil.br

Revisão Bibliográfica
Primeiro-Tenente (RM2-T)
Luisi Maria Costa de Oliveira

Projeto Gráfico
Agência 2A Comunicação

As opiniões emitidas nos artigos deste periódico são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, o pensamento ou atitude do Corpo de Fuzileiros Navais ou da Marinha do Brasil, a não ser que assim esteja expressamente declarado. Todos os trabalhos aqui publicados são de caráter gratuito. É permitida a reprodução total ou parcial das matérias. Solicita-se a citação da fonte e a remessa de um exemplar da publicação.

Sumário

5 CARTAS DOS LEITORES

6 A DOUTRINA EM EVOLUÇÃO

10 ARTIGOS

10 Ameaças Híbridas e Guerras Híbridas – uma breve análise aplicada aos conflitos russo-ucranianos de 2014 e de 2022

17 As Operações de Informação e os Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav)

22 O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais na Assistência Humanitária

31 Proteção de Instalações de Interesse do Poder Naval - As peculiaridades na segurança das instalações do Programa Nuclear da Marinha

37 O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais na Garantia da Lei e da Ordem – O emprego no Controle de Distúrbios

41 As ações de Combate Fluvial pela Marinha do Brasil nas operações contra crimes transnacionais

49 Desafios contemporâneos e perspectivas para o desdobramento de tropas em missões de paz sob a égide das Nações Unidas

55 Forças Anfíbias Combinadas: o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais em operações multinacionais

61 Análise do Conflito entre Rússia e Ucrânia

71 As Interações Estratégicas Russa-Ucraniana e o Conceito Operacional da Resistência

77 Considerações Operacionais e Táticas sobre o emprego da Estratégia A2AD *(Anti-Access and Area Denial)* para a defesa da Amazônia Azul

82 O Processo de Planejamento 7 Question Estimate e a SACEM-A: Estruturas para o Pensamento Analítico

85 FOI DESTAQUE NA *ÂNCORAS E FUZIS*

87 ARTIGOS EM DESTAQUE

91 CONHECENDO QUEM CONHECE

94 PROGRAMA DE INCENTIVO À LEITURA DO CFN

94 DESTAQUE EM MONOGRAFIA DA ESCOLA NAVAL

95 PORTFÓLIO DE PRODUTOS DO CDDCFN

96 DECIDA Nº53: APOIO DE SERVIÇOS AO COMBATE (SOLUÇÃO PROPOSTA)

97 DECIDA Nº54: OPERAÇÕES DE GLO

Embaixador
LUCIANO OZÓRIO ROSA

De: "ozoriorosa" <ozoriorosa@uol.com.br>
Para: "cgcfn comsoc" <cgcfn.comsoc@marinha.mil.br>
Enviadas: Sexta-feira, 12 de agosto de 2022 12:18:28
Assunto: Revista Âncoras e Fuzis

Para o Exmo. Senhor CA Luis Manuel de Campos Mello,
Comandante do Desenvolvimento Doutrinário do CFN

Regressando de viagem ao exterior encontrei exemplar do nº 52 da revista Âncora e Fuzis acompanhado de seu amável bilhete, com generosas palavras sobre minha modesta contribuição, que muito agradeço. Com os votos de contínuo sucesso em sua estratégica missão no comando do CDD e recordando sempre os valores que me foram incutidos quando me capacitei como Oficial da Reserva - CFN -da MB, meus mais vivos cumprimentos.
Adsumus!

Luciano Ozório Rosa, Embaixador

Almirante de Esquadra
ALMIR GARNIER SANTOS

Almir Garnier Santos
Almirante de Esquadra
Comandante da Marinha

Brasília, DF, 27 de abril de 2022.

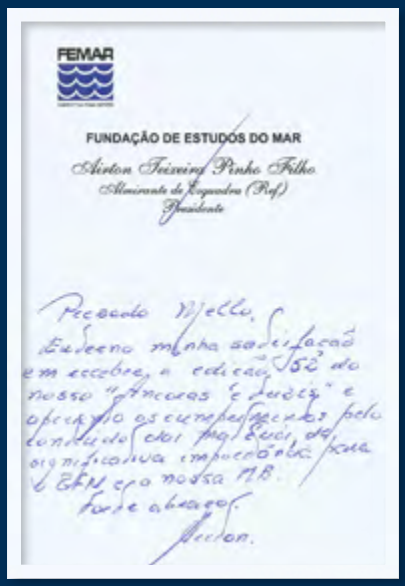
Prezado Campos Mello,

Agradeço a gentileza pelo envio do exemplar nº 52 da Revista "Âncoras e Fuzis" e apresento meus cumprimentos.

Forte abraço!

ALMIR GARNIER SANTOS
Almirante de Esquadra
Comandante da Marinha

Almirante de Esquadra
AIRTON TEIXEIRA PINHO FILHO


FEMAR
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DO MAR
Airton Teixeira Pinho Filho
Almirante de Esquadra (Ref)
Presidente

Prezado Mello,
Fico em minha satisfação em receber a edição 52 do nosso "Âncoras e Fuzis" e oferecer os cumprimentos pelo conteúdo da publicação, de significativa importância para a EFM e a nossa MB.
Forte abraço.
Airton.

Almirante de Esquadra
ANDRÉ LUIZ SILVA
LIMA DE SANTANA MENDES

André Luiz Silva Lima de Santana Mendes
Almirante de Esquadra

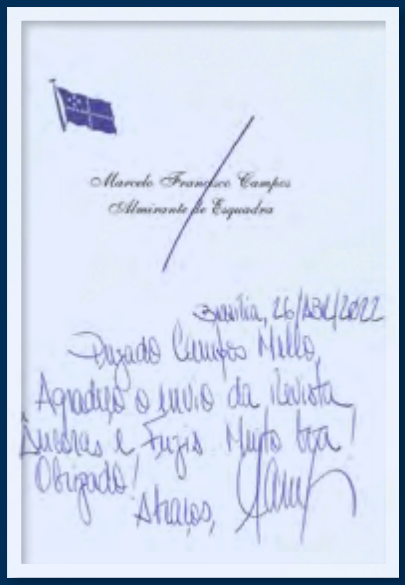
Brasília, 09 de maio de 2022.

Com satisfação, recebi e agradeço o envio de exemplar da edição nº 52 "Âncoras e Fuzis".

Atenciosamente,

André Luiz Silva Lima de Santana Mendes
Almirante de Esquadra

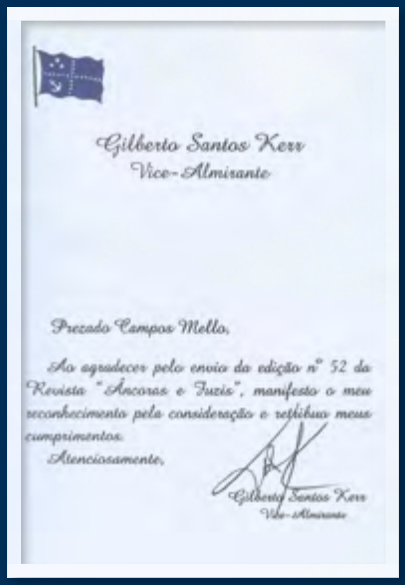
Almirante de Esquadra
MARCELO FRANCISCO CAMPOS


Marcelo Francisco Campos
Almirante de Esquadra

Brasília, 26/abril/2022

Prezado Campos Mello,
Agradeço o envio da Revista Âncoras e Fuzis. Muito boa!
Obrigado!
Abraços,

Vice-Almirante
GILBERTO SANTOS KERR


Gilberto Santos Kerr
Vice-Almirante

Prezado Campos Mello,

Ao agradecer pelo envio da edição nº 52 da Revista "Âncoras e Fuzis", manifesto o meu reconhecimento pela consideração e retribuo meus cumprimentos.

Atenciosamente,

Gilberto Santos Kerr
Vice-Almirante

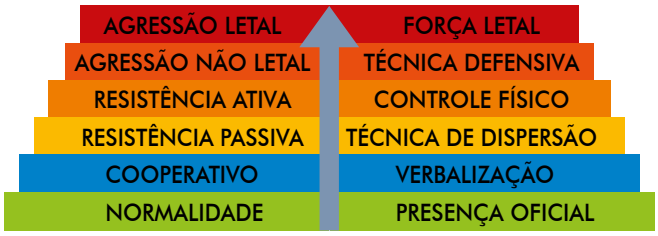
CARTAS DOS LEITORES

A DOUTRINA EM EVOLUÇÃO

Esta seção destina-se a atualizar o leitor da Âncoras e Fuzis apresentando manuais e outros documentos que trazem as mais recentes atualizações da Doutrina de interesse dos Fuzileiros Navais.

CGCFN-309 Manual de Controle de Distúrbios

Figura 1: Metodologia do emprego gradual da força



Em 30 de maio de 2022, o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou para emprego na MB a 2ª Revisão do CGCFN-309 – Manual de Controle de Distúrbios.

A publicação tem o propósito de apresentar os aspectos relacionados com as técnicas e os meios utilizados por ocasião do emprego das tropas de Fuzileiros Navais no Controle de Distúrbios. Está dividida em seis capítulos e sete anexos. O Capítulo 1 apresenta as generalidades, os conceitos básicos, incluindo o mais moderno entendimento sobre multidões e distúrbios incitados por Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOP), os tipos de turbas e as respectivas ações. Nele foram inseridos alguns aspectos legais que respaldam o emprego da força no controle de distúrbios. O Capítulo 2 descreve a metodologia do Emprego Gradual da Força, enfatizando os princípios da proporcionalidade e da força mínima necessária, a fim de controlar uma determinada ameaça apresentada. A metodologia prevê uma dinâmica em que se procura inicialmente controlar a situação por meio da negociação e dissuasão, seguindo a apresentação de técnicas dispersivas, respostas agressivas, progredindo a aplicação da força. O Capítulo 3 apresenta o material utilizado pelas tropas de Controle de Distúrbios, detalhando as munições e seu emprego. Nesse capítulo foram incluídas as recomendações de emprego, extraídas de testes conduzidos pelo Comando do Material de Fuzileiros Navais (CMatFN) e Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN), contando com o apoio da Companhia de Polícia do Batalhão Naval (CiaPolBtlNav) e Companhia de Polícia (CiaPol). O Capítulo 4 descreve a organização, composição e emprego da Companhia de Controle de Distúrbios. No Capítulo 5 são abordadas as Formações e os Comandos a serem utilizados pela Companhia e pelo Pelotão de Controle de Distúrbios. Finalmente no Capítulo 6 são descritos, em termos gerais, o planejamento, o emprego e os procedimentos a serem cumpridos pela tropa nas Ações de Controle de Distúrbios.

As principais modificações residem na introdução de aspectos legais que respaldam o emprego da força no controle de distúrbios; na ampliação da metodologia do Emprego Gradual da Força, enfatizando os princípios da proporcionalidade e da força mínima necessária; e na inclusão de recomendações de emprego, extraídas de testes conduzidos no âmbito do CFN.

A publicação substitui a Primeira Revisão do CGCFN-309 – Manual de Controle de Distúrbios de Fuzileiros Navais, aprovada em 7 de maio de 2021.

Figura 2: O PelCD em formação

CGCFN-60.2 - Manual de Ações de Guerra Cibernética dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais

Em 01 de agosto de 2022, o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou para emprego na MB a 1ª Edição do CGCFN-60.2 – Manual de Ações de Guerra Cibernética dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais.

A publicação tem o propósito de apresentar, baseando-se na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética, na Doutrina Militar de Defesa Cibernética (MD31-M-07), na Doutrina Militar Naval (DMN), na Doutrina de Tecnologia da Informação da Marinha (EMA-416), em especial com relação ao volume II "Manual de Guerra Cibernética" e demais publicações doutrinárias da Marinha do Brasil (MB), as Ações de Guerra Cibernética utilizadas pelos GptOpFuzNav, proporcionando unidade de pensamento sobre o assunto, no âmbito do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). Ela não aborda assuntos relativos às Ações de Guerra Cibernética no campo administrativo, os quais são de competência da Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha (DCTIM). Ela está dividida em cinco capítulos e um anexo de Siglas e Abreviaturas, sendo que o Capítulo 1 apresenta considerações sobre o ambiente cibernético, os níveis de decisão e a influência da Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) nos GptOpFuzNav. O Capítulo 2 apresenta conceitos básicos, princípios de emprego, características, possibilidades e limitações da Guerra Cibernética (GCiber) nas Operações Navais em Múltiplos Ambientes e sua relação com a Guerra Eletrônica (GE). O Capítulo 3 enuncia as estruturas e responsabilidades na Guerra Cibernética, com uma visão sistêmica, apresentando o Sistema Militar de Defesa Cibernética, o Sistema Naval de Guerra Cibernética, concluindo com as capacidades do Sistema de Guerra Cibernética dos GptOpFuzNav. O Capítulo 4 aborda as ações de GCiber a serem executadas

pelos GptOpFuzNav e sua integração com as Funções de Combate. Finalmente o Capítulo 5 conceitua as ações de GCiber em proveito dos GptOpFuzNav, abordando os limites impostos, a organização da GCiber e seu emprego nas Operações de Guerra Naval, nas atividades de Emprego Limitado da Força e nas Atividades Benignas, singulares ou conjuntas, e as interações com os diversos órgãos e Forças que também atuem nesse setor.

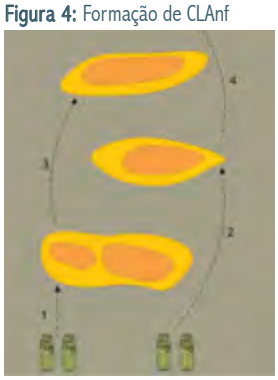
CGCFN-318 - Manual de Emprego do Carro Lagarta Anfíbio

Figura 3: CLAnf C RAM/RS

Em 05 de setembro de 2022, o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou para emprego na MB a 1ª Revisão do CGCFN-309 – Manual de Emprego do Carro Lagarta Anfíbio.

A publicação tem o propósito de apresentar a estrutura organizacional do Batalhão de Viaturas Anfíbias (BtlVrtAnf) e as formas de emprego de seus meios, de acordo com a Organização de Referência estabelecida para a Unidade, tendo sido utilizada como principal fonte de consulta a publicação do *United States Marine Corps* MCTP 3-10C – *Employment of Amphibious Assault Vehicles* (AAVs), antigo MCWP 3-13. Está dividida em sete capítulos e sete anexos. O Capítulo 1 apresenta a organização e as características de emprego do Batalhão de Viaturas Anfíbias (BtlVtrAnf), das Companhias de Carros Lagarta Anfíbios (CiaCLAnf) e considerações a serem observadas no emprego do CLAnf. O Capítulo 2 apresenta um histórico e informações básicas sobre os CLAnf bem como suas possibilidades e limitações. O Capítulo 3 apresenta os procedimentos básicos de segurança no emprego dos CLAnf em terra e na água. O Capítulo 4 aborda os procedimentos a serem adotados pelas tripulações e pelas frações de CLAnf durante o embarque, travessia, ensaio, desembarque, MNT e no lançamento tático. O Capítulo 5 apresenta aspectos do planejamento e emprego dos CLAnf em operações, no tocante à manutenção e ao abastecimento dessas viaturas, ao emprego de CLAnf Socorro e das equipes móveis de manutenção e às atividades de carregamento e transporte. O Capítulo 6 apresenta as características de emprego dos CLAnf C com ênfase na contribuição dessa viatura para a ampliação da capacidade de C^3 da tropa apoiada, bem como aborda, adicionalmente e de forma sucinta, a contribuição dos CLAnf P para as comunicações da tropa apoiada. Finalmente, o Capítulo 7 explora aspectos do emprego tático dos CLAnf em operações, abordando os aspectos básicos de emprego, mencionando a contribuição dos CLAnf para as ações dos GptOpFuzNav nas operações e detalhando aspectos referentes ao emprego do PelCLAnf em apoio a uma CiaInfFuzNav(Ref).

Figura 4: Formação de CLAnf



Deslocamento por lanços alternados

Dentre as principais modificações implementadas, destacam-se: a atualização de diversas imagens, bem como inserção de um histórico sobre as Viaturas Anfíbias; e a inclusão de procedimentos técnicos e táticos necessários à operação dos carros.

A publicação substitui a 1ª Edição do manual de mesmo nome, aprovada em 17 de junho de 2020.

CGCFN-2-1 - Manual de Operações de Garantia da Lei e da Ordem de Fuzileiros Navais

Em 26 de setembro de 2022, o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou para emprego na MB a 1ª Edição do CGCFN-2-1 – Manual de Operações de Garantia da Lei e da Ordem de Fuzileiros Navais.

A publicação tem o propósito de disseminar conhecimentos gerais sobre aspectos históricos, jurídicos e características que tipificam as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO), bem como consolidar procedimentos básicos sobre o seu planejamento e a sua execução. Ela está dividida em oito capítulos, sendo que o Capítulo 1 discorre sobre o histórico e o embasamento jurídico relativo às Op GLO. O Capítulo 2 aborda as características, os princípios e a sistemática de emprego das Forças Armadas nesse tipo de operação. O Capítulo 3 trata das principais situações que caracterizam o comprometimento da ordem pública. O Capítulo 4 aborda aspectos essenciais para o planejamento das Op GLO, discorrendo sobre as possibilidades de emprego, levantamentos de necessidades, ameaças, classificação das áreas, divisão de área de operações, inteligência e Operações de Informação. O Capítulo 5 versa sobre a execução das Op GLO, seu faseamento, as principais ações que são conduzidas e as operações de maior complexidade que podem ser executadas no contexto de uma Op GLO. O Capítulo 6 apresenta os principais aspectos a serem observados para o desdobramento dos GptOpFuzNav quando em uma Op GLO. O Capítulo 7 descreve as principais atividades de apoio ao combate que podem ser conduzidas em uma Op GLO. Finalmente o Capítulo 8 apresenta as atividades de apoio de serviços ao combate quando em uma Op GLO.

EMA-860 - Manual de Comunicação Social da Marinha

Em 11 de dezembro de 2021, o Chefe do Estado-Maior da Armada aprovou para emprego na MB a 2ª Revisão do EMA-860 – Manual de Comunicação Social da Marinha.

A publicação tem o propósito de orientar o exercício da atividade de Comunicação Social (ComSoc) e a atuação dos órgãos integrantes

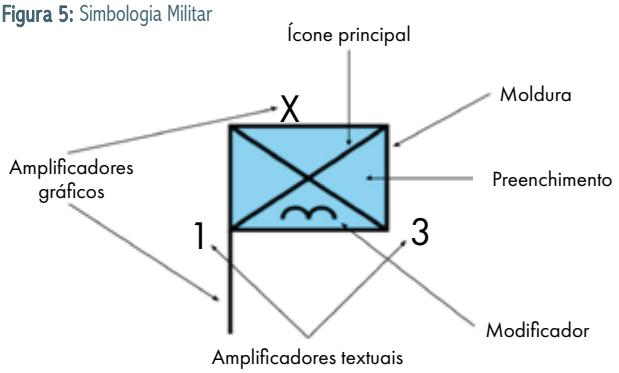
do Sistema de Comunicação Social da Marinha (SisComSocMB). Está dividida em 11 capítulos e 22 anexos. O Capítulo 1 apresenta conceitos e fundamentos teóricos sobre a ComSoc. O Capítulo 2 define a estrutura do SisComSocMB e descreve atribuições das células integrantes desse sistema. O Capítulo 3 ressalta a importância da atividade de planejamento para a gestão estratégica da ComSoc, tendo em vista a consecução de seus objetivos estratégicos. O Capítulo 4 orienta o relacionamento da MB com seus públicos de interesse, em especial com o público interno. O Capítulo 5 apresenta procedimentos e orientações que devem nortear o relacionamento com a imprensa. O Capítulo 6 aborda o papel da ComSoc na gestão de crises. O Capítulo 7 apresenta conceitos, procedimentos e princípios que devem nortear a divulgação institucional da MB. O Capítulo 8 apresenta a estrutura do Sistema Rádio Marinha. O Capítulo 9 estabelece conceitos e procedimentos para a atuação da MB nas mídias sociais. O Capítulo 10 aborda conceitos e procedimentos para a captação ou a concessão de patrocínio. Finalmente o Capítulo 11 aborda o emprego operacional da ComSoc. Os anexos definem procedimentos específicos ou detalham algumas informações.

São de especial interesse para o emprego dos GptOpFuzNav os capítulos 6 e 11 por tratarem de crises e emprego operacional da ComSoc.

A publicação substitui e dá outro título, à 1ª Revisão do EMA-860 – Manual de Relações Públicas da Marinha, aprovada em 22 de março de 2018.

MD33-M-02 - Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas

Figura 5: Simbologia Militar



Em 01 de outubro de 2021, o Ministro de Estado da Defesa aprovou para emprego nas Forças Armadas a 4ª Revisão do MD33-M-02 – Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas.

A publicação tem por propósito a adoção de abreviaturas, siglas, símbolos e convenções cartográficas, a fim de simplificar a escrita de documentos, no nível administrativo e no âmbito operativo, durante o planejamento, preparo e execução de operações militares conjuntas e singulares. Está dividida em seis capítulos e um anexo. O Capítulo I – Considerações Iniciais – apresenta considerações iniciais sobre as abreviaturas, siglas, símbolos e convenções cartográficas de uso militar. O Capítulo II – Abreviaturas e Siglas – abordas regras gerais para as abreviaturas e siglas e dá alguns exemplos. O Capítulo III – Codificação de Palavras, Expressões e Denominações – fornece as Abreviaturas/Siglas para uma lista, em ordem alfabética, de Palavras e Expressões militares. O Capítulo IV – Decodificação de Palavras, Expressões e Denominações – realiza o processo inverso do capítulo anterior. O Capítulo V – Símbolos Militares – busca padronizar os símbolos gráficos a serem empregados pelas FA para representar visualmente informações de interesse em operações. Finalmente o Capítulo VI – Convenções Cartográficas – busca apresentar os símbolos que representam acidentes do terreno e objetos topográficos em geral, de modo a ressaltar a importância, principalmente no que se refere à aplicação militar da carta. O Anexo – Códigos Identificadores e Símbolos – define os procedimentos para geração de códigos identificadores dos símbolos.

MD33-C-01 - Catálogo de Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas

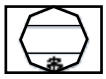
Figura 6: Exemplos de Símbolos Militares

A140 — Navio Aeródromo Multipropósito Atlântico, operando como Navio Capitânia.

FLAG — **SIDC:** 1003300000 12010019900 0760000192

Fuzileiros Navais (utilizado somente quando houver necessidade de distinção da Força e esta não for clara pela simbologia).

Código: 99
Extensão: 02

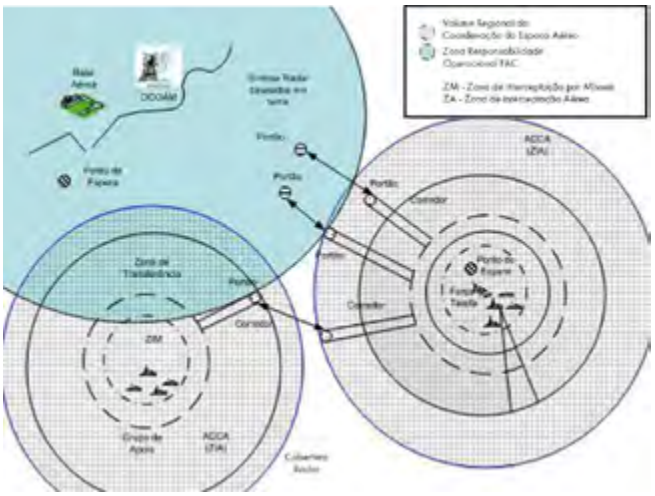


Em 10 de janeiro de 2022, o Ministro de Estado da Defesa aprovou para emprego nas Forças Armadas a 1ª Edição do MD33-C-01 – Catálogo de Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas.

A publicação tem por propósito apresentar as convenções cartográficas e os ícones a serem utilizados para compor símbolos militares, conforme as regras definidas no MD33-M-02 – Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas. A separação dos capítulos pretende facilitar a busca pelos símbolos adequados para cada situação. A publicação está dividida em oito capítulos e um anexo. O Capítulo I apresenta referências, inclusive manuais estrangeiros, compatibilizando o manual em lide com os símbolos utilizados pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o *Symbol Identification Code* (SIDC) para a comunicação entre sistemas digitais. Os Capítulos II – Símbolos Navais; III – Símbolos Terrestres; e IV – Símbolos Aeroespaciais trazem particularidades dos símbolos destinados a representar elementos desses ambientes. O Capítulo V apresenta símbolos de indivíduos. O Capítulo VI apresenta símbolos de atividades e eventos. O Capítulo VII descreve símbolos e traçados particulares para medidas de coordenação de finalidades diversas. Finalmente o Capítulo VIII apresenta símbolos cartográficos. O Anexo – Códigos Identificadores De Símbolos – define os procedimentos para geração de SIDC, visando à comunicação padronizada entre sistemas digitais de forma compatível com o manual da OTAN.

MD33-M-13 - Medidas de Coordenação do Espaço Aéreo nas Operações Conjuntas

Figura 7: Volumes Regionais de Coordenação do Espaço Aéreo (VRCEA)



Em 22 de julho de 2022, o Ministro de Estado da Defesa aprovou para emprego nas Forças Armadas a 2ª Edição do MD33-M-13 – Medidas de Coordenação do Espaço Aéreo nas Operações Conjuntas.

A publicação tem por propósito orientar a utilização de forma conjunta do Espaço Aéreo, em uma Área de Responsabilidade (Teatro de Operações ou Área de Operações), por meio de procedimentos padronizados, incrementando a segurança dos meios que utilizam esse ambiente e aumentando a flexibilidade dos Comandantes, em todos os níveis, favorecendo a sinergia das Forças envolvidas nas ações conjuntas. As medidas buscam, sempre, harmonizar duas tarefas intimamente relacionadas à coordenação e ao controle do espaço aéreo e ao planejamento da defesa aeroespacial na Área de Responsabilidade. Esse manual, juntamente com o MD33-M-11 – Apoio de Fogo em Operações Conjuntas, representam ferramentas essenciais para se evitar o fogo amigo em Operações Conjuntas das Forças Armadas. A publicação está dividida em cinco capítulos e quatro anexos. O Capítulo 1 traz as finalidades, orientações e referências. O Capítulo II aborda os fundamentos, estruturas, responsabilidades, métodos de coordenação e controle do espaço aéreo e das regras para a integração do controle do espaço aéreo e da defesa aérea em Operações Conjuntas. O Capítulo III trata das particularidades do processo de planejamento, da documentação e da implementação das medidas necessárias para o controle do espaço aéreo. O Capítulo IV trata das operações que necessitam de medidas específicas de coordenação e controle como as operações aéreas no mar, das operações de não guerra e dos Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP). Finalmente o Capítulo V aborda manobras e exercícios. Os anexos tratam das medidas de coordenação e controle, do plano de coordenação do espaço aéreo e das ordens de coordenação do espaço aéreo.

United Nations Manual for the Generation and Deployment of Military and Formed Police Units to Peace Operations

Em 05 de maio de 2021, o Subsecretário-Geral do Departamento de Operações de Paz (DPO) e o Subsecretário-Geral do Departamento de Apoio às Operações de Paz (DOS) aprovaram para emprego em missões da ONU a 1ª Edição do *United Nations Manual for the Generation and Deployment of Military and Formed Police Units to Peace Operations.*

O processo de geração e distribuição de pessoal uniformizado para as operações de paz da ONU é complexo e depende de interações entre o Secretariado da ONU, os Estados Membros e as missões de campo da ONU. É moldado por uma série de fatores tais como a relação entre o Secretariado da ONU e os Estados-Membros, a avaliação de pré-desdobramento e padrões de desdobramento, a estrutura de reembolso aprovada pelos Estados-Membros, regulamentos e políticas sobre o uso de fundos da ONU, regras de aquisição, bem como as restrições logísticas que influenciam o transporte estratégico de Equipamento de Propriedade do Contingente (COE) e pessoal.

Esse Manual fornece conselhos práticos para os Estados Membros da ONU, o Secretariado e as missões de campo sobre o processo de planejamento, geração, preparação e desdobramento de unidades militares e Unidades de Polícia (FPU) para operações de paz. Estabelece os procedimentos e etapas, desde o envolvimento estratégico entre os Estados-Membros e o Secretariado das Nações Unidas, até ao destacamento de pessoal militar e policial com as competências, aptidões e equipamentos adequados para a área de operações.

O Manual não substitui as diretrizes e documentos existentes, incluindo o Manual de Equipamento de Propriedade dos Contingentes *(COE Manual)*, que continua a regulamentar a interação entre a ONU e seus Estados Membros sobre os reembolsos para unidades formadas e desdobradas.

CMG (FN) **Luiggi** Campany de Oliveira
luiggicampany@gmail.com

Ameaças Híbridas e Guerras Híbridas – uma breve análise aplicada aos conflitos russo-ucranianos de 2014 e de 2022

CMG (FN) **Luiggi** serve atualmente na Embaixada Brasileira na Colômbia, como Adido Naval. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira com destaque. Serviu no BtlArtFuzNav, como Comandante da Linha de Fogo e Comandante de Bateria; no CIASC, foi Instrutor do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais; e no Comando do Desenvolvimento Doutrinário do CFN foi Imediato. Realizou intercâmbios no exterior como Ajudante de Operações da Força de Infantaria de Marinha da Flota del Mar, na Argentina, e como Oficial de Ligação junto ao *Marine Corps Forces South*, nos EUA. Comandou a Companhia de Polícia do Batalhão Naval, quando foi responsável pela segurança dos comboios a cargo da Marinha do Brasil nos V Jogos Mundiais Militares, em 2011, e comandou a Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador.

Neste artigo apresentaremos uma breve análise comparativa dos conflitos entre a Rússia e a Ucrânia em dois momentos. O primeiro, durante as operações que culminaram na anexação da Crimeia em 2014 e o segundo, nos primeiros seis meses do conflito deflagrado em fevereiro de 2022, quando a Rússia invade o país vizinho.

Para essa análise, será explorada a diferença entre os conceitos de ameaças híbridas e guerra híbridas, utilizados na literatura produzida pelo Centro de Excelência Europeu para a Guerra Híbrida (Hybrid CoE). Por fim, buscaremos identificar características que se repetem em ambos os momentos para concluir por inferência quais características das forças militares são necessárias, particularmente para o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), para vencer os desafios do século XXI.

1. Compreendendo o problema

Em 2014, depois de enviar seu exército para ocupar uma parcela do Sul da Ucrânia, com o pretexto de estabilizar a região da Crimeia, supostamente para proteger a população de sangue[1] russo, o Kremlin, até aquele momento, vinha negando qualquer envolvimento direto nos conflitos internos que ocorriam no país vizinho. Mas logo suas intenções ficariam claras. Por meio de um decreto presidencial, Putin anexava ao território russo a estratégica península da Crimeia e a cidade de Sebastopol, sem praticamente nenhuma resistência militar significativa.

A materialização dessa expansão territorial, ocupando militarmente um outro país, sem desencadear um engajamento militar convencional, abriu discussões no ocidente para entender o que havia ocorrido. Acaso as revoltas internas e violentas observadas no país, potencializadas por ataques cibernéticos aos órgãos de governo e escândalos de corrupção explorados pela mídia seriam uma nova forma de guerra?

Tais debates popularizaram o conceito de guerra híbrida. Esse termo, criado pelo pesquisador dos EUA Frank Hoffman, parecia melhor descrever o que ocorrera na Crimeia. Hoffman (2007) ao debruçar-se sobre a segunda guerra do Líbano (2006), percebeu que as Forças de Defesa de Israel não combateram simplesmente um grupo terrorista. Na ocasião, o Hezbollah conseguiu desferir pesadas baixas ao exército israelense, empregado ataques militares convencionais mesclados com ações de guerrilha, combinando armamento de guerra convencional em suas táticas bem desenvolvidas e não apenas artefatos explosivos improvisados e escaramuças.

O trabalho de Hoffman (2007) foi apoiado em estudos anteriores que já descreviam uma revolução nas formas de combate do século XXI. Nesse sentido, ele percebeu que as guerras deste século envolveriam uma mescla de formas de atuação, as quais exigiriam preparo adequado das Forças Armadas, posto que teriam que combater não somente um tipo de opositor, mas um ator híbrido capaz de combinar diversas formas de guerra, tanto convencionais quanto irregulares e até mesmo, explorar o crime e atos terroristas em prol de seus objetivos.

No campo espacial, tais conflitos ampliariam os limites dos campos de batalha para além das fronteiras físicas do terreno. Envolveriam também a batalha pelas percepções da sociedade globalizada, explorando a divulgação de informações pela mídia e redes sociais, a fim de comprometer a legitimidade do oponente, reduzir a sua influência e desencorajar alianças. Ao mesmo tempo, as hostilidades seriam expandidas para diversas áreas da sociedade, tais como o

[1]Aqui nos referimos ao conceito de *Jus Sanguinis*, que em latim significa direito de sangue. Essa norma, muito comum na região da Eurásia, atribuiu a cidadania à ascendência de um indivíduo, não priorizando o país de nascimento.

uso de ações criminosas, manipulação das leis[2] e o emprego de atores de fachada que agem motivados por interesses de terceiros (LIND *et al.* 1989; LIANG; XIANGSUI, 1999; HOFFMAN, 2007).

Diante dessa realidade, a OTAN se viu motivada a se reestruturar para melhor compreender e enfrentar essa nova forma de combate. Assim, foi criado, em 2016, o Projeto de Enfrentamento da Guerra Híbrida do *Multinational Capabilities Development Campaign* (MCDC)[3]. Da mesma forma, a União Europeia criou em 2017, o Centro de Excelência em Guerra Híbrida, o Hybrid CoE.

2. De Clausewitz às Guerras Híbridas

Clausewitz (1984) definiu a guerra como um ato de força, desencadeado para obrigar o adversário a ceder aceitando os objetivos políticos do agressor. A guerra seria a continuação da política, por meios violentos. Ela apresenta-se como um choque de vontades, em que os combates, da mesma forma que num duelo, têm a finalidade de neutralizar a capacidade de lutar do inimigo, submetendo-o.

O que no ocidente classificamos por guerra pode ser ainda descrito como o confronto direto entre as forças militares, em que o vencedor na maioria das vezes ocupa o território inimigo e, finalmente, impõe sua vontade política. Ainda que nos últimos anos o termo guerra venha sendo usado fora desse sentido, como guerra ao terrorismo, guerra cibernética, guerra cambial, por exemplo, a lógica de Forças Armadas regulares combatendo em defesa dos interesses de seus países parece ser o que melhor representa o termo.

Entretanto, recentemente, observamos situações menos ortodoxas, as quais Forças Armadas são empregadas contra grupos terroristas, insurgentes e até contra organizações criminosas. Nesse caso, estão presentes o choque violento de vontades e os combates, dessa vez, entre as forças convencionais, de um lado, e grupos armados irregulares, de outro. Tais situações têm fomentado discussões para ampliar o entendimento do que se considera como guerra.

O direito internacional humanitário já reconhece, além dos conflitos entre estados, os Conflitos Armados Não Internacionais (CANI). Tais conflitos ocorrem entre Forças Armadas e um ou mais grupos armados atuantes num determinado país. Nesse caso, existem critérios específicos para que sejam assim classificados como um patamar mínimo de intensidade, um certo grau de organização dos grupos armados, bem como o controle de parte do território (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2008).

Na atualidade, alguns analistas vêm procurando ampliar esse debate. Hoffman (2016; 2018), por exemplo, identifica a existência de uma "zona cinzenta" que se situa abaixo do limiar dos conflitos (guerra), mas que tampouco caracteriza-se como paz. Para ele os diferentes tons de cinza representam um espectro crescente de violência. Nessa região, situam-se diversos atos violentos e hostilidades diversas, sem, no entanto, caracterizar o que no ocidente percebemos como uma guerra.

O problema reside na incapacidade de enfrentarem adequadamente as ameaças situadas nessa zona cinzenta. Há dificuldade em caracterizar e compreender os ataques violentos ocorridos abaixo do limiar dos conflitos, ainda que eles empreguem formas não militares para causar danos significativos nas sociedades afetadas. Por exemplo, como responder a um ataque cibernético apoiado por um ator estatal contra instituições de Estado de outro país? Seria possível retaliar um Estado que apoia grupos terroristas que atuam contra outro país ou organizações criminosas que atacam suas infraestruturas críticas?

Para permitir o entendimento e o adequado enfrentamento do problema, um dos pesquisadores líderes do Centro de Excelência Europeu de Combate à Guerra Híbrida, Hybrid CoE, o Prof. Dr. Sean Monaghan (2019) propôs a criação do conceito de ameaças híbridas. Essas ameaças são a combinação de diversas formas violentas não tradicionais empregadas contra um alvo específico na sociedade para reduzir sua operacionalidade, coesão ou vontade e, de forma indireta, moldar o ambiente para impor a vontade de um determinado ator.

Ocorre que na dinâmica do mundo contemporâneo, não somente os estados-nação e suas instituições têm poder suficiente para afetar outros estados. Moisés Naím (2013) explica como atores não estatais também ganharam protagonismo, à medida em que o poder vem se dispersando na sociedade do século XXI. Por exemplo, o poder da força tem sido reivindicado por grupos insurgentes, organizações criminosas, grupos terroristas e empregado com tamanha intensidade que demanda a necessidade de emprego de Forças Armadas regulares para se contraporem a esses atores.

Aqui valemo-nos da definição clássica de poder que é um conceito relativo e significa a aptidão que um ator tem de realizar a sua vontade independente dos antagonismos externos (NAÍM, 2013). Além da força, o poder também é exercido por outros três canais: código (normalmente leis e até códigos morais e religiosos), mensagem (alterando o comportamento pela modificação da percepção) e recompensa (NAÍM, 2013). Assim, as ameaças híbridas procuram atuar nesses canais de poder, empregando muitas vezes meios não ortodoxos contra vulnerabilidades identificadas numa sociedade de forma deliberada e planejada para atingir seus intentos sem comprometer os seus atores.

Essa nova realidade social tem sido bem compreendida por diversos países que sabem explorar toda essa dinâmica em prol de seus objetivos e alinham os seus interesses à atuação desses atores não estatais. Assim, quando não lhes é conveniente despertar uma resposta militar do adversário, muitas vezes, estados revisionistas[4] do *status quo* do sistema internacional atuam indiretamente contra outros estados patrocinando ou incentivando a atuação desses atores não estatais (MONAGHAN, 2019; CAMPANY, 2021).

[2]Também pode-se empregar o termo *lawfare*, que possui significado mais amplo, abrangendo a deturpação de ações legais com o objetivo de atacar algum alvo específico na sociedade a fim de atingir seus objetivos.

[3]O *Multinational Capabilities Development Campaign, Counter Hybrid Warfare Project* (o Projeto de Enfrentamento à Guerra Híbrida da Campanha Multinacional para o Desenvolvimento de Capacidades) é um esforço coordenado pela OTAN para auxiliar os países membros no entendimento da guerra híbrida e na construção de capacidades para combatê-la.

[4]A literatura consultada considera principalmente China e Rússia como potências ascendentes e estados revisionistas do sistema internacional. Entretanto, deduz-se que qualquer ator estatal que deseja ampliar seu protagonismo regional ou globalmente pode ser um ator revisionista do *status quo* (NA).

Tabela 1: Formas de influência e interferência

EXPRESSÃO	TRADICIONAIS /LEGÍTIMOS	NÃO ORTODOXOS /ILEGÍTIMOS
Militar	Cooperações na área de Segurança e Pacotes de Ajuda Militar e Vendas de Equipamentos Militares Exercícios Militares no Mar (domínios aéreo e marítimo) Presença Militar e exercícios combinados	Subversão política pela ação de operações especiais ou organizações de fachada
Político	Visitas Internacionais	Pressões políticas e diplomáticas Interferências em eleições de outros estados
Econômico	Sanções Econômicas	Corrupção Econômica, desvalorização artificial da moeda
Civil	Apoio às ONGS e IGO	*Lawfare* (ou manipulação de leis), patrocínio de atividades criminosas na sociedade alvo
Informacional	Propaganda Estatal Transparência Pública	Ataque cibernético, desinformação, operações psicológicas, controle da mídia

Fonte: Elaboração do autor, adaptado de Hoffman (2018, p. 35).

Cullen e Reichborn-Kjennerud (2017) agrupam os ataques híbridos nas expressões de poder, a saber: Militar, Política, Econômica, Civil e Informacional (MPECI). Tais ataques distinguem-se de medidas legítimas utilizadas pelos estados, tradicionalmente, nas estratégias que vão da cooperação à competição.

Nesse sentido, Hoffman (2018) elaborou um quadro que ilustra essa diferença e foi adaptado e traduzido por este autor, agrupando as medidas nas expressões MPECI.

Além de valer-se de ameaças híbridas, muitas vezes, um estado pode vir a empregar níveis crescentes de violência a fim de obter seus objetivos políticos. Nesse caso, a situação evoluiria para o ataque empregado de meios militares, de forma ostensiva, o que caracterizaria uma situação de guerra, no sentido comum do termo. Considerando a presença de meios militares convencionais, combinado com os meios não ortodoxos anteriormente descritos, esse conflito armado de complexidade crescente seria caracterizado como uma guerra híbrida, cujo objetivo, em tese, é a destruição do poder militar adversário e a imposição da vontade política (MONAGHAN, 2019; CAMPANY, 2021).

A dificuldade de entendimento e diferenciação dos conceitos de ameaças e de guerras híbridas pode ser explicada pela falta de um consenso acadêmico no âmbito do próprio MCDC, como também pela nuance envolvendo o termo *warfare*. Essa palavra, assim como *war*, é traduzida para nossa língua como guerra. Porém refere-se mais à forma de combater, enquanto que *war* expressa a guerra no sentido comum da palavra (RODRIGUES, 2021).

Assim, ameaças híbridas e guerras híbridas empregam essa forma de combater híbrida (*hybrid warfare*) que mescla diversos tipos de ataques, nas expressões MPECI oriundos de variados atores contra alvos específicos da sociedade (CULLEN; REICHBORN-KJENNERUD, 2017). Enquanto as ameaças híbridas se aplicam num contexto de competição internacional, as guerras híbridas pressupõem a deflagração de um conflito armado e a existência de forças armadas convencionais combatendo (CAMPANY, 2021).

Em suma, as ameaças híbridas inspiram-se na célebre frase de Sun Tzu que "subjugar o exército inimigo sem lutar é o verdadeiro ápice da excelência" (TZU; PIN, 2004, p. 62). Por outro lado, a guerra híbrida ainda permanece fortemente vinculada à concepção da guerra

segundo Clausewitz (1984), que prevalece a necessidade de neutralizar a capacidade militar inimiga. Entretanto, além dos combates entre as forças armadas, são desferidas múltiplas ações e medidas ofensivas contra alvos na sociedade e contra a capacidade militar inimiga. Essas ações valem-se, por vezes, de meios não ortodoxos e ilegítimos, conforme detalhado anteriormente.

3. O Conflito Russo-Ucraniano de 2014 aos dias atuais (2022)

Voltando às questões russo-ucranianas, relembramos que precedendo a ocupação da Criméia e sua anexação pela Rússia em 2014, uma série de ações contribuíram para o desenrolar dos acontecimentos, alguns dos quais aparentemente não faziam parte dos planos de Moscou. Mesmo assim, a Rússia soube tirar proveito desses eventos em prol de seus objetivos políticos e estratégicos.

Inicialmente, vale destacar que, em 2013, manifestações populares contra o Presidente Yanukovych, que era pró-Rússia, eclodiram e se intensificam na Ucrânia. Os mais famosos protestos foram os da Praça *Maidan*, em novembro, motivados pela negativa do Presidente em aderir à União Europeia, pressionado por Moscou. Esses atos foram tomando características violentas e culminaram com a deposição de Yanukovych (KOFMAN *et al.,* 2017; RODRIGUES, 2021).

Ressalta-se que, sob a perspectiva russa, esses protestos violentos, organizados por redes sociais, com grande mobilização social e que visavam a depor governos não democráticos, normalmente alinhados com a Rússia - assim como os ocorridos na Primavera Árabe – fariam parte das chamadas revoluções coloridas. Eles consideram que tais revoluções seriam patrocinadas pelos EUA, numa estratégia de 'guerra híbrida' para intervir em determinados países sem a necessidade de uma operação militar direta (KORYBKO, 2018).

De fato, após a deposição de Yanukovych, sem respeitar o rito constitucional ucraniano, outro presidente mais alinhado com o ocidente foi colocado no poder. Tal medida deixou insatisfeita a parcela da população pró-Rússia no país e preocupou Moscou. A partir de então, uma série de ações desencadeadas pelo Kremlin iriam aumentar a instabilidade na Ucrânia e culminar com a anexação da Península da Crimeia (RODRIGUES, 2021).

Entre as operações de informação, destaca-se a campanha desencadeada pela mídia televisiva russa, cuja principal audiência era a população interna do país e, secundariamente, os russófonos na Ucrânia, em maioria na região da Crimeia e Leste ucraniano. Tal campanha, foi carregada de manipulação, desinformação e propaganda advertindo para os perigos de uma proximidade com a União Europeia e moldando o ambiente informacional para as ações que se desdobrariam em seguida (KOFMAN *et al.,* 2017).

Para Rodrigues (2021) as operações de guerra cibernética também foram decisivas naquele momento. Ainda que seja impossível atribuir categoricamente sua autoria, os analistas consideram bastante provável a interferência russa. Destacam-se ataques de grupos *hackers* supostamente russos a sites do governo e parlamento ucranianos. Os dados obtidos nesses ataques foram posteriormente "vazados" para distorcer ou desacreditar os alvos políticos ucranianos, aumentando o clima de desconfiança da população em relação ao governo.

No que concerne à guerra eletrônica, as forças armadas ucranianas sofreram forte interferência em seus equipamentos de comunicação, tanto rádios como celulares, o que dificultava o comando e controle e uma resposta efetiva aos eventos que se desenrolavam (RODRIGUES, 2021).

As ações no ambiente informacional reverberaram na dimensão humana do conflito, alimentando o clima de insatisfação do governo e incitando à revolta popular que se materializou com a intensificação de protestos violentos contra o governo. Rodrigues (2021) destaca a presença de militares com uniforme e equipamentos russos, mas sem nenhuma identificação, que foram vistos nas ruas ucranianas uma semana após a queda do Presidente. Os então denominados de *Little Green Men*, mais tarde foram identificados como Forças Especiais da Federação Russa.

O Presidente Putin, sempre que questionado, negava qualquer envolvimento direto no conflito ou controle sobre tais indivíduos. Nesse sentido ele reforçava algumas ideias-forças da comunicação estratégica russa tais como "os soldados ucranianos depuseram armas e voluntariamente se alinharam a causa russa; as populações de etnia russa e os russófonos na Crimeia estão sob ameaça de ultranacionalistas e a Crimeia historicamente pertenceu à Rússia" (KOFMAN *et al.*, 2017, p. 14).

Todas essas medidas evidenciam que a Rússia foi cautelosa em não empregar diretamente suas forças armadas no país, pelo contrário, priorizou o uso de ameaças híbridas, que envolveu operações no ambiente informacional, tais como ataques cibernéticos, propaganda, operações psicológicas e desinformação. Além disso, possibilitam o emprego de tropas, sobretudo de forças especiais e o apoio a grupos separatistas, apoiado na estratégia da negação plausível. Por isso, foram de difícil detecção por parte do ocidente, impossibilitando-os de prepararem uma resposta adequada contra as ações que ocorriam.

Constata-se ainda que elas foram bem-sucedidas em promover a quebra da coesão interna da Ucrânia, dificultando uma ação organizada de suas forças armadas. Ao mesmo tempo, criaram condições, preparando o terreno e os ambientes humano e informacional para o envio de tropas convencionais à região da Crimeia sob o pretexto de pacificação. Por outro lado, os líderes ucranianos não conseguiram perceber todas as mudanças que ocorriam, o que os levou a tomar ações que apenas agravavam o problema.

Seguindo-se ao envio dessa "força de pacificação", foi uma questão de tempo para a rendição da Base da Marinha Ucraniana em Sebastopol e a decretação da Crimeia como um estado independente. O Kremlin promoveu um plebiscito para dar legitimidade a essa ação e com um decreto presidencial, estava consumada a anexação territorial (ROBERTS, 2015; RODRIGUES, 2021).

Passando para o conflito ora em curso (2022), o quadro aparentemente é bastante diverso. Primeiro, destaca-se que, desde 2014, a OTAN veio estudando a atuação híbrida russa e se preparando para

enfrentá-la. Em segundo lugar, nota-se um grande investimento da OTAN na Ucrânia em recursos militares e infraestrutura, além de treinamento de suas Forças Armadas, conforme constatamos em nossa investigação a partir da análise de fontes abertas.

Assim, depois de perder uma parcela estratégica de seu território em 2014 e vivenciar um conflito interno na Região de Dombas contra separatistas pró-Rússia, a Ucrânia fortaleceu sua capacidade militar e trabalhou o ambiente informacional para potencializar a vontade de resistir ante uma agressão russa e blindar sua população contra os ataques no ambiente informacional. Com ajuda do ocidente ela também investiu em defesa cibernética, inteligência e comando e controle.

Sob a ótica russa, vale mais uma vez relembrar Clausewitz (1984), segundo o qual deve haver uma relação direta entre os objetivos políticos e as capacidades militares de um beligerante, de tal sorte que quanto mais ambiciosos forem os primeiros, maiores devem ser as possibilidades militares (CLAUSEWITZ, 1894; DONATO, 2022). Em outras palavras, para objetivos mais ambiciosos, sejam eles a anexação de parcela significativa de território ucraniano ou a própria substituição do regime, há necessidade de aporte de mais capacidades militares e ações mais incisivas.

Dessa forma, em vez de priorizar o esforço nas ações no ambiente informacional, no conflito de 2022, a prioridade foi para as ações cinéticas, invadindo a Ucrânia num rápido e simultâneo ataque em quatro eixos, com uma impressionante força blindada. Tudo isso precedido por bombardeios a alvos militares, sobretudo de comando e controle, aviação e defesa antiaérea ucranianos.

Ao que parece, ao iniciar uma ofensiva em quatro eixos, incluindo operações anfíbias ao Sul, próximas ao Porto de Berdiansky e Operações Aeroterrestres e Aeromóveis ao Norte, para tomada do Aeroporto de Hostomel, próximos a Kiev, a Rússia, acima de tudo, pôde ter buscado uma imensa demonstração de Força, multiplicando a aposta que fizera em 2014 na Crimeia, dessa vez em apoio a objetivos políticos muito mais ambiciosos.

Entretanto, a resposta ucraniana fora surpreendente, demonstrando grande resiliência, não capitulou ante esse ataque. Ocorreu também por parte da OTAN, que imediatamente posicionou-se contrária à invasão e mobilizou-se para apoiar logisticamente os ucranianos. Com isso, a guerra assumiu formas mais tradicionais, caracterizando-se pelo confronto entre as forças armadas, com elevada atrição que se traduz no grande número de baixas para ambos os lados.

Com a ajuda militar da OTAN, que permaneceu mesmo depois de iniciada a ofensiva russa, em 24 de fevereiro de 2022, sobretudo no fornecimento de equipamentos militares e inteligência, e liderada pelo seu Presidente, a Ucrânia demonstrou capacidade de resistir ao ataque e também causar significativas baixas nas Forças Armadas Russas. Com a ajuda de sua população, que diferentemente do ocorrido na Crimeia, armou-se para enfrentar os invasores, em diversas regiões a Rússia deparou-se com *"partisans"* ucranianos que dificultaram ainda mais os planos do Kremlim.

Além dos confrontos entre forças no terreno, há exemplos de ataque de hackers do ocidente contra a população e órgãos governamentais russos, como os realizados pelo grupo *Anonymous.* Até mesmo o empresário Elon Musk apresentou-se como um ator de influência no conflito e disponibilizou a rede de satélites *Star Link,* da qual é proprietário, para ampliar a capacidade de comando e controle ucranianos.

Em outras expressões de poder, são destaques as sanções econômicas agressivas como o bloqueio de bens dos oligarcas russos e das reservas internacionais do país nos EUA e UE, a retirada de empresas e serviços da Rússia e a suspensão de exportações de itens essenciais da cadeia de suprimentos, o que impacta na produção de novos armamentos. Também não faltam exemplos de medidas diplomáticas para isolar a Rússia, dificultando que ela receba suprimentos essenciais à cadeia logística de diversos armamentos e munições.

Do lado russo, além das Forças Armadas, destaca-se a presença de mercenários de países da África e Chechênia, além de grupos separatistas constituídos por residentes pró-Rússia na Ucrânia. No campo informacional permanecem os ataques hackers, a forte propaganda estatal, sobretudo a voltada para a sua própria população, a desinformação e a coação e dissuasão nucleares. Também há registros de *Deep Fake* envolvendo um discurso falso do Presidente Ucraniano.

Com todas essas ações, espalhando-se por todas as expressões de poder dos estados, o conflito poderia ser um claro exemplo de guerra híbrida. Porém sua intensidade atingiu níveis crescentes e o que se observa, apesar de as forças armadas de ambos os lados não lutarem somente contra as forças militares do estado opositor, elas são as grandes protagonistas das ações. Ademais o propósito mais amplo é a obtenção da vitória militar. Tal vitória é a pré-condição para qualquer negociação a ser obtida nos termos do vencedor.

Dessa forma, o corolário desse conflito é a derrota do oponente por meios militares, ainda que outras expressões de poder possam corroborar com esse intento. Em vez de vencer o inimigo sem lutar, busca-se a vitória pela neutralização do poder militar do oponente, com ênfase nos combates e na atrição, conforme propunha Clausewitz (1984), que permanece mais vivo e atual do que nunca.

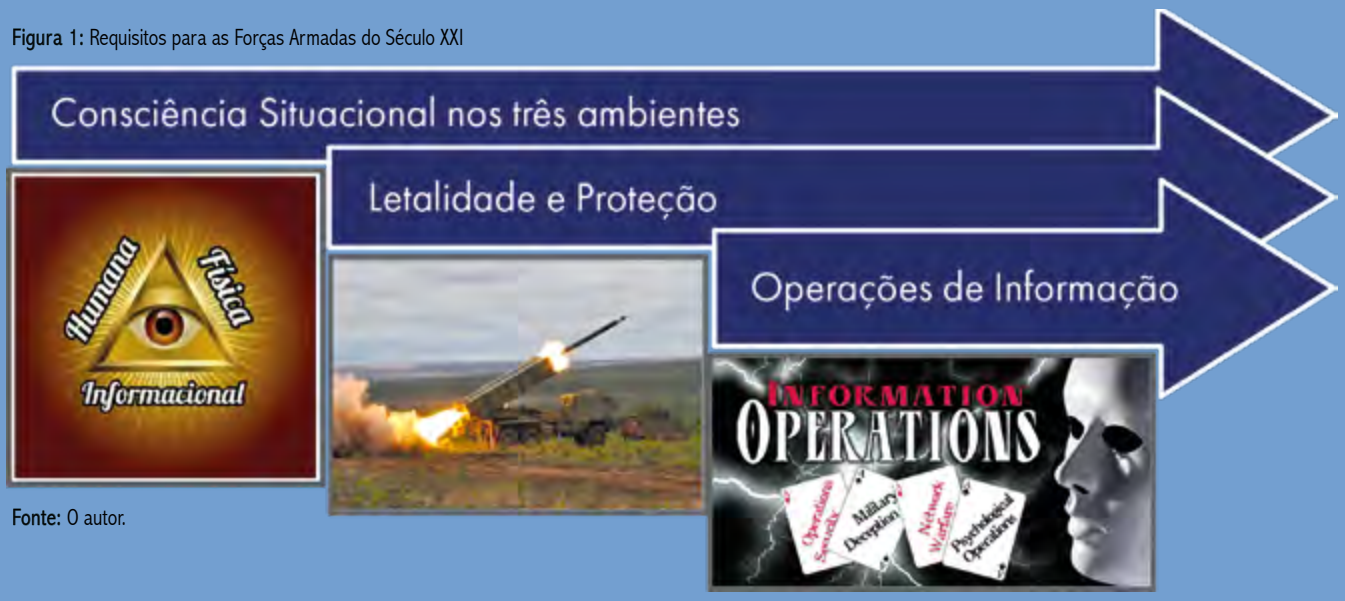
Contrariando as previsões anteriores de que o número de baixas não seria um indicador relevante dos conflitos do futuro (LIANG; XIANGSUI, 1999), ou que outros domínios pudessem ter o protagonismo em guerras seriam rápidas e decisivas, o conflito russo ucraniano de 2022 é marcado pela grande atrição de forças, combates urbanos, trincheiras, pesados bombardeios e um imenso número de baixas e perdas de material.

Conforme revelou o General de Brigada Oleksiy Hromo à rede ABC News, em 17 de junho, as forças ucranianas estavam sofrendo cerca de 1000 baixas por dia, nos violentos confrontos que se desenrolaram no Dombas. A média de mortos em ação por dia era de 200 a 500 militares. Já a Rússia, segundo estimativas ucranianas, teria perdido, em quatro meses de conflito, cerca de 35.000 homens (JOHNSON, 2022a).

Esses números reforçam a necessidade de forças armadas dotadas de elevada letalidade e também de resiliência para suportar tamanhas perdas. Por isso, com tamanha atrição, reacendem os debates acerca da conscrição e caem por terra a ideia de que as guerras do século XXI seriam breves ou que privilegiariam apenas os chamados fogos não cinéticos[5].

[5]Fogos ou Ataques não cinéticos incluem os ataques empregando meios que não se movimentam, ou seja, incluem o uso da informação como arma, ataques cibernéticos, guerra eletrônica.

Figura 1: Requisitos para as Forças Armadas do Século XXI



Fonte: O autor.

Entretanto, é inegável que nos conflitos de 2014 e no conflito ora em curso (2022), os combates extrapolam o ambiente físico e passam a incluir as dimensões informacional e humana de maneiras sem precedentes. Por isso, além de planejar e executar ações militares no ar, mar e terra, há igual necessidade de atuar de forma sincronizada nos ambientes informacional e humano.

Para tanto, além do desenvolvimento de capacidades relacionadas às operações de informação, tais como a guerra eletrônica, as operações psicológicas, os assuntos civis, as ações de guerra cibernética e a comunicação social, visualiza-se a necessidade de melhor preparar os líderes militares para melhor navegarem no "terreno" humano.

Conforme este autor já discutiu em outro trabalho (CAMPANY 2021), a formação dos líderes na Marinha do Brasil ainda carece de maior ênfase em disciplinas que possam contribuir com esse propósito como a Psicologia Social, a Antropologia ou a Pedagogia. Ainda que não seja necessário que os líderes sejam especialistas em tais matérias, o seu conhecimento os ajudará a melhor compreender e influenciar no complexo ambiente humano.

Também chama a atenção a interdependência entre os domínios clássicos terrestre, aéreo e naval com os novos dois: o cibernético e espacial. Nesse sentido, uma arma como o carro de combate, que era a estrela dos combates terrestres, passou à condição de alvo, sendo desafiado pelos drones. Do mesmo modo, o navio capitânia da Esquadra Russa do Mar Negro foi afundado por um míssil lançado de terra. Tais eventos foram potencializados graças à comunicação satelital e a inteligência recebida pela Ucrânia, mas demonstra como os ambientes e domínios da guerra são interdependentes.

4. Conclusão

A análise dos conflitos entre a Rússia e Ucrânia, particularmente as ações desencadeadas no período de 2013 a 2014, culminando com a anexação da península da Crimeia, e as operações militares observadas nos primeiros seis meses do conflito de 2022 oferecem algumas pistas de como serão as guerras do século XXI. Por isso, o estudo desses conflitos possibilita extrair valiosas lições no que concerne ao preparo das forças para as guerras do futuro.

Em síntese, as forças armadas precisam de capacidades que podem ser didaticamente apresentadas em três grupos: consciência situacional nos três ambientes; letalidade e proteção; e operações de informação. O primeiro grupo diz respeito às capacidades de compreender os ambientes físico, informacional e humano, identificando suas dinâmicas e vulnerabilidades. Ver Figura 1.

Em ambos os conflitos, precedendo o envio de forças militares, as ações são desencadeadas na forma de ameaças híbridas, cuja detecção é difícil e procura explorar vulnerabilidades de uma sociedade empregado uma combinação de ataques nas expressões militares, política, econômica e informacional. Essas medidas podem ser suficientes para se obter os efeitos desejados e objetivos políticos. Por isso, tanto para quem se defende como para as forças atacantes, ter consciência situacional é a base para o êxito.

Por outro lado, é necessário ainda a capacidade de se proteger em todos os domínios da guerra e, ao mesmo tempo, infligir danos no adversário. Muitas vezes, para se proteger será necessário atacar, a exemplo dos ataques ucranianos aos depósitos de munição russos, responsáveis pela perda da impulsão e paralisação do avanço russo. O binômio letalidade e proteção requer o emprego de meios furtivos e disruptivos, como os drones, satélites e armamento de artilharia, sobretudo precisos.

Finalmente, destacamos a necessidade de continuar desenvolvendo as capacidades relacionadas às operações de informação, que incluem a guerra eletrônica e cibernética, as operações psicológicas, os assuntos civis e a comunicação social. Tal conjunto interrelacionado de capacidades também proporciona a maior consciência situacional nos ambientes humano e informacional. Tal capacidade contribui com a consciência situacional nos ambientes humano e informacional. Possibilita, ainda, garantir a legitimidade das ações e manutenção das alianças estratégicas e o recebimento de apoio político, além da imprescindível capacidade de dialogar com as populações presentes nas áreas de conflito e de interesse, exercendo o poder da mensagem.

No caso de forças de fuzileiros navais, que atuam desdobradas no terreno, elas devem estar preparadas para esse novo campo de batalhas, ora combaterão empregando fogos pesados para causar baixas no inimigo e ora terão que lidar com a população civil, sendo capazes de entender suas demandas e influenciá-las em prol do cumprimento da missão. Ao mesmo tempo, cada fuzileiro naval será um sensor capaz de captar tanto informações sobre o inimigo, como também do terreno físico, humano e informacional, contribuindo para a consciência situacional dos comandos superiores.

Referências

CAMPANY, Luiggi. **Ameaças híbridas e a segurança marítima do século XXI.** 2021. 114 f. Tese (Doutorado em Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2021.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Tradução de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. [*S. l.: s. n.*], 1984. 845 p. Versão inglesa de Michael Howard e Peter Paret.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (Suíça). **Como o direito internacional humanitário define "conflitos armados"?** [Geneva], mar. 2008. Artigo de opinião. Disponível em: https://www.icrc.org/pt/doc/assets/files/other/rev-definicao-de-conflitos-armados.pdf. Acesso em: 2 nov. 2021.

CULLEN, Patrick J.; REICHBORN-KJENNERUD, Erik. Understanding hybrid warfare. *In:* CULLEN, Patrick J.; REICHBORN-KJENNERUD, Erik. **Understanding hybrid warfare:** a multinational capability development campaign project. [*S. l.: s. n.*], 2017. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/647776/dar_mcdc_hybrid_warfare.pdf. Acesso em: 3 mar. 2021.

DONATO, Joseph M. **Putin's bad math:** the root of Rússian miscalculation in Ukraine. [*S. l.*], 10 May 2022. Disponível em: https://mwi.usma.edu/putins-bad--math-the-root-of-Rússian-miscalculation-in-ukraine/. Acesso em: 3 nov. 2022.

HOFFMAN, Frank G. **Conflict in the 21st century**: the rise of hybrid wars. Arlington: Potamac Institute for Policy Studies, 2007. Disponível em: https://www.potomacinstitute.org/images/stories/publications/potomac_hybridwar_0108.pdf. Acesso em: 28 fev. 2022.

HOFFMAN, Frank G. Examining complex forms of conflict: gray zone and hybrid challenges. **PRISM**, Washington, DC, v. 7, n. 4, p. 30-47, Nov. 2018. Disponível em: https://cco.ndu.edu/News/Article/1680696/examining-complex-forms-of--conflict-gray-zone-and-hybrid-challenges/. Acesso em: 17 ago. 2022.

HOFFMAN, Frank G. **The contemporary spectrum of conflict**: protracted, gray zone, ambiguous, and hybrid modes of war. Washington, DC: The Heritage Foundation, 2016. Disponível em: https://www.heritage.org/sites/default/files/2019-10/2016_IndexOfUSMilitaryStrength_The%20Contemporary%20Spectrum%20of%20Conflict_Protracted%20Gray%20Zone%20Ambiguous%20and%20Hybrid%20Modes%20of%20War.pdf. Acesso em: 7 jun. 2022.

JOHNSON, David. **A modern-day Frederick the great?:** the end of short, sharp wars. Washington, DC, 5 July 2022a. Disponível em: https://warontherocks.com/2022/07/a-modern-day-frederick-the-great-the-end-of-short-sharp-wars/. Acesso em: 19 jul. 2022.

JOHNSON, David. **The army risks reasoning backwards in analyzing Ukraine.** Washington, DC, 14 June 2022b. Disponível em: https://warontherocks.com/2022/06/the-army-risks-reasoning-backwards-in-analyzing-ukraine/. Acesso em: 16 jun. 2022.

KOFMAN, Michael *et al.* **Lessons from Rússian's operations in Crimea and Eastern Ukraine.** Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2017. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR1498.html. Acesso em: 16 jun. 2022.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. Tradução de Thyago Antunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 173 p.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **Unrestricted Warfare.** Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999. Disponível em: https://www.oodaloop.com/documents/unrestricted.pdf. Acesso em: 1 jul. 2021.

LIND, William S. *et al.* The changing face of war: into the fourth generation. Alexandria, **Marine Corps Gazette,** [*s. l.*], p. 22-26, Out. 1989. Disponível em: https://globalguerrillas.typepad.com/lind/the-changing-face-of-war-into-the-fourth-generation.html. Acesso em: 19 mar. 2021.

MONAGHAN, Sean. **Countering hybrid warfare:** conceptual foundations and implications for defence forces. [*S. l.: s. n.*], 2019. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/840513/20190401-MCDC_CHW_Information_note_-_Conceptual_Foundations.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

NAÍM, Moisés. **O fim do poder:** nas salas da diretoria ou nos campos de batalha, em igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser? Tradução de Luis Reyes Gil. São Paulo: LeYa, 2013.

ROBERTS, James Q. **Maskirovka 2.0:** hybrid threat, hybrid response. Tampa, FL: JSOU Press, 2015. 24 p.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Anexação da Crimeia e a Crise da Ucrânia sob a perspectiva político-estratégica da Rússia. **Análise Estratégica**, Brasília, DF, ano 6, n. 1, p. 106, fev. 2021.

TZU, Sun; PIN, Sun. **A arte da guerra.** Tradução de Ralph D. Sawer e Ana Aguiar Cotrim. Ed. completa. São Paulo: Martins Fontes: 2004. 336 p.

C Alte (FN) Claudio **Eduardo** Silva Dias
eduardo@marinha.mil.br

As Operações de Informação e os Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav)[1]

O C Alte (FN) **Eduardo** ingressou na MB por meio do Colégio Naval. Entre os diversos cursos realizados, são dignos de destaque o Curso Especial de Comandos Anfíbios em 1992 e o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) em 2016. Como principais comissões, no 3ºBtlInfFuzNav (Batalhão Paissandu) como Comandante de Pelotão e Imediato de Companhia e, no Comando da Divisão Anfíbia, como Chefe do Estado-Maior. Comandou o 2ºBtlInfFuzNav (Batalhão Humaitá), o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais e o Comando da Tropa de Reforço. Comandou, ainda, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti, em seu 15º Contingente. Atualmente é o Comandante Naval de Operações Especiais.

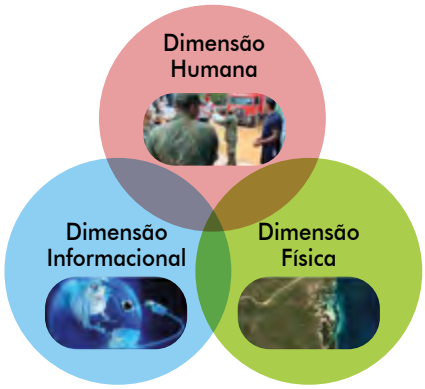
"As pessoas não sabem o que querem, até mostrarmos a elas."
Steve Jobs

1. As Operações de Informação (OpInfo)

As OpInfo não são um assunto novo, talvez, possuam uma nova roupagem com o advento das redes sociais e do interesse do público com suas possibilidades e alcance.

Para nos debruçarmos sobre o tema das OpInfo, devemos antes conhecer alguns conceitos essenciais. Por Ambiente Operacional entendemos que se trata do conjunto de condições e circunstâncias que afetam o espaço em que atuam as forças militares e que interferem na forma como são empregadas. Uma das tentativas de modelagem do Ambiente Operacional o divide em três dimensões, a saber: a Dimensão Física, a Dimensão Humana e a Dimensão Informacional (Figura 1).

Figura 1: As dimensões do Ambiente Operacional



Fonte: Brasil (2018, p. 2-2).

A Dimensão Física preocupa-se, principalmente, com as características da Área de Operações e com a Situação Militar do Inimigo. Assim são preponderantes aspectos das condições meteorológicas, de relevo e hidrografia, além da ordem de batalha inimiga.

A Dimensão Humana contém os aspectos relativos ao tecido social da população da Área de Operações, que normalmente, serão a origem dos conflitos e comporão a sua solução.

A Dimensão Informacional engloba aspectos integrantes e influenciados, principalmente, pela revolução da Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) ocorrida nas últimas três décadas, preocupando-se com a infraestrutura empregada, com os *softwares* e com a cognição resultante.

Nos conflitos do Iraque e no Afeganistão, após o 11 de setembro, os norte-americanos identificaram a necessidade de somar elementos humanos e informacionais aos esforços de análise e atuação que se concentravam na dimensão física da Área de Operações. Consideremos, também, que: a presença de atores estatais e não estatais; as operações se desenvolverem em áreas, normalmente, povoadas; e a necessidade de legitimidade para as operações militares são fatores muito importantes e, então, forçaram o desenvolvimento de métodos para a modelagem do Ambiente Operacional. As experiências conduzidas no Brasil se mostraram positivas e a doutrina vem sendo desenvolvida no âmbito do MD e das Forças Singulares.

Vários são os exemplos do emprego massivo da *internet* para a modelagem desejada. Podemos citar: as revoluções na Líbia, na Tunísia, no Egito e na Síria, desde 2010, conhecidas como Primavera Árabe; a revolução na Ucrânia que depôs um governo eleito e pró-Rússia que teve como consequências a perda da Crimeia (2014) e o conflito (2022) com a Federação Russa; e os violentos protestos no Chile, desde 2019, que culminaram com a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Para prosseguirmos, já podemos enunciar a definição adotada para as OpInfo:

[1]Colaboraram neste artigo o CF (FN) Alexandre de Matos Machado, CF (FN) Salvador Mota Júnior, CF (FN) Robson Dos Santos e CF (FN) Cléber Pereira Marinho.

> Consistem na coordenação do emprego integrado das Capacidades Relacionadas à Informação (CRI), em contribuição a outras operações ou mesmo compondo o esforço principal, para informar e influenciar pessoas ou grupos hostis, neutros ou favoráveis, capazes de impactar positivamente ou negativamente o alcance dos objetivos políticos e militares, bem como para comprometer o processo decisório dos oponentes, enquanto garantindo a integridade do nosso processo (BRASIL, 2018, p. 2-6-2-7).

Na Marinha do Brasil, o Comando Naval de Operações Especiais (CoNavOpEsp) é a Organização Militar de Orientação Técnica dessa área de conhecimento. Não são poucos os desafios que se apresentam para o aperfeiçoamento das OpInfo, particularmente por serem tratadas como um assunto sensível, havendo restrição de acesso às diretivas e aos cursos em países amigos. Os progressos obtidos mostram uma doutrina autóctone e, ainda, em construção.

2. As Capacidades Relacionadas à Informação

"Uma mentira contada mil vezes, torna-se uma verdade."
Joseph Goebbels

A Dimensão Informacional é a parte do ambiente que o Comandante usará para atuar sobre a informação, possuindo três perspectivas – física, cognitiva e lógica. As ferramentas chamamos de Capacidades Relacionadas à Informação (CRI) e as tradicionalmente consideradas são: a Comunicação Social (ComSoc), as Operações Psicológicas (OpPsc), as Ações Cibernéticas, as Ações de Guerra Eletrônica (GE) e de Guerra Acústica (GA), os Assuntos Civis (Ass Civ) e, eventualmente, as Operações Especiais (OpEsp).

Para o planejamento, o emprego e o controle em uma operação, o Comandante disporá de um Estado-Maior e de peças de manobra. Devemos ter em mente alguns princípios das OpInfo, entre eles o estudo aprofundado do público-alvo; que soluções heterodoxas são bem-vindas; que o planejamento é centralizado e a execução é descentralizada; que o planejamento será baseado em efeitos; e que o envolvimento e planejamento serão os mais precoces possíveis.

Para a coordenação das CRI disponíveis há o Oficial de OpInfo. Ressaltemos que se trata de uma relação de coordenação, não cabendo a subordinação, buscando-se efeitos estabelecidos pelos mais altos níveis de condução do conflito e evitando o fratricídio informacional. Uma das suas principais preocupações será o controle da narrativa, em que além de uma excelente comunicação, buscará "comunicar primeiro".

Tendo em vista o grande número de CRI existentes, vamos nos limitar àquelas mais empregadas nos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav).

2.1. Operações Psicológicas

São procedimentos especializados e metodologicamente sistematizados, que têm por finalidade motivar públicos amigos, neutros ou hostis a manifestarem comportamentos desejáveis, com vistas a apoiar a conquista de objetivos estabelecidos no planejamento militar dos GptOpFuzNav.

Compreendem ações e produtos complexos e sensíveis, que por essas características, prescindem de militares especializados para sua condução e planejamento, e de estudos aprofundados da área de operações e dos diversos grupos sociais presentes na região. A correta caracterização do público, através do Levantamento de Área para Operações Psicológicas (LAOP) e do Registro de Público-Alvo (RPA), é fundamental nas OpPsc, pois todo o esforço é dirigido ao público-alvo selecionado. A determinação das condições que afetam o público-alvo e a interpretação de suas vulnerabilidades orientarão o planejamento para a melhor maneira de desenvolver todos os recursos utilizados pelos Operadores Psicológicos, objetivando que os estímulos e mensagens persuasivas alcancem o efeito planejado nos públicos anteriormente selecionados.

Diversas áreas de conhecimento são utilizadas como base teórica na formação e emprego do Operador Psicológico, dentre elas podemos citar: Sociologia, Antropologia, Ciências da Comunicação, Linguística, Publicidade e Propaganda, Psicologia, Ciência Política e Relações Internacionais, dentre outras. Caso haja a necessidade de uma análise aprofundada em alguma das áreas de conhecimento citadas, poderíamos utilizar ainda o assessoramento complementar de profissionais especializados.

A capacitação do pessoal na MB se dá pelo Estágio de Operações Psicológicas no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, por cursos no EB e no exterior (Figura 2).

Figura 2: Oficial do CFN no *Psychological Operations Training* 2022 em Fort Bragg (NC), EUA

Fonte: O autor.

2.2. Ações Cibernéticas

Na clássica divisão do tempo, o ano de 2001 é considerado por muitos como o marco inicial para a Era da Informação. Setores essenciais à condução da vida moderna passaram a realizar suas atividades, apoiados em redes de computadores, essas cada vez mais interconectadas, velozes e confiáveis, recebendo o nome de *Internet.*

A *Internet* reduziu distâncias, descentralizou processos e distribuiu informação numa velocidade absurda, fazendo a sociedade experimentar mudanças profundas num espaço de tempo cada vez menor. Porém, o ambiente operacional tornou-se saturado, com fluxo lento e caótico.

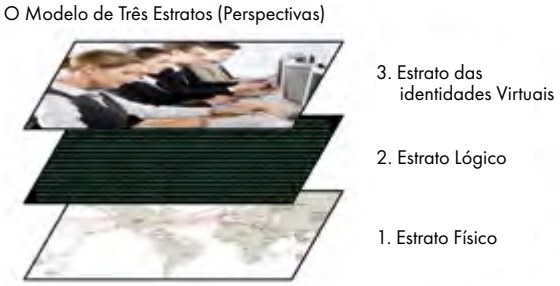
2.2.1 O Espaço Cibernético

Na dimensão informacional encontra-se o Espaço Cibernético, espaço virtual, composto por um conjunto de canais de comunicação da *internet* e outras redes de comunicação que garantem

a interconexão de dispositivos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e que engloba todas as formas de atividades digitais em rede, incluindo o armazenamento, processamento e compartilhamento de conteúdo, além de todas as ações, humanas ou automatizadas, conduzidas através desse ambiente.

Nas análises militares, o Espaço Cibernético passou a figurar como mais um domínio, somando-se aos já consagrados: terrestre, marítimo, aéreo e espacial. Ele pode ser descrito em três estratos (perspectivas) inter-relacionadas: físico, lógico e identidades virtuais (ou avatares). Cada estrato representa um foco diferente quanto à análise, planejamento, condução e avaliação das ações e atividades (Figura 3).

Figura 3: Modelo de Três Estratos do Espaço Cibernético



Fonte: O autor.

No Cibernético, como nos seus predecessores, quando os conflitos de interesse e a necessidade de projetar poder não são equacionados pacificamente, a guerra é gerada. Nesse caso particular, guerra num ambiente predominantemente digital, em que os soldados são substituídos por combatentes cibernéticos e suas armas por artefatos cibernéticos maliciosos: Surge a Guerra Cibernética.

2.2.2. A Guerra Cibernética

Guerra Cibernética corresponde ao uso ofensivo e defensivo de informação e Sistemas de Informação para negar, explorar, corromper, degradar ou destruir capacidades de Comando e Controle (C2) do adversário, no contexto de um planejamento militar de nível operacional ou tático ou de uma operação militar. Compreende ações que envolvem as ferramentas de TIC para desestabilizar ou tirar proveito dos Sistemas de C2 do oponente e defender os próprios sistemas.

Essa guerra é conduzida, em linhas gerais, pela execução de ações cibernéticas do tipo Proteção, Exploração e Ataque. As ações envolvem o emprego de ferramentas disponíveis no campo da TIC, visando desestabilizar os ativos de informação oponentes e, também, possibilitar a proteção dos ativos de informação de interesse. Essas ações ocorrem no Espaço Cibernético, domínio operacional que permeia os demais domínios interdependentes.

Ao atuar no domínio cibernético empregando as ferramentas que lhe são próprias, busca-se exercer algum grau de controle sobre o espaço cibernético, a fim de atingir os propósitos determinados, dos quais se destacam:

- Dissuasão
- Liberdade de Ação no Espaço Cibernético
- Negar o Uso do Espaço Cibernético
- Superioridade ou Supremacia Cibernéticas.

O emprego das capacidades cibernéticas ocorre através das operações cibernéticas, atividades que visam atingir objetivos no e/ou através do espaço cibernético. Elas podem ser ofensivas ou defensivas.

A guerra cibernética pode ter seu planejamento operacional próprio ou ser planejada para atuar em apoio às OpInfo. Neste caso, atuará como uma CRI.

Em apoio às Operações de Informação, as ações de Guerra Cibernética serão empreendidas em sincronia com outras Capacidades, integrando ações ofensivas e defensivas dentro do Espaço Cibernético. As ferramentas de Guerra Cibernética contribuem para a obtenção da Superioridade de Informações, além de impulsionar outras CRI.

2.3. Ações de Guerra Eletrônica (GE) e de Guerra Acústica (GA)

As ações de GE são ações desenvolvidas por pessoal especializado que se preocupam fundamentalmente com a garantia do uso do espectro eletromagnético por nossas forças ao tempo em que busca neutralizar, interferir e tirar proveito das emissões inimigas. Abrangem um conjunto de medidas operativas que são divididas em Medidas de Apoio de Guerra Eletrônica (MAGE), Medidas de Ataque Eletrônico (MAE) e Medidas de Proteção Eletrônica (MPE).

As ações de GA contemplam o conjunto de ações que envolvem o emprego da energia acústica submarina para determinar, explorar, reduzir ou prevenir o uso do espectro acústico submarino pelo inimigo e, para assegurar o seu uso pelas próprias forças.

Os modernos sistemas de comando e controle utilizam-se de emissões eletromagnéticas e do emprego da energia acústica submarina. Assim, as ações em tela se relacionam diretamente com as OpInfo pela manutenção de nossa capacidade decisória e na degradação da capacidade inimiga.

O CFN adquiriu novos meios de GE, como parte integrante do Sistema Integrado de Comando e Controle da Marinha do Brasil (SIC2MB). Constarão do inventário da Companhia de Inteligência de Sinais do BtlCmdoCt (Figura 4).

Figura 4: Viatura do módulo de Guerra Eletrônica do SIC2MB

Fonte: Batalhão de Comando e Controle.

A capacitação do pessoal na MB se dá por cursos e estágios nos centros que integram o Sistema de Ensino Naval, no EB e no exterior.

2.4. Assuntos Civis

São atividades conduzidas por pessoal especializado para reduzir a interferência das operações militares sobre a população na zona de ação. O esforço se concentra na busca de sinergia entre as forças militares, o governo e a população em assuntos políticos locais,

Figura 5: Oficial do CFN em Exercício Multinacional de Resposta a Emergências
Fonte: O autor.

em atividades econômicas e serviços públicos principalmente. Tem como propósito contribuir para a liberdade de ação oferecendo um ambiente favorável às nossas forças, assim diferenciando-se da Ação Cívico-Social que é meramente assistencialista, mas que também pode ser empregada em prol das OpInfo.

Atua sobre a componente cognitiva da dimensão informacional, oferecendo legitimidade para nossas ações (Figura 5).

A capacitação do pessoal da MB se dá por cursos e estágios na MB, no EB e no exterior.

2.5. Operações Especiais

Na Doutrina Militar Naval (DMN), as Operações Especiais são aquelas de duração limitada, conduzidas em ambientes sensíveis, por tropa rigorosamente selecionada, treinada e equipada, empregando capacitações específicas normalmente não encontradas em forças convencionais. Tais operações visam a consecução de objetivos situados no amplo espectro dos níveis de condução de um conflito, podendo, inclusive, alcançar efeitos que extrapolem a expressão militar do Poder Nacional (BRASIL, 2017b).

Por suas características, em que pese não serem consideradas como CRI, as OpEsp possuem grande potencial de gerar impactos consideráveis na dimensão informacional, contribuindo de forma significativa com as OpInfo (BRASIL, 2018). Destaca-se, por exemplo, a possibilidade de se realizar ações cinéticas (ataques físicos) para degradar CRI de Forças Inimigas/Adversas, atuando, particularmente, na componente física da dimensão informacional. Nessa perspectiva, podem ser identificados alvos compensadores às OpEsp, como infraestruturas de informação: centros de comando e controle, instalações de fornecimento de energia, torres de micro-ondas, torres de radiocomunicação etc. (BRASIL, 2020b).

3. As OpInfo nos GptOpFuzNav

Os GptOpFuzNav privilegiam a Guerra de Manobra em detrimento à atrição. Esta forma de condução de conflitos, normalmente, buscará a atuação nos campos moral, mental e físico afetando a coesão mental e sistêmica. Desta forma, as OpInfo vêm a se somarem às opções que o Comandante terá para cumprir sua missão.

O Comandante de um GptOpFuzNav poderá contar em seu Estado-Maior (EM) com um Oficial de OpInfo para coordenar as atividades desenvolvidas pelos Oficiais de Ligação das CRI existentes, normalmente de OpPsc, da GCiber, de Ass Civ e de ComSoc. Não esqueçamos dos destacamentos e equipes táticas das CRI, que estarão no terreno executando as ações planejadas e que comporão, também, os GptOpFuzNav.

O Comandante organizará sua Força para o cumprimento da missão, mas há duas formas de organização das OpInfo recomendadas por esta OMOT:

- as OpInfo compondo a Seção de Operações, o que permitirá melhor foco na busca do Estado Final Desejado, mas que poderá sobrecarregar esta Seção; e
- as OpInfo compondo uma Seção própria, o que facilitará a correspondência com o escalão superior, mas adicionará supervisão ao Chefe do Estado-Maior.

Acima do GptOpFuzNav teremos a Força Naval Componente e o Comando do Teatro de Operações. Nestes, as OpInfo serão uma Seção de seu EM, nominada M-8 e D-8 respectivamente.

Os efeitos que podem ser atribuídos às OpInfo são o desenvolvimento de uma narrativa que justifique o Estado Final Desejado; contribuir para o fortalecimento do moral de nossa Força e a redução do moral adverso; desacreditar as lideranças adversas; e contribuir com nossa consciência situacional e a degradação da consciência adversa.

Podemos listar como ações coordenadas pelas OpInfo uma ampla gama de tarefas, em que destacamos: notas à imprensa, *press release, clipping,* produtos audiovisuais de OpPsc, estabelecimento de um Centro de Coordenação Civil Militar, ligação com o poder civil local, neutralização de infraestruturas de TIC entre outras.

4. Conclusão

A presença das OpInfo nos GptOpFuzNav permite a sinergia informacional que contribui para o cumprimento da missão e avaliamos como uma prática recomendada (Figura 6).

Figura 6: Sinergia Informacional buscada pelas OpInfo

Fonte: O autor.

Há uma crescente capacitação de fuzileiros navais nas diversas CRI, reforçando que o CFN está atento às mudanças no Ambiente Operacional e sabedor que não serão poucas as oportunidades para o aperfeiçoamento do Corpo.

Concluímos, sem esgotar este assunto, que a evolução vem a partir da aceitação de desafios. Aperfeiçoamento da doutrina, qualificação de pessoal e aquisição de recursos materiais se mostram como oportunidades de melhoria das OpInfo nos GptOpFuzNav.

Adsumus!

Referências

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB20-MC-10.213**: Operações de Informação. [manual de campanha]. Brasília, DF: EME, 2014.

BRASIL. Marinha. Comando de Operações Navais. **ComOpNav-359**: manual de Operações Especiais. Rio de Janeiro: ComOpNav, 2017a.

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-0-1**: manual básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro: CGCFN, 2020a.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: doutrina Militar Naval. Brasília, DF: EMA, 2017b.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-335**: doutrina de Operações de Informação. Brasília, DF: EMA, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD30-M-01**: doutrina de Operações Conjuntas. 2. ed. Brasília, DF: EMCFA, 2020b. v. 1.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD35-G-01**: glossário das Forças Armadas. 5. ed. Brasília, DF: EMCFA, 2015.

CMG (FN) **Leonel** Mariano da Silva Júnior
leonel@marinha.mil.br

O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais na Assistência Humanitária

CMG (FN) **Leonel** atualmente é o Chefe de Missão de Desminagem Humanitária na Colômbia. Realizou os cursos de carreira, incluindo o Curso de Política e Estratégia Marítimas na Escola de Guerra Naval em 2021. Serviu no Comando-Geral do CFN como Chefe do Departamento de Material; no Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais, como Comandante em 2018: no Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra como Oficial de Logística; e no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, como Instrutor do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Chefe do Departamento de Instrução. Participou de Missão de Desminagem Humanitária na Nicarágua e Missões de Paz no Haiti e Líbano. Cursou Gestão de Catástrofes na Unidade Militar de Emergências da Espanha.

1. Introdução

A atuação de forças militares, em seus territórios nacionais ou no exterior, para resposta a desastres ou apoio em caso de crises humanitárias é um tipo de ação que se apresenta cada vez mais frequente na atualidade. Por exemplo, cerca de 30% das Operações Anfíbias (OpAnf) de caráter real, conduzidas pelos EUA, entre 1990 e 2021, tinham essa finalidade.

Há vários motivos para tal tendência, tanto no contexto internacional como na realidade brasileira. Globalmente, as alterações climáticas com mudanças nos regimes de chuvas, associadas à urbanização acentuada em áreas que, muitas vezes, apresentam deficiências em sua infraestrutura, indicam o crescimento da ocorrência de catástrofes naturais. No Brasil, especialmente no litoral, é frequente a ocorrência de enchentes severas e deslizamentos com graves danos. Além disso, desastres ambientais e em instalações industriais ou de infraestrutura são verificados no país com frequência indesejável.

No entorno estratégico brasileiro, também se verificam ameaças nesse campo. Na América do Sul, há regiões extremamente suscetíveis à ocorrência de desastres naturais e, assim como na África Ocidental, a possibilidade de crises humanitárias está presente.

Ressalta-se que, dos meios da Marinha do Brasil (MB), são principalmente os Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) que operarão no terreno junto à população afetada, reforçando capacidades da região atingida, contando com militares sempre comprometidos com a missão e buscando contribuir para a saúde, tranquilidade e segurança dos brasileiros ou população de nações amigas.

Este artigo busca identificar os principais aspectos, nos âmbitos político, estratégico e doutrinário, atinentes à resposta a desastres e ação humanitária e ao emprego de GptOpFuzNav para tais finalidades. Nesse sentido, analisa a Operação Unified Response, lançada pelos Estados Unidos (EUA) na resposta ao terremoto que atingiu o Haiti em 2010, particularmente quanto ao emprego dos fuzileiros navais daquele país, evento de referência por ser considerado o maior esforço militar dos EUA na história, em ações internacionais de resposta a desastres. Por fim, identifica situações passíveis de emprego dos GptOpFuzNav da MB em operações com finalidade humanitária.

2. Aspectos Condicionantes

2.1 Resposta a Desastres e Ação Humanitária - Demandas para a MB

A legislação e as diretrizes estratégicas brasileiras preconizam que, em território nacional, a MB deve manter a capacidade de cooperar com os órgãos e entidades que possuem competências afetas à defesa civil ou ao Programa Nuclear Brasileiro, apoiando, mediante autorização, ações preventivas e de resposta a desastres ou emergência nuclear. Além disso, a Força Naval deve aperfeiçoar seu preparo para responsabilidades crescentes no campo da ação humanitária internacional, incluindo-se aí a realização de OpAnf por parte da MB.

As ações acima mencionadas, sejam desencadeadas no exterior ou no Brasil, são consideradas pelo Ministério da Defesa (MD) como Operações Humanitárias (OpHum), destinadas a reduzir os efeitos de desastres e prestar assistência cívico-social. Já a MB, em sua Doutrina Militar-Naval (DMN), traça distinção, no campo das atividades benignas de emprego do Poder Naval, entre as OpHum (que seriam somente as realizadas no exterior) e as de possíveis respostas a desastres no país, inseridas em atividades como a Cooperação com a Defesa Civil ou o Apoio ao Programa Nuclear Brasileiro. Verifica-se assim uma oportunidade de melhoria na definição de OpHum adotada pela MB na DMN, visando alinhá-la com a utilizada pelo MD, no tocante à delimitação geográfica dessas operações.

2.2. Doutrina de Apoio Militar na Resposta a Desastres e Ação Humanitária

Os desastres poderão ocorrer em consequência de ação natural ou da atividade humana, sendo denominados desastres naturais ou tecnológicos, respectivamente. Tais eventos poderão acarretar severas consequências ao abastecimento de itens de primeira necessidade, à infraestrutura pública e às estruturas administrativas das regiões afetadas. Os graves danos à infraestrutura e as restrições de movimento por vias terrestres deles decorrentes poderão ensejar soluções para a resposta por meio do desembarque de forças anfíbias na área afetada.

O apoio militar na resposta a essas emergências se faz necessário, principalmente, devido à disparidade de capacidades, entre Estados nacionais ou internamente entre suas regiões, para a realização das ações necessárias, bem como a possibilidade de rápido desdobramento dos meios das Forças Armadas. A capacidade de suporte logístico trazida pelas forças militares às atividades de socorro e assistência às vítimas, bem como ao restabelecimento de serviços essenciais, é muitas vezes o grande esteio da resposta às crises humanitárias, principalmente em seus momentos iniciais.

Conforme a doutrina humanitária, as ações emergenciais de resposta a desastres podem ser classificadas em três grandes blocos:

- Assistência às Vítimas: incluem o fornecimento de água potável, gêneros alimentícios, abrigo ou material para tal, medicamentos, vestuário e itens de limpeza e higiene pessoal, bem como instalação de lavanderias e sistemas sanitários e manejo de mortos;
- Socorro: incluem busca e salvamento, evacuação, primeiros socorros, atendimento pré-hospitalar e atendimento médico e cirúrgico de urgência; e
- Restabelecimento de Serviços Essenciais: ações visando ao retorno das condições de segurança e habitabilidade na área atingida, incluindo recuperação provisória de sistemas de suprimento e distribuição de energia elétrica e água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem das águas pluviais, transporte coletivo, trafegabilidade, comunicações, desobstrução de vias e remoção de escombros, mitigação de riscos ou danos decorrentes de contaminação ambiental e neutralização de agentes Nucleares, Biológicos, Químicos e Radiológicos (NBQR) e/ou explosivos.

2.3. Os GptOpFuzNav na Resposta a Desastres e Ações Humanitárias - Organização e Emprego

A doutrina em vigor na MB consubstancia a possibilidade de emprego dos GptOpFuzNav em operações de resposta a desastres ou ação humanitária, inclusive em OpAnf, nas Projeções Anfíbias (PrjçAnf), enfatizando a necessidade de que tais meios mantenham-se em condições de pronto emprego, a fim de assegurar a rápida resposta às demandas que se apresentarem.

Os GptOpFuzNav têm sua organização básica dividida em Componentes: Componente de Comando (CCmdo), Componente de Combate Terrestre (CCT), Componente de Combate Aéreo (CCA) e Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC).

Cabe ao CASC prover o apoio logístico necessário à sustentação do GptOpFuzNav como um todo, por meio da execução das diversas atividades de ApSvCmb (recursos humanos, saúde, suprimento, manutenção, engenharia, transporte, salvamento, serviço de polícia e descontaminação contra agentes NBQR), complementando as capacidades imediatas dos outros Componentes.

Poderão ser organizados outros elementos, subordinados diretamente ao Comando do GptOpFuzNav, para cumprir tarefas específicas cuja natureza, aspectos de coordenação e controle, temporalidade, importância ou vulto das ações em curso não recomendem que sejam atribuídas aos Componentes tradicionalmente ativados. São exemplos dessas tarefas, relacionadas com o presente estudo: proporcionar ajuda humanitária à população civil; operacionalizar portos e aeroportos de interesse; e recuperar instalações e construções de interesse. Podemos citar, com possíveis atuações em tais casos, o Hospital de Campanha (HCmp) ou o Grupo de Engenharia da Força (GEF).

Pode-se verificar, que em uma OpAnf para resposta a desastres ou ação humanitária, caberá ao CASC a concretização dos diversos apoios de caráter logístico, normalmente demandados à ForDbq para a consecução de sua missão, sendo esse Componente normalmente o esforço principal. Assim depreende-se que, caso a situação apresente necessidades de vulto no campo das atividades de saúde ou engenharia, e as razões acima apresentadas não indiquem a conveniência de atribuir tais tarefas ao CASC, poderão ser ativados um HCmp ou um GEF, subordinados diretamente ao Comando da ForDbq, que terão então a seu cargo parcela do esforço principal supramencionado.

Considerando ainda que a descontaminação contra agentes NBQR poderá ser uma atividade desempenhada na resposta a desastres, tanto no socorro como no restabelecimento de serviços essenciais, este estudo debruçou-se sobre a experiência bem-sucedida das ações de combate à Covid-19. No âmbito da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), uma das ações desenvolvidas foi a constituição de um GptOpFuzNav de Defesa NBQR, que atuou na desinfecção em áreas sensíveis ou de grande movimentação de pessoas e em apoio às OM da MB, bem como na capacitação de pessoal não especializado para esse fim. Verifica-se assim que a ativação de um elemento organizacional destinado a essa atividade (uma denominação possível seria a de Grupo de Defesa NBQR – GDefNBQR), poderá incrementar o planejamento e controle das ações realizadas, bem como reduzir os encargos do CASC, de maneira similar ao HCmp e GEF.

Figura 1: Descontaminação de área pública no combate à Covid-19

Fonte: Brasil (2020, p. 71).

3. O Terremoto no Haiti em 2010 e a resposta dos EUA

Em 12 de janeiro de 2010 o Haiti foi severamente atingido por um terremoto que deixou danos extremos. A ajuda humanitária provida pelos EUA em resposta ao desastre, Operação *Unified Response*, foi o maior esforço militar da história daquele país nesse tipo de ação, fora de seu território. Por se desenrolar em um país insular, a capacidade expedicionária foi crucial para a pronta reação norte-americana à catástrofe.

O terremoto afetou diretamente cerca de dois milhões de pessoas nas imediações da capital Porto Príncipe e até 3,9 milhões de pessoas em um raio de 66 quilômetros ao redor. Desmoronaram aproximadamente 100.000 estruturas, com mais cerca de 200.000 danificadas. Estima-se que o tremor matou 222.570 e feriu outras 300.572 pessoas. O total de pessoas deslocadas pela tragédia atingiu pico de cerca de 2,3 milhões, incluindo 302.000 crianças. Na capital haitiana, cerca de metade das construções foi destruída. O Palácio do Governo, 14 dos 16 Ministérios haitianos, a Catedral de Porto Príncipe, a maioria dos hospitais e o Quartel-General da missão de paz da ONU no país (MINUSTAH) foram destruídos, provocando a morte de inúmeros altos funcionários civis e militares. Na tragédia, faleceram 21 brasileiros, entre eles dezoito militares do Exército, a médica fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança, Zilda Arns, e Luiz Carlos da Costa, segunda maior autoridade civil da ONU no país. O aeroporto internacional e o porto da capital sofreram avarias que impossibilitavam seu funcionamento. A perda econômica relacionada ao terremoto foi estimada em US$ 7,8 bilhões, equivalente a mais de 120% do Produto Interno Bruto haitiano no ano anterior à catástrofe.

Recursos militares de 27 países foram empregados no apoio à resposta ao terremoto, incluindo HCmp ou equipes médicas, tropas, aeronaves, navios (para transporte ou apoio de saúde), serviços de engenharia e elementos especializados para operações portuárias e aeroportuárias.

Após solicitação haitiana, foi decidido pelos EUA que o seu Comando Conjunto Sul (SOUTHCOM) ativaria uma Força-Tarefa Conjunta para o Haiti (JTF-H), que seria empregada na Operação, em coordenação com a MINUSTAH, cujo componente militar já se encontrava desdobrado em ações de segurança. Essa operação teve duração aproximada de quatro meses e meio (14 de janeiro a 1º de junho de 2010). No auge do efetivo, em 31 de janeiro de 2010, a JTF-H contava com mais de 22.200 militares, 33 navios da Marinha e Guarda Costeira e mais de 300 aeronaves.

O grande vulto da Operação *Unified Response* foi decorrente, em boa parte, da proximidade do Haiti do território norte-americano, associada à prioridade que os EUA atribuem à cooperação humanitária com aquela nação caribenha.

As primeiras unidades atribuídas à JTF-H incluíram diversos navios da Marinha dos EUA, com uma Unidade Anfíbia (UAnf) embarcada, a 22ª Marine Expeditionary Unit (MEU), navios da Guarda Costeira e tropas e equipamentos do Exército e Força Aérea daquele país. Na fase inicial, a JTF-H se concentrou no salvamento e socorro dos sobreviventes, além do fornecimento de suprimentos emergenciais. A primeira solicitação do governo haitiano foi para se restabelecerem as operações no aeroporto em Porto Príncipe, cujo terminal, pista e torre de controle haviam sido significativamente danificados. Mediante o emprego de equipamentos de engenharia e de controle de tráfego aéreo dos EUA, em 14 de janeiro o aeroporto foi reaberto, com tal controle a cargo dos militares norte-americanos, em instalações de campanha.

A partir de 14 de janeiro, chegaram ao Haiti um navio da Guarda Costeira e aeronaves com suprimentos de emergência e para evacuação de pessoal. O fluxo de meios aumentou em 16 de janeiro, com a chegada da 22ª MEU e quatro navios da Marinha. Para tanto, o embarque da 22ª MEU nos meios navais, nos EUA, em base na Flórida, ocorreu em 48 horas.

Em 20 de janeiro, o navio-hospital USNS Comfort, dotado de centro cirúrgico e mil leitos, chegou à área de operações, além de mais navios da Marinha transportando outra UAnf, a 24ª MEU. Em 23 de janeiro, outro GptOpFuzNav norte-americano chegou ao Haiti: um Elemento Anfíbio que estava em deslocamento para participar de exercício na África fora redirecionado.

Com base no aeroporto, operaram até 58 aeronaves, de asa rotativa ou fixa, incluindo as aeronaves que chegaram com os navios e as duas MEU. Ainda em janeiro, a JTF-H apoiou organizações humanitárias na distribuição de suprimentos nas regiões mais afetadas de Porto Príncipe. Foram estabelecidos para fornecer gêneros alimentícios, água e medicamentos, 16 locais de distribuição, a cerca de dois milhões de pessoas.

A fim de restabelecer serviços essenciais, a JTF-H atuou com seus equipamentos de engenharia, em coordenação com a MINUSTAH e Organizações Não Governamentais (ONG) que atuavam na resposta ao desastre, incluindo-se aí a recuperação do porto, cujos cais norte e sul encontravam-se inutilizáveis. Para tanto, um Batalhão Móvel de Engenharia de Construção da Marinha (NMCB) foi incorporado à JTF-H. O NMCB realizou reparos no píer sul danificado e, para estabelecer capacidade portuária temporária, empregou duas barcaças contratadas. Isso aumentou o fluxo de suprimentos de emergência e reduziu significativamente a demanda no aeroporto.

Figura 2: Meios de engenharia no reparo do porto

Fonte: https://www.thinkdefence.co.uk/ship-to-shore-logistics/haiti-earthquake-port--rehabilitation/page/2/. Acesso em: 18 ago. 2021.

Figura 3: Instalação portuária temporária estabelecida junto a base em Porto Príncipe

Fonte: https://www.thinkdefence.co.uk/ship-to-shore-logistics/haiti-earthquake-port--rehabilitation/page/2/. Acesso em: 18 ago. 2021.

O componente marítimo da JTF-H estabeleceu capacidade logística *Over-the-Shore*, trazendo suprimentos diretamente dos navios no mar para a distribuição em terra sem uso do porto ou aeroporto, mais que dobrando o número de contêineres recebidos no Haiti, em comparação com os números anteriores ao terremoto. Com a flexibilidade inerente a forças anfíbias, tais meios foram empregados no fornecimento de suprimentos em regiões remotas do Haiti.

Figuras 4: Capacidade logística *Over-the-Shore* em regiões remotas do Haiti

Fonte: https://www.thinkdefence.co.uk/ship-to-shore-logistics/haiti-earthquake-port--rehabilitation/page/2/. Acesso em: 18 ago. 2021.

Logo no início das ações de resposta, as ONG que começaram a desempenhar atividades humanitárias manifestaram, à JTF-H e MINUSTAH, elevada preocupação com sua segurança durante as ações, frente a saques e outros crimes, considerando principalmente que cerca de três mil presos se libertaram da penitenciária que desabara. Tais receios acabaram por não se concretizar, possivelmente pelo grande efetivo militar (da MINUSTAH e dos EUA) em território haitiano nas ações de patrulhamento.

Conclui-se assim pela relevância da prontidão dos meios expedicionários para o atendimento das necessidades urgentes em uma operação de resposta a desastres. Particularmente quanto aos meios do Conjugado Anfíbio (navios, aeronaves e GptOpFuzNav), pôde-se perceber a elevada capacidade de apoio logístico para o socorro e a assistência às vítimas, particularmente no apoio de saúde, transporte e distribuição de suprimentos de emergência, bem como a importância da função logística e de engenharia, junto às forças em terra, na recuperação de serviços essenciais e até mesmo no desenvolvimento e manutenção de bases expedicionárias aos meios navais. Verificou-se ainda a importância das atividades de polícia no contexto das atividades humanitárias pós-catástrofes.

4. Possibilidades de Atuação dos GptOpFuzNav

Serão apresentadas a seguir possibilidades estimadas para o emprego dos GptOpFuzNav em ações de resposta a desastres ou humanitárias, no território nacional ou regiões do entorno estratégico brasileiro.

4.1. Desastres Naturais

O processo de urbanização no Brasil, acelerado a partir da década de 1950, apresentou deficiência no desenvolvimento urbano, quanto à questão habitacional. Parcela significativa da população de menor poder aquisitivo passou a viver em terrenos menos valorizados (áreas de risco potencial ou de preservação ambiental). Assentamentos precários se expandiram, ocupando áreas em acentuados declives e próximas em demasia às margens de rios, ocasionando grave vulnerabilidade a deslizamentos de encostas, inundações e enxurradas. O significativo incremento na pavimentação urbana, e a consequente impermeabilização de superfícies, também contribuíram para o aumento da área de enchentes, frequência e intensidade das inundações. Tal situação é agravada pela alteração na cobertura vegetal em áreas rurais, que modifica a dinâmica das bacias hidrográficas, provocando o assoreamento. O litoral das regiões sul, sudeste e nordeste do país é a área que concentra a maior parte desses riscos.

Em 2011, ocorreu o que é classificado como o pior desastre natural da história no país. Na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, com enxurradas e deslizamentos de terra, houve o registro de 947 mortes, mais de 300 pessoas desaparecidas e milhares de desabrigados, além de severas perdas econômicas, destruição de moradias e infraestrutura. O desastre se iniciou na noite de 11 para 12 de janeiro de 2011, quando chuvas de grande intensidade caíram sobre a região. As chuvas, que duraram 32 horas, causaram enchentes dos rios, gerando ondas que arrastaram casas e pedras. Deslizamentos de terra atingiram áreas urbanizadas. Áreas inteiras foram cobertas pela lama. A extrema escala da catástrofe causou a alteração geográfica da zona afetada. Dessa forma, rios, córregos e canais tiveram seus cursos mudados, bem como estradas, pontes e ruas desapareceram. A região ficou sem energia, água potável e comunicações. Prédios públicos, inclusive hospitais, foram danificados. Os municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis foram os mais atingidos, sendo que no primeiro o desastre afetou mais a área urbana e nos demais a área rural.

As ações de resposta ao desastre, particularmente no município de Nova Friburgo, receberam apoio de um GptOpFuzNav da MB do tipo Elemento Anfíbio (ElmAnf) com 212 militares e 37 viaturas, dirigiu-se por terra para a área atingida e estabeleceu um HCmp em Nova Friburgo em apenas 12 horas após o acionamento das tropas, realizando, em dez dias de operação, 2.227 atendimentos médicos, odontológicos, de enfermagem de emergência ou remoções de pacientes graves. Além disso, o ElmAnf realizou atividades de busca e salvamento, distribuição de víveres, recolhimento de cadáveres e apoio a dois helicópteros da MB mobilizados para a resposta ao desastre. Atuou ainda em atividades de engenharia de combate, apoiando a remoção de obstáculos e a construção de pontes provisórias nas áreas afetadas.

Figura 5: Atendimento de saúde em Nova Friburgo

Fonte: Lopes e Oliveira (2019, p. 77).

Figura 6: Reconstrução de ponte em Nova Friburgo

Fonte: Lopes e Oliveira (2019).

Nos últimos anos, em quatro situações GptOpFuzNav foram acionados para resposta a catástrofes decorrentes de fortes chuvas e deslizamentos de terra: em 2020, no norte do Estado do Rio de Janeiro, em 2021, no sul da Bahia e, em 2022, na região de Petrópolis (RJ) e no Estado de Pernambuco. Nessas ações, viaturas capazes de operar em qualquer terreno, como as recém-adquiridas UNIMOG 5000, bem como embarcações e aeronaves, foram empregadas na busca, salvamento, evacuação e assistência às vítimas (distribuição e água potável, alimentos e outros itens críticos).

Figura 7: Exercício de resgate em área de difícil acesso

Fonte: https://www.marinha.mil.br/noticias/forca-de-fuzileiros-da-esquadra-realiza--exercicio-preparatorio-de-apoio-defesa-civil. Acesso em: 13 ago. 2021.

Figura 8: Transporte de mantimentos na resposta ao desastre em Petrópolis

Fonte: Arquivo da FFE.

Foram realizados comboios, com viaturas de grande capacidade, para levar doações dos grandes centros urbanos, como Salvador e Rio de Janeiro, para as regiões desses desastres. Na Bahia, em dezembro de 2021, o GptOpFuzNav apoiou a entrega de cerca de 600 cestas básicas, além de colchões e outros donativos, às aldeias indígenas isoladas pela enchente, localizadas nas proximidades de Porto Seguro. Foi realizado ainda o transporte de 25 toneladas de alimentos e água para os municípios de Itamaraju e Itambé, com doações oriundas das cidades da região metropolitana de Salvador. Já em 2022, na resposta ao desastre de Petrópolis, o GptOpFuzNav realizou 37 missões de transporte de donativos oriundos da região metropolitana do Rio de Janeiro, que totalizaram 280 toneladas.

Em Petrópolis, o GptOpFuzNav prestou ainda relevantes apoios de saúde, engenharia e operações especiais. Em 15 de fevereiro de 2022, forte temporal atingiu aquela cidade, no que se tornou a maior tragédia da história do município. A forte chuva transbordou rios, derrubou árvores, invadiu residências, causou deslizamentos e enchentes que atingiram vários pontos da cidade e ocasionaram 237 mortos e desaparecidos, além de mais de mil desabrigados. Em menos de 24h, um ElmAnf com cerca de 300 militares já atuava na identificação das localidades mais sensíveis da cidade e no preparo da montagem do HCmp. O acúmulo de material arrastado pelas enchentes bloqueava a cidade, provocando retenção. Durante 17 dias de operação, o GptOpFuzNav atuou em diversas frentes, como a retirada de escombros, a limpeza de áreas urbanas e a desobstrução de ruas e avenidas. Ao todo, em sete vias houve a retirada de postes, árvores e cobertura vegetal, incluindo-se aí a BR-040, uma das principais vias de acesso ao município.

Figura 9: Desobstrução de vias em Petrópolis

Fonte: Arquivo da FFE.

O apoio aéreo também foi empregado, com aeronaves SH-16, UH-15 e UH-12 no transporte de pessoal e equipamentos aos locais mais remotos, como o Morro do Morin, onde está situado um

Figura 10: Hospital de Campanha montado em Petrópolis
Fonte: Arquivo da FFE.

parque de antenas de televisão, telefonia e rádio,que se encontrava sem energia. Utilizando a UH-15, elementos de operações especiais fizeram o transporte de um gerador até a região.

Por causa da grande procura por atendimentos nos hospitais da região e da interdição da Unidade de Pronto Atendimento do centro da cidade, foi estabelecido o HCmp, que entrou em funcionamento no dia 17 de fevereiro, com 85 militares de saúde e capacidade para 12 leitos de enfermaria, 12 leitos de observação clínica, 5 módulos ambulatoriais para pronto atendimento, procedimentos cirúrgicos, pediatria, ortopedia e odontologia, além de farmácia. Em 16 dias de atendimento, realizaram-se 124 atendimentos de emergência, 1.230 atendimentos clínicos, 257 atendimentos ortopédicos, 203 pediátricos e 132 odontológicos.

Além das inundações severas, outro tipo de desastre natural que constitui permanente preocupação na América do Sul, na sua costa ocidental (litoral do Oceano Pacífico), são os abalos sísmicos. Essa região está situada no "Anel de Fogo", faixa com vulcões ativos e tremores frequentes. Há grandes zonas ao longo da costa do Equador, Peru e norte do Chile em que estudos técnicos indicam a possibilidade de um tremor de magnitude 8,4 ou maior ocorrer até 2025, sendo a área de Arica, ao norte do Chile, o local mais provável desse grande abalo. Até o momento, o terremoto mais forte registrado no mundo ocorreu em Valdivia no Chile em 1960, com magnitude de 9,5 na escala Richter. De 2000 a 2019, registraram-se 35 tremores na América do Sul.

Como exemplo de apoio militar brasileiro na resposta a desastres desse tipo, verifica-se o provido após a catástrofe ocorrida no Chile em fevereiro de 2010. Naquela ocasião, um terremoto de 8,8 graus atingiu o centro-sul chileno, o maior registrado naquele país desde 1960. O tremor desencadeou um tsunami, com ondas que invadiram até 300m litoral adentro. O Brasil ofereceu ajuda humanitária, sendo então deslocado, por meio de aeronaves da Força Aérea, um GptOpFuzNav, que instalou um HCmp em Cerro Navia, periferia de Santiago, capital do país, onde haviam sido destruídos quatro hospitais. Foram empregados 102 militares, sendo 54 fuzileiros navais e 48 da área de saúde da MB. Três dias após a ativação, o HCmp já operava. Em 45 dias, foram mais de 4.500 atendimentos, incluindo cirurgias de médio porte, exames de laboratório e de imagem.

4.2. Desastres Tecnológicos

Os possíveis desastres tecnológicos no Brasil, que ensejariam ações de GptOpFuzNav, foram aqui divididos em três categorias: contaminação ambiental no litoral, acidentes em instalações de vulto e emergência nuclear.

4.2.1. Contaminação Ambiental no Litoral

Como exemplo da validade da análise de casos anteriores, o litoral brasileiro foi atingido, ao final de 2019, por um desastre ambiental que motivou resposta estatal, empregando a expressão militar, particularmente a naval, em boa parte similar ao ocorrido na Espanha em 2002 e 2003.

Em 13 de novembro de 2002, o navio mercante Prestige enfrentou forte tempestade, enquanto transportava 77 mil toneladas de óleo combustível ao noroeste da Espanha, e após alguns dias de manobra, buscando afastar-se da costa, acabou afundando a cerca de 250 km dela. O vazamento do óleo transportado provocou uma das maiores catástrofes ambientais da história da navegação até então, tanto pela quantidade de poluentes libertados quanto pela extensão da zona afetada (aproximadamente 2.000 km), desde o norte de Portugal, passando por toda a costa norte da Espanha, chegando ao sudoeste da França, o que gerou grande repercussão político-social.

Na Espanha, país mais afetado, foi a primeira vez em que uma emergência de nível nacional foi declarada pelo seu governo. As Forças Armadas e milhares de voluntários foram empregados para ajudar a separar e recolher a camada de piche que, em decorrência do vazamento, grudou nas falésias de um litoral extremamente recortado e atingiu a faixa de areia de 745 praias. As operações militares se desenrolaram de novembro de 2002 a outubro de 2003, no maior emprego das Forças Armadas para resposta à desastre da história espanhola. Foi recolhido em terra e mar um total de 80 mil toneladas de piche. Foram empregados 45 mil militares espanhóis, sendo 8.800 da Marinha, com 2.300 fuzileiros navais, que para atingir praias mais afastadas realizaram desembarques a partir dos navios anfíbios espanhóis.

Já no Brasil, em agosto de 2019, pelotas de óleo de origem desconhecida foram detectadas em praias do Nordeste do país, inicialmente na Paraíba, Sergipe e Pernambuco. Até novembro daquele ano, foram atingidos os demais Estados da referida região e os do Espírito Santo e Rio de Janeiro, no Sudeste, totalizando 11 Estados.

A investigação do desastre apontou que esse óleo foi despejado no mar, a grande distância da costa. Esse fato e a atuação das correntes marítimas contribuíram para o grande espalhamento do produto. As manchas de óleo não se deslocavam na superfície da água, não sendo assim observadas por imagens de satélites ou aeronaves, tornando-se perceptíveis apenas quando na região de arrebentação das ondas. Com isso, não se puderam empregar algumas técnicas e equipamentos tradicionalmente usados para detecção e combate a derramamento de óleo, e houve necessidade de monitorar 4.000 km de extensão na costa, dos quais cerca de 1.000 km efetivamente atingidos.

A Marinha realizou então a Operação Amazônia Azul – Mar Limpo é Vida! para apoiar a investigação em parceria com a Polícia Federal, a contenção das manchas de óleo e o controle dos danos causados. Coletaram-se aproximadamente 5.000 toneladas de resíduos, que incluíram não somente o óleo, mas também areia e detritos contaminados. Foram empregados 7.000 militares, 47 navios ou embarcações de grande porte e 13 aeronaves, além de grande número de lanchas, botes e motos-aquáticas. Em novembro de 2019, dois GptOpFuzNav foram ativados e apoiaram a limpeza de praias e outras áreas afetadas, realizando PrjçAnf a partir dos navios anfíbios da MB, um nos litorais de Pernambuco e Alagoas e outro na costa da Bahia, com 950 militares.

Figura 11: Operação Amazônia Azul – Mar Limpo é Vida!

Fonte: https://oglobo.globo.com/brasil/forcas-armadas-anunciam-incremento-expressivo-de-pessoal-na-luta-contra-oleo-24050512. Acesso em: 18 ago. 2021.

Verificou-se assim, nas crises ambientais citadas, o emprego de GptOpFuzNav no restabelecimento de serviços essenciais, mitigando danos decorrentes de contaminação ambiental. Demonstrou-se a relevância da sua capacidade de pronta resposta para provimento de apoios fundamentais à resposta à emergência, com mobilidade e flexibilidade para se atingir localidades de difícil acesso, atendendo-se assim à demanda governamental e social.

4.2.2. Acidentes em Instalações de Vulto

A última década foi marcada no Brasil por acidentes em instalações de infraestrutura industrial de grande vulto, que apontam para o aumento da preocupação política e social quanto ao risco de tais desastres tecnológicos. Em Minas Gerais, dois casos de rompimento de barragens de rejeitos de mineração configuram, devido às perdas de vidas, prejuízos às localidades afetadas e danos ambientais, os desastres de maior repercussão ambiental da história do país.

Em 5 de novembro de 2015, na cidade de Mariana, a barragem do Fundão se rompeu, culminando no deslizamento de detritos e lama por centenas de quilômetros, deixando o distrito de Bento Rodrigues, a 6 km do local do acidente, inacessível por via terrestre por vários dias. Aproximadamente 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro vazaram no acidente, em afluentes do Rio Doce, alcançando o oceano depois de percurso de aproximadamente 670 km. Em junho de 2016, os rejeitos atingiram o banco de corais do Atol de Abrolhos, na Bahia, a 81 km da foz do Rio Doce, no litoral do Espírito Santo. Pode-se concluir que, no caso de acidente similar em região mais próxima da costa, a MB poderia receber a tarefa de desencadear ações similares às da Operação Amazônia Azul – Mar Limpo É Vida! com PrjçAnf em seu escopo.

Pouco mais de três anos após esse desastre, em 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho, outra barragem se rompeu, causando o deslizamento de lama e detritos, em um total de 11,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração. Essa catástrofe teve maior impacto nas perdas humanas, com 252 mortes confirmadas e 18 pessoas desaparecidas. As Forças Armadas apoiaram as ações de resposta com aeronaves de transporte e equipes de controle aéreo de campanha. Tropas do EB e um ElmAnf da FFE, foram colocados de prontidão, mas não chegaram a ser empregados, dada a dificuldade que as equipes de resgate tinham para se deslocar na área afetada, que não tornava recomendável o emprego de mais pessoal.

No ano seguinte, em 3 de novembro de 2020, uma explosão seguida de incêndio atingiu um dos três transformadores da subestação de energia elétrica na zona norte de Macapá, capital do estado do Amapá, no extremo norte do país. Outro transformador foi comprometido por sobrecarga decorrente, o que levou ao blecaute na maior parte daquele Estado. Quase 90% do estado foi afetado severamente. Nos primeiros quatro dias, o apagão foi completo, afetando o fornecimento de água e as telecomunicações e causando prejuízos econômicos, levando a protestos populares. Após isso, a energia voltou parcialmente, em sistema de rodízio.

Dentre os meios navais deslocados na resposta à catástrofe, o Navio de Desembarque Multipropósito (NDM) Bahia, que se encontrava com um ElmAnf embarcado para outra operação no Norte do país, bem como profissionais de saúde, gêneros alimentícios, medicamentos e combustíveis. Em conjunto com tropas do EB, esse ElmAnf apoiou a defesa civil nas seguintes ações: instalação de geradores e transporte de combustíveis aos hospitais, distribuição de água, montagem de cestas básicas e de alojamentos. Além disso, as tropas realizaram ações de presença, contribuindo para a segurança pública. A partir de 11 de novembro, militares da área da saúde passaram a prestar atendimento médico. As instalações médicas do Navio Auxiliar Pará e do NDM Bahia foram disponibilizadas. Em uma semana, efetuaram-se mais de 470 procedimentos de enfermagem e mais de 740 serviços em clínica médica e pediátrica.

4.2.3. Emergência Nuclear

A preocupação internacional com a resposta a emergências nucleares se acentuou a partir de 11 de março de 2011, com o desastre ocorrido em Fukushima, no Japão. Um terremoto de magnitude 9,0 e o tsunami decorrente atingiram ampla área do país, especialmente ao longo da costa nordeste, ocasionando grande perda de vidas (15 mil mortos e 2.500 desaparecidos) e danos consideráveis em edifícios e infraestrutura. Na Usina Nuclear de Fukushima, o terremoto causou danos às linhas de fornecimento de energia, e o tsunami acarretou destruição substancial da infraestrutura operacional e de segurança, com perda do funcionamento dos geradores reservas, impedindo o resfriamento nas três unidades de reatores nucleares em operação e nos reservatórios de combustível irradiado e ainda o funcionamento do sistema de desligamento de emergência. Gerou-se assim o aquecimento excessivo dos reatores e posteriores explosões, incêndios e vazamentos de material radioativo, que danificaram estruturas e equipamentos e feriram pessoal.

O tsunami devastou um setor da costa japonesa de 600 km. As forças militares daquele país tiveram papel relevante nas ações emergenciais, empregando viaturas de grande porte, aeronaves e navios em ações de resgate (inclusive no mar) e evacuação preventiva. Realizaram ainda transporte de alimentos, água e itens críticos, controle de trânsito e sepultamentos temporários. Chegou a haver mais de 100 toneladas de suprimentos transportadas diariamente por viaturas e helicópteros.

As consequências do terremoto e do tsunami dificultaram sobremaneira as ações de resposta na usina nuclear, dada a perda de energia, presença de grande quantidade de entulho, tremores secundários, alertas de novos tsunamis e níveis de radiação aumentados. Equipes militares, especializadas em defesa NBQR, foram empregadas em ações de busca e socorro e para injetar água nos sistemas de resfriamento (parcela das tropas norte-americanas baseadas no Japão também participou dessas ações). A partir do momento em que diminuiu a radiação emanada dos reatores, helicópteros despejaram água do mar para auxiliar a resfriá-los, com tripulações protegidas contra a radiação. Observou-se então que pessoal e material especializado aportaram capacidades relevantes para o socorro e o restabelecimento de serviços essenciais, operando em condições extremas.

No Brasil, a MB mantém constante planejamento para uma possível atuação em apoio à resposta a acidentes na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), em Angra dos Reis, mormente contribuindo para evacuação por meios marítimo, terrestre e aéreo, transporte de acidentados contaminados para o Hospital Naval Marcílio Dias (referência no Brasil para acidentes nucleares e radiológicos), defesa NBQR (descontaminação e detecção), abrigo

de evacuados no Colégio Naval (situado em Angra dos Reis) e no controle de distúrbios e de trânsito.

A Usina de Fukushima tem reatores nucleares refrigerados a água do mar fervente (BWR, na sigla em inglês). Apesar de também utilizarem a água do mar para isso, as usinas da CNAAA operam com reatores refrigerados a água pressurizada (PWR, na sigla em inglês), o que diminui a eficiência energética (reduz a produção) mas traz menores riscos, pelo fato do desligamento de emergência não necessitar de energia elétrica, funcionando por gravidade, nos primeiros momentos após um sinistro. Entretanto, a interrupção no fornecimento de energia associada a uma pane nos geradores de emergência também poderá acarretar acidentes nucleares em usinas do tipo PWR, caso perdure por tempo significativo, por afetar sistemas de ventilação e refrigeração críticos para a sustentação do resfriamento do reator. Historicamente, o acidente mais grave com reator nuclear do tipo PWR ocorreu em Three Mile Island nos EUA, em 1979, por falhas de equipamentos (bombas d´água) e operacionais, sendo o mais grave acidente nuclear naquele país. Evacuaram-se 140.000 pessoas.

A região onde se situa a CNAAA consiste em área bastante estreita e acidentada, com encostas rochosas e escarpas à beira-mar. Apresenta altas taxas pluviométricas, havendo frequentes deslizamentos de encostas, principalmente no período chuvoso, de novembro a março. A malha energética perpassa os pontos de risco, gerando risco de desabastecimento de eletricidade. Devido à geografia local, a melhor forma de socorro e evacuação em caso de acidente severo seria provavelmente por meio marítimo. Para redução de riscos de desastres na CNAAA, há exercícios anuais de prevenção, envolvendo todos os órgãos envolvidos na resposta.

Dessa forma, verifica-se que a MB, dada a geografia da área de Angra dos Reis e por possuir meios e instalações na região, bem como unidades especializadas na área de resposta a acidentes nucleares, deverá contribuir com tais ações, desde a execução dos exercícios de prevenção até em caso de ocorrência de um improvável, mas de extremo impacto, desastre. Em tal contribuição, destacam-se as tarefas em que os meios do Conjugado Anfíbio poderão contribuir, como na evacuação por meios marítimo, terrestre e aéreo, ações especializadas de defesa NBQR para descontaminação, detecção e apoio a resposta em instalações atingidas (como verificou-se em Fukushima, para combate a incêndios, busca e salvamento de vítimas e entrada em centros de operação para acesso a equipamentos) e no eventual controle de distúrbios e de trânsito.

Além disso, caso se construam novas centrais nucleares em outras regiões do litoral do país, à MB seriam apresentadas demandas similares às que hoje recebe em relação à CNAAA, no tocante a contribuir para a realização de exercícios de prevenção e ações de resposta em emergências.

4.3. Crises Humanitárias

4.3.1. Venezuela: crise estrutural

Esta crise teve seu desenvolvimento nos governos de Hugo Chávez, Presidente de 1999 a 2013, e seu sucessor desde então, Nicolás Maduro, períodos nos quais aquele país sofreu escalada autoritária, que gerou forte oposição de outros Estados das Américas. O Presidente da Assembleia Nacional no exílio, Juan Guaidó, é atualmente reconhecido por mais de 50 países, incluindo Brasil, Colômbia e EUA, como o presidente venezuelano interino.

Particularmente na segunda década do século XXI, verificou-se acentuada deterioração das condições de vida da população de 31 milhões de venezuelanos. A população sofre com escassez aguda de alimentos e medicamentos, cenário agravado por forte queda na atividade econômica, com uma contração de cerca de 65% entre 2013 e 2019, devido principalmente ao colapso da produção de petróleo, deterioração das condições em outros setores e apagões frequentes (ocasionados principalmente pela falta de combustível, afetando inclusive as instalações de saúde e o abastecimento de água). As taxas de inflação são extremas. Diante disso, houve um acentuado incremento nas migrações de venezuelanos para países vizinhos (em um total estimado de 5,6 milhões até 2021). Tais fluxos migratórios exercem pressão relevante sobre os países de acolhimento, que têm a necessidade de prover ajuda humanitária, cuidados básicos de saúde, educação, validação de diplomas e busca de emprego aos imigrantes. O fluxo para a Colômbia foi de cerca de 1,7 milhão de pessoas, enquanto para o Peru já ultrapassou a casa de um milhão de migrantes. A seguir, vêm os destinados ao EUA, Chile e Equador, ambos com quase meio milhão de pessoas, e para o Brasil, com 262.000 migrantes.

Como prova do impacto de tal fluxo sobre os países fronteiriços, no Brasil verificado principalmente no Estado de Roraima, limítrofe com a Venezuela, o governo brasileiro criou, em 2018, a Operação Acolhida, para garantir o atendimento emergencial e humanitário aos refugiados e imigrantes venezuelanos que entram no Brasil por aquele Estado. Tal operação é executada e coordenada pelas Forças Armadas brasileiras, com o apoio de órgãos federais, estaduais e municipais, agências da ONU, organismos internacionais e da sociedade civil.

Quanto ao contexto de interesse naval, verifica-se que uma das regiões venezuelanas com maior demanda para assistência humanitária é o Estado de Zulia, no litoral noroeste. Além disso, a maior parte da população do país concentra-se no litoral norte, que detém as cinco maiores cidades (Caracas, Maracaibo, Valencia, Barquisimeto e Maracay). A capital Caracas é considerada a cidade mais violenta das Américas, com 366.000 pessoas assassinadas entre 1999 e 2020.

Atualmente, a crise estrutural (política, econômica e humanitária) na Venezuela representa a mais relevante preocupação no entorno estratégico brasileiro. Considerando que a mitigação da crise humanitária contribui também para a redução das pressões sobre os países que recebem o fluxo migratório, além da relevância brasileira no concerto das nações sul-americanas, pode-se verificar a possibilidade de que o Brasil tenha que incrementar sua atuação no apoio à resolução de tal crise. Uma das possibilidades seria por meio da realização de ações humanitárias que contribuam para minimizar os problemas apontados acima, seja em ações de assistência às vítimas (distribuição de itens críticos), socorro (apoio de saúde) ou restabelecimento de serviços essenciais (fornecimento de água e energia e apoio à segurança). Para a consecução de tais ações, a MB poderá receber o encargo de desembarcar GptOpFuzNav com tais capacidades no litoral venezuelano, que concentra as cinco maiores cidades do país, incluindo a capital Caracas.

4.3.2. África Subsaariana Ocidental

Até 2050, estima-se que a África Subsaariana será responsável por cerca de dois terços do crescimento da população global, quase dobrando sua população atual, o que deverá aumentar significativamente as já presentes tensões sociais quanto à infraestrutura, educação e saúde.

Situada no entorno estratégico brasileiro, a África Subsaariana ocidental, particularmente no Mali, Níger e Nigéria, é marcada por instabilidade política, ataques terroristas e de insurgentes. O delta do Rio Níger, na Nigéria, é considerado por órgãos de segurança como centro de pirataria na região do Golfo da Guiné e esconderijo para grupos armados ilegais. Além de terem que atuar contra as organizações criminosas acima mencionada, as Forças Armadas nigerianas têm sido largamente empregadas no norte do país contra os grupos terroristas Boko Haram e Estado Islâmico da África Ocidental, sendo estimadas mais de 2,8 milhões de pessoas deslocadas internamente, em região que enfrenta ainda severas condições de insegurança alimentar (falta de alimentos e/ou condições agrícolas). Esses grupos terroristas também têm operações no Mali, Níger, Camarões e Chade. Devido a esses conflitos, a Nigéria e esses países têm ainda se deparado com acentuado emprego de minas terrestres e de artefatos explosivos improvisados, por parte de militantes extremistas.

Conclui-se então que poderiam ser realizadas ações humanitárias, associadas ou não a operações de paz sob mandato da ONU, em atividades de assistência às vítimas (distribuição de itens críticos), socorro (apoio de saúde) ou restabelecimento de serviços essenciais (fornecimento de água e energia, segurança, remoção de minas ou artefatos explosivos improvisados). Considerando o Golfo da Guiné como região marítima de interesse econômico do Estado brasileiro, com países por ele banhados considerados suscetíveis a tais conflitos ou crises, a MB poderá receber o encargo de, por meio de OpAnf, inserir GptOpFuzNav com tais capacidades nessa região em particular.

5. Conclusão

Os desastres, naturais ou tecnológicos, poderão trazer graves prejuízos ao abastecimento de itens de primeira necessidade, à infraestrutura e às estruturas administrativas das regiões atingidas. Dessa forma, o emprego de GptOpFuzNav na resposta, bem como em ações humanitárias, atuando no terreno com a população atingida, propicia forma de rápida reação governamental e reforço substancial no apoio logístico a essas atividades. Assim, poderão ser atendidas demandas psicossociais nacionais ou internacionais, além de suprirem-se deficiências da região afetada.

A partir da Operação *Unified Response*, resposta norte-americana ao terremoto no Haiti em 2010, pode-se concluir pela relevância da prontidão dos meios expedicionários para resposta a desastres. Particularmente quanto aos meios anfíbios, foi relevante a capacidade de apoio logístico para assistência às vítimas (particularmente no transporte e distribuição de suprimentos, inclusive diretamente a partir dos meios navais para bases em terra), socorro (no apoio de saúde prestado a bordo dos navios), e para recuperação de serviços essenciais (inclusive na recuperação do porto da capital do país). Foi digna de nota, ainda, a necessidade de se garantir a segurança das ações.

Verifica-se ainda que os GptOpFuzNav na resposta humanitária devem ter flexibilidade nas suas estruturas logísticas, para atender não somente à sua sustentação na área de operações, mas também aos esforços despendidos para a população afetada e na recuperação de serviços essenciais. Nesse diapasão, caberá ao CASC a concretização dos diversos apoios de caráter logístico, com inequívoca preponderância (esforço principal). Entretanto, caso a situação indique sua necessidade, poderão ser ativados um HCmp, um GEF ou um GDefNBQR, reduzindo encargos de comando e controle do CASC e realizando então parcela desse esforço principal, para qualquer tipo de GptOpFuzNav (Brigada, Unidade ou Elemento Anfíbio).

Referências

ALMEIDA, Nélio de. A Força Expedicionária da Marinha no atendimento dos interesses do Brasil. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 4-9, 2019.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Brasília, DF: Marinha, 2020.

CECCHINE, Gary; *et al.* **The U.S. Military response to the 2010 Haiti earthquake**: considerations for Army leaders. Santa Monica: RAND Corporation, 2013. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR304.html. Acesso em: 6 fev. 2021.

KEEN, P. K. *et al.* Foreign disaster response: joint task force – Haiti observations. **Military Review**, Kansas, p. 85-96, Nov./Dec. 2010. Artigo do Comandante da JTF-H, junto a outros autores.

LOPES, Raphael Correia; OLIVEIRA, André Noronha de. A participação da Marinha do Brasil em operações de cooperação com a defesa civil sob a ótica da modelagem de processos: o caso Nova Friburgo. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 68-77, 2019.

OLIVEIRA, Taise da Silva; FRANCISCO, Thaís Cerqueira. Enchentes em Petrópolis: Marinha atua em apoio às vítimas do desastre. **Nomar**, Brasília, DF, ano 58, n. 949, p. 30-32, jan./mar. 2022.

SILVA JÚNIOR, Leonel Mariano da. **O emprego do conjugado anfíbio da Marinha do Brasil na resposta a desastres e ações humanitárias**. 2021. 140 f. Tese (Doutorado em Ciências Navais) – Escola de Guerra Naval, Marinha do Brasil, Rio de Janeiro, 2021.

CF (FN) Luiz Antônio Dias **do Carmo**
luizdcarmo@gmail.com

Proteção de Instalações de Interesse do Poder Naval As peculiaridades na segurança das instalações do Programa Nuclear da Marinha

CF (FN) **Do Carmo** é o atual Comandante do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica de Aramar (BtlDefNBQR-ARAMAR). É oriundo de Escola Naval, cursou o Curso Especial de Comandos Anfíbios (C-Esp-ComAnf), Curso Especial de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (C-Esp-Def-NBQR), Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais (CAOCFN) e Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS). Serviu no BtlOpEspFuzNav onde exerceu como principal função a de Comandante do Grupo Especial de Retomada e Resgate (GERR-OpEsp); no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC) como Chefe do Departamento de Cursos Operacionais (DCOp) e no Centro Industrial Nuclear de Aramar (CINA) como Encarregado do Departamento de Segurança.

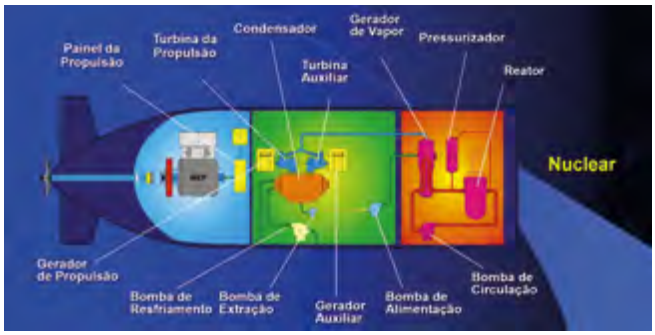
1. Introdução

A proteção física de uma Infraestrutura Crítica (IC) de elevada importância estratégica para o país envolve um conjunto de normas, sistemas, equipamentos, pessoal e procedimentos, a fim de minimizar os riscos aos ativos da instalação.

Figura 1: Ciclo do Combustível Nuclear

Fonte: https://www.naval.com.br/blog/2017/04/05/marinha-na-laad-2017/. Acesso em: 3 ago. 2022.

Figura 2: PNE do SN-BR



Fonte: https://www.naval.com.br/blog/2018/02/20/o-prosub-e-o-submarino-nuclear-brasileiro-sn-br/. Acesso em: 3 ago. 2022.

De acordo com a Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (PNSIC), infraestruturas críticas são "instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, provoque sério impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade" (BRASIL, 2018, p. 40).

Assim, pode-se inferir que as instalações do Centro Experimental de Aramar (CEA), localizadas na cidade de Iperó-SP, pertencentes ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) e integrantes do Programa Nuclear da Marinha (PNM), são consideradas IC, por serem detentoras dos conhecimentos relacionados ao ciclo do combustível nuclear, sendo consideradas a base do Programa Nuclear Brasileiro (PNB). Dessa forma, essas instalações são dotadas de um Sistema de Segurança Orgânica (SegOrg) que contempla a proteção física de seus ativos, tendo como peculiaridade o controle de emergências de natureza nuclear, biológica, química e radiológica (NBQR).

O CTMSP, de modo geral, é detentor de elevado nível de conhecimento e trabalha com alta tecnologia, desde o processamento de material nuclear até o projeto e construção de reatores nucleares destinados à propulsão naval, sendo a organização da Marinha do Brasil (MB) responsável pela condução do PNM, que visa a obtenção da Planta Nuclear Embarcada (PNE) para equipar o Submarino Convencional de Propulsão Nuclear (SN-BR) "ÁLVARO ALBERTO".

Outro ponto importante é que, por se tratar de um complexo nuclear, as instalações do CEA têm características peculiares de armazenar e manusear materiais nucleares, abrindo outro campo de risco, pela conhecida existência de agentes adversos, no nível mundial, que têm interesse em se apropriar desse tipo de material.

2. Ameaças

Atualmente, vivemos em um ambiente vulnerável, incerto, complexo e ambíguo, devido à multidimensionalidade. Neste contexto, surgem as ameaças híbridas, entendidas como o emprego, por ator oponente, de múltiplos instrumentos, militares ou não, como operações psicológicas, ataques cibernéticos, ações terroristas, emprego de veículos remotamente pilotados, propaganda, contrapropaganda, desinformação, crimes ambientais, interferências nas comunicações, ações de forças regulares e irregulares contra infraestruturas do PNM, bem como outras atividades criminosas ou subversivas de naturezas diversas, combinando ações simétricas e assimétricas, com seu efeito sinérgico, podendo atuar em ambientes físicos ou virtuais, direcionados a vulnerabilidades específicas do PNM.

Diante de tal situação, cabe aos setores responsáveis pelas atividades de inteligência e segurança estudar e levantar, em consonância com a conjuntura mundial e nacional, as Ameaças à Base de Projeto (ABP), que tratam da descrição quantitativa, definida pelo Estado, dos atributos e característica de um adversário potencial (externo e/ou interno) que possa tentar, sem autorização, remover material nuclear ou outro material radioativo, além de tentar um ato de sabotagem, contra o Sistema de Proteção Física (SisPF), projetado e avaliado, de uma instalação ou operação de transporte.

Dentre as principais ABP, levantadas em estudos, destacam-se: Atores estatais; Facções Criminosas (crime organizado); Vândalos e ativistas; Extremistas; Manifestantes; Terroristas; *Insiders;* Espiões; e Fenômenos naturais e incêndios.

A partir desse conjunto de informações sobre as ações que podem ser disparadas por tais atores é montada uma Matriz de Ameaças, na qual são estabelecidas as probabilidades/tipos de ações e os impactos que trarão à área que está sendo assegurada, possibilitando ao planejador traçar suas estratégias preventivas e de resposta.

3. Segurança Física

O planejamento da SegOrg busca harmonizar um grau de segurança satisfatório e o funcionamento eficiente da Organização Militar (OM) ou instalação a ser protegida. Deve-se evitar um excesso de segurança com prejuízo do funcionamento da unidade.

A SegOrg é o conjunto de medidas de caráter preventivo, destinadas à obstrução de ameaças de qualquer natureza, dirigidas ao pessoal, documentação, comunicações, tecnologia da informação, materiais, áreas e instalações da MB, atuando sobre as vulnerabilidades porventura existentes fora ou no interior das OM.

No caso específico da Segurança das Áreas e Instalações que, de acordo com a doutrina desenvolvida pelo Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), tratam-se de medidas para impedir as ações adversas contra as instalações da MB ou sob sua responsabilidade, contemplando a salvaguarda contra ocorrências causadas por fenômenos naturais ou acidentes de qualquer natureza, que possam causar o comprometimento de dados e conhecimentos sigilosos e a eliminação, extravio ou avaria de bens materiais ou danos aos ativos da MB, deve ser acrescida a peculiaridade do CEA ser considerado um Complexo composto por instalações nucleares, ao qual devem ser acrescidos procedimentos a serem seguidos na concepção de seu SisPF, que são regulados por Órgãos nacionais e internacionais e necessários ao licenciamento de suas plantas industriais.

Ao se lidar com segurança física de instalações nucleares, conforme previsto em norma da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e recomendações da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), adota-se a Teoria dos Círculos Concêntricos, a qual preconiza que um sistema de segurança deve estabelecer zonas, círculos ou anéis de proteção ao redor do ativo(s) a ser(em) protegido(s), seja conhecimento, pessoal, material, equipamento ou a instalação sensível propriamente dita. A partir do anel ou círculo mais excêntrico em direção ao núcleo do principal, aumenta-se o grau de resistência e, consequentemente, a aplicação das medidas de proteção, a fim de limitar o ataque da força adversa o mais externamente possível e manter inexpugnável o ativo.

Portanto, há um crescimento progressivo das medidas de proteção em direção aos bens mais valiosos ou sensíveis. No círculo ou anel mais externo adota-se o grau de resistência "VIGIAR", nos seguintes, o grau de "CONTROLAR" e "RETARDAR" e, no círculo mais interno, o grau de "PROTEGER", assim, tais procedimentos de proteção atingem seu ápice. Quanto mais elevado for o grau de resistência, maior o número de barreiras e sensores a serem implantados.

Dessa forma, primeiramente deve ser delimitada no Complexo uma Área de Segurança com vistas à proteção física de uma ou mais unidades operacionais no seu interior, sendo estabelecido em grau de proteção apropriado à natureza da área: vigiada, protegida ou vital.

a. Área Vigiada - área de segurança adjacente e exterior a uma ou mais áreas protegidas, mantidas sob constante vigilância, cercada e demarcada com avisos e sinais adequados, que alertam por se tratar de área de segurança com acesso controlado.

b. Área Protegida - área de segurança mantida sob constante proteção, cercada por uma barreira física com número reduzido de acessos controlados e que envolve: uma ou mais áreas vitais da mesma instalação nuclear; ou uma instalação nuclear desprovida de área vital.

c. Área Vital - área de segurança necessariamente interna a uma área protegida, contendo equipamento vital e/ou material nuclear categoria I, no interior de uma estrutura cujas paredes, teto e piso, constituem barreiras físicas.

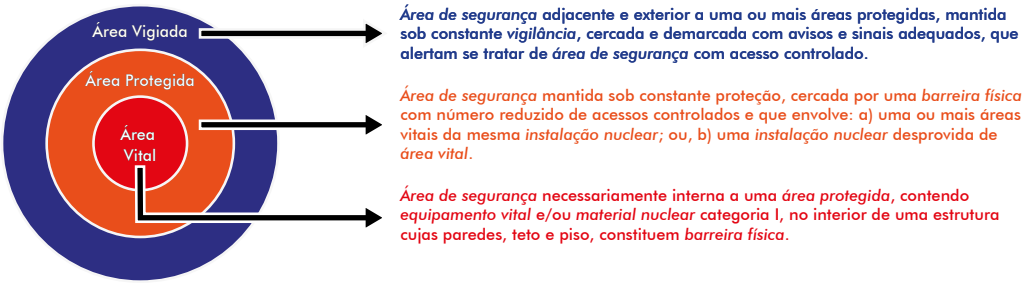
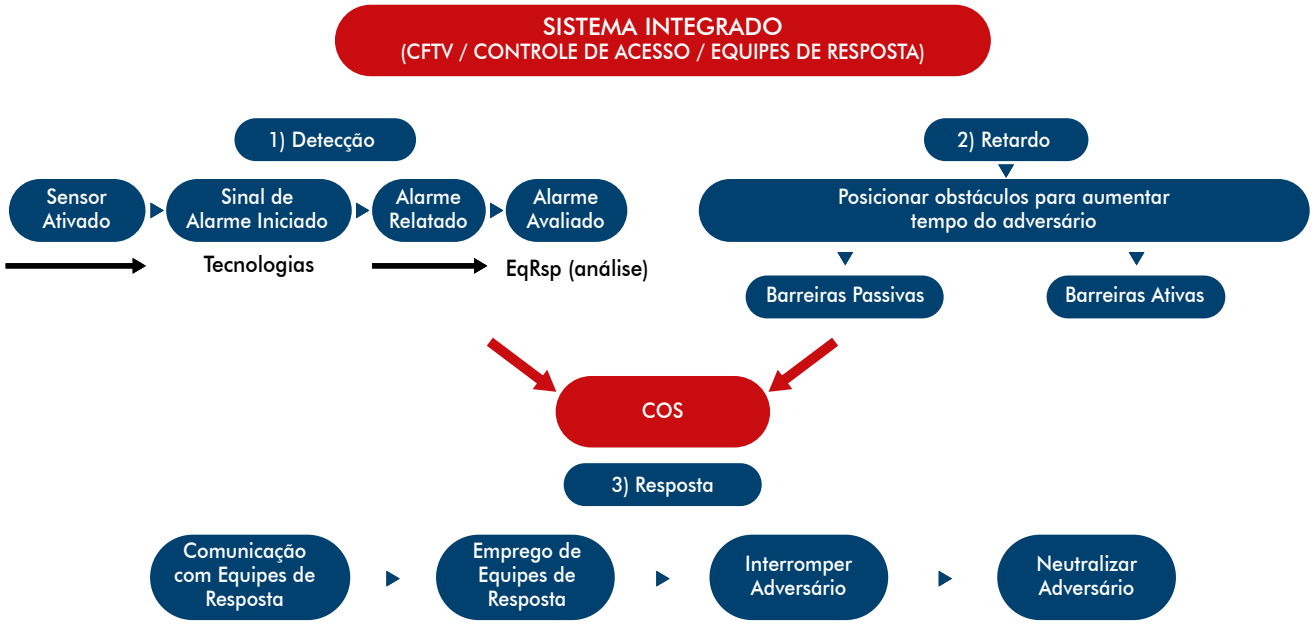


Figura 3: Teoria dos Círculos Concêntricos

Fonte: Superintendência de Segurança do CTMSP.

Figura 4: Sistema Integrado de Vigilância e Controle de Acesso (SIVCA)



Fonte: Superintendência de Segurança do CTMSP.

Outro ponto importante é que para gerenciar o SisPF desse tipo de instalação, existe a necessidade do estabelecimento de um Sistema Integrado de Vigilância e Controle de Acesso (SIVCA), responsável pelo gerenciamento dos subsistemas de detecção (controle de entrada, detecção de intrusão, avaliação do alarme e comunicação/exibição desse alarme), retardo (utilização de barreiras ativas e passivas para conceder tempo para atuação da resposta) e resposta (busca interromper e neutralizar um agente de ameaças antes da conclusão de uma ação contra as instalações).

Além disso, as normas da CNEN para o licenciamento da instalação nuclear também estabelecem a necessidade de um local responsável por gerenciar todo o sistema de segurança do Complexo. Tal ação se concentra no Centro de Operações de Segurança (COS), instalação onde são disponibilizadas e apresentadas as informações desses diversos subsistemas, cabendo a seus operadores, em regime de operação de vinte quatro horas, durante sete dias por semana (24/7), intervir nos sistemas conforme protocolos pre-estabelecidos no Plano de Segurança Orgânica (PSO) e Plano de Emergência Local (PEL) do Complexo.

No subsistema resposta, destacam-se as Equipes de Respostas Móveis (EqRspM) fornecidas pelo BtlDefNBQR-ARAMAR para a segurança do CEA, que são responsáveis pelo patrulhamento em áreas específicas do Complexo e pela reação imediata em caso de detecção de uma intrusão ou ameaça às instalações. Para tanto essas equipes são providas de mobilidade fornecida por viaturas 4x4, equipagem de proteção balística individual, armamento letal e menos letal, cão de guarda e proteção e, caso necessário, apoio de drone para reconhecimento e monitoramento de área. Esse conjunto de meios, aliado ao constante preparo e aprimoramento técnico-profissional dos militares do Batalhão, e a presença constante de tropas adestrando na área de propriedade e de servidão militar do CEA, tornam-se fatores dissuasórios para o público externo e interno, contribuindo sobremaneira para a ampliação dos níveis de segurança do Complexo.

Figura 5: Equipe de Resposta Móvel (EqRspM)

Fonte: BtlDefNBQR-ARAMAR.

4. Controle de Emergência NBQR

Diferente de outras instalações de interesse do Poder Naval, as existentes no CEA, voltadas à produção, ao processamento, ao reprocessamento, à utilização e ao manuseio ou estocagem de material nuclear, são submetidas a processos de licenciamentos pela CNEN para sua construção e operação.

Dentre os vários requisitos estipulados pelo Órgão regulador, existe a necessidade da apresentação do Plano de Proteção Física (PPF), que no caso da Marinha se refere ao PSO, e do PEL. Este último é responsável por estabelecer um conjunto de medidas a serem implementadas em caso de situação real ou potencial de emergência, seja na fase da operação inicial ou operação permanente da instalação nuclear. Além disso, deve obedecer à orientação contida nas Normas Gerais do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON) e seguir as recomendações da AIEA.

O PEL é baseado no estudo, exame e descrição do comportamento previsto para aquela instalação nuclear durante toda sua vida, em situações normais, transitórias e de acidentes postulados, com o objetivo de determinar as margens de segurança previstas em operação normal e em regime transitório, bem como a adequação de itens para prevenir acidentes e atenuar as consequências daqueles que possam ocorrer. Para tanto, são estabelecidas Zonas de Planejamento de Emergência (ZPE). Para cada planta nuclear é traçado um círculo ao seu redor a partir do centro da planta, tendo como raio a distância que poderá ser comprometida com material nuclear e/ou químico em caso de acidente, ou seja, visa assegurar a possibilidade de implementação de ações imediatas e efetivas para proteger trabalhadores ocupacionalmente expostos, indivíduos do público e meio ambiente.

Outro ponto importante para a elaboração do PEL está no estabelecimento dos "Acidentes Postulados" para a instalação considerada, que são os acidentes considerados como de ocorrência admissível para fins e análise, visando ao estabelecimento das condições de segurança capazes de impedir e/ou minimizar eventuais consequências. Em seu conteúdo são descritas as instalações para primeiros socorros e descontaminação de pessoal, incluindo:

a. equipamento local para monitoração de pessoal;

b. instalações e equipamentos locais para descontaminação de pessoal; e

c. instalações e equipamentos médicos locais para tratamento adequado de emergência e primeiros socorros.

No plano são incluídas a estrutura organizacional para fazer face à emergência, na qual estejam definidas autoridades, responsabilidades e tarefas específicas, bem como os meios de notificação às pessoas e às organizações locais, estaduais e federais envolvidas.

No caso do PEL-CEA, sua estrutura administrativa consiste do Grupo Executivo do Plano de Emergência (GEPE), do Grupo de Emergência Local da Unidade de Planejamento de Emergência (GEL-UPE), do Grupo de Ações de Apoio (GAAp), da Equipe Médica de Emergência (EME), da Equipe de Proteção Radiológica (EPR) e do BtlDefNBQR-ARAMAR, cabendo ao Coordenador-Geral do Plano de Emergência (COGEPE) sua coordenação.

Ao BtlDefNBQR-ARAMAR compete executar, sob a coordenação do COGEPE, o emprego da Equipe de Isolamento, Equipe de Reconhecimento e Resgate NBQR e Equipe de Descontaminação NBQR, compreendendo:

- realizar o resgate de vítimas com apoio da Brigada de Incêndio, EPR, EME e do GEL-UPE;
- apoiar nas ações de emergência química;
- apoiar a EPR na detecção, triagem, combate e descontaminação de pessoas e materiais em situações de emergência nuclear;
- apoiar nas ações iniciais de combate a incêndio e/ou controle de avarias;
- controlar o trânsito de pessoas e/ou tráfego de veículos na área externa à emergência, dentro dos limites de propriedade do CEA;
- garantir interdição de áreas; e
- manter a segurança física da instalação ou edificação durante a situação de emergência.

Com isso, o Batalhão além das atividades voltadas à proteção física da instalação tem a obrigatoriedade de manter em condição de pronto emprego, um Grupo de Resposta Imediata NBQR (GRI-NBQR) para no caso de acionamento do PEL-CEA, responder de forma rápida na montagem do Posto de Descontaminação Técnica, visando primeiramente receber e descontaminar o GEL-UPA da planta onde ocorreu o acidente, bem como continuar nas ações para o controle da emergência aumentando de maneira gradual seu poder de combate na área afetada.

Figura 6: Posto de Descontaminação Técnica e GRI-NBQR

Fonte: BtlDefNBQR-ARAMAR.

5. Cobertura Antiaérea

A Defesa Aeroespacial compreende o conjunto de medidas adotadas por uma Força para se opor a qualquer ameaça aeroespacial, com intuito de reduzir ou anular a sua eficácia. Em outros termos, a Defesa Aeroespacial implica na realização de ações necessárias, de modo a manter-se as perdas ou danos causados por ataque de Aeronave (Anv) ou mísseis inimigos em nível aceitável. Ela é composta pela Defesa Aeroespacial Ativa e pela Defesa Aeroespacial Passiva.

Para uma situação de conflito esses conceitos são os pilares da proteção de Instalações estratégicas ou simbólicas e IC, uma vez que teremos Estados de Alerta sendo estabelecidos para as probabilidades de ocorrência de ameaça aeroespacial a determinada área defendida, permitindo a reação, em tempo hábil, contra uma ação hostil.

Porém, o atentado terrorista de 11 de Setembro de 2001 contra as Torres Gêmeas, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington-DC, foi responsável por modificações na tradicional ameaça aérea. As Anv tipo *Renegade* como são conhecidas as Anv comerciais desviadas com intenção de perpetrar atentados terroristas.

Tal situação demonstra o problema de como proteger nossas instalações estratégicas 24/7 com meios de Defesa Antiaérea (DAAe) limitados e tempo de reação curto, já que para abater uma Anv em situação de paz requer a autorização governamental, fato observado nas ações tomadas pela Força Aérea Brasileira (FAB) contra as Anv a serviço do narcotráfico. Caso uma das diversas Anv que sobrevoam nosso espaço aéreo saísse de sua rota de aproximação para o Aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro-RJ e resolvesse mergulhar contra as Usinas de Angra-I ou II, será que teríamos o tempo hábil para evitar essa ação?

Na aparente paz que vive o Brasil, não teríamos como responder de maneira direta essa pergunta, já que não há como carrearmos meios de DAAe para as instalações de interesse da MB sem que tenhamos uma ameaça real que justifique isso. O simples posicionamento de mísseis superfície-ar em uma dessas instalações, por exemplo, acarretaria no desgaste dos meios e tropas, sem contar que haveria a necessidade de se criar procedimentos para abater uma Anv que adentrasse na Área de Voo Proibido, bem como a autorização governamental, que poderia não chegar em tempo hábil para a neutralização daquele vetor.

Contudo, o sucesso para se elevar os níveis de segurança contra esse tipo de ameaça é contar com um sistema de inteligência ativo, ou seja, o país deve investir no Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e nas Agências que o integram, a fim de manter um acompanhamento cerrado da conjuntura e a atualização constante das ABP, propiciando uma antecipação e resposta mais assertiva contra as possíveis ameaças de um vetor aéreo.

Por outro lado, surge uma nova ameaça aérea, as chamadas Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP), também conhecidas como drones, que podem executar missões de inteligência, vigilância, reconhecimento e ataque ao solo. Tais aparelhos tiveram um avanço significativo, principalmente a partir do momento que passaram a ser artilhadas para emprego contra alvos significativos no campo de batalha ou até mesmo se tornando uma espécie de *"Kamikaze"* da atualidade, no qual a própria aeronave se torna a carga explosiva contra um alvo, a exemplo do que ocorre no conflito entre Rússia e Ucrânia com os drones produzidos pela Turquia, que são empregados pelos ucranianos contra alvos russos.

O emprego desses meios nos atuais conflitos, demonstram que governos e empresas vêm desenvolvendo a tecnologia dos drones para ampliar sua autonomia, velocidade, raio de ação, dimensões, peso, capacidade de carga e custos de produção, permitindo sua construção nas dimensões de uma Anv de pequeno porte até o tamanho de insetos. Com isso, esse tipo de aparelho passa a ser inserido também no contexto comercial, possibilitando seu amplo emprego em tarefas de entregas de encomendas, lazer, fotos e filmagens, aeromodelismo e levantamento de áreas.

Assim como em outros países, no Brasil o uso criminoso de drones tem crescido notoriamente. Os drones têm sido empregados para invasão de propriedades, obtenção de imagens não autorizadas, contrabando e diversos tipos de fraudes. Neste contexto, centros de distribuição, plantas industriais, condomínios, presídios, grandes eventos públicos e aeródromos, tornam-se especialmente vulneráveis, demandando a criação de um novo conceito de proteção perimetral, que complementará o conceito da defesa aeroespacial.

Por conta do acesso fácil a essa nova tecnologia pelo meio civil é que cresce a ameaça relacionada ao emprego de drones, já que tais equipamentos trazem consigo, mesmo que de maneira pormenorizada, todo arrasto tecnológico de sua versão militar, seja por meio de câmeras de alta resolução, raio de ação, transmissão de dados e capacidade de transporte de carga. Basta apenas ter a motivação certa e adaptar esse tipo de meio à tarefa a ser cumprida para termos um sério problema nas mãos. Como exemplo, podemos citar o emprego desses aparelhos pelo Estado Islâmico (EI) contra as forças iraquianas durante a batalha por Mossul, no qual drones civis transportavam granadas de morteiro ou cargas explosivas para serem lançadas sob tropas em patrulhas, causando um número considerável de baixas com pouco esforço e recursos.

Figura 7: Drone adaptado com granadas explosivas

Fonte: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/por-que-a-batalha-por-mossul-e--fundamental-na-luta-contra-o-estado-islamico/. Acesso em: 3 ago. 2022.

A tecnologia dos drones evolui com rapidez e seu emprego descontrolado se torna cada vez mais um desafio para os governos, no estabelecimento de legislações específicas e de normatizações que permitam um controle mais efetivo. Contudo, existe também, a corrida tecnológica para permitir a neutralização de tais equipamentos. Diante disso, o mercado vem trabalhando desde equipamentos portáteis como os rifles antidrone, que emitem um sinal de radiofrequência para desestabilizar o GPS do aparelho fazendo-o pousar ou retornar para o ponto de partida e drones caçadores, que transportam armadilhas para captura de drones invasores, até sistemas radar de monitoramento e alerta que identificam a trajetória e a exata localização do piloto de um drone que invada o perímetro de segurança da instalação protegida.

Figura 8: Sistema *DroneTracker* (barreira 3D)

Fonte: https://www.dedrone.com/press/dedrone-counter-drone-technology-achieves-approval-by-the-uk-centre-for-the-protection-of-national-infrastructure-cpni. Acesso em: 3 ago. 2022.

Figura 9: *Rifle Dronegun Tactical*

Fonte: https://www.droneshield.com/dronegun-tactical. Acesso em: 3 ago. 2022.

Para o caso de uma IC que necessita de uma cobertura ininterrupta sob sua Área de Voo Proibido, a solução de detecção, identificação, rastreamento, bloqueio e captura é a alternativa adequada para o combate das ameaças de drones hostis. Contudo, a tecnologia de bloqueio e captura de drones atualmente tem aplicação restrita aos presídios, conforme normas da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), motivo pelo qual não é permitida sua utilização para aplicações em aeroportos, por exemplo.

Por fim, devemos buscar soluções tecnológicas e jurídicas para combater as ameaças ao nosso alcance e continuar a investir em equipamentos para se contrapor aos drones e às Anv que adentrem sem autorização no perímetro de segurança das instalações sensíveis, a fim de contribuir para a ampliação dos níveis de segurança dessas instalações.

6. Considerações Finais

A segurança de uma instalação de interesse do Poder Naval como as pertencentes ao PNM no CEA, tem peculiaridades que não são aplicadas a outras instalações, uma vez que tem de conciliar os conceitos de *security* (proteção física) e *safety* (controle de emergências) previstos ou recomendados pelos Órgãos de licenciamento de instalações nucleares.

Por isso, cresce de importância a realização de investimentos no setor de inteligência; atualização e expansão de sistemas de segurança voltados para monitoramento, vigilância, controle de acesso; aquisição de equipamentos para as forças responsáveis pelas ações de respostas; e capacitação e seleção de pessoal. Só assim é possível manter pessoal, civil e militar, em condições de serem empregados em eventos relacionados à proteção física e/ou emergências de natureza NBQR, de modo a evitar incidentes/acidentes que ponham em descrédito o PNM e, por conseguinte, o PNB.

Referências

ÁUSTRIA. International Atomic Energy Agency. **IAEA NSS nº 8:** Implementing Guide - Preventive and Protective Measures against Insider Threats. Vienna: IAEA, 2020.

ÁUSTRIA. International Atomic Energy Agency. **IAEA NSS nº 13:** Nuclear Security Recommendations on Physical Protection of Nuclear Material and Nuclear Facilities. Vienna: IAEA, 2010.

ÁUSTRIA. International Atomic Energy Agency. **IAEA NSS nº 14:** Nuclear Security Recommendations on Radioactive Material and Associated Facilities. Vienna: IAEA, 2011a.

ÁUSTRIA. International Atomic Energy Agency. **IAEA NSS nº 15:** Nuclear Security Recommendations on Nuclear and other Radioactive Material out of Regulatory Control. Vienna: IAEA, 2011b.

BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear. **CNEN NE 1.04:** Licenciamento de Instalações Nucleares. Rio de Janeiro: CNEN, 2002.

BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear. **CNEN NE 2.01:** Proteção Física de Unidades Operacionais da Área Nuclear. Rio de Janeiro: CNEN, 2019a.

BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear. **CNEN NN 2.01:** Proteção Física de Materiais e Instalações Nucleares. Rio de Janeiro: CNEN, 2019b.

BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear. **CNEN NN 2.02:** Controle de Materiais Nucleares. Rio de Janeiro: CNEN, 1999.

BRASIL. Comissão Nacional de Energia Nuclear. **CNEN NN 3.01:** Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica. Rio de Janeiro: CNEN, 2004.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 50, de 27 de novembro de 1984. Convenção sobre a proteção Física do Material Nuclear. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 122, n. 230, p. 17641, 29 nov. 1984. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1980-1987/decretolegislativo-50-27-novembro-1984-360777-convencao-1-pl.html. Acesso em: 3 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.573, de 22 de novembro de 2018. Aprova a Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 225, p. 40-41, 23 nov. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9573.htm. Acesso em: 3 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.569, de 9 de dezembro de 2020. Aprova a Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 236, p. 8-11, 10 dez. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10569.htm. Acesso em: 3 ago. 2022.

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-10.1:** manual de Defesa Antiaérea de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro: CGCFN, 2020a.

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-315:** manual de Segurança de Áreas e Instalações de Interesse da Marinha do Brasil. Rio de Janeiro: CGCFN, 2020b. v. 1.

DIAS, Ricardo Valpaços. **As novas ameaças e a defesa antiaérea de grandes centros urbanos.** 2009. 111 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Academia Militar, Lisboa, 2009.

CC (FN) Francisco **Eduardo** Oliveira **Luz**
eduardo.luz@marinha.mil.br

CC (FN) Thiago **Caldas** Soares
thiago.caldas@marinha.mil.br

O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais na Garantia da Lei e da Ordem – O emprego no Controle de Distúrbios

CC (FN) Francisco **Eduardo** Oliveira **Luz** serve atualmente no Comando da Tropa de Reforço, como Ajudante de Operações. É oriundo da Escola Naval, realizou o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-EMOI) em 2017; o Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais (CAOCFN) em 2014 e o Curso de Artilharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2013. Serviu no Batalhão de Artilharia de Fuzileiros Navais, no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília, no Centro de Instrução e Adestramento de Brasília Almirante Domingos de Mattos Cortez. Comandou a Companhia de Polícia no período de 01JUL2021-08JUL2022. Realizou o Curso de Observador Aéreo em 2011 e participou do processo de atualização do Manual de Controles de Distúrbios CGCFN-309.

O CC (FN) **Caldas** serve atualmente no Batalhão Naval, onde exerce a função de Chefe do Departamento de Organização e Apoio. É oriundo da Escola Naval, realizou o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-EMOI) em 2017; o Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais (CAOCFN) em 2014 e o Curso de Engenharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2013. Serviu no Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais, na Fragata Independência e na Companhia de Polícia do Batalhão Naval, OM que comandou no período de 05JUL2021-09JUL2022. Participou do processo de atualização do Manual de Controles de Distúrbios CGCFN-309.

1. Introdução

No passado, a guerra direta foi marcada por bombardeios e tanques de guerra, mas se o padrão que os EUA vêm aplicando na Síria e na Ucrânia for indicativo de algo, no futuro a guerra indireta será marcada por "manifestantes" e insurgentes (KORYBKO, 2018).

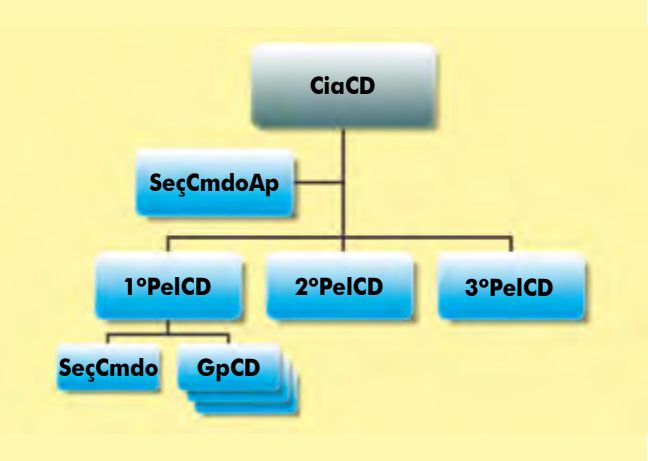
A citação acima, extraída da obra Guerras Híbridas de Andrew Korybko, apresenta uma realidade observada a partir de 2010, quando uma onda de protestos, a Primavera Árabe, abalou as bases de tradicionais regimes no mundo islâmico. Desta forma, as manifestações ganharam importância e a sua gestão passou a ser fundamental, tendo em vista que: a ineficiente **Gestão de Multidões** pode se transformar em um motim resultando em não só perdas materiais, mas até mesmo de vidas (TARLOW, 2018).

O Plano Estratégico da Marinha atribui ao Corpo de Fuzileiros Navais o Objetivo Naval de contribuir para a Garantia dos Poderes Constitucionais e da Lei e da Ordem, nos ambientes marítimo, fluvial ou terrestre. Em que pese o caráter específico das ações a serem desencadeadas na Gestão de Multidões, os Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) possuem a versatilidade e a flexibilidade necessárias para realizar o Controle de Distúrbios (CD), haja vista o CFN entender que quando não controlados pelas autoridades competentes, os distúrbios poderão ocasionar: a perturbação da ordem e do funcionamento das Instituições e dos Órgãos Públicos e Privados (BRASIL, 2022).

2. O Componente de Combate Terrestre - CCT

> As tropas empregadas em ações de CD, podendo estar inseridas em um GptOpFuzNav, podem receber a tarefa de restaurar ou manter a ordem, utilizando táticas e técnicas adequadas a cada situação, tais como nos conflitos de alta intensidade e nas atividades de emprego limitado da força (BRASIL, 2022, p. 6-1).

Figura 1: Organização da CiaCD



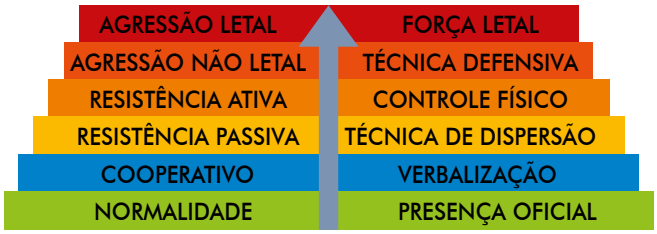
Fonte: Brasil (2022).

Dentro deste contexto específico de emprego nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, o CCT normalmente será formado por militares da Companhia de Polícia da Tropa de Reforço (CiaPol), da Companhia de Polícia do Batalhão Naval (CiaPolBtlNav), dos Pelotões de Apoio de Polícia (PelApPol), das Companhias de Fuzileiros Navais dos Grupamentos de Fuzileiros Navais Distritais e das Companhias de Operações Ribeirinhas dos Batalhões de Operações Ribeirinhas - tropas mais vocacionadas para o emprego em CD e, também, pelas Companhias dos Batalhões de Infantaria de Fuzileiros Navais.

No processo de Gestão de Multidões o valor de tropa mínimo a ser empregado é de uma Companhia, assim um Elemento Anfíbio (ElmAnf) se apresenta como o tipo de GptOpFuzNav ideal para Ações de Garantia da Lei e da Ordem.

O uso do armamento letal somente é autorizado em casos extremos, conforme apresentado a seguir na Metodologia de Emprego Progressivo da Força, não sendo de utilização ostensiva e precípua em operações de CD, em virtude do caráter majoritariamente não letal das ações que são desencadeadas.

Figura 2: Níveis da Metodologia do Emprego Gradual da Força



Fonte: Brasil (2022).

Assim, faz-se necessário que os Fuzileiros Navais sejam adaptados a outros equipamentos e adestrados previamente, o que pode demandar um tempo de até 15 dias, em se tratando de tropas que não sejam da CiaPol, da CiaPolBtlNav e dos PelApPol dos Grupamentos de Fuzileiros Navais Distritais e dos Batalhões de Operações Ribeirinhas.

Figura 3: Fuzileiro Naval de um PelCD trajando equipamento específico de Escudeiro

Fonte: Brasil (2022).

Figura 4: PelCD com apoio de Blindados

Fonte: Brasil (2022).

3. A Contribuição dos Cães de Guerra para o CCT

Desde a Antiguidade os cães são empregados nas campanhas militares, sendo empregados principalmente como rastreador, em patrulhas e na guarda de instalações. Hoje em dia, há grande utilização de cães nas forças policiais e armadas em apoio às suas operações.

No Corpo de Fuzileiros Navais a unidade especializada no preparo e emprego dos cães de guerra da Força de Fuzileiros da Esquadra é a Companhia de Polícia. Possui desde 1997 um canil onde há a administração do plantel de cães e seu adestramento para emprego em apoio aos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais em ações de detecção de entorpecentes, de explosivos e de guarda e proteção.

Figura 5: Grupo de Choque de Cães (GpChqCães) inseridos no PelCD

Fonte: O autor

No Controle de Distúrbios, os cães de guerra compõem a CiaCD no Grupo de Choque de Cães (GpChqCães) com três equipes. Cada equipe é composta por dois cinófilos com os respectivos cães e um atirador. A presença do GpChqCães provê segurança aos flancos e à retaguarda dos PelCD e principalmente são uma ferramenta de grande efeito dissuasor para os Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP).

Figura 6: GpChqCães na Seção de Comando e Apoio da CiaCD

SeçCmdoAp da CiaCD				
Comandante				
Imediato				
Operador de Vídeo/Fotógrafo				
Operador de SARP (*)				
Mensageiro/Rádio-operador				
DstIrdSonora	GpChqCães (*)	Gp de Aprisionamento	DstS	GpTrnp (**)
Operador	Cinófilo (6)	Cmt Gp Aprisionamento	Médico	Encarregado
Auxiliar	Atiradores (3)	Elm de Custódia (3)	EF (2)	Motorista (10)
TOTAL: 34 militares Obs: (*) Quando disponível; e (**) O GpTrnp poderá variar em função do tipo de vtr que apoia a CiaCD.				

Fonte: Brasil (2022).

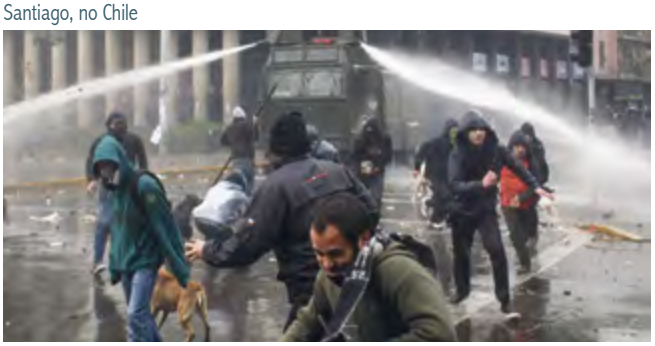
A decisão de se lançar um cão de guerra em direção a um APOP é realizada com toda a atenção necessária, observando as regras de engajamento da operação e os Níveis da Metodologia do Emprego Gradual da Força, a fim de evitar-se dano colateral causado pelas mordidas do cão, bem como para preservar a integridade física do cão e de seu condutor.

4. O Componente de Apoio de Serviços ao Combate - CASC

Devido à grande fluidez das ações de CD, avulta de importância o atendimento das necessidades de Apoio de Serviços ao Combate nessas atividades (BRASIL, 2022).

O CASC é fundamental ao prover o apoio de transporte para o GptOpFuzNav em ações de CD, dado o destaque que essa função logística recebe no processo de Gestão de Multidões. Cabe salientar que nessa atividade a disponibilidade de viaturas orgânicas dotadas de algumas melhorias que otimizem o emprego nas operações, tais como - proteção nas janelas, local para armazenamento dos escudos no seu interior, escadas laterais externas, uma base na parte superior externa para que elementos possam utilizar a própria viatura como uma posição privilegiada de observação - constituir-se-á em fator de força.

Figura 7: Veículo Lançador de Água usado para dispersar manifestantes em Santiago, no Chile



Fonte: https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/copa-2014/noticia/2014/06/Caminhao-blindado-com-jato-d-agua-sera-usado-em-protestos-4526234.html. Acesso em: 6 out. 2022.

Figura 8: Polícia disparando contra manifestantes cazaques usando veículos especiais como plataforma

Fonte: https://www.dn.pt/internacional/presidente-do-cazaquistao-promete-resposta--forte-aos-protestos-e-assume-mais-poder-14464656.html. Acesso em: 6 out. 2022.

5. O Componente de Combate Aéreo (CCA) e a Utilização de Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (SARP)

Diversas forças policiais utilizam-se de equipamentos para a tomada de imagens para monitoramento das ações e para permitir uma melhor consciência situacional ao Comando.

Na doutrina de CD do Corpo de Fuzileiros Navais, a CiaCD dispõe de um elemento organizacional em sua Seção de Comando e Apoio, um operador de vídeo/fotógrafo e um operador de SARP, para a realização de reconhecimentos, observação da multidão e registro das ações.

Existem relevantes vantagens com a utilização de ARP em apoio às ações de Controle de Distúrbios. A produção de imagens pelas aeronaves permite o registro dos procedimentos tomados pela tropa, contrapondo-se a injustificadas acusações sobre possíveis excessos cometidos. Outra vantagem com a utilização dessa tecnologia é a possibilidade de identificar os APOP e sua liderança, constituindo, assim, fator dissuasório.

A percepção de impunidade pelos APOP, de que não serão responsabilizados por seus atos advindo do anonimato, causa, segundo a psicologia das massas, um aumento de agressividade pelos infratores. A identificação individualizada também constitui prova para comprovação da autoria dos crimes cometidos, robustecendo os elementos para a prisão efetuada, dando segurança e legitimidade aos atos praticados pela CiaCD.

Figura 9: Registros da Ação em Controle de Distúrbios são facilitados pelo uso de aeronaves

Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40066349. Acesso em: 6 out. 2022.

6. O Choque Rápido - Um conceito a ser considerado no emprego dos GptOpFuzNav em Ações de CD

Com a necessidade de intervir com rapidez para repelir ou dispersar multidões em desordem, de forma eficiente e segura, por meio de mobilidade e agilidade inerentes ao patrulhamento tático motorizado... será executado a ação de Choque Rápido de acordo com as técnicas de Operações de Choque, para controlar distúrbios em focos menores e descentralizados de tumulto... CHOQUE RÁPIDO consiste na definição do grupo tático composto por 02 (duas) viaturas operacionais tipo "Pick-ups customizadas" com 10 (dez) policiais militares treinados e equipados com materiais de OCD, que atuam de forma rápida e eficiente em pequenas manifestações... (RIO DE JANEIRO, 2020).

O conceito apresentado acima já é amplamente utilizado por Tropas de Choque no Brasil, o qual o processo de desenvolvimento doutrinário ocorre na prática diária. Trata-se do emprego de Grupos de Polícia, que na concepção da doutrina das Forças Auxiliares Brasileiras são compostos por dez militares, o que corresponde a exatamente a mesma estruturação encontrada em nossos PelCD, o que permite uma fácil assimilação do *modus operandi.*

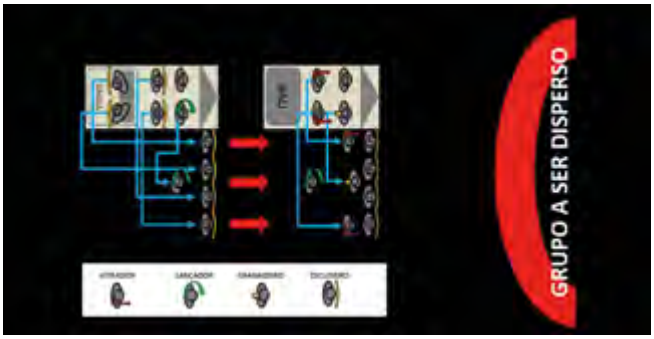
O Choque Rápido, se adotado pelo CFN, após o devido e necessário processo de Experimentação Doutrinária, pode dinamizar as ações do CCT e permitir dispersar aglomerações antes da formação de multidões, além de proporcionar a identificação e o apresamento de líderes ou indivíduos que atuem como agitadores, processo que pode ser extremamente potencializado com o apoio cerrado de SARP do CCA.

Figura 10: Sugestão de Configuração de uma Equipe de Choque Rápido para o CFN

FUNÇÃO	GRADUAÇÃO	EQUIPAMENTO ESPECÍFICO DE CD
Comandante	Sargento (FN)	Granadas de Mão/Algemas/ Espargidor de Pimenta Pequeno/Pistola 9 mm
Auxiliar	Cabo (FN)	Lançador de Granadas 40 mm ou Marcador FN-303/ Espargidor de Pimenta Grande
Atiradores	Cabo (FN)	Espingarda Militar
Segurança	Cabo (FN)	Fuzil M-16 com Luneta ou Mira Reflexiva/Espargidor de Pimenta Pequeno
Escudeiro	Quatro SD-FN	Escudos/Cacetete/Espargidor de Pimenta Pequeno
Motorista	Dois CB/SD-FN	Espargidor de Pimenta Pequeno

Fonte: O autor.

Figura 11: Formação de Choque Rápido



Fonte: Batalhão de Polícia de Choque - PMERJ.

7. Conclusão

Inquestionavelmente, as manifestações ganharam grande impulsão, dada a capacidade de mobilização da opinião pública, haja vista a onda iniciada pela Primavera Árabe, que foi capaz de derrubar regimes políticos tradicionais. Nesse contexto, a Marinha do Brasil atribuiu ao Corpo de Fuzileiros Navais a tarefa constitucional de contribuir para a garantia da Lei e da Ordem, nos ambientes marítimo, fluvial ou terrestre. A organização em um GptOpFuzNav, um dos Eixos Estruturantes do CFN, possui características que potencializam as capacidades dos Fuzileiros Navais no desenvolvimento de complexas tarefas num processo de Gestão de Multidões.

O CCT, formado minimamente por uma CiaCD, será constituído por tropas de polícia, vocacionadas para a tarefas ou por elementos das CiaFuzNav de nossos BtlInfFuzNav, poderá ser reforçado pelo emprego de Cães de Guerra. O CASC será fundamental e decisivo ao prover o apoio de transporte às tropas de CD. O CCA proporcionará um aumento no nível de consciência situacional e legitimará muitas ações com as imagens que produzirá, com o auxílio valioso de SARP.

Por fim, apresentamos o conceito de Choque Rápido. Tal técnica, associada às imagens e informações produzidas pelo CCA, pode proporcionar aos GptOpFuzNav – CD grande potencial de dispersar aglomerações antes que se constituam em multidões.

Desta forma, o presente artigo não esgota todos os aspectos envolvidos no emprego de um GptOpFuzNav em Controle de Distúrbios, mas corrobora com um processo ora em curso no CFN, que atualizando a sua base doutrinária no corrente ano, encontra-se também na vanguarda do conhecimento e do desenvolvimento de técnicas e procedimentos que visam a garantir nossa exigida prontidão operativa para o cumprimento de qualquer missão onde e quando a nação nos chamar.

Referências

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-309:** manual de Controle de Distúrbios. 2. rev. Rio de Janeiro: CGCFN, 2022.

CANIN, Royal, **Enciclopédia do cão.** Rio de Janeiro: Aniwa Editora, 2001.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu.** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1921. 7 v.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas:** das revoluções coloridas aos golpes. Tradução de Thyago Antunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 173 p.

RIO DE JANEIRO (Estado). Polícia Militar. **Manual de Operações de Choque**. Rio de Janeiro: [*s. n.*], 2020. 259 p.

SENRA, Ricardo. **'Houve uso excessivo de força', diz diretor da ONU sobre reação a protesto em Brasília.** Brasília, DF, 26 maio 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40066349. Acesso em: 10 set. 2022.

TARLOW, Peter. **Gestão de Multidões.** [*S. l.*], 1 maio 2018. Disponível em: https://www.sitedaseguranca.com.br/2018/05/01/gestao-de-multidoes-dr-peter-tarlow. Acesso em: 27 set. 2022.

CF (FN) **Milton** Augusto Pereira de Souza
milton.augusto@marinha.mil.br

As ações de Combate Fluvial pela Marinha do Brasil nas operações contra crimes transnacionais

O CF (FN) **Milton** serve atualmente no Comando Naval de Operações Especiais, como Encarregado da Divisão de Comandos Anfíbios do Departamento de Operações Especiais. É oriundo da Escola Naval, realizou os cursos de carreira do CFN e por último o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da EGN. Foi Oficial de Intercâmbio na função de instrutor nas Escolas de Operações Ribeirinhas da Armada Boliviana em 2013 e da Marinha de Guerra do Peru em 2015. Serviu no 1º Batalhão Infantaria de Fuzileiros Navais, no Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais e no atual 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas, onde foi Comandante de Pelotão, Comandante de Companhia, Oficial de Estado-Maior, Imediato Interino e Encarregado e Instrutor do Curso Expedito de Operações Ribeirinhas.

1. Introdução

A Fronteira Terrestre Brasileira possui cerca de 20 mil quilômetros de extensão, fazendo fronteira com dez países vizinhos. Para garantir a segurança da soberania dessa importante região, as Forças Armadas vêm atuando de forma integrada com outros Órgãos do Estado. Essa integração foi recrudescida em 2011, quando o Governo Federal instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), sendo estabelecidas as Operações Interagências Ágata e Sentinela nas regiões transfronteiriças. A Operação Sentinela, a cargo do Ministério da Justiça, focava na realização de ações de atividades de investigação e inteligência realizadas pelos de órgãos federais de segurança (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional de Segurança) e a Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa, por intermédio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), empregava meios das Forças Singulares para atuar de forma intermitente em pontos estratégicos da fronteira, onde eram realizadas ações táticas de prevenção e repressão de delitos como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais. Recentemente o Brasil deixou de ser um entreposto exportador para o tráfico internacional de narcóticos, e passou a ser um dos maiores mercados consumidores de drogas do mundo. Essas drogas são oriundas, principalmente, da produção e comércio da maconha e da cocaína das plantações situadas na Colômbia, no Peru, na Bolívia e no Paraguai.Visando intensificar a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços, o Governo Federal instituiu em 16 de novembro de 2016 o Decreto Federal N° 8.903, conhecido como Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) em substituição ao PEF. Com isso, as Operações Interagências na faixa de fronteira foram intensificadas e foram estabelecidas maior integração com o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e maior interoperabilidade entre as Forças Armadas e os órgãos de segurança pública e inteligência, além da Receita Federal do Brasil (RFB) (BRASIL, 2019).

Figura 1: Bacias Transfronteiriças

Fonte: https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/home/. Acesso em: 25 jun. 2022.

Nesse contexto, a Marinha do Brasil vem desempenhando um importante papel nas operações contra crimes transnacionais e definiu em sua Política Naval o Objetivo Naval de Contribuir para Defesa da Pátria, estabelecendo que a Força deve estar preparada para atuar tanto numa crise interestatal, como para fiscalizar e reprimir a atuação de grupos adversos que praticam atividades ilegais nas Águas de Jurisdicionais Brasileiras (AJB), onde estão inclusos os rios das Bacias Amazônica e Paraguai-Paraná, que representam vasta Área

Ribeirinha na faixa de fronteira, englobando rios transfronteiriços e de penetração estratégica, consideradas linhas de comunicação para prática de atividades criminosas transnacionais (SOUZA, 2020).

Em termos legais, a Marinha do Brasil vem exercendo seu poder de polícia, amparada pelo artigo 16A da Lei Complementar N° 97 de 9 de junho de 1999, com nova redação, constante da Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, sendo considerada atribuição subsidiária.

> Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de: I – patrulhamento; II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e III - prisões em flagrante delito (BRASIL, 2010).

Essas ações, demandam o desenvolvimento de capacidades relacionadas ao Combate Fluvial, que consiste em ações táticas com emprego de Lanchas de Combate, em que pese estar inserido num cenário de não guerra, detém elevado nível de risco, por ocasião dos potenciais engajamentos com armas de fogo e abalroamento nos rios.

Para ampliar a compreensão do desenvolvimento da capacidade de Combate Fluvial nas operações realizadas pela MB contra crimes transnacionais, veremos alguns aspectos relacionados às capacidades de Combate Fluvial desenvolvidos pelos Estados Unidos e pelas Marinhas Amigas da Bolívia, da Colômbia e do Peru, considerados principais países da América do Sul que compartilham o combate aos crimes transfronteiriços com Brasil, em especial, o narcotráfico, e que desde a década 90, vêm desenvolvendo suas capacidades por meio de acordos bilaterais de cooperação de segurança com os Estados Unidos.

Ao final apresentaremos algumas experiências e lições aprendidas relacionadas ao Combate Fluvial, por ocasião da participação da Marinha do Brasil nas Operações contra crimes transnacionais nos principais rios da faixa de fronteira, nos últimos dois anos.

2. Evolução das Operações Ribeirinhas realizadas pelos Estados Unidos e sua contribuição para o desenvolvimento das capacidades de Combate Fluvial contra os crimes transnacionais.

Quando mencionamos Operações Ribeirinhas, logo nos remetemos às Operações Militares Conjuntas conduzidas pelos US Navy (USN) e US Marines Corps (USMC), durante a Guerra do Vietnã (1961-1975), a qual foi a base para tradicional *Doctrine for Navy and Marine Corps Joint Riverine Operations* (ESTADOS UNIDOS, 2022b), tendo seus conceitos sido obtidos por meio das experiências das *Mobile Riverines Forces* (MRF) que operavam nos setores marítimo, terrestre e costeiro da região do Delta do Rio Mekong, com o objetivo de interromper a linha de suprimento marítimo dos insurgentes vietcongues. Apesar do amplo espectro de operações contemplar as operações de guerra, a doutrina era direcionada para as operações contra forças irregulares, com emprego de variados tipos de navios, embarcações, aeronaves, armas do USMC e do *Naval Special Warfare Command* (NSW), em um esforço conjunto para estabelecer ou manter o controle de um rio, áreas costeiras ou deltas nos quais foram desenvolvidas ações táticas de Combate Fluvial. As Operações Ribeirinhas foram classificadas em dois tipos genéricos:

1. As Operações Ribeirinhas de Assalto que empregam os meios do USMC e da USN para estabelecer o controle de hidrovias, incluindo as linhas de comunicação fluvial; controlar áreas terrestres, população e recursos; localizar e neutralizar forças hostis, instalações e suprimentos; e realizar segurança de base de apoio ao combate, caso necessário. Utilizadas em caráter expedicionário ou em áreas ribeirinhas não controladas;
2. As Operações Ribeirinhas de Vigilância, Interdição e Segurança empregam os meios do USMC e da USN para proteger linhas de comunicação amigas, negar uso das hidrovias pelas forças hostis, coletar informações de inteligência e realizar missões de segurança e controle de população e recursos. Nesse tipo de Operação Ribeirinha foram utilizadas ações de Combate Fluvial comumente utilizados pelos Estados Unidos e países da América do Sul no combate contra crimes transnacionais (SOUZA, 2020).

Após a Guerra do Vietnã, as Forças Armadas dos Estados Unidos da América (EUA), envolvidas ainda com a Guerra Fria (1946-1991), tiverem que priorizar suas atividades de defesa diante das limitações orçamentárias, o que refletiu numa significativa mudança nas Forças Ribeirinhas estadunidenses. Durante a década de 90, a USN alterou gradativamente sua capacidade ribeirinha da MRF, que passou a concentrar o emprego de seus meios de combate fluvial em atividades de operações especiais, operando assim, de forma não convencional. Com isso, o USMC buscou desenvolver sua própria capacidade de Combate Fluvial, formando inicialmente em 1989, seu pelotão *Riverine Assault Craft* (RAC), que se tornou em 1992, a *Small Craft Company* (SCCo) e, ainda na década de 90, as Operações Ribeirinhas passaram a ser direcionadas para o combate contra o narcotráfico na Colômbia, Peru e Bolívia, por meio de programas de assistência militar e econômica. Na Colômbia, cujas atividades de narcotraficantes e de forças guerrilheiras eram mais intensas, o USMC encaminhou equipes de treinamento, com o objetivo de desenvolver uma forte capacidade de Combate Fluvial na Armada da República Colombiana, por meio de treinamentos avançados e emprego de lanchas de combate (SOUZA, 2020).

Por ocasião da Guerra do Iraque, em 2003, as Operações Ribeirinhas foram concentradas inicialmente num ambiente fluvio marítimo, localizado entre o ambiente marítimo e terrestre, o que demandava uma eficaz integração dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais do USMC e os Riverine Groups da USN. Após a invasão do Iraque em 2003, as Operações Ribeirinhas foram limitadas às ações de Combate Fluvial no rio Eufrates contra forças insurgentes e foram observadas fragilidades relacionadas à inexistência de

uma doutrina tática atualizada e vinculada com o conceito de interoperabilidade entre USN e USMC. Com as mudanças estratégicas da USN e do USMC no início do Século 21, decorrentes da eclosão da Guerra Global ao Terrorismo, as Operações Ribeirinhas tiveram mudanças significativas no campo doutrinário. Em 2006, a USN concentrou sua capacidade de realizar Operações Ribeirinhas no *Naval Expeditionary Combat Command (*NECC), provido de capacidade operacional híbrida de combate costeiro e ribeirinho, e empregou sua *Coastal Riverine Force* no Iraque, que recebeu as embarcações da extinta *Small Craft Company* do USMC. Essa mudança foi norteada pelo *Concept Naval Operations* de 2006, **que passou a considerar as Operações Ribeirinhas como Operações de Segurança Marítima, abarcando o emprego de lanchas de combate costeiras e fluviais no contexto do combate ao terrorismo em níveis globais** (SOUZA, 2020, grifo nosso).

Atualmente com a estratégia militar dos Estados Unidos direcionada para a *"Great Power Competition"*, a USN volta a se preparar para a guerra naval contra as forças convencionais, após duas décadas de campanhas assimétricas no Iraque e Afeganistão, o que levou à mudança no nome das *Coastal Riverine Force*, em 2019, para *Naval Expedionary Security Marime Force* (ZIEZULEWICZ, 2020). Entretanto apesar da evolução das Operações Ribeirinhas da USN ter concentrado esforços nas Operações de Segurança Marítima contra ameaças terroristas e forças convencionais, os Estados Unidos, por meio do US SOTHERN COMMAND (USSOUTHCOM), vem reforçando os Países Parceiros da América do Sul e da América Central na negação às organizações criminosas transnacionais e às organizações extremistas violentas do uso de rotas de contrabando, estabelecidas através das Américas. Para isso, eles têm coordenado operações combinadas e interagências, destinadas a interditar cadeias de fornecimento ilegal de drogas e interromper redes criminosas transnacionais, por meio de atividades de cooperação em segurança, apoio operacional e exercícios multinacionais. Para combater tais ameaças, o USSOUTHCOM é composto pelos Comandos Operacionais de Área de cada Força, além de possuir 03 Forças-Tarefas, das quais o *Joint Task Interagency Force South* (JIATF-South) é a principal organização multinacional e interagências que congrega todas suas capacidades para atingir, detectar e monitorar o tráfico ilícito de drogas nos domínios aéreo e marítimo, dentro da Área de Operações, facilitando a interdição e a apreensão para reduzir o fluxo de drogas e degradar e desmantelar organizações criminosas transnacionais na América do Sul (ESTADOS UNIDOS, 2022b).

Com o propósito de ser o principal multiplicador de conhecimentos relacionados ao Combate Fluvial, a *Naval Small Craft Center Instructions and Technical School* (NAVSCIATTS) foi criada em 1963 pela US Coast Guard (USGC) na Estação Naval dos EUA em Rodman, no Panamá. Em 1999 passa a ser subordinada ao *Naval Special Warfare Command* (NSWC) do *United States Special Operations Command* (USSOCOM) e, em 2001, é reposicionada para o John C. Stennis Center da NASA no Mississippi, quando foram direcionados recursos do Governo estadunidense para a reconstituição da capacidade de Combate Fluvial.

Desde 2006, o NAVSCIATTS tem como tarefa fornecer às forças militares e às outras forças de segurança de um ou mais países parceiros, adestramentos de Combate Fluvial e costeiro com lanchas de combate, por meio de cursos ou equipes móveis de treinamento que instruem a operação, o emprego, a manutenção e a logística de equipamentos especializados relacionados ao emprego de lanchas de combate. Dentre os principais cursos táticos fornecidos voltados para a disseminação do conhecimento de Combate Fluvial e costeiro contra crimes transnacionais destacam-se:

- O ***Patrol Craft Officer – Coastal (PCO-C)***, que é um curso marítimo de sete semanas de instrução que visa fornecer ao pessoal da Força de Segurança Estrangeira treinamento especializado no emprego de lanchas de combate para realizar operações de segurança no ambiente costeiro em apoio às operações marítimas. Inclui operações de interdição marítima, contraterrorismo, ajuda humanitária e a desastres naturais e operações de combate à narcóticos. Durante o curso, os alunos realizam o planejamento da missão, as verificações operacionais das embarcações, a navegação costeira usando mapas, gráficos e equipamentos de navegação eletrônica de bordo. Os alunos também empregam armas utilizadas pela tripulação, realizam patrulhas de segurança usando óculos de visão noturna, executam operações de interdição marítima e de transporte de tropas terrestres.
- O ***Patrol Craft Officer - Riverine (PCO-R)***, que é um curso de sete semanas de instrução que visa fornecer ao pessoal da Força de Segurança Estrangeira o treinamento especializado necessário para planejar e executar ações com lanchas de combate em apoio à realização de operações de combate ao contrabando, tráfico de drogas e terrorismo e à realização de operações especiais realizadas em ambientes ribeirinhos. O curso é ministrado para oficiais subalternos e praças estabilizadas. Além dos pré-requisitos gerais, os alunos devem estar familiarizados com lanchas de combate e estarem em boas condições físicas. Além dos cursos táticos de *PCO – Riverine/Coastal*, o centro de instrução capacita Oficiais e Praças em cursos de manutenção e reparos de casco de Lanchas de Combate (fibra de vidro, alumínio e aço), manutenção e revisão de motores de popa, manutenção e revisão de motores a diesel e planejamento e operações com Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP) (ESTADOS UNIDOS, 2022a).

Figura 2: Instrução de tiro do curso *Patrol Craft Officer – Riverine* (PCO-R)

Fonte: https://twitter.com/NAVSCIATTS/status/1163466116628385794/. Acesso em: 25 jun. 2022.

Em relação à organização e ao material empregado nas Operações contra crimes transnacionais nos ambientes fluviais e costeiros podemos verificar que o NSWC é composto pelo *Special Warfare Crew Craft* (SWCC) que distribui seu pessoal em 03 *Special Boat Team* (SBT):

- O ***SBT-12*** opera e mantém as Lanchas de Combate Mark V, de 81 pés, as Lanchas de Combate de Operações Especiais e os Botes Infláveis de Casco Rígido, de 33 pés. Elas operam em destacamentos compostos por duas embarcações, apoiando missões de Operações Especiais marítimas e costeiras da NSW no Pacífico e no Oriente Médio. Os destacamentos do *SBT-12* são embarcados a bordo de navios anfíbios, na *Naval Special Warfare Unit ONE (NSWU-1)* em Guam e na *NSWU-3* no Bahrein.
- O ***SBT-20*** possui a mesma organização e meios da *SBT-12*, mas apoia as operações marítimas e costeiras da *NSW* na Europa, no Mediterrâneo e na América do Sul, com seus meios embarcados a bordo de navios anfíbios nas *NSWU-2*, em Stuttgart, Alemanha, e na *NSWU-10* em Rota, na Espanha.
- O ***SBT-22*** opera e mantém Lanchas de Combate de Operações Especiais - Ribeirinhas *(SOC-R)*. Elas operam em destacamentos de duas embarcações. O *SBT-22* é uma organização especializada no Combate Fluvial e apoia as operações ribeirinhas da NSW em todo o mundo

Figura 3: Lancha de Combate de Operações Especiais - Ribeirinhas e sua tripulação

Fonte: https://www.reddit.com/r/SpecOpsArchive/comments/el1gmb/us_navy_swcc/. Acesso em: 25 jun. 2022.

3. A *Fuerza Tarea Diablos Azules* da Armada Boliviana

A capacidade de Combate Fluvial na Armada Boliviana teve seu início no fim na década de 80, quando os órgãos do governo determinaram a expansão da produção lícita da folha de coca na região de Chaparé, o que gerou excedentes utilizados por traficantes para a produção de pasta base de cocaína, tendo com linha de comunicação para atividade do narcotráfico as hidrovias. Para conter esse avanço do narcotráfico foi criada a Unidade Móvel de Patrulha Rural (UMOPAR) da Polícia Nacional que contava com o emprego de embarcações, porém ainda sem a presença e participação da Armada Boliviana.

Com o aumento das patrulhas fluviais, a Armada Boliviana, em setembro de 1987, recebeu sua primeira Lancha de Combate do tipo Piranha na região de Lona Suáres, Departamento de Beni (FUNDACIÓN HISTARMAR, 2010).

Em 28 de março de 1988, foi criada a *Fuerza Tarea Especial Diablos Azules*, com o equipamento necessário e pessoal treinado para apoiar o combate ao narcotráfico por meio de operações de interdição e controle do tráfico de drogas com suas unidades, forças-tarefa e elementos avançados em diferentes áreas de nossos rios e lagos do território boliviano. A *Fuerza Tarea Especial Diablos Azules* é considerada uma Unidade de Forças Especiais da Armada Boliviana e possui em sua organização 05 *Grupos de Tareas Especiales* localizados em posições estratégicas fluviais (BOLÍVIA, 2012).

Para capacitar o pessoal da *Fuerza Tarea Diablos Azules* da Armada Boliviana, foi criada a Escola de Operações Fluviais na cidade de Trinidad em Beni, que oferece diferentes programas de cursos como Operações Ribeirinhas e Controle de Tráfego Fluvial, Operações com Lanchas de Combate, curso básico de Inteligência e de Polícia de Navegação dentre outros. A infraestrutura da escola foi construída com apoio do governo estadunidense e possui, além das salas de aula, oficinas para reparo de caso e manutenção de motor de popa e sistema elétrico (BOLÍVIA, 2021).

Figura 4: Lanchas de Combate da *Fuerza Tarea Diablos Azules*

Fonte: http://armada.mil.bo/index.php/unidades-navales/2-principal/11-page-3. Acesso em: 25 jun. 2022.

4. A Marinha de Guerra do Peru e o combate contra o narcoterrorismo

A Marinha de Guerra do Peru (MGP) tem desenvolvido suas capacidades de Combate Fluvial nas operações contra o terrorismo e o narcotráfico concentradas na região dos vales dos rios Apurimac, Ene, Mantaro e Urubamba (VRAEM), empregando seus meios na composição do Componente Naval do Comando Especial do VRAEM (CE-VAREM). O CE-VRAEM foi criado para restaurar a segurança e a ordem interna naquela região e, para cumprir esta tarefa, conta com o apoio de diferentes componentes subordinados, tais como: componente policial, componente das forças especiais, componente aéreo, componente terrestre e componente naval. O componente naval do CE-VRAEM tem sob seu comando 6 Unidades de Controle Fluvial (UCT), sediados nas localidades ribeirinhas de Pichari, Boca Anapati, Puerto Ocopa, Quiteni, Ivochote e Camisea. As Unidades de Controle Fluvial são instaladas em estruturas flutuantes não propulsadas dotadas de alojamento, cozinha, oficinas de manutenção de motores de popa e de reparo de casco de Lanchas de Combate, tanque de combustível, capacidade de comunicação e de, pelo menos, quatro Lanchas de Combate de 21 pés. Essas unidades são operadas por destacamentos da Infantaria de Marinha e da Guarda Costeira, totalizando cerca de 30 militares (PERU, 2019).

Figura 5: Estrutura flutuante de uma Unidade de Controle Fluvial

Fonte: https://www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3130621/armada-peru--despliega-ucf-039rio-pacaya-039-inundaciones. Acesso em: 24 jun. 2022.

O Componente Naval do CE-VRAEM cumpre tarefas operacionais empregando suas unidades de Combate Fluvial do tipo *Hovercraft* em águas mais rasas, bancos de areias e pedras provendo assim maior flexibilidade para o transporte de destacamentos da Infantaria de Marinha e facilitando ações de interdição fluvial nessa região. O pessoal empregado é especializado em Operações Ribeirinhas e oriundos da Infantaria de Marinha e Guarda Costeira da MGP. Esse componente realiza ações de Combate Fluvial contra atividades ilícitas como tráfico de drogas, tráfico ilegal de madeira, tráfico de pessoas e tráfico de armas, em toda a jurisdição dos vales dos rios Apurimac, Jan, Mantaro e Urubamba (PERU, 2022a).

Figura 6: *Hovercraft* operado pela MGP

Fonte: https://www.marina.mil.pe/es/contribucion/acciones/lucha-contra-el-terrorismo-y-el-trafico-ilicito-de-drogas/. Acesso em: 29 set. 2022.

Na região amazônica, as ações de Combate Fluvial contra crimes transnacionais são coordenadas pelo Comando Geral de Operações da Amazônia, estabelecido na Quinta Zona Naval, e cumpre hoje sua missão por meio do Comando da Flotilha das Unidades Fluviais, do Batalhão de Infantaria da Marinha da Amazônia (BIMA), do Grupo de Operações Especiais do Oriente e do Esquadrão Aeronaval da Amazônia, que protegem permanentemente os interesses fluviais e estratégicos da Amazônia Peruana, exercendo o controle do tráfego fluvial e guardando a soberania por meio de navios de patrulha fluvial, conhecidos como canhoneiras-unidades fluviais com capacidades de comando e controle que lhe permitem sustentar operações de interdição do rio por longos períodos -, lanchas de combate e helicópteros de transporte logístico. O BIMA contribui para o controle do tráfego fluvial,previne e combate as ações de elementos armados do narcoterrorismo nas áreas ribeirinhas na fronteira com a Colômbia, nos rios Putumayo e Amazonas, formando os destacamentos de segurança de fronteira nas UCF de Gueppi, Estrecho, Santa Rosa e Chimbote (PERU, 2022b).

Figura 7: Meios fluviais da MGP

Fonte: https://elcomercio.pe/suplementos/contratado/marina-guerra-peru/armada-peruana-marina-amazonia-1003079/. Acesso em: 29 set. 2022.

Para preparar os oficiais da Infantaria da Marinha e da Guarda Costeira no Combate Fluvial contra as atividades de narcotráfico, foi criada, em 1998, a Escola de Operações de Guarda Costeira Fluvial, localizada na região amazônica de Iquitos, fruto de um acordo bilateral de cooperação de segurança com os Estados Unidos. A Escola de Operações da Guarda Costeira Fluvial ministra o curso conhecido como Programa de Especialização Profissional Técnica Complementar de Operações Ribeirinhas, realizado em três fases. Na primeira fase, com duração de 45 dias, os alunos são instruídos em técnicas de primeiros socorros; tiro com armas portáteis e com armas de apoio; navegação fluvial e terrestre; sobrevivência na selva; legislação sobre atividades ilícitas de tráfico de drogas; direitos humanos e direito humanitário internacional. A segunda fase é realizada em nove semanas e é dividida em quatro especialidades ribeirinhas: operador de abordagem, mecânico de motores de popa, piloto de lanchas de combate e reparo de fibra de vidro, desenvolvendo habilidades específicas relacionadas às operações de Combate Fluvial. Na terceira fase, desenvolvida em duas semanas, as quatro especialidades trocam conhecimento entre si, culminando com uma operação realizada em uma localidade ribeirinha, onde os alunos executam as técnicas de abordagens em embarcações civis na área ribeirinha da cidade de Iquitos (PERU, 2017).

5. A Armada da República Colombiana e sua vasta experiência no Combate Fluvial contra as atividades de grupos narcoguerrilheiros

A Armada da República Colombiana (ARC) vem realizando ações de Combate Fluvial desde a década de 50, marcadas por um período de violência decorrente das disputas políticas entre partidos liberais e partidos conservadores, que culminaram na morte de cerca de 200.000 pessoas, assim como no surgimento dos principais grupos guerrilheiros: *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN). Visando retomar o controle da ordem pública e garantir a soberania nacional nas áreas ribeirinhas remotas da região sul, em 1956, foi criada a *Flotilla Avispa*, que empregava suas embarcações de alumínios para a realização de manobras de assalto da Infantaria de Marina (IM) (COLÔMBIA, 2018). Nas décadas de 1970 e 1980, com o surgimento de narcotraficantes e sua associação com grupos guerrilheiros, as atividades criminosas tiveram seu poder de combate e sua sustentabilidade logística potencializados, por meio do tráfico de drogas (SOUZA, 2020).

Nos anos 90, foram realizados acordos bilaterais entre o governo colombiano e estadunidense, que proporcionaram à ARC iniciar seu processo de modernização e organização dos seus Elementos de Combate Fluvial (Lanchas) e das Unidades Fluviais (Navios), que culminaram na criação das primeiras *Brigadas Fluviales de Infanteria de Marina* (BRFIM). Nesse período o USMC entregou as primeiras lanchas de combate *Piraña*, principal meio de Combate Fluvial da ARC (SOUZA, 2020).

Com a implantação do Plano Colômbia em 1999, os grupos narcoguerrilheiros passaram a atuar nas regiões despovoadas da região da selva amazônica, utilizando os rios como principal linha de comunicação para a realização de suas atividades ilícitas, o que ocasionou um aumento da criminalidade nas localidades ribeirinhas. Diante

disso, no período entre 2000 e 2010, a ARC buscou combater essas ameaças por meio da criação e o posicionamento estratégico das *Brigadas Fluviales de Infantéria de Marina* (BRFIM) em suas Bacias Hidrográficas. As BRFIM eram responsáveis pela condução das Operações Ribeirinhas nos rios navegáveis sob sua responsabilidade, negando sua utilização para as organizações criminosas, por meio de suas unidades orgânicas, contribuindo assim para o exercício da ordem interna e garantindo a soberania nacional nas fronteiras fluviais (SOUZA, 2020). A estrutura organizacional das BRFIM era composta por um *Batallon de Comando y Apoyo de Infantéria de Marina* (BCAIM), três *Batllones Fluviales de Infantéria de Marina* (BFIM), os quais possuíam as Unidades Navais e os *Puestos Fluviales Avanzadas* (PFA), e dois *Batallon de Assalto de Infantéria de Marina* (BAFIM), onde encontravam-se os elementos de combate terrestres (SOUZA, 2020). As Unidades Navais proporcionavam transporte, logística de suprimentos e proteção blindada para tropa de infantaria e estavam divididas em *Cañoneros Fluviales* (CF), Patrulleras de Apoyo *Fluvial Pesado* (PAFP) e *Patrulleras de Apoyo Fluvial Liviano* (PAFL). A proteção dos comboios fluviais era realizada pelas *Patrulleras Fluviales* (PF) e pelas *Patrulleras Rapidas Fluviales* (PRF), também chamadas de Lanchas de Patrulha dos Rios (SOUZA, 2020).

Figura 8: Meios fluviais da ARC

Fonte: https://anfibioscolombia.org/wp-content/uploads/2016/01/HISTORIA-INFANTERIA-DE-MARINA-EN-COLOMBIA.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.

As lanchas de combate eram empregadas dentro dos chamados Elementos de Combate Fluvial (ECF), que eram compostos por três lanchas de combate do tipo *Piraña* de 22 pés e uma lancha de Comando e Controle, também do tipo *Piraña* de 25 pés, com propulsão de motores de popa de 150, 175 e 200 HP. Essas lanchas são amplamente utilizadas no Combate Fluvial contra os narcoguerrilheiros devido a sua velocidade, manobrabilidade e elevado poder de fogo (SOUZA, 2020).

Figura 9: Lanchas de Combate modelo Piranha da ARC

Fonte: http://i.imgur.com/MfI4bVa.jpg. Acesso em: 23 jun. 2022.

Atualmente a ARC tem operado no combate contra as organizações terroristas, Grupos Armados Organizados (GAO) e crimes transnacionais ligados ao tráfico de drogas e à extração ilícita de minerais, realizando ações de Combate Fluvial e costeiro nas fronteiras amazônicas e do Pacífico. E para isso, a ARC tem coordenado a Operação Multinacional Interagências conhecida como ÓRION, na qual são realizadas operações de controle fluvial e marítimo contra o narcotráfico internacional e conta com a participação de meios das Marinhas dos Estados Unidos, dos países da América do Sul e Central, além de outras agências de Estados (COLÔMBIA, 2021).

A Capacitação de Combate Fluvial para os militares da Infantaria de Marinha da ARC, é realizada na tradicional Escola de Combate Fluvial, atualmente localizada em Turbo, Antioquia. O Curso de Combate Fluvial tem duração de 9 semanas, nas quais os alunos têm instruções de liderança, sobrevivência na água, manuseio de armas, mecânica de motores de popa, manuseio de lanchas de combate e direitos humanos. Ao final, os alunos são habilitados a atuarem nas operações de controle nos 18.000 quilômetros de rios navegáveis na Colômbia e em suas cinco bacias hidrográficas, garantindo assim a segurança da população, a navegabilidade dos rios, o comércio das regiões e o respeito pelos direitos humanos (COLÔMBIA, 2018).

6. Operações Ágata e as recentes experiências da MB no emprego de Lanchas de Combate

Na Bacia Amazônica, os rios Solimões, Negro, Japurá e Içá destacam-se como os principais rios de penetração estratégica, sendo fundamentais para a integração e desenvolvimento social e econômico entre o Brasil e a Colômbia. Entretanto, essas importantes hidrovias são consideradas as principais linhas de comunicação para prática de atividades ilícitas como o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, o descaminho, os crimes ambientais e o garimpo ilegal. Nesse contexto, o rio Japurá, conhecido no território colombiano como rio Caquetá, nasce na Colômbia e, juntamente com seus afluentes, forma uma bacia hidrográfica de aproximadamente 300.000 km², com comunicação fluvial com as bacias dos rios Putumayo, Negro e Solimões, por meio dos rios Auti-Paraná, Puruê e Uneiuxi. Sua extensão no Brasil, considerando desde a fronteira com a Colômbia, na cidade de Vila Bittencourt, até sua foz no rio Solimões, possui aproximadamente 380 milhas náuticas (AMORIM, 2021). Tais características hidrográficas permitem que o rio Japurá e seus afluentes proporcionem uma diversidade de rotas fluviais para organizações criminosas (ORCRIM) nacionais e internacionais, como é caso dos GAO (Grupos Armados Organizados) da Colômbia.

Nos anos de 2021 e 2022, visando prevenir e reprimir os crimes transnacionais na região de fronteira com a Colômbia foram realizadas, pelo Ministério da Defesa, as Operações Ágata Amazônica, nas quais foi possível adquirir experiências táticas relacionadas ao emprego de lanchas de combate da Marinha do Brasil, mais precisamente no rio Japurá e seus afluentes. Durante essas operações foram empregadas uma lancha de Combate Aruanã do 1ºBatalhão de Operação Ribeirinhas (1ºBtlOpRib), uma Lancha de Combate Aruanã da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (SSP-AM) e uma Lancha de Combate Raptor do Comando da Flotilha do Amazonas (ComFlotAM), as quais foram operadas por militares cursados no Curso Expedito de Operações Ribeirinhas

do 1ºBatalhão de Operações Ribeirinhas e Destacamentos de Operações Especiais do Grupamento de Mergulhadores de Combate e do Pelotão de Operações Especiais do 1ºBtlOpRib, além de Destacamentos de Operações Especiais da Companhia de Operações Especiais (COE) da Polícia Militar do Amazonas.

Os resultados alcançados por meio das ações realizadas com as lanchas de combate em termos de apreensões foram expressivos em ambas as operações. No que tange ao ganho operacional em relação ao Combate Fluvial fruto das lições aprendidas pelo autor, podemos mencionar:

6.1. Mobilidade Operacional

Na fase de deslocamento para a Área de Operações as lanchas de combate (Aruanã e Raptor) puderam ser rebocadas lateralmente pelos meios navais do ComFlotAM por cerca de 1.000 milhas náuticas, sendo acompanhadas por militares de serviço para prevenção de acidentes em caso de mau tempo. A mobilidade Operacional foi provida pelos meios navais da MB às LC, confirmando as características de versatilidade e de permanência do Poder Naval nas ações de Combate Fluvial contra crimes transnacionais, nos rios navegáveis da Amazônia.

A Mobilidade Operacional das lanchas de Combate pode também ser desenvolvida pelos modais terrestres, aéreos e marítimo. Essa mobilidade caracteriza-se pelo pré-posicionamento dos meios no ambiente operacional e pode ser aplicada no amplo espectro das operações que venham necessitar de ações de Combate Fluvial.

Figura 10: Mobilidade Operacional

Fonte: O autor.

6.2. Versatilidade Tática

Durante as Operações Ágata foi possível empregar taticamente duas LC modelo Aruanã, resultando em eficientes e seguras ações de abordagem, reconhecimento, vigilância, escolta de comboio, inserção e extração de tropa, apoio de transporte e de reboque no rio Japurá e seus afluentes.

O emprego em dupla de LC possibilitou estabelecimento de Zonas de Abordagem de cerca de 2 km, em trechos canalizados do rio, sendo uma das LC empregada como posto de vigilância fluvial, o que garantiu a obtenção dos dados do contato e o alerta antecipado para realização da eficaz abordagem com outra Lancha de Combate.

O uso de equipamentos especiais, como optrônicos de visão termal das LC e óculos de visão noturna de fósforo branco dos operadores, somada ao poder de fogo das armas automáticas e à proteção balística das lanchas e das equipagens individuais dos operadores proporcionaram dissuasão e segurança nas ações de abordagens realizadas no período noturno. O uso de drones potencializou a obtenção de dados de alvos no rio e nas margens, por ocasião das ações de reconhecimento e vigilância.

Figura 11: Versatilidade Tática

Fonte: O autor.

6.3. Permeabilidade Tática

Durante a operação foi possível verificar o emprego das lanchas de combate em operações especiais nas tarefas de patrulhas fluviais de reconhecimento, vigilância, inteligência e aquisição de alvos e ações diretas para reprimir atividades ilícitas na calha principal ou nos afluentes e furos não navegáveis por meios navais e fora do alcance das comunicações rádio. A lancha operou por mais de 24 horas e percorreu cerca de 210 km sem abastecimento em afluente do rio Japurá.

A permeabilidade tática pode ser provida pelas lanchas de combate, em complemento à capacidade dos meios navais nas águas interiores não navegáveis por esses, sejam afluentes dos rios principais, furos, paraná e lagos, utilizados para consecução do narcotráfico, garimpo ilegal, extrativismo ilegal e pesca ilegal.

Figura 12: Permeabilidade Tática

Fonte: O autor.

7. Conclusão

Como foi mencionado, o Brasil possui uma fronteira terrestre irrigada por rios transfronteiriços onde escoam uma variedade de ilícitos transnacionais. Dessa forma, a Marinha do Brasil tem um papel fundamental nas ações de prevenção e repressão contra esses crimes, em que a capacidade de Combate Fluvial vem se tornando uma necessidade tática e de segurança para população ribeirinha. Vimos, por meio dos exemplos das Marinhas Amigas de nossos

países vizinhos, que o desenvolvimento da capacidade de realizar ações de Combate Fluvial foi fomentado pela necessidade de mitigar a intensificação de atividades ilícitas em suas artérias fluviais e que essas ações são comumente baseadas em:

- Capacitação adequada para operar com lanhas de combate, seja na pilotagem, manutenção ou abordagem; e
- Aquisição de meios com requisitos de segurança, táticos e logísticos adequados à realidade de suas hidrografias.

Por fim, foi possível constatar por ocasião das experiências obtidas com o emprego da lancha de combate nas operações da Marinha do Brasil contra crimes transnacionais: a mobilidade operacional provida pelos meios navais às lanchas de combate, a versatilidade tática oferecida pelas lanchas por ocasião da diversidade de ações táticas que podem ser realizadas no rio por elas, e a permeabilidade tática nas águas interiores não navegáveis pelos meios navais.

Referências

AMORIM, Charles Reis. **Operações interagências na Amazônia:** uma nova concepção de planejamento militar em apoio à repressão aos crimes ambientais e transnacionais nos rios transfronteiriços da região. 2021. 72 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Navais) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2021. Disponível: https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/CEMOS_078_DIS_CC_CA_CHARLES%20AMORIM.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

BOLÍVIA. Armada Boliviana. **"Diablos Azules" unidad élite de la armada boliviana lucha contra el narcotráfico en los espejos de agua.** La Paz, 28 oct. 2021. Disponível em: http://armada.mil.bo/index.php/16-dicos/89-diablos-azules-unidad-elite-de-la-armada-boliviana-lucha-contra-el-narcotrafico-en-los-espejos-de-agua. Acesso em: 24 jun. 2022.

BOLÍVIA. Ministerio de Defensa. **Sintesis historica de los Comandos y Unidades Militares de las Fuerzas Armadas de Bolivia.** La Paz: Ministerio de Defensa, 2012. Disponível em: https://www.mindef.gob.bo/mindef/sites/default/files/Sintesis_Historica_Comandos_Unidades_Militares.pdf. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional. **Programa de Proteção Integrada de Fronteiras.** Brasília, DF, 20 fev. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/programa-de-protecao-integrada-de-fronteiras-ppif-1. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. Lei complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 164, p. 1-2, 26 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm. Acesso em: 23 jun. 2022.

COLÔMBIA. Comando General de las Fuerza Militares. **Esculea de Combate Fluvial inicia Curso de Combate Fluvial em Antioquia.** Bogotá, 19 feb. 2018. Disponível em: https://cgfm.mil.co/es/escuela-de-combate-fluvial-inicia-curso-de-combate-fluvial-en-antioquia. Acesso em: 22 jun. 2022.

COLÔMBIA. Comando General de las Fuerza Militares. **2021:** un balance positivo protegiendo el azul de la bandera. Bogotá, 31 dic. 2021. Disponível em: https://cgfm.mil.co/es/blog/2021-un-balance-positivo-protegiendo-el-azul-de-la-bandera. Acesso em: 22 jun. 2022.

FUNDACIÓN HISTARMAR (Argentina). **Buques de la Armada de Bolivia:** fuerza de tarea "Diablos Azules". Buenos Aires, 2010. Disponível em: https://www.histarmar.com.ar/ArmadasExtranjeras/Bolivia/ArmadaBolivia-DiablosAzules.htm. Acesso em: 23 jun. 2022.

PERU. Marina de Guerra de Peru. **Clausura del Programa de Especialización Profesional Técnica Complementaria de Operaciones Ribereñas.** La Perla, 2017. Disponível em: https://www.marina.mil.pe/es/noticia/clausura-del-programa-de-especializacion-profesional-tecnica-complementaria-de-operaciones-ribereñas/. Acesso em: 23 jun. 2022.

PERU. Marina de Guerra de Peru. **Comandancia General de Operaciones de la Amazonia y Quinta Zona Naval.** La Perla, 2022a. Disponível em: https://www.marina.mil.pe/es/organos/comopreama/v-zona-naval/. Acesso em: 24 jun. 2022.

PERU. Marina de Guerra de Peru. **Lucha contra el terrorismo y el tráfico ilicito de drogas.** La Perla, 2022b. Disponível em: https://www.marina.mil.pe/es/contribucion/acciones/lucha-contra-el-terrorismo-y-el-trafico-ilicito-de-drogas/. Acesso em: 22 jun. 2022.

PERU. Marina de Guerra de Peru. **Unidad de Control Fluvial Río Pacaya arriba a ciudad de Atalaya.** La Perla, 2019. Disponível em: https://www.marina.mil.pe/es/noticia/unidad-de-control-fluvial-rio-pacaya-arriba-a-ciudad-de-atalaya/. Acesso em: 24 jun. 2022.

SOUZA, Milton Augusto P. **Operações Ribeirinhas:** estudo comparativo entre o emprego de meios do United States Marine Corps e da United States Navy na Guerra do Iraque entre 2003 e 2011 e o emprego de meios da Armada de la Republica de Colombia no conflito armado interno entre 2000 e 2010. 2020. 63 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Navais) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/CEMOS_068_MONO_CC_FN_MILTON.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

ESTADOS UNIDOS. Southern Command. **SOUTHCOM Component Commands & Units.** Doral, 2022a. Disponível em: https://www.southcom.mil/About/SOUTHCOM-Components-and-Units/. Acesso em: 25 jun. 2022.

ESTADOS UNIDOS. Special Operations Command. Naval Small Craft Instruction and Technical Training School. **Who we are.** Mississippi, 2022b. Disponível em: https://www.socom.mil/navsoc/NAVSCIATTS/Pages/Commanders-message.aspx. Acesso em: 24 jun. 2022.

ZIEZULEWICZ, Geoff. Don't call it 'Coastal Riverine Forces' anymore. **Navytimes,** Arlington, Sep. 2020. Disponível em: https://www.navytimes.com/news/your-navy/2020/09/18/dont-call-it-coastal-riverine-forces-anymore/. Acesso em: 25 jun. 2022.

CF (FN) Frederico **Cunha Brandão**
cunha.brandao@gmail.com

Desafios contemporâneos e perspectivas para o desdobramento de tropas em missões de paz sob a égide das Nações Unidas

O CF (FN) **Cunha Brandão** serve atualmente no CDDCFN, como Assessor de Avaliação e Apoio ao Adestramento. É oriundo de Escola Naval. Cursou o Curso de Estado-maior para Oficiais Superiores em 2020. Já serviu no 1ºBtlInfFuzNav como Comandante de Companhia de Fuzileiros Navais, no BtlOpEspFuzNav como Comandante de Companhia de Operações Especiais, Oficial de Operações e Oficial de Inteligência e no 3ºBtlOpRib como Oficial de Operações e Oficial de Inteligência.

1. Introdução

A guerra, como um instrumento político para a solução de problemas gerados por diversos fatores, sempre trouxe a reboque instituições, pessoas e governos com a mais nobre tarefa de mediar conflitos já eclodidos ou em situação de deflagração iminente. Mediar um conflito se assemelha a uma negociação entre partes com interesses mútuos que convergem para algo similar. Uma dicotomia complexa, que no caso de guerras envolve o presente e futuro de gerações e mais gerações de uma ou mais nações.

Desde 1945[1], a Organização das Nações Unidas (ONU) vem aprimorando sua atuação em proveito da mediação de conflitos gerados pelos mais variados motivos, econômicos, sociais, bélicos etc. Contudo, mediar diretamente os conflitos armados não se trata de um dos propósitos mencionados na Carta das Nações Unidas. Dentre eles, o que mais se aproxima da mediação de conflitos seria o propósito nº 1:

> Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz (NAÇÕES UNIDAS, c2022).

Trata-se de uma carta assinada em 26 de junho de 1945 pelos primeiros Estados Membros das Nações Unidas, em um momento ímpar de um mundo farto de conflitos em escala mundial, de longa duração e com pesados sacrifícios para todos os países envolvidos. Um mundo complexo, para aquele momento, quando novas tecnologias disruptivas mudaram o curso de combates no mar, ar e terra. Aparentemente o Tratado de Westfália[2], assim como tantos outros pactos firmados até então, não tinham validade alguma naquele momento. Confiança mútua e apoio irrestrito eram expressões ausentes do vocabulário político de quase todos os países pertencentes aos dois blocos em formação, os quais viriam a desenhar uma nova ordem mundial a partir daquele instante.

O retrato do mundo em meados do séc. XX era, portanto, de enormes incertezas quanto ao futuro da humanidade. Porém, o rastro de agressividade do passado conduziu a ONU em suas primeiras decisões, por meio de linhas escritas em forma de Resoluções, Conferências e Relatórios. Nota-se o porquê do propósito nº 1 da ONU mencionar tão abertamente a previsão de ações repressivas em prol da manutenção ou construção da paz. O uso da força, naquela época, possuía interpretação e conotações bem mais amplas e pouco criticadas pela sociedade, a qual da mesma forma estava acostumada com o uso da força na construção da paz por meio de guerras e conflitos.

2. Antecedentes

A *First United Nations Emergency Force* (UNEF I)[3], implantada no Oriente Médio de 1956 a 1967, pode ser considerada como um projeto piloto da ONU, com o intuito de desenvolver os fundamentos e normas para o complicado processo de manutenção da paz gerenciado e conduzido pela ONU, incluindo aqueles relativos ao uso da força. Embora não tenha sido a primeira missão de paz da ONU, nem a primeira a envolver militares, foi a primeira em que

[1]A Carta das Nações Unidas foi assinada em 26 de junho de 1945 por 50 países presentes na Conferência sobre Organização Internacional, em São Francisco, Califórnia, Estados Unidos da América.
[2]Considerado um marco para as Relações Internacionais, o Tratado de Westfália, ou também chamado Paz de Westfália, consistiu em dois tratados assinados nas cidades alemãs de Münster e Osnabrück, em 1648, e que colocou fim a Guerra dos Trinta Anos (1618 - 1648).
[3]A UNEF I foi criada pela Assembleia Geral da ONU em novembro de 1956 em resposta a uma invasão do Egito por forças britânicas, francesas e israelenses, e subsequente acordo dos quatro estados para um cessar-fogo e restauração do "status quo" anterior.

militares estavam armados. Pouco tempo após a criação da ONU, a Organização percebeu que para evitar o conflito ou o agravamento dele, era necessário que a força também fosse utilizada. Trazendo esse fato histórico para a nossa atualidade, o emprego de tropas armadas na UNEF I retratava medidas repressivas coerentes para aquele momento da humanidade? A resposta, naquele momento, seria analisada por uma pequena parcela da sociedade envolvida no conflito, parte da qual detinha acesso às informações e aos centros de poder econômicos e políticos. Atualmente, o mesmo fato pode ser estudado e analisado por quase toda a população com pensamento crítico e com acesso à internet, inclusive pela população da *Host Nation*[4], fator ainda mais agravante na mediação e tentativa de evitar os conflitos armados em países mais afetados pelas diferenças e crises sociais.

Desde os equipamentos utilizados pelas tropas anteriormente, até as capacidades requeridas para que as tropas realizassem suas ações com boa performance na busca dos efeitos desejados previstos nos Mandatos, todo o contexto do emprego de tropas em missões da paz da ONU era revestido de certo improviso e simplicidade, enormes dificuldades logísticas e relativo desconhecimento das características da Área de Operações. A preparação de tropas para manter a paz, ao em vez de promover o conflito, era um conceito embrionário que requeria anos e anos de desenvolvimento, estudos e experimentos no terreno. Contudo, a velocidade com que o mundo evoluiu em diversas áreas principalmente tecnológica e socialmente, fez com que muitos países contribuintes com tropas para missões de paz fossem ultrapassados em termos de condutas de emprego, equipamentos e capacitações militares para fazerem frente às novas ameaças cada vez mais complexas missões da ONU.

3. A Realidade Atual

À medida que o mundo altera as relações e poderes entre os blocos e nações dominantes, mais variáveis são introduzidas no processo de manutenção e imposição da paz. O uso da força, outrora comum e aceito pela sociedade, passou a ser contestado e limitado não somente pela sociedade e por Governos da maioria dos Países Membros, como também limitado no cotidiano das missões de paz da ONU. Regras de Engajamento cada vez mais rígidas limitam e reforçam a responsabilidade dos Capacetes Azuis[5] pelos seus atos em ação. Dentre os maiores prejuízos decorrentes da limitação no uso da força ressalta-se o tolhimento da iniciativa de Unidades e pequenos escalões no terreno.

Não somente o tolhimento à iniciativa, como outras lacunas observadas no preparo e emprego de tropas militares e policiais em missões da ONU têm sido debatidas no âmbito das Nações Unidas em reuniões da Assembleia Geral, do Secretariado e do Conselho de Segurança. Em 2017, gerenciado pelo Secretário Geral das Nações Unidas (UNSG), Sr. António Guterres, foi elaborado um relatório cujo propósito foi avaliar as condições de segurança nas missões de campo da ONU, identificando lacunas a serem preenchidas em diversas áreas de interesse, além de sugerir uma metodologia eficaz para melhorar a performance das tropas em operações de paz. O General de Divisão (Ref) Carlos Alberto de Santos Cruz, do Exército Brasileiro, foi nomeado relator desse SRSG Report. Dentre as áreas que necessitam maior atenção no âmbito do Department of Peace Operations (DPO)[6], identificadas no relatório de Cruz, Phillips e Cusimano (2017), destacam-se as seguintes:

1. **Liderança:** a liderança em todos os níveis, desde o UN Headquarter (UNHQ)[7] até a linha de frente dos contingentes em missões, precisa ser aprimorada em termos de processos e inter-conectividade.
2. **Uso da força:** segundo Cruz, Phillips e Cusimano (2017), o uso da iniciativa e da força, como todos os recursos disponíveis e aprovados, devem ser enfatizadas nas missões de campo. Para ele, o emprego de tropas em missões de paz de alto risco deve passar por uma avaliação criteriosa em termos de dimensionamento das capacitações e preparo exigido da tropa.

[4]Nação Anfitriã, onde as Missões de Paz da ONU são instaladas mediante consentimento do Governo Anfitrião.

[5]Termo aplicado aos integrantes de Contingentes de militares e policiais, em missões de paz da ONU.

[6]Departamento de Operações de Paz, integrante da estrutura organizacional das Nações Unidas. Este Departamento lida com todas as missões de paz em curso da ONU, e engloba as diretrizes e condução dos Componentes Militares e Policiais.

[7]Quartel General da ONU, sediado na cidade de Nova York, Estados Unidos da América.

Figura 1: Tropas da ONU desdobradas no Egito - UNEF I

Fonte: https://news.un.org/pt/story/2018/05/1624931. Acesso em: 30 set. 2022.

> As Nações Unidas e muitos Países Contribuintes com Tropas e Policiais são dominados por uma "Síndrome do Capítulo VI" que os leva a planejar e implantar operações de manutenção da paz sem uma apreciação completa dos riscos de segurança no campo e a abordagem operacional necessária para enfrentá-los (CRUZ; PHILLIPS; CUSIMANO, 2017, p. 11, tradução nossa).

3. **Inteligência:** o nível tático deve ter mais envolvimento com a rede de inteligência das missões da ONU, conectando-se com os demais componentes e estreitando os laços de cooperação e coordenação com o *Joint Operations Centre* (JOC) e *Joint Mission Analysis Centre* (JMAC)[8].

4. **Tecnologia:** tropas equipadas com tecnologias que auxiliem na implementação do Mandato, que reforcem a segurança de pessoal e bases e que aperfeiçoem a consciência situacional dos Estados-Maiores.

5. **Treinamento na fase de preparação para desdobramento:** treinamento deficiente na fase de preparação é uma das maiores causas de fatalidades e ferimentos em missões de paz.

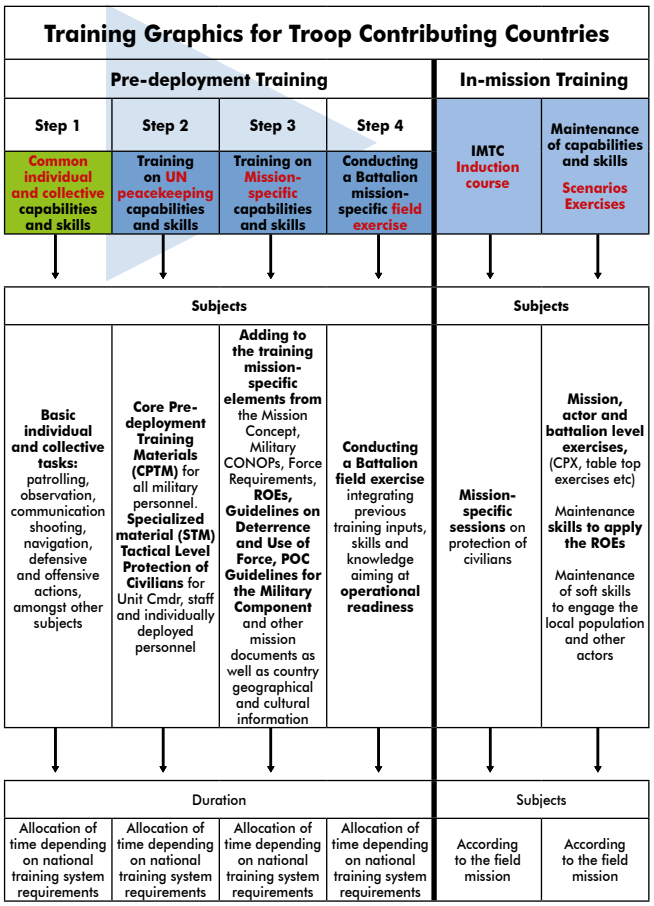
Esse relatório elaborado em 2017 marcou o início da gestão do Sr. António Guterres como UNSG e das propostas de mudança em algumas estruturas nas missões de campo. Ficou expressa a necessidade de que as operações se tornassem mais fluidas e aderentes às difíceis realidades sociais, econômicas e de segurança nas *Host Nations*. Com mandatos complexos e geralmente dispondo de cada vez menos recursos, espera-se que as missões da ONU executem tarefas múltiplas e simultâneas em ambientes operacionais remotos, com inúmeros desafios e repletos de grupos armados, terroristas e outras ameaças. Maior mobilidade, cadeias de suprimentos seguras, equipamentos adequados e maior autossustentabilidade são essenciais. Essas condições impostas trazem a necessidade de alguns requisitos valiosos e demandam geração de capacidades críticas para melhorar o desempenho. Nesse sentido, reconhece-se que operar dentro de um ambiente tão complexo também pode afetar o desempenho militar. A partir desse ponto adentra-se no objeto de estudo deste artigo: os desafios em desenvolver e aprimorar as capacidades das tropas para operações de paz na atualidade, melhorando sua performance e buscando a constante integração entre militares, policiais e civis no contexto das missões de paz da ONU.

3.1 Desafios na Preparação para Missões de Paz

Um grande desafio de desenvolvimento de capacidades, no contexto de uma Missão Multinacional de Manutenção da Paz, é destacado na *Operational Readiness Assurance* (ORA)[9], que abrange a interoperabilidade, coerência operacional e desempenho de tropas, uma vez que os Componentes Militares são oriundos de muitos Estados Membros trazendo uma ampla gama de diversidade, diferentes experiências e capacidades para as missões da ONU. Padronizar procedimentos e equiparar níveis de tropas em termos de capacitações e performance é, sem dúvidas, um complexo processo para o qual a ONU tem dedicado esforço constante na busca de um padrão estandardizado com mínimos requisitos equivalentes entre os países contribuintes. No entanto, a ONU entende que há uma oportunidade no aproveitamento das qualificações específicas de cada força, ressaltando suas contribuições individuais, uma vez que há uma ampla gama de origens e experiências colhidas por cada tropa, que trazem benefícios e novas perspectivas na melhora do desempenho em ação.

Outro desafio do desenvolvimento de capacidades diz respeito às complexidades das operações atuais que exigem um esforço coletivo para aprimorar o treinamento. No entanto, o requisito de treinamento para desdobramento prévio mais importante reside no fato de que os países contribuintes com tropas devem treinar seus contingentes de acordo com os padrões da ONU e certificá-lo como parte do processo. Por mais que o processo de certificação seja padronizado para todos os países contribuintes, a certificação sem a manutenção da capacitação não garante que novos Contingentes ou QRF[10] possam ser desdobrados em qualidade operacional contando apenas com os *In-Mission Trainings*[11] e avaliações de performance desenvolvidas pelos FHQ em seus contingentes.

Figura 2: Capacitação e treinamento de tropas para missões de campo



Fonte: Nações Unidas (2018, p. 18).

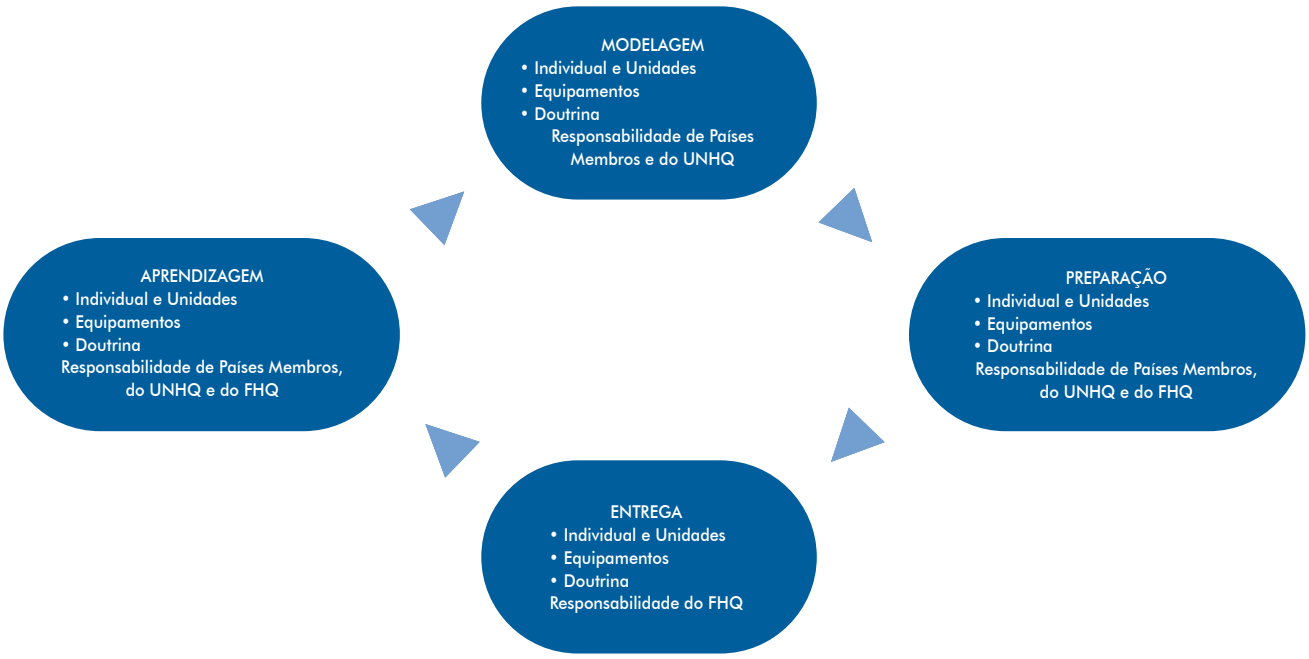
[8]O JOC e o JMAC são estruturas integradas. Eles têm civis, militares e policiais pessoal. O trabalho do JOC e do JMAC apoiam-se mutuamente, mas têm funções no gerenciamento de informações e relatórios (NAÇÕES UNIDAS, 2022).

[9]*Operations Readiness Assurance and Performance Improvement* é um Manual da ONU que estabelece a direção institucional para o fortalecimento da prontidão operacional de Unidades Militares e de Indivíduos destacadas em operações de paz da ONU. O principal objetivo do ORA é estabelecer um processo estruturado de exame crítico para verificar se uma contribuição militar é capaz de missão, a fim de garantir à ONU e aos países contribuintes que a contribuição está no nível de prontidão acordado. (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

[10]*Quick Reaction Force*, Unidade ou Subunidade empregada pela ONU em um contexto de resposta rápida à incidentes que demandem emprego imediato de tropas e meios para garantia do Mandato da ONU em determinado país.

[11]Tipo de treinamento realizado durante o período de desdobramento de determinado Contingente. É, geralmente, conduzido pelo próprio país contribuinte com tropas, mas pode ser demandado pelo FHQ da missão para aprimorar determinadas capacidades.

Figura 3: Ciclo de capacitação e preparo de tropas para missões de campo



Fonte: http://dag.un.org/handle/11176/387382. Acesso em: 30 set. 2022.

Além dos já citados, mais um desafio, de importante destaque, é que o tamanho e a composição da missão variam, de modo que alguns dos recursos podem não ser aplicáveis em todas as missões. Cada missão deve revisar suas capacidades essenciais para identificar possíveis lacunas e oportunidades de melhorias, as quais estão diretamente associadas ao Mandato da missão.

Sugere-se que, para enquadramento como capacidade essencial, seja definido como um elemento crítico distinto necessário em uma missão para preparar, prevenir, responder, conter e recuperar-se de uma crise de forma eficaz e garantir o cumprimento Mandato da missão. Devido à incerteza de qual será a crise que a missão de campo possa enfrentar, é importante planejar, desenvolver e praticar as capacidades que provavelmente serão necessárias, independentemente do tipo de crise, para melhor gerenciar qualquer tarefa que determinado Contingente possa enfrentar.

De acordo com a *UN Policy Military Capability Study*[12] [13], conduzido em 2013, as capacidades militares devem buscar atingir um objetivo militar específico e englobam a combinação de estrutura de força (pessoal e equipamento), prontidão (organização, processo e treinamento) e sustentabilidade (suporte e logística) necessários para realizar as tarefas atribuídas. Nesse sentido, para alcançar o desenvolvimento de capacidades essenciais, deve-se levar em conta alguns aspectos importantes: pessoal (competências básicas e habilidades de formação coletiva); equipamentos (quantidade, tipo, taxas de prontidão, manutenção, eficácia e sustentabilidade); recursos (treinamento nacional, treinamento anterior ao desdobramento, programas de treinamento em missão [*In-Mission Trainning*]), treinamento de reciclagem e também uma série de documentos de referência que fornecem base de doutrina e procedimentos. Esses aspectos são particularmente importantes, pois fornecerão fundamentos básicos para o componente militar para a efetiva entrega das tarefas mandatadas.

De forma conclusiva, nota-se que os esforços da ONU em desenvolver, de forma estratégica, capacidades críticas específicas para a atual complexidade das missões de paz, buscam aterem-se nos seguintes temas: evacuações médicas; capacitação por meio de treinamento prévio e durante a missão, inclusive para as lideranças da missão; introdução de novas tecnologias para melhorar a eficiência das tropas e proteger o pessoal e as instalações de interesse da ONU; e envolvimento direto com os países contribuintes para abordar deficiências de incremento de capacidades, desenvolver interoperabilidade, bem como aumentar a responsabilidade para levar à justiça os casos de desvio de conduta e disciplina que atentem contra as normas das forças de manutenção da paz (CRUZ; PHILLIPS; CUSIMANO, 2017).

Nesse contexto, para conduzir os países contribuintes ao entendimento da importância da preparação constante, principalmente aqueles incluídos no *Peacekeeping Capability Readiness System* (PCRS)[14], a ONU vem abordando os temas: capacitações, performance, segurança e treinamento no âmbito da Assembleia Geral, do Secretariado e do Conselho de Segurança. Resoluções e relatórios sendo elaborados pelos setores da ONU trazem à tona lacunas a serem preenchidas com devidas orientações aos países contribuintes. Dentre os documentos produzidos desde 2017 pela ONU em sua nova visão de futuro, destacam-se o *Action for Peace* (A4P)[15]

[12]Esta política estabelece a estrutura para a realização de um Estudo de Capacidade Militar em uma operação de manutenção da paz da ONU.
[13]Disponível em: http://dag.un.org/handle/11176/89558. Acesso em: 30 set. 2022.
[14]"O objetivo do PCRS é alcançar maior prontidão e previsibilidade para as unidades recém-implantadas por meio de uma abordagem mais sustentada, eficiente e colaborativa entre a sede do UNHQ e os Estados Membros. O PCRS deve ser o único mecanismo para a seleção de uma unidade militar ou policial para implantação" (NAÇÕES UNIDAS, 2019, p. 3, tradução nossa).
[15]Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/action-for-peacekeeping-a4p. Acesso em: 5 set. 2022.

e o *A4P + Plan*[16]. Tais documentos foram ratificados pelos Estados Membros da ONU, reforçando a conformidade de todos em envidar esforços unilaterais e coletivos na consecução dos Mandatos em vigor e adaptarem-se ao novos desafios nas cada vez mais complexas missões de paz da ONU.

De acordo com a iniciativa A4P, apesar de a manutenção da paz ser uma das ferramentas mais eficazes disponíveis nas Nações Unidas para a promoção e manutenção da paz e segurança internacionais, a ONU enfrenta vários desafios que prejudicam o cumprimento dos seus Mandatos. As soluções políticas muitas vezes estão ausentes, o que dificulta o processo de recuperação da Host Nation. Ameaças complexas nos ambientes em transformação estão causando um aumento nas fatalidades dos mantenedores da paz, e às vezes as missões não têm recursos para enfrentar essas ameaças.

Para fazer frente aos desafios acima mencionados, a ORA traz o *Performance Improvement Cycle*[17]. Esse ciclo é dividido em quatro fases distintas: Modelagem, Preparação, Entrega e Aprendizagem. Cada fase contém procedimentos claros e critérios de melhoria de desempenho mensuráveis. Além disso, em todas as fases há uma grande influência da doutrina da ONU, especialmente na fase de preparação, em que se espera que os Estados Membros preparem seu pessoal, incluindo capacitação de lideranças, para ter a mentalidade e o entendimento adequados sobre a manutenção ou imposição da paz, antes de se envolverem diretamente nas operações. Nesse sentido, é fundamental que documentos de orientação e referência sejam consultados, a fim de destacar os aspectos mais importantes na preparação de pessoal para futuras operações de paz, como os Manuais das Unidades Militares da ONU, que fornecem descrições gerais dos requisitos das unidades militares da ONU.

4. Perspectivas para as Missões de Paz

Integração é a palavra-chave diante do volátil e complexo meio ambiente encontrado em operações de paz. Embora possuam tarefas inter-relacionadas em missões de paz, os três componentes (Militar, Civil e Policial) possuem tendência a distanciarem-se no nível operacional, embora mantenham estreita ligação no nível estratégico[18]. Pontos ressaltados por Cruz, Phillips e Cusimano (2017), como inteligência, preparo operacional e avaliação de performance, devem obrigatoriamente ser conduzidos de forma coordenada. Uma vez que o estabelecimento de um meio ambiente seguro é quase sempre o propósito das Missões de Paz da ONU, as ações militares devem ser coordenadas com a inteligência policial e civil e, uma vez que a complexidade da situação apresentada exija, as decisões devem ser tomadas no mais alto nível possível, justamente para que a interoperabilidade entre os Componentes seja garantida.

Quando as condições de segurança são deterioradas ou há uma visível necessidade de acrescentar poder militar em determinada missão, a ONU faz uso do PCRS e comumente emprega suas QRF disponibilizadas pelos países contribuintes. Geralmente, o emprego imediato de tropas dessa natureza procura preencher lacunas latentes nos chamados Cross-Cutting Themes[19], os quais, como o próprio nome já diz, tratam de assuntos que afetam a missão como um todo, e que exigem imediato atendimento e resposta de todos os Componentes. Os desafios para uma QRF são enormes, os quais vão desde manutenção das capacitações requeridas até garantir que equipamentos e logística estejam disponíveis para atendimento em quaisquer das Missões de Paz da ONU, sem deixar de lado a dimensão Informacional, tanto a relativa à tropa sendo desdobrada quanto ao conhecimento da influência dessa dimensão sobre o meio ambiente operacional a qual irão operar em breve.

Com 13 anos de recentes experiências em Missões de Paz, e passados cinco anos da retirada de tropas da MINUSTAH[20], o Brasil ainda mantém um alto nível de confiabilidade no âmbito do DPO. Integrante do PCRS desde 2021, a Marinha do Brasil disponibilizou inicialmente uma QRF-COY[21] com nível 2 de certificação. Após agregar as capacidades requeridas, principalmente relacionadas à material e capacidades logísticas, a QRF-COY da MB foi alçada em 2022 ao nível 3 do PCRS. Não obstante, os anos de experiência adquiridas pela MB no Líbano (UNIFIL)[22] [23] somaram-se àquelas colhidas pelos 26 Contingentes na MINUSTAH, os quais consolidaram um padrão de excelência do Brasil na condução e execução de complexas missões de paz.

Os desafios atuais são evidentes. Consideradas de alto risco, as missões de paz na República Centro-Africana (MINUSCA), no Mali (MINUSMA) e no Congo (MONUSCO) são missões com constante necessidade de reforços. Agravadas por constantes ameaças, a proteção aos civis (*Protection of Civilians* - POC) é uma das *Cross-Cutting Tasks* mais demandadas em missões de tamanha complexidade com as supracitadas. Proteger a população civil em determinado conflito, requer conhecer a cultura, meio ambiente e a sociedade na qual se está operando. Muitas vezes, ameaças a vilas distantes de centros urbanos, fora da área sob controle das tropas militares ou policiais da ONU, forçam a missão a reorganizar seus esforços, rever planos e conduzir análises de risco de forma emergencial. Para militares, nem sempre uma tarefa cotidiana cuja práticas estão enraizadas desde soldados até os Comandos de Contingentes. São necessárias ações em conjunto, que devem ser conduzidas de forma coordenada e, geralmente,

[16]Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/a4p-action-peacekeeping-priorities-2021-2023. Acesso em: 5 set. 2022.

[17]Ciclo de melhoria de performance, sugerido pela ORA e aplicado como parâmetro para a avaliação dos Componentes de uma missão.

[18]Para a ONU, o nível Estratégico é gerenciado pelo UNQH. O *Head Of Mission*, nomeado como responsável por determinada missão, faz a interface entre o nível Estratégico e o Nível Operacional, no qual está inserido o FHQ da missão. O nível Tático é relativo aos Contingentes e *Sectors Head Quarters* (SHQ), subordinados diretamente ao FHQ (NAÇÕES UNIDAS, 2022).

[19]*Cross-Cutting Themes*, são temas abordados pela ONU os quais são correlatos em diversos setores e componentes de uma missão de paz. São assuntos, tarefas e questões as quais devem ser abordadas por todos os Componentes, Instituições, Agências e Organizações em uma missão de paz. São eles: Direitos Humanos (Proteção e promoção); Mulheres, Paz e Segurança (Igualdade de Gêneros); Proteção aos Civis; Conflitos Relacionados à Violência Sexual; Prevenção e respostas; Proteção às crianças.

[20]A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti ou MINUSTAH (sigla derivada do francês: *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti*, foi uma missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em 10 de setembro de 2004, por meio da Resolução 1542.

[21]*Quick Reaction Force* nucleada em uma Companhia de Infantaria. Para a MB, esta QRF-COY está passeada no Conceito de Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais.

[22]*United Nations Interim Force in Lebanon* foi criada pelo Conselho de Segurança em março de 1978 para confirmar a retirada israelense do Líbano.

[23]Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/mission/unifil. Disponível em: 30 set. 2022.

em curto espaço de tempo e poucos recursos iniciais disponíveis. Em paralelo, as consequências de uma não resposta imediata da ONU a uma crise emergente pode desencadear manifestações na população local e críticas externas ao desempenho da ONU em determinado local. Nesse diapasão, as tropas já desdobradas e as que podem ser empregadas de forma emergencial (QRF), devem manter-se qualificadas para lidar com todo o tipo de situação, seja para o enfrentamento direto com Grupos Armados ou ações preventivas e repressivas em prol de garantir a segurança da população civil.

5. Considerações Finais

Em suma, particularmente para o pessoal uniformizado, a Liderança da Missão deve desenvolver um Procedimento Operacional Padrão (SOP) conjunto e organizar e atualizar um nível avançado e treinamento, tanto preparatório quando corretivo, caso necessário em missão. Exercícios baseados em cenários, ensaios e simulações para abordar problemas de desempenho identificados auxiliam na garantia de uma boa performance e na manutenção da habilidades e capacidades de Contingentes e Unidades.

Incerteza e volatilidade são palavras comuns em missões da ONU. As tropas militares e policiais são a linha de frente na contenção e repressão necessárias para evitar a escalada da crise e deterioração das condições de segurança. Em meio às demandas internas de cada Força Militar, uma vez que um país se comprometa a se manter qualificado para operar em missões de paz consideradas de alto risco, ainda mais quando em um sistema de acionamento emergencial nível QRF, é de suma importância que haja uniformidade na preparação da tropa, e que ela seja realizada não somente dentro dos padrões ONU de capacidades essenciais, mas também levando-se em consideração que, embora seja uma missão de paz, a preparação para o combate e para complexas decisões em campo devem ser treinadas em todos os níveis. Manter a dianteira nas avaliações de performance da ONU é, sem dúvida, não somente um prestígio para um país contribuinte, como também reflete a qualidade de suas Forças Armadas perante o mundo "Na vanguarda, que é honra e dever!".

Referências

CRUZ, Carlos Alberto dos Santos; PHILLIPS, William R.; CUSIMANO, Salvator. **Improving security of United Nations peacekeepers**: we need to change the way we are doing business. [*S. l.: s. n*]: 2017.

NAÇÕES UNIDAS. Department of Peace Operations. Department of Operational Support. **Peacekeeping Capability Readiness System (PCRS)**. [New York]: DPO: DOS, 2019. Disponível em:https://pcrs.un.org/Lists/Announcements/Attachments/17/2019.01%20Peacekeeping%20Capability%20Readiness%20System_Guidelines.pdf?Mobile=1. Acesso em: 29 set. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. Department of Peacekeeping Operations. Department of Field Support. **Operational readiness assurance and performance improvement.** [New York]: DPKO: DFS, 2015.

NAÇÕES UNIDAS. Department of Peacekeeping Operations. Department of Field Support. **Operational readiness preparation for troop contributing countries in peacekeeping missions.** [New York]: DPKO: DFS, 2018. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/3._military_-_4_guidelines_on_opr.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. Peacekeeping Resource Hub. **Core pre-deployment training materials.** [New York], 19 Sept. 2022. Disponível em: https://research.un.org/revisedcptm2017. Acesso em: 30 set. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Charter.** [New York], c2022. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/un-charter. Acesso em: 30 set. 2022.

CMG (FN) Luís Felippe **Valentini** da Silva
valentini@marinha.mil.br

Forças Anfíbias Combinadas: o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais em operações multinacionais

CMG (FN) **Valentini** é o atual Comandante do Comando da Tropa de Desembarque. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque, o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da EGN, em 2011, e o *Marine Corps War College* (MCWAR) da *Marine Corps University* em 2019/2020. Serviu no 3ºBtlInfFuzNav – Batalhão Paissandu – como Comandante de Pelotão, Comandante de Companhia e Oficial de Estado-Maior. Foi Chefe do Estado-Maior do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti, 16º Contingente. E comandou o 3ºBtlInfFuzNav de novembro de 2016 a janeiro de 2018. Possui o título de *Master of Strategic Studies* conferido pela *Marine Corps University.*

1. Introdução

> *Partnerships: As the old saying goes, there is strength in numbers. When nations pool resources and share responsibility, their burdens become lighter.* (ESTADOS UNIDOS, 2018).

A capacidade de planejar e conduzir operações multinacionais representa trunfo estratégico, permitindo aos Estados aliados agregarem capacidades complementares às suas forças. Esse trunfo é mais relevante quando falamos de Forças Anfíbias, que exploram a liberdade de manobrar a partir do mar, tirando proveito das características do poder naval para projetar poder no local e momento desejado.

Por outro lado, a decisão de operar com Estados parceiros também apresenta desafios nos níveis estratégicos, operacionais e táticos. A autorização, no nível político, para o desdobramento de forças, necessita seguir ritos distintos nos processos decisórios dos Estados, o que para um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) multinacional impacta na possibilidade de pronta resposta da Força.

No nível operacional, desafios como a definição dos Comandantes e o estabelecimento de relações de comando, do grau de aceitabilidade de perdas, impactando o "como" e o "quem" realizará as tarefas, o nível de compartilhamento de dados de inteligência e como será efetivado o apoio logístico ocuparão o Comandante Operacional com infindáveis reuniões, consultas e negociações entre as forças envolvidas.

E no nível tático, os Comandantes terão que lidar com diferenças doutrinárias, no processo de planejamento, e de técnicas e procedimentos. Aliado a essas dificuldades, as barreiras do idioma, os problemas de comando e controle e a natural demora no estabelecimento de confiança entre frações imporão esforço adicional para execução até das tarefas menos complexas.

Apesar desses desafios e da complexidade das operações anfíbias, as vantagens de poder contar com tropas de fuzileiros navais aliadas na constituição de uma força de desembarque multinacional excedem em muito os eventuais percalços. Essa afirmação é ratificada pelo grande número de exercícios bilaterais e multinacionais conduzidos pelas principais forças de fuzileiros navais mundiais, como os exercícios BALTOPS[1] (EUA, Suécia e Finlândia), Bold Alligator[2] (Brasil, Canadá, Chile, Espanha, EUA, França, México, Noruega, e Reino Unido), e *Rim of the Pacific* (RIMPAC)[3].

O presente artigo tem como objetivo apresentar o recente estudo sobre a constituição de forças anfíbias combinadas na principal aliança militar ocidental – a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e como o Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil tem se preparado para operar de forma combinada.

2. A organização de forças-tarefa Anfíbias combinadas pela perspectiva da OTAN[4]

Após a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014, os membros da OTAN entenderam que nenhuma nação tem capacidade e vontade política para salvaguardar segurança por conta própria. Buscando capitalizar a interoperabilidade tática desenvolvida ao longo do tempo, Líderes de forças anfíbias da Espanha, Estados Unidos da América (EUA), França, Holanda, Itália, Portugal e Reino Unido iniciaram, em outubro de 2016, no fórum inaugural da *Amphibious Leaders Expeditionary Symposium* (ALES), uma discussão sobre uma possível força anfíbia combinada europeia-norte americana. O Simpósio definiu como como objetivo:

[1]Disponível em: https://www.defensenews.com/global/europe/2022/06/04/major-baltic-sea-exercise-kicks-off-as-swedish-finnish-nato-bids-wait-on-turkey/. Acesso em: 7 out. 2022.
[2]Disponível em: https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/1355970/us-coalition-forces-refine-amphibious-capabilities/. Acesso em: 7 out. 2022.
[3]Disponível em: https://www.navy.mil/Press-Office/News-Stories/Article/3048569/us-navy-announces-28th-rimpac-exercise/. Acesso em: 7 out. 2022.
[4]*NATO's* Amphibious Forces: Command and Control of a Multibrigade Alliance Task Force – tradução livre do autor.

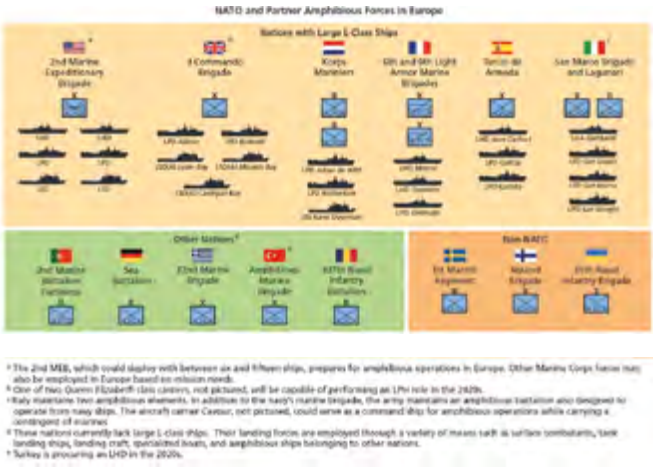
> As forças aliadas planejarão uma Força de Desembarque Combinada, expansível até o Comando de um Oficial três estrelas, com forças orgânicas terrestres, aéreas e logísticas - em apoio a OTAN. As nações participantes alavancarão, apoiarão e integrarão as iniciativas, estruturas e organizações dos exercícios já existentes da OTAN, Europeus e seus próprios exercícios nacionais (GERMANOVICH *et al.*, c2019, p. 9, tradução nossa).

Como ação decorrente, em 2017-2018, o *U.S. Marine Corps Forces Europe and Africa* solicitou à *RAND Corporation* projetar e conduzir três eventos com o objetivo de identificar os arranjos de Comando e Controle (C2) adequados bem como considerações à luz do DOPEMAI, para operações marítimas e anfíbias de grande escala em apoio à OTAN. Quatro conclusões principais foram identificadas nesses estudos:

2.1. A OTAN detém considerável capacidade anfíbia, entretanto esse recurso tem sido pouco reconhecido

Os Grupos-Tarefa Anfíbios (ATGs) existentes, do escalão brigada, nacionais e bilaterais, são dotados de navios com capacidade de embarque de tropa, conectores e forças de desembarque necessários para conduzir operações com múltiplas brigadas, mas é necessária uma evolução adicional dos arranjos de C2 efetivar essa capacidade e incrementar a interoperabilidade entre os ATGs (figura 1).

Figura 1: Forças Anfíbias na Europa



Fonte: Germanovich *et al.* (c2019, p. 12).

2.2. Existe um consenso emergente em torno de uma estrutura base de C2 - denominada Força-Tarefa Anfíbia centralizada (ATF) - para operações anfíbias da OTAN em um cenário de grandes operações combinadas

Essa construção, desenvolvida pelas partes interessadas da ALES, oferece um mecanismo para alavancar a capacidade anfíbia da OTAN ao agregar capacidades nacionais e bilaterais numa estrutura C2 coerente.

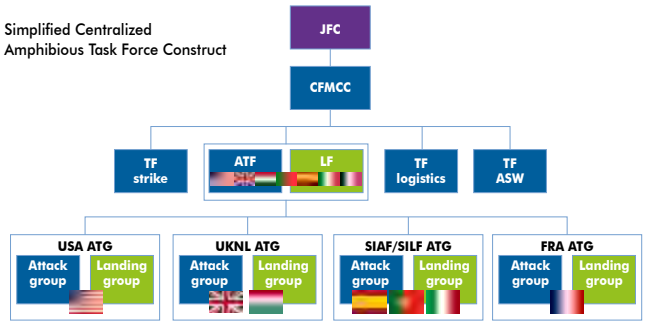
Figura 2: Forças-Tarefa Anfíbias Centralizadas e Descentralizadas

Notional Centralized and Decentralized Amphibious Task Forces

SOURCE: CJOS COE, slides from presentation in Northwood, United Kingdom, November 21, 2017.
NOTE: MCC = maritime component command.

Fonte: Germanovich *et al.* (c2019, p. 33).

Figura 3: Construção de Força-Tarefa Anfíbia centralizada simplificada



NOTE: This wargame centered on the ATF-to-ATG and ATG-to-ATG relationships.
Higher-echelon maritime and joint C2 issues were the primary subject at the Naples Tabletop.

Fonte: Germanovich *et al.* (c2019, p. 40).

2.3. A construção centralizada da ATF requer comandantes e estados-maiores com experiência em operações multinacionais e perícia em guerra anfíbia[5]

Existem várias organizações nacionais e aliadas com potencial para assumir esse papel, mas exigiriam aumento de pessoal e um plano de treinamento de longo prazo alinhado com o programa de exercícios da OTAN.

2.4. O conhecimento e a experiência em operações anfíbias em larga escala foram "atrofiados" como expertise dos planejadores e executores das operações de forças navais e de desembarque aliadas

A doutrina existente pode não ser suficientemente clara em relação à sua aplicação a operações anfíbias de uma força multinacional acima do nível de brigada.

Em resumo, o estudo concluiu que apesar de contar com meios capazes de organizar forças anfíbias combinadas, é necessário desenvolver estruturas de comando e controle para incrementar sua interoperabilidade. Indicou também que a capacidade da aliança em conduzir operações anfíbias em grande escala não está assegurada, mesmo com acervo de meios disponíveis, necessitando desenvolvimento doutrinário e adestramentos.

3. As operações combinadas do CFN

O CFN, atento a essa necessidade, também busca incrementar a interoperabilidade com marinhas e corpos de fuzileiros navais amigos, buscando manter o nível de prontidão dos nossos GptOpFuzNav para operar de forma combinada.

[5]Grifo do autor.

Iniciativas como a Conferência de Líderes dos Corpos de Fuzileiros Navais das Américas (MLAC 2022) fecham lacunas no nível estratégico e operacional, demonstrando nossas capacidades e principalmente estabelecendo confiança dos Estados amigos ao estreitar os canais de comunicação com os líderes de alto nível dos corpos de fuzileiros navais, facilitando futuros arranjos para composição de forças.

Figura 4: MLAC 2022

Fonte: Comando-Geral do CFN.

Figura 5: MLAC 2022

Fonte: Comando-Geral do CFN.

Visando manter e aperfeiçoar a execução de operações anfíbias multinacionais, dois grandes exercícios ocorreram em 2022: a Operação Fortaleza e a Operação UNITAS. Com condicionantes distintas, ambas as operações trazem ensinamentos para a condução de operações combinadas.

4. Operação Fortaleza

A Operação Fortaleza foi um exercício de Evacuação de Não-Combatentes (ENC) conduzido de forma combinada entre a Marinha do Brasil, a Marinha Nacional da França e o Exército de Terra Francês, no litoral de Fortaleza - CE, no período de 28 de maio a 01 de junho de 2022. A operação foi planejada para acontecer durante a escala no Brasil da missão Jeanne D´Arc[6].

4.1. Planejamento

O planejamento da operação iniciou em abril de 2022, com a decisão de organizar um GptOpFuzNav e deslocá-lo, por meios rodoviários desde a base da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) no Rio de Janeiro até Fortaleza. A moldura temporal da estadia dos navios franceses no porto de Fortaleza não permitiu que fossem designados navios anfíbios brasileiros para a comissão. A FFE planejou o deslocamento terrestre, por 3.200 Km, dos principais meios de desembarque, os Carros Lagarta Anfíbios (CLAnf), para proporcionar conectores ao GptOpFuzNav e agregar capacidades a Força Tarefa Anfíbia combinada. Sem a presença da contraparte francesa, as discussões iniciais foram relativas ao tipo de operação anfíbia que seria conduzida, quais os locais mais propícios para o desembarque e quais ações em terra seriam realizadas.

4.2. Relações de Comando

Com a conclusão do reconhecimento no início de maio, a célula de planejamento do GptOpFuzNav se reuniu com representantes da *9° Brigade d'Infanterie de Marine* do Exército de Terra Francês (contraparte francesa que integraria a Força de Desembarque) e acordaram sobre: a inclusão do Navio-Patrulha Oceânico (NPaOc) Araguari à Força Combinada; a condução de uma operação de evacuação de não-combatentes; às coordenações quanto aos aspectos administrativos e às possíveis praias de desembarque. O quadro abaixo indica os meios envolvidos:

<u>BRASIL</u>
Navio-Patrulha Oceânico (NPaOc) Araguari
Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, com efetivo de 149 militares
Carros Lagarta Anfíbios (CLAnf) – 03 viaturas
<u>FRANÇA</u>
Fragata Ligeira Furtiva (FLF) "COUBERT" (F212)
Porta-Helicópteros Anfíbio (PHA) "MISTRAL" (L9013)
Destacamento da 9° Brigade d'Infanterie de Marine, com 112 militares

Não foi discutido um arranjo para as relações de comando, mas surgiu um consenso de que a preponderância dos meios navais apontava para a França para exercer o Comando do Componente Naval e para o Brasil o Comando da Força de Desembarque. Uma vez que a operação era um exercício com forte conotação de integração, a falta de uma estrutura clara de comando não impactou sua execução.

4.3. Doutrina

O tipo de operação selecionada - evacuação de não-combatentes, facilitou a construção de um cenário que impusesse uma operação combinada. Apesar de constituir uma operação-tipo de entendimento comum para forças ocidentais, a condução de uma ENC, ou *L'évacuation de Ressortissants* (RESEVAC), contempla técnicas, táticas e procedimentos diferentes quando comparada a nossa publicação doutrinária (BRASIL, 2020).

[6]A missão Jeanne D´Arc é a comissão de treinamento dos Guardas-Marinha da Marinha Nacional da França.

Visando "acomodar" os entendimentos de ambas as partes, foram simplificadas as instalações de triagem dos evacuados e as ações preparatórias. A adoção do formato matricial para difusão de ordens e de medidas de coordenação bem como a realização de ensaios facilitaram o processo de compreensão do planejamento.

Figura 6: Extrato da Diretiva

b. Programa de Desembarque

PDbp VERMELHO				Origem ARAGUARI
VAGA	HORA	CONECTORES	FRAÇÃO (EFETIVO)	EFETIVO TOTAL
Infiltração	G	01xPACIFIC (BR)	ECAnf	06

PDbp VERMELHO				Origem MISTRAL
VAGA	HORA	CONECTORES	FRAÇÃO (EFETIVO)	EFETIVO TOTAL
1ª	H	03xCLAnf TP (BR) (formação em coluna)	ElmPBlq-1 (23); ElmPBlq-2 (23); PBlq-3-1 (23)	69
2ª	H+10	01xEDA-R (FR)	ElmSeg-1 (12); ElmPCt-1 (09); ElmPCt-2 (08); ElmPCt-3 (09); ElmPCt-4 (08); ElmPCt-5 (09); ElmPCt-6 (08); ElmBsc-1 (06); DstElmTrg-1 (08); GpCob-1 (02); GpEsct-1 (01)	80
3ª	H+30	01xCTM (FR)	ElmTrg-1(-) (04); CCT (02); Reserva (06); ForDbq (10)	22

PONTO DE ATRACAÇÃO 1				Origem ARAGUARI
VAGA	HORA	CONECTORES	FRAÇÃO (EFETIVO)	EFETIVO TOTAL
1ª	H	01xPACIFIC (BR)	GpEsc-2 (01); ElmSeg-2 (05);	06
2ª	H+40	01xPACIFIC (BR)	ElmSeg-1 (01); ElmTrg-2 (04)	05

c. Calco de Operações

Calco 1 - Praia MANSA

Calco 2 - Porto de MUCURIPE

PHM Mistral: 95 BR, 76 FR | NPaOc Araguari: 12 BR, 05 FR
Total: 107 BR, 81 FR = 188

Fonte: Comando da Tropa de Desembarque.

Figura 7: Compartilhamento de informações

Figura 8: PHM Mistral

Fonte: Comando da Tropa de Desembarque.

4.4. Compartilhamento de Informações

O afastamento físico entre os Estados-Maiores envolvidos, o fato do GT Jeanne D'Arc se encontrar em comissão na costa africana com as decorrentes restrições de comunicações, o ineditismo do local da operação e a falta de integração entre os atores envolvidos resultaram em dificuldades no compartilhamento de informações.

Com a chegada do GT a Fortaleza, foi programada uma "Reunião Formal" para coordenações necessárias e adoção de "decisões fundamentais" essenciais a operação. Detalhes como a presença de um segundo conector, detalhes sobre a operação do convés doca do PHA Mistral e requisitos de segurança específicos foram apresentados e conformaram o plano de desembarque.

Figura 9: Militar da 9º Brigade d'Infanterie de Marine realizando adestramento com CLAnf

Fonte: Comando da Tropa de Desembarque.

No decorrer dos adestramentos que antecederam a operação ocorreu a integração entre as células de planejamento, entre a parcela naval e a parcela anfíbia e entre os comandantes de diversos níveis. Por ocasião da execução da ENC, a Força de Desembarque Combinada já possuía razoável grau de integração, com nítida identificação dos principais decisores e equipes combinadas operando conforme planejado.

Como legado do exercício, a Operação Fortaleza representou modelo de construção de confiança entre duas forças com reduzido histórico de interação. A flexibilidade da organização dos GptOpFuzNav permitiu ajustar a organização por tarefas até o nível de equipes de embarcação combinadas. A simplicidade do planejamento prevaleceu sobre a barreira do idioma. E o ambiente controlado de um exercício permitiu que diferenças de interesses e expectativas, como a escolha da praia de desembarque e a programação das vagas, fossem mediadas dentro do ambiente positivo de integração entre Brasil e França.

4.5. UNITAS

Realizada desde 1959, a UNITAS é o exercício marítimo multinacional mais antigo organizado pelos Estados Unidos da América e, desde 2008, ocorre no formato Anfíbio. Com o objetivo principal de incrementar a interoperabilidade e estreitar os laços de cooperação e amizade entre as Marinhas participantes, a Operação UNITAS LXIII ocorreu de 08 a 22 de setembro, na área marítima compreendida entre o Rio de Janeiro - RJ e Martaízes - ES.

Sendo um exercício já consolidado, seu ciclo de planejamento envolve quatro conferências de planejamento (Desenvolvimento do Conceito, Inicial, Principal e Final), que iniciam mais de seis meses antes da execução efetiva. Os representantes dos países participantes apresentam seus objetivos de adestramento e interesses ao longo dessas conferências. As decisões são formalizadas em um Memorando de Entendimento (MOU em inglês) e todos os representantes registram sua aceitação dos aspectos discutidos e apresentados.

4.6. Relações de Comando

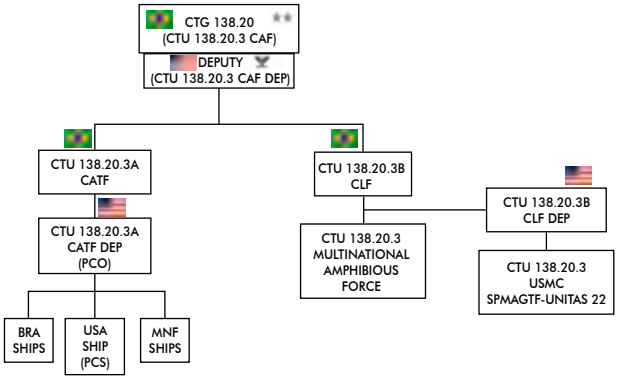
Na conferência inicial de planejamento, foi proposta a seguinte estrutura de relações de comando para o Grupo-Tarefa UNITAS 2022:

A estrutura proposta guarda relação com os estudos conduzidos pela ALES, citados anteriormente, com uma clara divisão entre as forças dos Estados Unidos da América e a Força Anfíbia Multinacional. A solução, apesar de destacar a posição da Marinha do Brasil exercendo o comando da operação, não foi percebida como alinhada

com o objetivo de "incrementar a interoperabilidade e estreitar os laços de cooperação" entre os participantes.

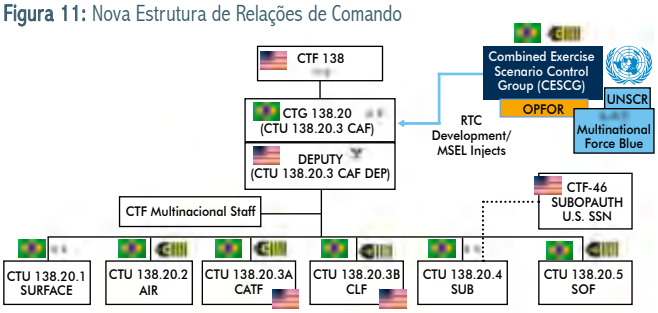
Nova estrutura foi proposta e aprovada, reforçando a interoperabilidade e o aspecto combinado da operação:

Figura 10: Estrutura de Relações de Comando



Fonte: Comando da Tropa de Desembarque.

Figura 11: Nova Estrutura de Relações de Comando



Fonte: Comando da Tropa de Desembarque.

A relação de Comando atende o caráter de rodízio entre os participantes, em que o Estado anfitrião lidera a operação, mas também reflete a preponderância de meios e o vulto da operação. Como o exercício contempla apenas uma área do objetivo anfíbio, não foi necessária a constituição de forças anfíbias operando de forma descentralizadas, permitindo o comando unificado.

4.7. Doutrina

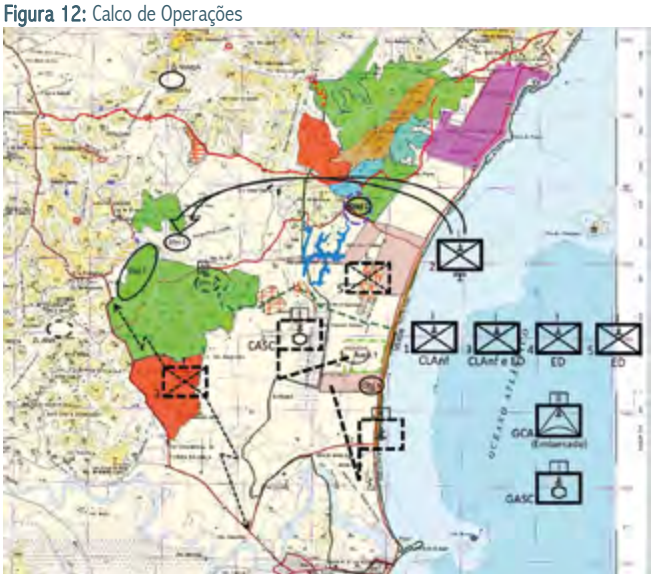
O tema da Operação UNITAS LXIII será o resgate de nacionais de interesse da Força Multinacional. A moldura temporal das ações em terra compreendendo uma rápida penetração com ocupação temporária de objetivos e uma retirada planejada indicam para a operação anfíbia na modalidade Incursão Anfíbia[7].

Com a participação de representantes de nove Marinhas amigas, foram observados aspectos discordantes quanto à doutrina na condução de uma Incursão Anfíbia. Fruto das lições aprendidas durante a Operação Fortaleza, foram simplificados, no planejamento, os procedimentos de triagem e controle dos resgatados evacuados e não foram organizados os grupamentos funcionais previstos na referência doutrinária em vigor.

Para o controle do Movimento Navio-para-Terra, a constituição do grupo TAT-LOG incorporará oficiais de ligação dos meios navais dos EUA e do México, para desconflitar eventuais alterações no programa de assalto.

[7]A *incursão anfíbia* compreende uma rápida penetração ou a ocupação temporária de um *objetivo* em região litorânea hostil ou potencialmente hostil, seguida de uma retirada planejada (sua principal característica).

Figura 12: Calco de Operações



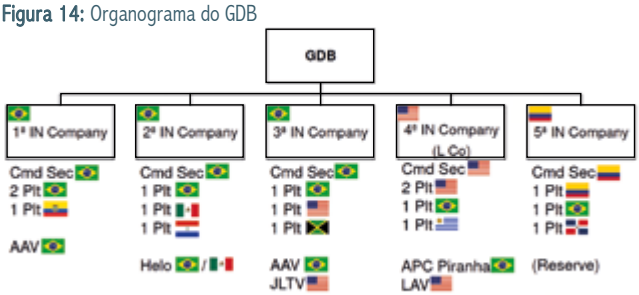
Fonte: Comando da Tropa de Desembarque.

Figura 13: Calco de Operações

Fonte: Comando da Tropa de Desembarque.

Para atender o objetivo do exercício, as subunidades foram organizadas com pelotões de diversas nacionalidades. O organograma abaixo indica a proposta brasileira para organização do Grupamento de Desembarque de Batalhão (GDB) para o exercício. Particularmente quanto a subunidade do USMC, as tarefas e coordenações serão "intermediadas" por uma estrutura paralela de um Comandante de Batalhão do USMC.

Figura 14: Organograma do GDB



Fonte: Comando da Tropa de Desembarque.

Alguns países apresentaram solicitações de embarque específicas, como por exemplo embarcar no navio da marinha dos EUA, ou não estarem autorizados e efetuar o movimento navio-para-terra em determinados meios.

Com a finalidade de facilitar aspectos de comando e controle, o Plano de Comunicações montado para a UNITAS prevê grande número de codificação de mensagens padronizadas buscando minimizar o impacto dos idiomas na fonia. A presença de pelo menos um PelInfFuzNav brasileiro por subunidade também facilitará o controle da manobra.

4.8. Compartilhamento de Informações

A adoção da metodologia de conferências de planejamento permite que as informações necessárias ao planejamento sejam devidamente compartilhadas. Eventuais dúvidas são esclarecidas por intermédios dos pontos de contato. O uso da plataforma digital *All Partners Access Network* (APAN) permite o compartilhamento de documentos em ambiente controlado por todos participantes.

Mesmo com todas essas ferramentas, detalhes sobre as possibilidades dos meios navais de outros países não são claras. Capacidades de realizar transferências, detalhes sobre casamento de rampas e tempo de lançamento de embarcações de desembarque são alguns aspectos que, mesmo acordados em reuniões de planejamento, não são variáveis livres para os planejadores. Restrições de segurança e nível de aversão ao risco oferecem incerteza para eventuais alterações nas ações planejadas. As condições meteorológicas e do mar adicionam incerteza ao planejamento. O Plano de Desembarque em construção para UNITAS 2022 incorpora essas fragilidades.

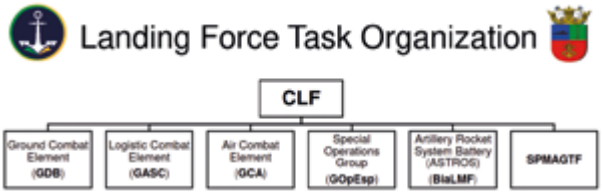
Em suma, a situação vivenciada na UNITAS demonstra a dificuldade de organizar uma força de desembarque multinacional. A flexibilidade do conceito dos GptOpFuzNav permite a distribuição de efetivos nos componentes de forma a atender necessidades de comando e controle. E mesmo em ambiente de exercício, as imposições dos Estados contribuintes de efetivos geram limitações ao planejamento e ao emprego de todas as capacidades do GptOpFuzNav.

4.9. Execução em ambiente combinado[8]

Durante a execução propriamente dita da operação, aspectos característicos de uma operação combinada foram evidenciados, como a importância atribuída às relações de comando, dificuldades no fluxo de informações e diferenças no critério de aceitabilidade para condução das ações.

Quanto às relações de comando da Força de Desembarque, o Comandante da SPMAGTF[9] solicitou que fosse alterada a estrutura de comando proposta. A solicitação criou novos elos na cadeia de comando uma vez que as ordens emanadas pelo componente de combate terrestre para a Companhia da SPMAGTF deveriam ser encaminhadas para o Comando da Força de Desembarque, reduzindo o efetivo controle esperado na organização dos componentes. Para o exercício, tal mudança não gerou obstáculos, entretanto evidencia a relevância da definição de relações de comando "aceitáveis" entre parceiros internacionais.

Figura 15: Organização da Força de Desembarque



Fonte: Comando da Tropa de Desembarque.

Em relação as dificuldades no fluxo de informações, o Comando da Força de Desembarque teve grande restrição para obter o entendimento da situação corrente. O ensaio exemplificou tal dificuldade uma vez que não foi possível obter confirmação da participação dos meios previstos tampouco o motivo da não participação. As condições meteorológicas estavam adversas durante toda a operação, mas as unidades navais das marinhas amigas não ratificaram o cancelamento de sua atuação. O caráter combinado da operação acaba por trazer para o processo decisório o fator percepção da Força, que muitas vezes limita a divulgação das informações disponíveis.

Finalmente, as diferenças no critério de aceitabilidade para condução das ações foram marcantes para moldar o que foi realmente executado em terra. Conforme comentado anteriormente, a percepção da Força e suas potencialidades são colocadas em dúvida no momento de seu efetivo emprego.

Durante o exercício, fruto da variável condições meteorológicas, participantes internacionais buscaram um ponto de decisão "Go/No Go" do Brasil para transferir o eventual ônus da não realização da operação. O Comando do Grupo-Tarefa não identificou elementos para antecipar essa decisão e as ações seguiram conforme planejado. Como ensinamento observamos que mesmo em situações de exercício, as capacidades disponibilidades por Estados parceiros não devem ser entendidas como garantidas, em virtude da diferença da aceitabilidade e do interesse em cumprir a missão.

5. Conclusão

A capacidade de constituir uma força tarefa anfíbia robusta permanece como objetivo da principal aliança militar do ocidente. Como ferramenta amplia a capacidade da OTAN de resposta a crises e deterrência entretanto requer arranjos de comando e controle e efetivo adestramento integrado para tornar-se uma capacidade efetiva.

O CFN também busca esta capacidade de constituir forças tarefa anfíbias combinadas. Nos altos níveis de comando são desencadeadas ações que permitem apresentar nossas capacidades, mantendo relacionamento com as principais lideranças de corpos de fuzileiros navais. No nível tático, a condução de operações anfíbias combinadas é objeto de adestramento da Força de Fuzileiros da Esquadra. O eixo estruturante Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, que orienta a organização das forças de fuzileiros navais prioritariamente em GptOpFuzNav, confere a flexibilidade e versatilidade aos comandantes para combinar as diferentes capacidades apresentadas por forças aliadas com nossas conhecidas potencialidades.

A operação UNITAS foi um excelente estímulo para atestar que estamos prontos para liderar o desafio de constituir um GptOpFuzNav multinacional. ADSUMUS.

Referências

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-2-3:** manual de Operações de Evacuação de Não-Combatentes de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro: CGCFN, 2020.

GERMANOVICH, Gene *et al.* **NATO's amphibious forces command and control of a multibrigade alliance task force.** Santa Monica: RAND Corporation, c2019.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **Mattis talks strategy, partnerships.** Washington, DC, 30 Oct. 2018. Disponível em: https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/1677181/mattis-talks-strategy-partnerships/. Acesso em: 7 out. 2022.

[8] O artigo original foi concluído antes da execução da operação. Visando aproveitar a oportunidade, foi possível complementar esta seção com impressões da execução da operação.
[9] *Special Purpose Marine Air-Ground Task Force* – GptOpFuzNav do USMC organizado para cumprir tarefa específica.

CMG (RM1-FN) Rudibert **Kilian** Júnior
kilian@marinha.mil.br

Análise do Conflito entre Rússia e Ucrânia [1]

CMG **Kilian** é pesquisador do Comando de Desenvolvimento Doutrináriodo CFN; foi instrutor de Planejamento Estratégico e Construção de Cenários Prospectivos no curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM) na Escola de Guerra Naval. Mestre e Doutor em Ciências Navais (Lei n. 11.279 de 09/02/2006) pela EGN e Mestre em História Comparada pela UFRJ. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da ESG.

A leste a Rússia; a Oeste a Europa; no meio a Ucrânia. Geopoliticamente, pode-se dizer que a Ucrânia é uma terra entre duas pan-regiões cujos estados diretores se conflitam tal qual a teoria construída por Haushofer e a meio caminho do Coração do Mundo da Ilha Mundial, a Eurásia de acordo com MacKinder. Quem dominasse o *Heartland* teria o mundo em suas mãos.

Após essa alusão como motivação e reflexão para o leitor de forma a não esquecer que a geopolítica está de volta e que "espaço é poder", principalmente na atualidade no que tange a espaços com recursos estratégicos que se tornam escassos como alimentos, água e energia passamos a apresentar a estruturação do presente trabalho em que se intenta analisar o conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

Inicialmente abordaremos os antecedentes que correlacionam os dois atores na linha do tempo evidenciando uma partição étnica, linguística e cultural que não pode ser desconsiderada; o significado espacial representado pela Ucrânia e o seu papel de interface entre o Ocidente e o Oriente; as questões mais importantes associadas à parte política e estratégica do *quid pro quo*; a parte operacional expressa pelo possível desenho da campanha russa; e, por último, o mais instrumental, os ensinamentos tendo como referência os fatores operacionais ou funções de combate. Nas considerações finais, ficarão algumas advertências.

1. Antecedentes: O Espírito do Tempo (*Zeitgeist*)

Como outras nações vizinhas, os dois países têm tanto laços históricos e culturais que os unem quanto que os separam.

Essa herança em comum remonta ao século IX, quando Kiev, a atual capital ucraniana, era centro do primeiro Estado eslavo, criado por um povo que se autodenominava "rus".

Foi esse grande Estado medieval, que se estendia do Báltico ao Mar Negro, chamado pelos historiadores de Rus de *Kiev*, que deu origem à Ucrânia e à Rússia - cuja capital atual, Moscou, surgiu no século XII.

A fé professada era a cristã ortodoxa e entre os vários dialetos eslavos falados na região, acabaram se desenvolvendo as línguas ucraniana, bielorrussa e russa.

É por causa desse passado compartilhado que o presidente russo, Vladimir Putin, afirma que "russos e ucranianos são um povo, um único todo".

No século XIII, a federação de principados de Rus foi conquistada pelo Império Mongol.

Na sequência, no final do século XIV, o território acabou dividido entre o Grão-Principado de Moscou e o Grão-Ducado da Lituânia (mais tarde se juntou à Polônia), que se aproveitaram do declínio do poder mongol para avançarem sobre a região.

Kiev e as áreas adjacentes ficaram sob o domínio da Comunidade Polaco-Lituana - o que deixou a região oeste da Ucrânia mais exposta a influências ocidentais nos séculos seguintes, desde a contrarreforma até o renascimento.

No século XVII, uma guerra entre a Comunidade Polaco-Lituana e o czarismo da Rússia colocou as terras a leste do rio *Dnieper*, região que era conhecida como "margem esquerda" da Ucrânia, sob o controle da Rússia Imperial.

Décadas depois, em 1764, a imperatriz russa Catarina, a Grande, desarticulou o Estado cossaco ucraniano que dominava as regiões central e noroeste do território e passou a avançar sobre terras ucranianas até então dominadas pela Polônia.

Durante os anos que se seguiram, uma política conhecida como russificação proibiu o uso e o estudo da língua ucraniana. As populações locais foram pressionadas a se converter à fé ortodoxa russa,

[1] Adverte-se o leitor de que diversas assertivas neste artigo enunciadas são interpretações deste autor dos fatos conhecidos e divulgados em fonte aberta.

para que pudessem constituir mais uma das "pequenas tribos" do grande povo russo.

Em paralelo, o nacionalismo se intensificou nas terras mais a oeste, que passaram da Polônia para o Império Austríaco, em que muitos começaram a se chamar de "ucranianos" para se diferenciar dos russos.

Com o século XX, veio a Revolução Russa e a criação da União Soviética, que fez seu próprio rearranjo do quebra-cabeças ucraniano.

A parte ocidental da Ucrânia foi tomada da Polônia pelo líder soviético Joseph Stalin no final da Segunda Guerra Mundial, quando foi constituída a República Socialista Soviética da Ucrânia.

Sob o manto comum soviético, na década de 1950, Moscou atendeu a uma demanda antiga da Ucrânia e transferiu a península da Crimeia para a república.

Localizada no Mar Negro, no sul, a região também tem laços fortes com a Rússia, que mantém até hoje uma base naval na cidade de Sebastopol. A Crimeia voltou para controle russo em 2014, quando a Rússia de Putin a invadiu e anexou.

Durante o período de dominação soviética, a tentativa de submeter a Ucrânia à influência russa se intensificou, muitas vezes a um custo humano elevado.

Milhões de ucranianos que já faziam parte da União Soviética na década de 1930 morreram em uma grande fome – que ficou conhecida como *Holodomor* – promovida por Stalin como estratégia para forçar os camponeses a se unirem à política comunista de fazendas coletivas.

Stalin chegou a enviar um grande número de cidadãos soviéticos, muitos sem conhecimento do idioma ucraniano e com poucos laços com a região, para tentar repovoar o leste do país.

Mesmo assim, a Moscou soviética nunca dominou culturalmente a Ucrânia.

Em 1991, a União Soviética entrou em colapso e a Ucrânia se tornou independente, embora houvesse parte da população que gostaria de ficar sob a égide do novo estado russo formado. Foi um processo caótico e doloroso.

Em 1994, foi assinado o Memorando de Budapeste, no qual a Ucrânia aderiu ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e abriu mão do seu arsenal nuclear tendo, como contrapartida, garantias de segurança contra ameaças ou uso da força contra a sua integridade territorial e soberania.

Em 1997, mais uma concessão importante: em troca da divisão da frota do Mar Negro e da ratificação, em tratado bilateral, do reconhecimento russo à integridade e soberania territoriais ucranianas, Kiev acordou em deixar o porto estratégico de Sebastopol, na Península da Crimeia, sob locação da Rússia até 2017 – o presidente ucraniano Yanukovych, em troca de preços melhores de compra do gás russo, estenderia esse leasing até 2049 com os chamados acordos de Kharkiv de 2010.

No período de 1999 a 2004 a OTAN expandiu-se para o leste em nome do mercado e da democracia, mas realizando um verdadeiro cerco militar à Rússia.

Em 2008, na Cúpula de Bucareste, a OTAN deu as boas vindas à Ucrânia e à Geórgia em suas aspirações euro atlânticas para adesão à OTAN. Imediatamente, o presidente Putin declarou que a adesão da Ucrânia à OTAN seria considerada uma ameaça direta à Rússia. Logo em seguida deu-se o conflito russo-georgiano, tendo como consequência o surgimento das repúblicas separatistas da Abecásia e Ossétia do Sul.

Em 2014, o presidente ucraniano Yanukovich rejeitou um acordo com a União Europeia (UE) buscando alinhamento com a Rússia, o que gerou uma série de protestos em Kiev. A repressão a esses protestos fez a violência emergir dando início a *EuroMaidan* ou revolução Laranja. O presidente teve que fugir e se exilar para a Rússia devido sua vida estar em risco. A Ucrânia o substituiu por outro sem cumprir o preconizado na Constituição daquele país, o processo de impedimento. Tal fato, porém, não foi esquecido por Putin.

Ato contínuo, houve a intervenção russa na Crimeia anexando-a, assim como as províncias do leste Luhansk e Donetsk foram controladas por separatistas pró Rússia, iniciando uma guerra civil naquela região. Durante os 14 anos de conflito mais de 14.000 vidas foram ceifadas.

A Ucrânia é um país dividido: a leste, os laços com Moscou são mais fortes, e a população tende mais a seguir a religião ortodoxa e a falar o idioma russo. Na parte ocidental, os séculos sob o domínio de potências europeias, contribuíram para que muitos de seus habitantes fossem católicos e que preferissem falar a língua local.

2. A Importância do Espaço da Ucrânia

A Ucrânia é um país do Leste Europeu com capital na cidade de Kiev e com uma população de 44 milhões de pessoas. O seu território, o segundo maior do continente, é banhado pelo mar Negro e faz fronteira com outras sete nações, entre elas a Rússia.

O território ucraniano é uma região de passagem que liga a Rússia aos países europeus e possui um espaço agrícola muito fértil. Além de agregar profundidade estratégica à Rússia, em suas terras passam grandes gasodutos e parte da logística e transporte dos produtos russos, sobretudo, da área de energia. A Ucrânia recebe capitais por essa razão. Para encerrar essa dependência foi construído o *Nord Stream* II que liga por gasoduto a Rússia à Alemanha sem passar no território ucraniano. Com a guerra, o gasoduto não foi certificado. Hoje a UE é dependente da importação de petróleo e gás da Rússia.

A Ucrânia é o celeiro da UE, sendo considerada um dos pilares da estabilidade alimentar em todo o mundo. No sul do país se cultiva trigo, cevada, colza, girassóis e ervilhas. A guerra atrapalhou a produção e acarretou no aumento de preços dos alimentos, assim como o dos combustíveis, o que gera inflação em todo o mundo.

O território ucraniano se estende por 1316 km de leste para oeste e 893 km de norte a sul, sem contar a Crimeia, que tem 320 km E-W e 175 km N-S. É o segundo maior país da Europa depois da Rússia. As distâncias envolvidas impõem respeito a tirania da distância para qualquer ator que tente violar seu território. É um país onde o rio *Dnieper* corta as terras de norte a sul dividindo a porção leste da oeste e, ao mesmo tempo, permitindo a instalação de várias represas, usinas e canais de irrigação. A oeste predominam regiões montanhosas e florestas que se estendem até os Cárpatos. No norte e ao longo do rio a presença de prados e pântanos é constante, assim como áreas alagadiças. O leste é uma região plana e de estepes.

No sul e no sudeste pulsa o coração industrial onde estão sediadas as indústrias bélica, siderúrgica e aeronáutica. O litoral se estende pelos mares de Azov e Negro, sendo este último uma das últimas províncias energéticas a serem exploradas. É por ele que grande parte do comércio exterior escoa e gera riquezas, sustentando a economia nacional.

Figura 1: Mapa da Ucrânia

Fonte: https://image.disparada.com.br/wp-content/uploads/2022/03/02122635/A--soberania-da-Ucrania-e-a-multipolaridade-mundial.jpg. Acesso em: 28 set. 2022.

3. Gatilho do Conflito

Em 24 de fevereiro de 2022, Putin declarou a autonomia das duas províncias da região de Donbass, Donetz e Luhansk e invadiu o território ucraniano.

O principal gatilho do conflito é o debate sobre a incorporação da Ucrânia na **Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)**, que é uma organização militar de defesa coletiva que visa a proteção dos países do Norte ocidental. O problema é que a Ucrânia seria o primeiro Estado fronteiriço da Rússia a entrar na Otan, **visto como algo extremamente negativo pelos russos.**

4. Credo Estratégico Russo

Na cartilha russa o credo estratégico é baseado nas seguintes premissas:

- **A retomada do poder e influência perdida com a dissolução da Ex-URSS.** Para tanto, pode realizar as seguintes ações dentre outras:
    - a proteção dos russos étnicos;
    - a proteção dos interesses econômicos russos; e
    - a ocupação contínua de antigas bases navais e militares.
- **A expansão da OTAN é uma ameaça.** Perder o controle permanente sobre a Ucrânia, e deixá-la cair na órbita ocidental, seria vista como um grande golpe para o prestígio internacional da Rússia.

A Rússia visualiza como parceiros, os seguintes países: Armênia, Bielorrússia, Chechênia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Turcomenistão.

Os seguintes países são enumerados como adversários: Estônia, Geórgia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Polônia e Ucrânia.

5. A Política e Estratégia Russa

As seguintes **aspirações e interesses** da Rússia podem ser enumerados:

- Restauração da Rússia ao status de uma grande potência no norte da Eurásia;
- Fim da expansão da OTAN para o leste;
- Reversão da expansão anterior da OTAN;
- Segurança da Europa Oriental e do Cáucaso;
- Reconhecimento de Donetsk e Luhansk no leste da Ucrânia como novos estados; e
- Reconhecimento da Crimeia como território russo.

5.1. Objetivo Político Russo

O **objetivo político russo** no atual conflito pode ser deduzido como sendo: a derrubada do atual governo ucraniano e a instalação de um que seja consigo alinhado (uma Ucrânia sob hegemonia russa).

5.2. Estratégia Russa

A **estratégia russa** no atual conflito foi visualizada da seguinte forma: a conquista da capital Kiev simbolizando a queda do poder atual. Com a tomada de Kiev, possíveis negociações seriam efetivadas, nas quais a Rússia iria fazer valer seus interesses.

5.3. Centro de Gravidade (CG)

Centro de Gravidade (CG) - "A fonte de todo poder e movimento". A nosso juízo, foram assinalados os seguintes CG:

- Político - o presidente ucraniano Zelensky.
- Estratégico - a capital Kiev.
- Operacional - as forças que defendem a capital.

5.4. Estratégia militar

- Uma campanha rápida por terra em direção à capital por meio de uma Blitzkriege; e
- Estabelecimento de um bloqueio naval ao litoral ucraniano por meio do controle dos Mares de Azov e Negro.

5.5. Narrativa

Desnazificação e desmilitarização da Ucrânia a fim de proteger as pessoas que foram submetidas a *bullying* e genocídio pelo regime de Kiev por oito anos.

Depois da infrutífera ofensiva sobre a capital, a Rússia realizou o equilíbrio na dinâmica de Bartlett, aquela que relaciona MEIOS-FINS-MANEIRAS e RISCOS, nas quais grafamos as seguintes mudanças:

O objetivo político passou a ser a conquista da região de Donbass adicionando-se o corredor sul que liga essa região até a península da Crimeia, área que era conhecida no império do czarado do século XIX como Novorossya, a Nova Rússia, objetivo nacional russo, a qual parece ter sido emulada e incorporada às crenças de Putin.

Logo, pode-se aduzir os seguintes objetivos posteriores:

- Reconhecimento dos direitos da Ucrânia como país independente;

- Retirada de todas as tropas e armas de volta às suas bases, incluindo as da Bielorrússia;
- Não adesão da Ucrânia à OTAN ou organizações internacionais e "status quo" = estado neutro;
- Nenhuma força estrangeira ou da OTAN na Ucrânia;
- Reconhecimento da Crimeia como território russo; e
- Reconhecimento de Donetsk e Luhansk no leste da Ucrânia como novos estados.

6. A Política e a Estratégia Ucraniana

Por sua vez no que tange à Ucrânia, pode-se inferir que o CG Político foi a opinião pública internacional, o que remeteu a narrativa a explorar a ideia força da Ucrânia como vítima de agressão. Como CG estratégico, é lícito enumerar a capital Kiev como bastião e símbolo do poder e da vontade popular. Como CG operacional, as forças russas oriundas de N e NE. Entre os principais interesses ucranianos pode-se eleger os seguintes:

- Permanência no Sistema Internacional como um estado independente e democrático (sobrevivência como ente estatal);
- Ingresso na OTAN e na UE;
- Retomada de Luhansk, Donetsk e Crimeia; e
- Aumento de sua segurança.

A Ucrânia pode flexibilizar e se ajustar dentro de um ou mais parâmetros abaixo relacionados:

- Paz e segurança;
- Não adesão à OTAN e ser um estado neutro;
- Nenhuma força estrangeira ou OTAN na Ucrânia;
- Juntar-se à UE;
- Possível reconhecimento Luhansk, Donetsk e Crimeia após votação do público (plebiscito); e
- Continuar lutando pela independência até que um cessar-fogo seja acordado, observado por ambos os lados.

Figura 2: Sede da OTAN

Fonte: https://elordenmundial.com/wp-content/uploads/2015/05/OTAN-portada.jpg. Acesso em: 29 set. 2022.

7. Outros atores envolvidos

OTAN - não tinha obrigação de apoiar a Ucrânia no conflito, em função do Tratado de Segurança Coletiva, já que o país ainda não é membro formal da organização. No entanto, os países da OTAN apoiaram a Ucrânia de forma indireta, por meio de fornecimento de sistemas de armas e apoio logístico bem como provendo grande fluxo de Inteligência e apoio cibernético. Também registra-se grande apoio na instrução e adestramento das forças ucranianas por tropas da OTAN desde 2014, por ocasião da invasão da Crimeia.

EUA - forte apoio financeiro, troca de informações de inteligência, apoio material e sustentação da campanha informacional, além das sanções econômicas visando o isolamento da Rússia.

China - adotou uma postura de moderação na disputa, até por ser um parceiro comercial da Rússia e da Ucrânia. Da Rússia, ela compra armamentos; da Ucrânia ela recebe alimentos e conhecimento, além de ser a interface do Ocidente e Oriente no seu projeto do *Belt and Road Initiative.*

ONU - em função da Rússia ser um membro permanente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) torna-se ineficaz e a Assembleia Geral é um teatro em que as nações se manifestam diplomaticamente.

Demais países - repúdio generalizado à invasão, haja vista a campanha de vitimização da Ucrânia pela agressão sofrida.

8. A Guerra como Fenômeno Multidisciplinar e Plural

O primeiro ensinamento advindo do conflito é que o marco teórico clausewitziano continua válido e contemporâneo. Destacamos os principais pontos abaixo:

- a natureza da guerra continua sendo uma dialética de vontades, um ato de força, cada ente tenta impor a sua vontade ao outro assim como é importante destacar que são dois entes vivos e dotados de vontade própria;
- a guerra é a continuação da política por outros meios, o que caracteriza a guerra como um meio para um fim que é político; caso contrário a guerra ganharia uma autonomia que não deve ter. A submissão à política lhe agrega instrumentalidade;
- a impossibilidade de uma "ciência da vitória";
- as inovações tecnológicas impactam e modificam o caráter da guerra, a maneira de fazê-la;
- a fricção (interna), a força que torna tão difícil o que parece fácil é contínua. Diz respeito ao acaso, erros, acidentes, dificuldades e seus efeitos sobre as decisões, o oral e as ações. Para superar a fricção é necessário capacidade intelectual e psicológica (liderança, determinação e coragem) dos comandantes e seus subordinados; o moral; o espírito e a autoconfiança das tropas. O adestramento, por certo, é um atributo que ajuda a mitigar esse óbice;
- a névoa da guerra (externa), o ambiente de incerteza, a imperfeita correspondência entre informação e ambiente, é um óbice a ser superado pela inteligência, a qual na atualidade, deve se servir das aeronaves remotamente pilotadas, do uso de satélites, da exploração cibernética e da guerra eletrônica para reduzir as lacunas de conhecimento e complementar as informações obtidas pela inteligência humana; e

- a guerra se alardeia em todas as expressões do poder; nos domínios terrestre, marítimo, aéreo, espacial e virtual e nas vertentes física, informacional e humana, o que a faz recebendo rótulos taxonômicos que vão da guerra híbrida, guerra irrestrita e de quarta geração, fazendo jus à velha máxima de que a guerra é um verdadeiro camaleão.

Essas máximas servem para lembrar que no itinerário formativo de oficiais e praças é importante educar a reflexão para desenvolver um julgamento crítico assim como o apoio de doutrina consistente que ajude a automatizar comportamentos e favoreça a economia de pensamento.

Em suma, como a guerra é a província da incerteza, é melhor compreendê-la para melhor conduzi-la. Não existe estratégia perfeita assim como não existe exército perfeito.

9. O Nível Operacional

Na medida em que as ações russas foram sendo desenvolvidas e disseminadas amplamente pela mídia foi possível deduzir o seu desenho da campanha, o qual está descrito abaixo:

- incialmente na **linha de esforço** foram deflagradas operações de guerra cibernética e operações de informação visando, respectivamente, degradar o poder de combate ucraniano e impor a narrativa russa;
- na **linha de operações**, as seguintes fases foram visualizadas:
    - Fase 1 – a concentração estratégica – as forças russas realizaram a concentração estratégica, a partir de outubro de 2021, no norte, nordeste e leste sob a estória cobertura de execução de exercícios militares nessas regiões;
    - Fase 2 – supressão das defesas aéreas inimigas, buscando a superioridade aérea e a decorrente liberdade de ação no espaço de batalha;
    - Fase 3 – ofensiva terrestre e naval lançada de forma simultânea. Ataque terrestre lançado a partir de N e NE dirigido à capital Kiev, centro de gravidade estratégico, caracterizando o esforço principal, bem como assalto aeroterrestre ao aeroporto de Hostomel, localizado a 10 km a NW da capital. Um segundo eixo de ataque oriundo de E na direção W, provavelmente para conquistar Dnipropetrovsk, cortando as linhas de comunicações do exército ucraniano e liberando a região de Donbass e as respectivas províncias de Donetsk e Luhansk. Terceiro eixo de ataque por meio de operações anfíbias realizadas no S da Ucrânia, em Odessa e Mariupol para conquista dos respectivos portos e as cidades de Kherson, Mykolaiv e Berdiansk isolando a Ucrânia dos mares de Azov e Negro e assim asfixiando a economia. Coma marinha russa realizando ações de forma a neutralizar a marinha ucraniana e estabelecer o controle de área marítima nos mares de Azov e Negro negando o acesso às Linhas de Comunicações Marítimas a partir dos portos localizados no litoral sul ucraniano.
    - Fase 4 – degradação da infraestrutura crítica civil (energética) e militar, destruição dos centros vitais por meio do lançamento de mísseis de cruzeiro e balísticos. As instalações energéticas seriam ocupadas e controladas com tropas de operações especiais em função da sensibilidade desses ativos
    - Fase 5 – Negociações e imposição da vontade retirando do poder o presidente ucraniano e colocando um títere em seu lugar alinhado às posições russas.
    - Fase 6 – Desmobilização parcial com ocupação militar em toda região sul desde Donbass até a Crimeia.

Figura 3: Situação em 06 de abril de 2022

Fonte: UK NoD / Instituto para Estudos da Guerra.

Figura 4: Manobra Russa

Fonte: https://www.understandingwar.org/sites/default/files/raftUkraineCotApril13%2C2022.png. Acesso em 29 set. 2022.

A **intenção** era cortar o território ucraniano ao meio com a conquista de Kiev e isolamento da parte leste do rio Dnieper, dividindo as tropas ucranianas e cortando suas linhas de comunicações. Ao mesmo tempo garantir o fluxo logístico de N e de E, evitando o ponto culminante do ataque. A ofensiva deveria privilegiar a rapidez tal qual a Blitzkriege alemã da II Guerra.

À Ucrânia restava uma estratégia defensiva, na qual seria utilizada a defesa tradicional por tropas convencionais e uma provável força de insurgência utilizando-se da tática de guerrilha. A primeira para prender a atenção das forças de ocupação e conduzir eventuais contraofensivas; a segunda, para aumentar os custos de ocupação e assediar as linhas de abastecimento.

A nosso juízo, a capital, a parte oeste do rio Dnieper e os portos ao sul no litoral do Mar Negro eram essenciais para manutenção do poder em exercício, do principal eixo logístico e da economia nacional ucraniana. Evitar a ligação do corredor sul ao longo do litoral no Mar de Azov também era uma tarefa essencial para a Ucrânia. No campo informacional, a narrativa seria baseada na polarização do conflito, tendo como ideia força a "agressão russa" e a "vitimização da Ucrânia" perante a opinião pública internacional. Conquistar corações e mentes garantiria o apoio em todas as instâncias. A mitificação do líder ucraniano funcionaria como complemento para agregar coesão e incrementar o moral do povo. O resto era concretizar o apoio logístico vindo do mundo ocidental e tornar a guerra longa em sua duração.

10. Ensinamentos

O artigo seria vazio se não contivesse uma análise que pudesse servir de base para futuros estudos e decorrentes mudanças de nossas forças já que aprender com os erros dos outros e com a história demonstra sabedoria e evita o sofrimento desnecessário. Para tanto, faremos as observações consideradas pertinentes sob a ótica das funções operacionais.

10.1. Manobra

Conforme as informações obtidas pela mídia, a manobra russa era baseada na premissa (hipótese básica) de que o grosso do exército ucraniano estaria a leste com o propósito de conter o avanço das regiões de Donbass e das províncias de Donetsk e Luhansk. Portanto a manobra seria em vários eixos, de forma rápida e decisiva, à luz da Blitzkriege alemã, caracterizando uma manobra operando de linhas exteriores na esperança de dividir e, assim, enfraquecer a resistência ucraniana. As linhas externas exigem que as linhas de operação e as redes de comunicação sejam "tão perfeitas quanto possível". A força atacante deve, idealmente, ser numericamente superior ao inimigo e o terreno relativamente livre de obstáculos. A estratégia também exige que o agressor mantenha uma pressão constante sobre o defensor.

O terreno ao norte é alagadiço e pantanoso o que dificulta o avanço e impede a rapidez. A logística russa não foi projetada para operar distante de seus terminais ferroviários e carecia de transporte aéreo para superar as deficiências de curto prazo. Sua frota de caminhões também era limitada em sua capacidade de apoiar as operações russas e pode ser sobrecarregada se as forças russas avançarem mais de 90 km de seus postos de parada.

Se por um lado a ofensiva russa, desencadeada em eixos distintos, foi capaz de fragmentar as forças de defesa ucranianas agindo como uma infestação, por outro, demonstrou ser um grande desafio para a logística russa, que apresentou dificuldades em prestar o apoio tempestivo a imensa quantidade de carros de combate desdobrados no território. Esse fato, ao lado da forte resistência encontrada nas cidades foram consideradas as causas da pausa operacional identificada.

As unidades terrestres russas geralmente são organizadas em grupos táticos de batalhão (BTG, sigla em inglês), com capacidades de defesa antiaérea em camadas, antidrone e contra Guerra Eletrônica. Em suma, são autossuficientes. Entretanto há indícios que alguns elementos avançados das forças russas falharam em operar como BTGs na Ucrânia, frequentemente deixando para trás seus ativos de defesa "de maneira inexplicável". Tal fato ajudou a gerar uma inépcia das forças terrestres russas, cujas forças blindadas cometeram erros crassos em seus avanços:

- ação blindada falha por baixa velocidade de progressão e decorrente ritmo lento das operações;
- uso contínuo de rodovias sem o anterior reconhecimento aéreo e terrestre;
- vulnerabilidade dos blindados frente ao armamento AC portátil por falta de reconhecimento e pobres Técnicas de Ação Imediata (TAI) das unidades durante o engajamento;
- falta de limpeza dos flancos durante deslocamentos;
- falta de cobertura aérea nos movimentos pelos Eixos de Progressão;

Figura 5: Coluna de blindados russos sob ataque anticarro

Fonte: https://i.dailymail.co.uk/1s/2022/03/12/21/55277629-0-image-a-7_1647121914345.jpg. Acesso em: 29 set. 2022.

- possível deficiência de adestramento ou uso de conscritos nas unidades blindadas; e
- possível deficiência de comunicações entre as unidades de terra e as unidades aéreas.

Por conseguinte, ainda verifica-se que ter uma boa defesa AC é um fator de forças no enfrentamento nos combates.

Também pode surgir a indagação cada vez mais intensa se as viaturas blindadas com elevado poder de fogo, sob lagarta ou não, são ainda importantes. A resposta parece conflitiva com os fatos sendo observados na Ucrânia. Sem dúvidas, a capacidade blindada no avanço de tropas ainda é fundamental para se atingir os efeitos operacionais da guerra. Contudo, associado ao poder de choque e de fogo agregado, acrescentou-se hoje capacidades que potencializam as ações blindadas, principalmente no tipo de terreno do leste europeu, que é plano, como cobertura aérea, capacidade antiaérea e, principalmente, a capacidade AC. Por essa razão é possível entender a oferta da OTAN de armamento AC *NLAW* e o *JAVELIN*, bem como o antiaéreo portátil *STINGER* (norte-americano) e o *GLOM* (polonês), além da grande estrela dos céus, os drones BAYRAKTAR que atingiram a artilharia e linhas de suprimento russos, retardando o seu avanço.

10.2. Logística

Para compreender o esforço logístico necessário à sustentação das forças, é importante destacar a organização de um um grupo tático de batalhão, o BTG russo já mencionado anteriormente. São de 700 a 900 homens e o seguinte quantitativo de viaturas:

COMBATE e APOIO AO COMBATE: dez (10) Carros de Combate T-72 ou T-80BVM; seis (6) Viaturas Blindadas com morteiros montados em cima do carro; quarenta (40) Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal BMP3; doze a vinte (12 a 20) Veículos Blindados de Artilharia AP MSTA com canhões 152 mm e LMF GRAD 122 mm e dez (10) Veículos Blindados SA-15 GAUNTLET de DAAe.

APOIO DE SERVIÇOS AO COMBATE: três (3) caminhões de suprimentos de alimentos (10 dias de carga); cinco (5) caminhões de suprimento de água; dois a cinco (2 a 5) caminhões médicos para tratamento de primeira linha (não equipado para cirurgias); dois (2) caminhões cozinha móvel; dez a doze (10-12) caminhões de combustível com cerca de dois dias de carga; cinco (5) caminhões contendo engenheiros e seus suprimentos (equipamento de desminagem, por exemplo); cinco (5) veículos com drones; dois (2) veículos bloqueadores eletrônicos de sinais para neutralizar espião satélites e radares; dois (2) veículos de recuperação: um caminhão de reboque para veículos leves e um para rebocar tanques e canhões.

Cerca de 150 dos 700 a 900 soldados podem ser considerados de apoio, e como essa formação seria um braço de uma força maior na área, eles também poderiam contar com a ajuda de outras unidades logísticas. Mas a proporção ainda não chega perto da do Exército dos EUA, que envia cerca de 10 soldados de apoio para cada soldado de combate. Em média, cada soldado russo requer cerca de 440 quilos de suprimentos por dia, incluindo alimentos, combustível, munição, assistência médica, etc. A Rússia enviou mais de 150.000 soldados para a Ucrânia, organizados em várias formações. Logo, a necessidade diária para suprir as três bocas:do soldado, da viatura e da arma é de 66.000 t. O exército russo opera com menos soldados de apoio logístico em comparação aos demais exércitos.

O plano russo de invasão tentou dominar com investidas longas e rápidas, o que estendeu demais suas linhas de suprimentos. A escolha de simplificar a logística pode funcionar em uma ação militar rápida, mas não deixa muito espaço para erros em uma ação mais longa. Aqui estão alguns problemas que os russos pareceram ter:

- Proteção inadequada de comboios de abastecimento – Caminhões que se deslocam ao longo das linhas de abastecimento precisam de proteção, especialmente se as opções de viagem forem reduzidas a algumas estradas previsíveis. Mas desde o início, as tropas russas não executaram o básico da escolta de comboios, que envolve veículos blindados e soldados fazendo a proteção e defesa de veículos logísticos vulneráveis. Os veículos de abastecimento, às vezes, eram deixados sozinhos, mesmo depois de saberem que os cidadãos estavam atacando caminhões de combustível não blindados.
- A escassez de alimentos, água e combustível – Na mídia, há muitos relatos de soldados russos sem comida e até combustível para os carros de combate. O *New York Times* informou que alguns soldados carregavam refeições que expiraram em 2002 e interceptaram comunicações de rádio entre as tropas fora de Kiev que afirmavam precisar de comida, água e combustível. A CNN citou duas "fontes familiarizadas com o assunto" que disseram que a Rússia pediu à China rações.
- Cuidados médicos questionáveis – Um aspecto vital do planejamento militar é a melhor forma de tratar e transportar soldados feridos, idealmente na primeira hora após um trauma. Houve relatos de apoio médico inadequado para as tropas russas. Uma das muitas coisas horríveis sobre a guerra é a ideia de que uma força militar não estaria preparada para apoiar seus soldados em termos de suas necessidades médicas.
- Baixo suprimento de mísseis guiados – Conquistar cidades é um evento extremamente sangrento e demorado. O terreno urbano favorece os defensores que conhecem o território e oferece infinitos lugares para se esconder e oportunidades para emboscadas. Também força um atacante a usar uma enorme quantidade de munição. A Forbes informou que um funcionário do Pentágono disse que a Rússia parecia estar com pouca munição de precisão, como mísseis guiados, e a Reuters informou que esses mísseis têm uma taxa de falha de até 60%.
- Avarias excessivas das viaturas – Desde que a invasão começou em 24 de fevereiro, a Rússia perdeu mais de 2.000 veículos, incluindo mais de 300 carros de combate, de acordo com relatórios de código aberto. Os ucranianos destruíram e capturaram alguns; outros foram abandonados. Alguns dos tanques eram gerações anteriores e não estavam bem equipados, incluindo o T-72, um tanque da era soviética que entrou em produção há mais de 50 anos. Os veículos de combate saem da estrada, passam por estradas de terra, estradas de cascalho, que tremem constantemente tudo e eles literalmente sacodem as coisas, como os pedacinhos, os parafusos se soltam. Pequenos pinos caem. Então é muito comum para

veículos blindados, mesmo caminhões de rodas, de quebrar em um ambiente operacional intenso. Isso realmente explica o porquê vimos tantas fotos de veículos russos abandonados, simplesmente quebraram ao longo do caminho. Infere-se que as deficiências de manutenção foram agravadas pelo fato de que as tropas estavam fazendo exercícios por dois meses antes de cruzar para Ucrânia.

10.3. Comando e Controle

A estrutura de comando da Rússia é confusa, na melhor das hipóteses. Não é uma estrutura, mas são quatro, provenientes de regiões diferentes da Rússia. Uma única cadeia de comando tornaria essa empreitada muito mais simples.

A evidência da falha na cadeia de comando é que pelo menos 15 comandantes russos seniores, incluindo sete generais, foram mortos. Normalmente, esses oficiais de alto escalão não estariam perto das linhas de frente, mas tiveram que ir mais adiante do que o normal para impor a ordem e dirigir as operações nos níveis mais baixos.

Muitas tropas russas no sul parecem ser soldados profissionais que foram destacados para a Crimeia. Mas em outros lugares, especialmente no norte, as forças russas pareciam ter muitos recrutas que estariam menos motivados e treinados. Além disso, parece que as ordens para a invasão foram mantidas em segredo da base.

É importante registrar que o exército russo é muito centralizado, tornando o ciclo decisório (ciclo OODA) lento, sendo superado pelo inimigo em termos de tempo. Registra-se também que o grau de consciência situacional é muito baixo já que não trabalham em redes e não há compartilhamento de informações. Logo, os ucranianos cientes dessa vulnerabilidade realizaram ataques cirúrgicos aos Postos de Comando (PC) russos, eliminando os generais e gerando caos sistêmico nas forças russas já que os subordinados dentro da estrutura organizacional russa possuem baixa iniciativa e recebem tarefas em termos de ação a empreender e não pelo efeito desejado. Em suma, perder a capacidade de C2 é perturbador para os russos assim como a liderança nos menores escalões é quase inexistente.

10.4. Inteligência

Um alto grau de consciência situacional é importante no combate. Para tanto, no mundo atual, a dissipação da névoa da guerra é alcançada pelo compartilhamento de informações fluindo por redes em tempo real. Informações sobre o inimigo, como seu dispositivo, composição, valor e peculiaridades e deficiências assim como sobre o terreno e condições climáticas e meteorológicas são essenciais para que se tome boas e rápidas decisões, particularmente no que tange a aquisição de alvos.

Dentro do combate que se desenvolve observou-se que há um intenso jogo no que tange à aquisição de alvos e aos decorrentes fogos cinéticos. Não existe letalidade sem que haja aquisição de alvos. Um verdadeiro jogo de gato e rato, em que não pode ser esquecida a regra número um da sobrevivência " se atirou, denunciou a posição". Logo, há que se ter, cada vez mais, mobilidade tática no campo de batalha. Outro corolário é que o reconhecimento tem que ser orgânico e existir em todos os escalões. Não pode haver dependência do escalão superior ou de outras forças. Só se engaja um alvo se ele for visto ou sensoreado. Não se pode entrar em um combate cego, sem os "olhos", sejam satélites, SARP, aviões, drones etc. Essas informações são essenciais e devem fluir imediatamente pelas redes.

Os russos usaram uma combinação de drones e interceptações por telefone e rádio para localizar os postos de comando ucranianos e as posições inimigas de grande valor. Os ucranianos estão localizando as posições russas por meio de drones e interceptações e de informações dos aliados ocidentais.

10.5. Apoio de Fogo

É importante destacar que as forças militares, em suas manobras operacionais, são centradas nos fogos cinéticos, os quais utilizam no seu portfólio obuses e foguetes de Artilharia, mísseis de navios de superfície, submarinos bem como de aeronaves. Relembra-se que no âmbito da Brigada russa existem três Batalhões de Artilharia, ao passo que no mundo ocidental contamos com apenas um Batalhão para apoiar a Brigada.

Outro ensinamento assinalado é que "os fogos de precisão de longo alcance são extremamente importantes", associado indiretamente à capacidade de traduzir a inteligência do campo de batalha em ataques de alto impacto como fizeram os ucranianos contra os principais líderes e equipamentos russos. O valor esteve na capacidade de afundar navios e a capacidade de atingir postos de comando.

A eficácia dos drones no combate não é novidade, mas nessa guerra foi reafirmada sua importância. Os drones e a capacidade antidrone são ativos-chave cuja importância foi exibida na guerra. A sinergia gerada pelos drones agrega velocidade, alcance e convergência o que incrementa as capacidades de uma força com armas combinadas, Mais uma vez o drone turco bayraktar foi a "estrela" no céu.

A Rússia não usou todos os seus meios aéreos para alcançar e explorar uma efetiva superioridade aérea no início dos combates, o que lhe proporcionaria maior liberdade de ação no espaço de batalha. Não se sabe as verdadeiras causas mas, tendo por base alguns relatos de especialistas, enumeram-se algumas das possíveis causas:

- a quantidade limitada de munições guiadas com precisão lançadas por aeronaves, disponíveis para a maioria das unidades de caça da Força Aérea Russa (VKS);
- baixa confiança na capacidade de desconflitar com segurança as surtidas em larga escala com a atividade de defesa antiaérea (Míssil Superfície Ar-MSA) operada pelas forças terrestres russas;
- número relativamente baixo de horas de voo (HdV) que os pilotos da VKS recebem a cada ano em relação à maioria dos seus colegas ocidentais, um pouco menos de 100HdV por ano;
- sucesso da artilharia antiaérea ucraniana, predominantemente a de baixa altura; e
- as condições climáticas e meteorológicas adversas.

10.6. Proteção

Cada vez mais a guerra cibernética e a Guerra Eletrônica são fundamentais para a proteção e consideradas multiplicadoras do poder de combate. A defesa antiaérea é fundamental para o exercício da mobilidade e da iniciativa no combate. Atualmente, os arranjos modulares,

Figura 6: Transposição do rio Donets

Fonte: https://www.cnnbrasil.com.br/wp-content/uploads/sites/12/2022/05/BR_CNN_170522_CWW_CLEAN_frame_85620.jpeg?w=1200&h=900&crop=1. Acesso em: 29 set. 2022.

Figura 7: Perdas russas na tentativa de travessia do rio Donets

Fonte: https://www.forte.jor.br/wp-content/uploads/2022/05/russian-crossing-river2.jpg. Acesso em: 29 set. 2022.

Figura 8: Imagens do batalhão russo destruído nas margens do rio Donets após tentativa frustrada de travessia

Fonte: https://www.forte.jor.br/wp-content/uploads/2022/05/russian-crossing-river1.jpg. Acesso em: 29 set. 2022.

nucleados no Batalhão, devem buscar a autosuficiência e serem baseados em um portfólio de sistemas de armas que lhes agregue autonomia no campo de batalha. Logo, dentro da medida do possível, os GptOpFuzNav devem ter armas AC, armas AAe, GE e os sistemas convencionais como Morteiros e Artilharia em apoio direto.

Os detalhes técnicos e a doutrina vigente podem ser flexibilizados ou alterados para que o módulo de combate tenha maior resiliência possível em ação. A filosofia da guerra de manobra deve ser efetivada a partir da destruição da mentalidade do erro zero e do aprestamento contínuo em simulações, jogos de guerra e adestramentos práticos. A transformação de uma força começa pelas escolas e se aperfeiçoa no adestramento. A maior proteção será conseguida quando as mentes mudam e admitem que o erro é uma fase do processo.

10.7. Dimensão Informacional

A batalha das narrativas, até agora, foi intensa por ambos os contendores. No que concerne ao *Jus ad bellum*, ou seja, no direito à guerra, "Guerra Justa", o russo usou a ideia força de proteção de seus nacionais com a decorrente desnazificação e desmilitarização da Ucrânia, bem como a ameaça da OTAN. Por outro lado, os ucranianos se disseram vítimas de agressão e que resistiam ao regime autocrático russo, necessitando de apoio do Ocidente.

A narrativa russa tem apelo para sua população; já a ucraniana formata impressões e ideias da opinião pública internacional. A disseminação de notícias falsas e imagens com o fito de influenciar e moldar comportamentos em todas as instâncias foi constante durante o conflito.

Quanto à deficiente campanha informacional russa, é um indício que seja uma mudança de paradigma. Na atualidade, é praticamente impossível manter uma narrativa focada em algum público-alvo externo (Ocidente) e outra narrativa no âmbito interno. Raras exceções como Coreia do Norte e China conseguiriam isolar o país da influência informacional externa. Putin estava mais focado na proteção informacional no ambiente interno e dedicado a conter uma ação "implosiva" como protestos e revoltas internas.

11. Considerações Finais[2]

Até o momento, a mais importante lição do presente conflito é que a geopolítica está de volta e com ela política de poder representada pela vertente realista das Relações Internacionais.

Outra lição é aquela sintetizada pelo pensamento tucididiano o qual enfatiza "Os poderosos fazem o que querem e os débeis sofrem o que devem", a qual deve ser muito bem apreendida pela elite nacional para que o Brasil no futuro não seja uma Ilha de Melos[3].

Por último, é necessário frisar que o ambiente internacional é cada vez mais multipolar e, portanto, mais instável, incerto e inseguro.

[2]Este artigo foi produzido ao final do mês de maio de 2022 e nele se encerram visões dos três primeiros meses do conflito. Não sendo possível traçar comentários sobre os momentos que decorreram após a sua produção. Se quer é possível antever os resultados finais das operações, se é que elas tenham se encerrado no momento da publicação deste periódico.

[3]Passagem da obra de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso, também conhecida como Diálogo de Melos ou Diálogo Meliano. Retrata um exemplo clássico, no campo de relações internacionais, do confronto do liberalismo com o realismo em que prevaleceu o pensamento realista.

Referências

ASSESSING the Russian military campaign in Ukraine. Washington, DC, 1 Mar. 2022. Disponível em: https://www.csis.org/events/assessing-russian-military--campaign-ukraine. Acesso em: 13 jun. 2022.

ATLAMAZOGLOU, Stavros. How Russia's secretive spetsnaz units may get put to use in Ukraine. *In:* BLODGET, Henry. **Insider.** [*S. l.*], 7 Mar. 2022. Disponível em: https://www.businessinsider.com/how-russias-secretive-spetsnaz-may--get-used-in-ukraine-2022-3?utm_medium=social&utm_source=facebook.com&utm_campaign=sf-insider-mildef. Acesso em: 13 jun. 2022.

CENTENO, Gabriel. **RQ-4 Global Hawk:** o drone dos EUA que voa na Ucrânia por mais de 30 horas. [*S. l.*], 14 fev. 2022. Disponível em: https://www.aeroflap.com.br/rq-4-global-hawk-o-drone-dos-eua-que-voa-na-ucrania-por--mais-de-30-horas/#. Acesso em: 13 jun. 2022.

INSTITUTE FOR THE STUDY OF WAR (Estados Unidos). **Russian forces began a new phase of large-scale offensive operations in eastern Ukraine on April 18** [...]. Washington, 18 Apr. 2022. Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=101601047040168 10&id=265135661809&sfns-n=wiwspwa. Acesso em: 11 jul. 2022.

KADAM, Tanmay. Washington to arm Ukraine's Bayraktar TB2 drones with laser-guided rockets to target russian tanks with pinpoint accuracy by Tanmay Kadam. *In:* NANDA, Prakash *et al.* **The EurAsian Times.** [New Delhi], 8 Apr. 2022. Disponível em: https://eurasiantimes.com/us-to-arm-turkish-bayraktar--drones-with-laser-rockets/. Acesso em: 15 jun. 2022.

KAWAGUTI, Luis. Ataque ao cruzador Moscou foi vitória simbólica e militar. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 abr. 2022. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/jogos-de-guerra/ataque-ao-cruzador-moscou-foi-vitoria--simbolica-e-militar/. Acesso em: 6 jul. 2022.

LAGRONE, Sam. Warship moskva was blind to Ukrainian missile attack, analysis shows. *In:* UNITED STATES NAVAL INSTITUTE. **USNI News.** [*S. l.*], 5 May 2022. Disponível em: https://news.usni.org/2022/05/05/warship-moskva-was-blind-to-ukrainian-missile-attack-analysis-shows. Acesso em: 7 jul. 2022.

LAURAS, Didier. Russian air force struggling to claim total superiority, experts say. **The Moscow Times**, Moscow, 1 Mar. 2022. Disponível em: https://www.themoscowtimes.com/2022/03/01/russian-air-force-struggling-to-claim-total--superiority-experts-say-a76694. Acesso em: 13 jun. 2022.

MENKS, Joshua; PETERSEN, Michael B. The 'kalibrization' of the Russian fleet. **Proceedings**, Annapolis, v. 148/5/1,431, May 2022. Disponível em: https://www.usni.org/magazines/proceedings/2022/may/kalibrization-russian-fleet. Acesso em: 7 jul. 2022.

MONGILIO, Heather. Russia could bring marines to Mariupol in another amphibious assault. *In:* UNITED STATES NAVAL INSTITUTE. **USNI News**. [*S. l.*], 18 Apr. 2022. Disponível em: https://news.usni.org/2022/04/18/russia-could--bring-marines-to-mariupol-in-another-amphibious-assault. Acesso em: 6 jul. 2022.

RÚSSIA usa mísseis hipersônicos Kinzhal na Ucrânia pela primeira vez. *In:* GALANTE, Alexandre. **Poder aéreo.** [*S. l.*], 19 mar. 2022. Disponível em: https://www.aereo.jor.br/2022/03/19/russia-usa-misseis-hipersonicos-kinzhal-na-ucrania-pela-primeira-vez/. Acesso em: 13 jun. 2022.

RUSSIAN cruiser Moskva sunk in the Black Sea – assessing the implications. [*S. l.*], 15 Apr. 2022. Disponível em: https://www.navylookout.com/russian--cruiser-moskva-sunk-in-the-black-sea-assessing-the-implications/. Acesso em: 6 jul. 2022.

CMG (RM1-FN) Maurilo de Souza **Vilas Boas**
maurilov@yahoo.com.br

As Interações Estratégicas Russa-Ucraniana e o Conceito Operacional da Resistência

CMG (RM1-FN) **Vilas Boas** passou para a Reserva da Marinha recentemente. Servia no Comando do Desenvolvimento Doutrinário do CFN quando produziu este artigo. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque, o Curso de Comandos Anfíbios, em 2001 e o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da EGN, em 2015. Serviu no 2ºBtlInfFuzNav – Batalhão Humaitá – como Comandante de Pelotão de Infantaria, no BtlOpEspFuzNav – Batalhão Tonelero – como Comandante de Pelotão de Reconhecimento Anfíbio e da Companhia de Ação de Comandos e integrou o Grupo Especial de Retomada e Resgate. Foi Oficial de Relações Internacionais do Gabinete do Comandante da Marinha e Oficial de Ligação junto ao *Marine Corps Combat Development Command* (MCCDC). Comandou a Companhia de Polícia do Batalhão Naval.

1. Introdução

Antes da invasão russa sobre a Ucrânia, em fevereiro de 2022, praticamente todos os especialistas militares previam uma espécie de *Blitzkrieg*, mesmo que repaginada, frente à iminência do ataque.

Os analistas conjecturavam que os militares russos tinham todas as vantagens a seu favor: quantidades, tecnologia, poder, domínio da informação, táticas e histórico militar. Além disso, os militares russos haviam saído de mais uma década de intensa modernização e ganharam experiência real em várias operações conduzidas na Crimeia, Donbas e Síria.

Figura 1: Resumo da comparação dos poderes combatentes entre os dois atores no início de 2022

Fonte: Global Firepower.

Remetendo-nos à campanha russa em 2014 na Crimeia e no leste da Ucrânia, vamos nos recordar que as ações táticas foram consolidadas em questão de dias. Aquelas operações russas foram o impulso para que muitos especialistas em Defesa começassem a imaginar que um confronto futuro entre a Rússia e o Ocidente seria pautado na chamada Guerra Híbrida, até então, um termo ainda novo nos meios militares ocidentais.

Tendo como pano de fundo o atual conflito envolvendo como atores principais a Rússia e a Ucrânia, abordaremos alguns aspectos que evidenciam as abordagens estratégicas da Rússia, tanto na Crimeia em 2014, quanto no atual conflito com a Ucrânia. Assim, buscaremos extrair, mesmo que de forma preliminar e superficial, alguns ensinamentos que sejam úteis para aplicação do Poder Naval brasileiro, sem, contudo, ensejar novas formas de emprego e tão somente trazer algumas percepções que possuam alguma validade para a nossa realidade.

Vale ainda destacar que as informações provenientes da Guerra Russo-Ucraniana são insuficientes, muitas vezes incompletas e normalmente carregadas de vieses. A tentativa de se debruçar sobre um conflito em andamento, por si só, já se mostra um desafio. Dessa forma, o extrato de análise aqui exposto é decorrente dos dados que conseguimos acessar em fontes abertas, podendo se mostrar inconsistentes e desatualizados, à medida que novas evidências surjam, no transcorrer da história ora sendo escrita.

2. O Modelo Teórico das Interações Estratégicas

A sabedoria convencional relativa ao resultado dos conflitos é geralmente derivada das comparações que tratam das forças armadas disponíveis para emprego, capacidade econômica, população mobilizável, entre outros recursos. Em geral, é esperado que o ator com a maior quantidade desses recursos triunfe na contenda e que a vença na mesma proporção da sua vantagem de poder.

O modelo teórico das interações estratégicas evidencia que os resultados destes conflitos nem sempre correspondem à previsibilidade

de vitória dos atores fortes na mesma proporção da sua vantagem de poder. Nele constatamos que, em adição à disponibilidade de recursos de cada ator, a probabilidade de sucesso em um conflito depende da interação entre as *estratégias*[1] adotadas pelos contendores.

Assim, a essência da tese da *interação estratégica*, defendida por Ivan Arreguín-Toft (2005), é que existem, basicamente, dois padrões de *interação estratégica*: a abordagem direta e a abordagem indireta. O resultado do conflito irregular dependerá de qual dos dois tipos ideais de interação padrão serão confrontados. Se o ator forte e o fraco utilizarem as estratégias de mesma abordagem (direta contra direta ou indireta contra indireta), o ator mais forte deve vencer de acordo com o que prevê a sabedoria convencional. Se, no entanto, o ator forte e o fraco empregarem estratégias de abordagem oposta (direta contra indireta ou indireta contra direta), o ator mais fraco possui uma maior probabilidade de vencer o ator forte, indo assim de encontro à convenção.

Figura 2: Resultados esperados da interação estratégica nos resultados dos conflitos

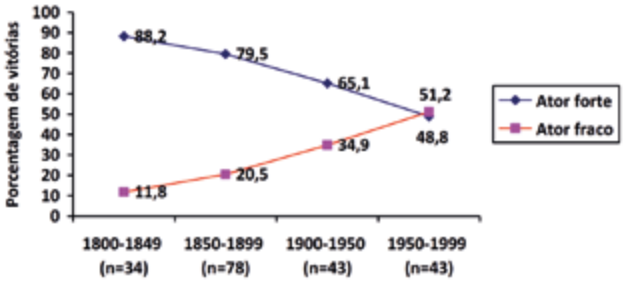
		ABORDAGEM ESTRATÉGICA DO MAIS FRACO	
		Abordagem direta	Abordagem indireta
Abordagem estratégica do mais forte	Abordagem direta	Ator forte tende a vencer	Ator fraco tende a vencer
	Abordagem indireta	Ator fraco tende a vencer	Ator forte tende a vencer

Fonte: O autor.

Como parte da abordagem irregular defensiva, a Guerra de Resistência (GR) ou também chamada Guerra de Guerrilha, é a organização de uma porção da sociedade civil com o propósito de impor custos a um adversário que utiliza forças convencionais treinadas, normalmente buscando evitar confrontações diretas. Esses custos se materializam no ataque às forças combatentes, suprimentos, infraestrutura e o fator mais importante, o tempo[2]. Embora a GR, primariamente, ataque as forças inimigas e seus recursos, o objetivo principal não é destruir a sua capacidade, mas sim a vontade de lutar do atacante.

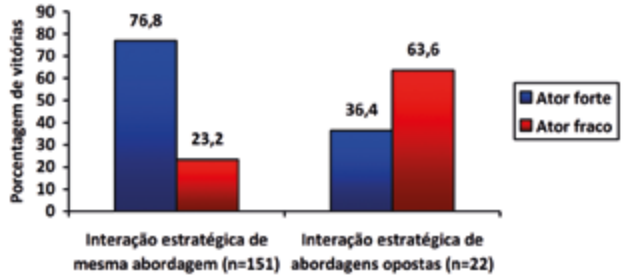
Quando a estratégia adotada pelos contendores causa um atraso não esperado na conquista dos objetivos militares e políticos, os atores fortes tendem a perder os conflitos irregulares porque, embora todos possuam expectativas inflamadas sobre a vitória, os mais fortes são particularmente mais suscetíveis aos efeitos da variável tempo. Se poder implica em vitória, então um poder esmagadoramente superior implicaria em uma vitória consideravelmente rápida. Como o conflito contra o oponente fraco se arrasta, as estimativas de sucesso forçam os políticos e os militares a escalarem o uso da força a fim de alcançarem seus propósitos, a mentirem ou a serem julgados cada vez mais como incompetentes ou incapazes. Dessa maneira, a pressão doméstica forçando o fim do conflito tende a crescer. Quanto mais o conflito se prolonga, maiores são as chances do ator mais forte simplesmente abandonar o conflito, independente da situação militar no campo de batalha e dos ganhos auferidos.

Figura 3: Interações estratégicas e os resultados dos conflitos irregulares no período de 1800 a 2003



Fonte: Arreguin-Toft (2005).

Figura 4: Percentual de vitória nos conflitos irregulares desde o ano de 1800



Fonte: Arreguin-Toft (2005).

3. A Invasão da Crimeia em 2014, a Doutrina Gerasimov e a *Gibridnaya Voyna*

O conceito russo de "Guerra de Nova Geração" foi apresentado pela primeira vez ao público, em fevereiro de 2013, em um artigo publicado pelo General Valery Gerasimov, Chefe do Estado-Maior da Rússia. Nele, Gerasimov (2013) expôs uma série de princípios fundamentais por trás do pensamento da Rússia sobre a guerra moderna. O núcleo do princípio revelado foi a ideia de que o mundo se encontra em um estado contínuo de conflito, uma vez que no século XXI temos visto uma tendência em se turvarem os limites entre os estados de guerra e paz.

A Doutrina criada pelo General russo, conhecida como Doutrina Gerasimov, envolve o emprego de uma variedade de meios não tradicionais, como Operações de Informação, Ataques Cibernéticos, *Lawfare*[3] e subversão econômica, juntamente com o uso preciso de Forças de Operações Especiais (FOpEsp) para alcançar objetivos estratégicos evitando-se, dessa forma, o confronto direto com os adversários ocidentais. Os russos consideram que tais métodos, quando empregados e sincronizados adequadamente podem, por um curto período, lançar um Estado estável numa rede de caos, levante popular e mesmo Guerra Civil, tornando-o mais suscetível a uma intervenção estrangeira (PENHA, 2019).

Embora Gerasimov (2013) reconheça que tais eventos não sejam, tradicionalmente, parte do que seriam consideradas atividades bélicas, ele acredita que se tornarão típicos nos conflitos do século atual. Com base nesses conceitos foi criada a estratégia de Guerra Híbrida Russa, conhecida como *Gibridnaya Voyna*, que busca, como características principais: a redução do uso da força e foco no controle da população.

[1]Tradução direta dos termos ingleses empregados pelo autor da teoria: *strategy, strategic interaction, strategic approach, direct approach strategy* e *opposite approach strategy*. Esses termos, em português, estão grafados em itálico para não haver conflitos de interpretação com as definições clássicas de estratégia.

[2]"Vocês têm o relógio, mas nós temos o tempo" (Autor desconhecido). Mensagem anunciada nas campanhas de propaganda talibã contra a ocupação norte-americana no Afeganistão que nos traz um pouco a percepção da dimensão do fator tempo em uma Guerra Irregular.

[3]Nesse sentido o termo significa o uso da lei como arma de guerra. Denota o uso ou mau uso do sistema legal com vistas a levantar o clamor público contra o inimigo.

De fato, os ataques russos na Crimeia e no leste da Ucrânia em 2014 neutralizaram diversas infraestruturas críticas de interesse do Poder Militar em questões de dias. Prédios governamentais foram paralisados por ciberataques, enquanto eram rapidamente ocupados por uma força difusa composta por movimentos locais cooptados, Unidades Aeroterrestres e FOpEsp, sem que os ucranianos conseguissem compreender a amplitude dos ataques que aconteciam diante de seus olhos.

Tais fatos nos fazem concluir que nesse conflito específico os russos optaram pelo emprego da abordagem indireta.

4. A Guerra de Atrito Russa na Ucrânia em 2022

Durante o segundo semestre de 2021, forças russas conduziram uma sequência de exercícios militares de larga escala próximo da fronteira ucraniana. Mas, após a conclusão desses exercícios, diversas unidades participantes permaneceram estacionadas a cerca de 260 milhas da fronteira com a Ucrânia.

Ainda no final de novembro de 2021 autoridades ucranianas alertavam que mais de 114.000 soldados russos já estavam na fronteira e nos territórios ocupados de Donetsk, Luhansk e Crimeia. Fontes do Serviço de Inteligência Ucraniano relatavam que 36 Grupos Táticos de Batalhões[4] estavam em constante prontidão na região. Além disso, pregavam também que Moscou já havia transformado a Bielorrússia em um enclave militar russo.

Já em abril de 2022, após seis semanas de intensos engajamentos, a dinâmica do que pôde ser observado nos fazia concluir que o novo foco militar russo se movia para a região de Donbas e a retirada de Kiev preparava o terreno para uma prolongada Guerra de Atrito, uma vez que a inesperada eficácia da resistência ucraniana apontava para uma decisão do Kremlin nesse sentido.

Pode-se constatar que em uma Guerra de Atrito os custos são altos para ambas as partes. Fontes ocidentais estimam que até o início de abril de 2022 cerca de 15.000 soldados russos e 190.000 ucranianos foram mortos, com dezenas de milhares de outros feridos ou feitos prisioneiros. As perdas russas em termos materiais foram estimadas, somente no primeiro mês de combate, em mais de 500 carros de combate, 1500 veículos blindados de transporte de pessoal, 124 helicópteros, 101 aviões, 300 sistemas variados de artilharia, entre outros.

Esses fatos trazem indícios que a Rússia está se preparando para um combate de atrito de média a longa duração em que a abordagem direta parece dirigir o esforço principal da sua estratégia, pelo menos nessa fase em que o foco militar parece se concentrar no leste ucraniano.

Figura 5: Concentração estratégica de tropas russas, em 03 de dezembro de 2021

Fonte: https://www.seattletimes.com/nation-world/russia-is-said-to-be-planning-a-massive-military-offensive-against-ukraine-involving-175000-troops-u-s-intelligence-warns/. Acesso em: 4 out. 2022.

[4]Organização por tarefas na qual os Batalhões de Infantaria Mecanizados russos se organizam (*Battalion Tactical Groups* ou BTG). Tipicamente são compostos por duas a quatro Companhias de Infantaria sendo reforçadas por sistemas de Defesa Antiaérea, Artilharia, Engenharia e Apoio de Serviço ao Combate.

5. As Forças de Operações Especiais, a Guerra Irregular e a Resistência Ucraniana

Quando Bill Clinton nomeou Leslie Aspin como secretário de Defesa em 1993, ao novo secretário foi dada a missão de definir a estratégia militar norte-americana para o contexto da era pós Guerra Fria. Na nova concepção as FOpEsp viam a sua nova missão da seguinte maneira: deveriam levar o recurso da letalidade o mais rápido possível a qualquer lugar do globo. Dessa forma, elas propuseram duas maneiras de fazê-lo. Primeiro, as suas próprias forças poderiam entrar rapidamente em um país hostil e executar operações cobertas[5] de forma precisa. Segundo as Forças Especiais[6] do Exército, penetrar as fronteiras de determinado país, juntar-se às forças locais que eventualmente compartilhassem dos interesses dos Estados Unidos e guiá-las nas suas próprias batalhas é uma forma de agir. Essa modalidade de ação indireta é conhecida como Combate não Convencional (*Unconventional Warfare*)[7].

As Forças Especiais norte-americanas foram levadas ao centro da estratégia emergente, já que era seu trabalho fazerem com que uma força local do país hospedeiro lutasse de acordo com os interesses dos norte-americanos. Tal conceito, hoje bem mais difundido, é conhecido como Guerra por Procuração (do inglês *Proxy Warfare*). Do ponto de vista de Aspin, elas eram a solução para o problema estratégico dos Estados Unidos, principalmente no cenário das guerras irregulares que descortinavam os futuros conflitos em que os EUA estariam envolvidos, principalmente por reduzirem a presença ostensiva do poder militar em território estrangeiro e suas desvantajosas consequências.

Figura 6: Uma delegação de Oficiais militares ucranianos observa uma unidade do Exército dos EUA adestrando no Centro de Treinamento de Combate em Hohenfels, Alemanha, em 9 de maio de 2017

Fonte: https://www.defensenews.com/global/europe/2020/06/17/ukraine-receives--60m-worth-of-military-equipment-from-us/. Acesso em: 4 out. 2022.

Na Ucrânia pode-se observar que, desde 2018, autoridades dos EUA e da Europa ajudaram discretamente na implementação de partes importantes do chamado "Conceito Operacional da Resistência" (ROC, sigla oriunda da língua inglesa). Para isso empregaram maciçamente suas Forças de Operações Especiais[8] para prepararem as forças nativas na aplicação do conceito defensivo da resistência.

O ROC, entre outros aspectos, encoraja a desobediência civil e a resistência, violenta ou não, em face da ocupação inimiga. As nações apoiadas pelo ROC são orientadas a desenvolverem uma estrutura legal e organizacional para o movimento de resistência civil e trazê-la para o controle operacional de suas Forças Armadas. Isso torna mais fácil para as forças de resistência receberem treinamento externo, financiamento e armas.

Figura 7: População civil ucraniana recebendo treinamento militar nas proximidades da capital Kiev

Fonte: https://www.defensenews.com/global/europe/2020/06/17/ukraine-receives--60m-worth-of-military-equipment-from-us/. Acesso em: 4 out. 2022.

Tal conceito também colocou as FOpEsp da Ucrânia - que treinaram extensivamente com as tropas especiais dos EUA, Canadá e Europa desde 2014 – como encarregadas de coordenar as Forças Insurgentes em uma típica atividade conhecida como Ações Indiretas[9], que constitui um dos pilares da Guerra Irregular[10], por meio da organização, expansão e emprego em combate de forças irregulares nativas.

Diariamente, diversos sinais de resistência foram aparecendo, à medida que as nações ocidentais inundaram o país com diversos equipamentos portáteis, armas antitanque e antiaéreas. Diversos vídeos mostraram ataques realizados com coquetel molotov contra veículos russos, ataques de drones com lançamento de artefatos explosivos improvisados, ataques de mísseis contra blindados e aeronaves; e distúrbios civis diversos, onde a população local bloqueou estradas com veículos, barricadas, tratores e até com seus próprios corpos.

[5]Em uma operação coberta, a identidade do promotor está oculta, enquanto numa operação clandestina a própria operação é ocultada.

[6]Na doutrina brasileira trata-se de uma força especializada na condução de Guerra Irregular que, pela versatilidade que lhe confere a estrutura, o grau de instrução e o grande número de especialistas, pode ser empregada em grande variedade de missões que contribuem para a consecução dos objetivos da força como um todo (BRASIL, 2007). Compõe, juntamente com as tropas de Comandos, Comandos Anfíbios, Mergulhadores de Combate, Resgate Aeroterrestre, entre outras, as FOpEsp brasileiras.

[7]O Combate não Convencional tem o seu entendimento distorcido, por ser visto, de uma maneira geral, como a negação do combate regular, o que configura um equívoco grave. Trata-se de operações destinadas a serem conduzidas por forças irregulares nativas aliadas visando a desestabilizar governos hostis ou ilegítimos. O requisito fundamental do *Unconventional Warfare* (UW) é o estímulo e o apoio à comunidade nativa que não possui capacidade para desafiar o governo hostil por si mesmo (PINHEIRO, 2010).

[8]O Comando de Operações Especiais da Ucrânia foi estabelecido em dezembro de 2015 e se expandiu para quatro Regimentos de Operações Especiais do Exército; três Regimentos de Operações Especiais da Marinha; e dois Centros de Treinamento. Sua força é de aproximadamente 2.000 membros, embora o objetivo seja expandir para 4.000 militares. Desde a sua criação, o Comando colocou ênfase no desenvolvimento de uma força moderna com equipamentos e práticas alinhadas com os elementos OpEsp da OTAN.

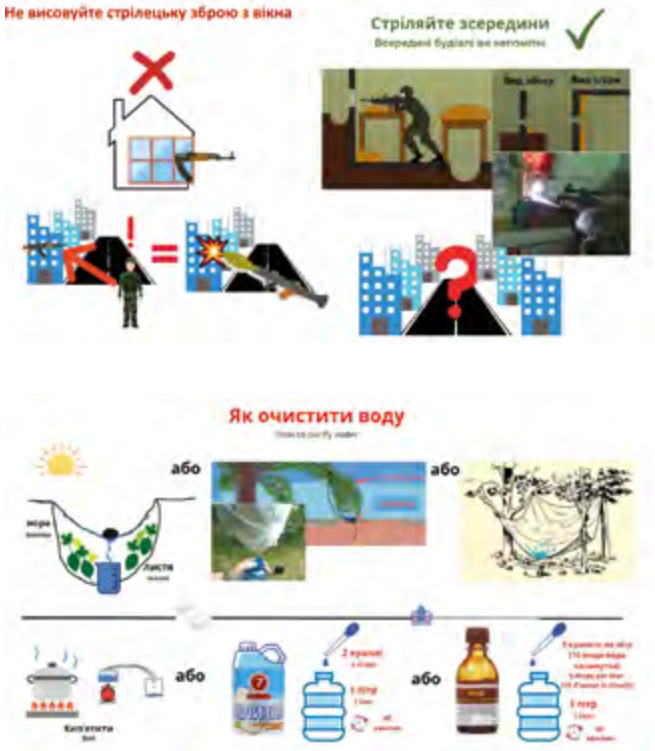
[9]As Ações Indiretas visam a incrementar as capacitações das forças integrantes das organizações opositoras por meio de treinamento, equipamento, transferência de tecnologia, e apoio operacional. Inclui os esforços para dissuadir os apoios tácitos e ativos às organizações extremistas nos ambientes em que o governo está incapacitado ou não possui vontade política para neutralizar os santuários dos insurgentes.

[10]Conflito armado executado por forças não-regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais da guerra regular, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com o emprego de ações típicas da guerra de guerrilhas. Divide-se em guerra insurrecional e revolucionária (BRASIL, 2007).

As diversas ações de sabotagem e inquietação realizadas pelas Forças de Resistência provocaram enormes revezes aos russos mostrando que armamentos de baixo custo, quando corretamente empregados por forças capazes (regulares ou não), dentro dos intrincados complexos urbanos e a curtas distâncias, reduzem a assimetria entre contendores com capacidades tão díspares e fazem com que a balança do poder de combate possa voltar a pender em prol do mais fraco.

O movimento de resistência chega a tal ponto de organização que um site oficial – o "Centro Nacional de Resistência" – administrado pelas Forças de Operações Especiais da Ucrânia disponibiliza manuais e instrução para insurgentes de todas as matizes. O site disponibiliza guias sobre como reportar movimentos de tropas russas, atendimento pré-hospitalar tático, comunicações seguras, sabotagem etc. Além disso, o movimento de resistência dá indícios de coordenar o recrutamento, seleção e instrução da chamada Legião Estrangeira Ucraniana, unidade militar de voluntários estrangeiros que lutam em prol da Ucrânia. Além disso, a preparação para a GR inclui a preparação de grandes esconderijos de armas em locais estratégicos do país (chamados cachês), a criação de redes de agentes como pontos de contato para ações futuras e a coordenação com nações amigas que funcionam como santuários[11].

Figura 8: Ilustrações da cartilha distribuída para população ucraniana ensinando técnicas de combate e sobrevivência



Fonte: https://www.mil.gov.ua/content/pdf/Mini_Manual_Ukrainian.pdf. Acesso em: 4 out. 2022.

[11]Regiões de fronteira fracamente vigiadas ou controladas por Estados simpatizantes que servem como áreas de apoio, homizio e descanso. Normalmente são terrenos de difícil acesso tais como montanhas, pântanos ou florestas.

A adoção de tal estratégia defensiva, no viés da Guerra de Resistência, não é exclusiva da Ucrânia. Nos últimos anos, outros países da Europa convergiram discretamente seus planos nacionais de defesa para lançar as bases de um movimento de resistência, no caso de uma invasão russa. Os países na vanguarda do planejamento da resistência incluem a Polônia, Estônia, Letônia e Lituânia; e os países escandinavos da Finlândia, Noruega e Suécia.

6. Conclusão

Os ucranianos passaram os últimos oito anos planejando, adestrando e se equipando para resistir a uma previsível ocupação russa. Eles possivelmente perceberam que nenhuma força dos EUA ou da OTAN viria em seu socorro (operando diretamente no campo de batalha) em uma guerra contra seus vizinhos a leste.

Muito do que conseguimos observar até o momento nos mostra que a adoção da abordagem indireta, por meio da Guerra de Resistência, assumiu um papel muito importante desde os primeiros engajamentos e tem potencial para continuar na dominância da estratégia ucraniana por um longo tempo, mesmo com a vitória da Rússia. Sua estratégia de longo prazo parece não tentar reverter uma invasão russa, mas sim de desgastar Moscou a tal ponto que o custo da ocupação se torne insustentável.

Conforme podemos constatar do que foi acima apresentado as diferenças em termos de estratégia russa em 2014 e no atual conflito evidenciam uma mudança de postura que pendulou da abordagem indireta no primeiro conflito para a abordagem direta no segundo. Se a teoria de Arreguin-Toft (2005) estiver correta, a adoção de uma estratégia de interação apropriada torna-se um dos principais fatores a serem observados para minimizar as assimetrias de recursos entre os contendores. Assim, uma alteração no curso previsível do resultado esperado pode tornar-se tangível revelando que a opção estratégica mais vantajosa para Ucrânia, perante um inimigo mais forte e adotando a abordagem direta, seja a busca pela abordagem estratégica oposta, nesse caso a Guerra de Resistência.

Nesse escopo, o artigo busca também trazer um pouco de luz para a importância do emprego das FOpEsp na Guerra Irregular. Nesse aspecto, atualmente o Poder Naval não possui capacidade para conduzir ações indiretas, uma vez que suas FOpEsp não são organizadas, adestradas e equipadas para a *Unconventional Warfare*, capacitação essa que, atualmente, somente as Forças Especiais do Exército Brasileiro possuem.

Com relação ao Conceito Operacional da Resistência, caso esse venha a se materializar como uma abordagem indireta defensiva de longo prazo, eficaz contra um adversário muito mais forte, esse oferecerá uma visão estratégica muito importante para países que buscam soluções político-militares para defender-se em um conflito nesses termos.

Referências

ARREGUÍN-TOFT, Ivan. **How the weak win wars**: a theory of asymmetric conflict. New York: Cambridge University Press, 2005. (Cambridge Studies in International Relations, 99).

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01**: glossário das Forças Armadas. 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2007.

GERASIMOV, Valery. The value of science is in the foresigth. **Military Industrial Courier**, [*s. l.*], n. 8, p. 1, 27 Feb. 2013. Disponível em: https://on-demand.east-view.com/browse/doc/28712409. Acesso em: 24 mar. 2022.

PENHA, Igor. **A guerra sem baixas**: o papel das Operações Psicológicas no moderno conceito de Guerras Híbridas: estudo de caso da Anexação da Crimeia em 2014. 2019. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2019.

PINHEIRO, Álvaro de Souza Filho. **Crises e conflitos no [século] XXI**: a evolução das Forças de Operações Especiais. Rio de Janeiro, 2010. 34 p. Não publicado.

VILAS BOAS, Maurilo. **A guerra do Afeganistão**: o estudo da campanha centrada em Forças de Operações Especiais do ponto de vista da Teoria das Interações Estratégicas. 2015. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015.

A gente cuida de tudo que tem valor pra você

(21) 2102-1312 | 0800 025 1312 | WhatsApp (21) 2216-4800

faleconosco@mapma.com.br

mapma.com.br

GRUPO mapma SEGUROS BENEFÍCIOS

CMG (RM1-FN) José **Emílio** de Oliveira Rodrigues
emilio.jose@marinha.mil.br

Considerações Operacionais e Táticas sobre o emprego da Estratégia A2AD *(Anti-Access and Area Denial)* para a defesa da Amazônia Azul

O CMG (RM1-FN) **Emílio** serve atualmente no CDDCFN, como Chefe do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, com destaque para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da EGN, também cursou o *Command and Staff College na Marine Corps University* nos EUA. Serviu no 2º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais – Batalhão Humaitá – como comandante de pelotão e imediato de Companhia, no Navio-Escola Brasil como Instrutor de Guardas-Marinha e no CIASC como Encarregado do Centro de Estudos do Corpo de Fuzileiros Navais e Encarregado do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Fuzileiros Navais. Cursou, também, o Curso de Especialização em Gestão Empresarial – COPPEAD-UFRJ e o Curso de Gestão de Riscos – ABNT NBR ISO 31000.

1. Introdução

A estratégia naval A2AD é um assunto que está em moda nos fóruns de debates das principais Marinhas do mundo, apesar de vários pensadores, como Sam J. Tangredi, a considerarem como um conceito estratégico antigo utilizado em várias guerras do passado, a exemplo do Império Japonês na 2ª Guerra Mundial quando expandiu seu poder naval, terrestre e aéreo pelas ilhas do Oceano Pacífico e por parcelas terrestres do continente asiático (TANGREDI, 2013). Pesquisadores civis e militares encontram hoje facilmente uma vasta gama de informações sobre o assunto, particularmente, quando se visualiza confrontos hipotéticos entre as principais Marinhas do mundo. Entretanto, por tratar-se de uma concepção ainda em desenvolvimento, essas informações disponíveis abordam o assunto basicamente nos níveis estratégico e operacional. É possível encontrar alguns estudos que identificam ações táticas pontuais nas guerras mais recentes e as classificam como parte de uma estratégia A2AD, como por exemplo, o afundamento do navio Moskva e os intensos bombardeios para negar o uso da Ilha da Cobra no Mar Negro na recente Guerra entre a Rússia e a Ucrânia (SEDDON, 2022). Entretanto, a verdade é que não se encontram facilmente informações operacionais e táticas sobre planos de defesa de litorais baseados na estratégia A2AD.

Visando preencher esta lacuna ainda pouco explorada e considerando que a estratégia A2AD é essencialmente defensiva e empregada por uma Força Naval contra uma Força Naval oponente claramente superior, este artigo traça um paralelo entre a doutrina militar naval e a doutrina militar terrestre de operações defensivas. Apresentando considerações táticas sobre a aplicabilidade de alguns de seus fundamentos e conceitos básicos, o artigo intenciona contribuir com subsídios e *insights* para a elaboração de um plano de defesa do litoral brasileiro, particularmente, para a defesa da Amazônia Azul, utilizando a Estratégia Naval A2AD.

Para atingir este propósito de tratar o tema nos níveis operacional e tático, visualizando formas de empregar o uso efetivo da força em situações de combate para defender os interesses nacionais no mar, este autor baseou-se em uma situação hipotética de guerra declarada em que uma Força Naval Oponente superior ao Poder Naval brasileiro avança em direção ao nosso litoral realizando ações hostis. Considerações a respeito de possíveis evoluções dentro do espectro dos conflitos tais como a mudança de conflito para crise ou vice-versa e a judicialização do tema com assuntos relativos ao Direito Internacional Marítimo serão abordadas em estudos futuros. O foco deste artigo é, portanto, a Guerra Naval.

2. O A2 *(Anti-Access)*

Vamos começar estudando o "Terreno" que de acordo com o Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM-2040) é chamado de Entorno Estratégico (BRASIL, 2020b).

Figura 1: PEM-2040 – Entorno Estratégico

Fonte: Brasil (2020b).

A Figura 1 mostra o território nacional e a Amazônia Azul que queremos defender inseridos em um espaço muito mais amplo que é o nosso Entorno Estratégico. Aplicando o fundamento da defensiva terrestre conhecido como "Defesa em Profundidade", depreende-se que a melhor forma de defender o litoral brasileiro contra uma invasão vinda do mar é tomar a iniciativa das ações e projetar os Poderes Naval, Aéreo e Terrestre brasileiros na direção do mar até os limites do nosso entorno estratégico.

Assim, defender os interesses nacionais brasileiros na nossa Zona Econômica Exclusiva (ZEE) utilizando somente a Área Marítima e o Espaço Aéreo sobrejacente da Amazônia Azul é uma postura excessivamente passiva e limitada espacialmente que proporcionará a uma Força Naval oponente atacante uma vantagem estratégica, operacional e tática que dificilmente poderá ser revertida. Portanto, é muito importante obter uma profundidade estratégica oceânica muito além da nossa ZEE a fim de conduzir ações dinâmicas que retardem ou até mesmo façam com que o oponente desista de continuar se deslocando com sua Força Naval em direção ao nosso litoral.

Essa necessidade de profundidade está conectada com a primeira parte da estratégia A2AD. O A2 em linhas gerais visualiza a necessidade de impedir o acesso inimigo ao Teatro de Operações, provocando prejuízos sensíveis ao atacante a fim de quebrar sua vontade de lutar, tornando o custo da agressão inaceitável em termos materiais e de vidas humanas (MOURA, 2014). Por exemplo, na Guerra das Malvinas em 1982, o submarino britânico Conqueror afundou o Cruzador argentino Belgrano e tal fato quebrou a vontade da Marinha Argentina em continuar realizando ações de Guerra Naval durante o conflito.

Desta forma, aplicando o A2 ao caso brasileiro, visualiza-se a necessidade da realização de ações navais e aéreas para negar ao oponente o livre uso das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) que incidem no nosso Entorno Estratégico. Aproveitando os estudos de Therezinha de Castro sobre o Atlântico Sul (CASTRO, 1994), em linhas gerais temos cinco grandes áreas focais que concentram e canalizam as LCM que adentram nosso Entorno Estratégico (Ver setas vermelhas na Figura 2): LCM oriundas das Américas do Norte e Central, LCM oriundas da Europa, LCM oriundas do Centro e do Sul da África e LCM oriundas do Sul da América do Sul.

Figura 2: Áreas Focais de Concentração das LCM

Fonte: Adaptado de Brasil (2020b).

Essas cinco Vias de Acesso, em tempos de guerra, precisarão ser ainda que parcialmente, controladas, monitoradas, vigiadas ou até mesmo negadas às forças navais oponentes por tempo indeterminado. A Extensão dessas áreas focais e as distâncias envolvidas requererão Forças Navais Expedicionárias com aviação e Fuzileiros Navais embarcados e submarinos de propulsão nuclear para o cumprimento dessas tarefas. Nas Áreas Focais onde existirem ilhas oceânicas, poderão ser estabelecidas importantes bases de apoio para as ações de Controle de Área Marítima (CAM) e de Negação do Uso do Mar (NUM), instalação de radares e sonares, baterias de mísseis antiaéreos e antinavios, além de apoiar reabastecimentos e pequenos reparos de meios navais. Visualiza-se, também, a possibilidade de utilização de portos, aeroportos e bases militares em territórios pertencentes às nações amigas aliadas do Brasil dentro do entorno estratégico. Neste caso, até mesmo nosso Poder Aéreo poderá vir a participar da estratégia A2 nas áreas focais utilizando bases aéreas avançadas localizadas nesses países.

Caso uma economia de meios seja decidida, podemos visualizar o A2 ainda sendo realizado sem forças navais e aéreas, mas somente com submarinos de propulsão nuclear, que com sua ocultação, velocidade e permanência, apresentam-se como o meio naval mais qualificado e com melhor custo-benefício para executar taticamente o prescrito na estratégia A2. Por último, caso os decisores considerem que as consequências políticas e jurídicas das ações de Guerra Naval nas Áreas Focais exigirão uma pausa operacional, podemos pensar na hipótese do Brasil não realizar a estratégia A2 nem parcialmente com seus submarinos de propulsão nuclear, restringindo sua estratégia naval somente a segunda parte do A2AD.

3. O AD (*Area Denial*)

É necessário voltarmos ao estudo do terreno e detalhar mais a doutrina defensiva terrestre porque é visualizada as três Forças Armadas participando de uma grande operação conjunta para a defesa da Amazônia Azul e do território brasileiro contra uma Força Naval oponente que logrou êxito em penetrar no nosso entorno estratégico, vencendo nossa estratégia A2 e que continua avançando para atacar nosso país pelo mar.

Figura 3: Organização da Área de Defesa

Fonte: O autor.

De acordo com o Manual de Operações Terrestres de Caráter Naval (BRASIL, 2020a), uma Área de Defesa é organizada em profundidade em três grandes áreas: Área de Segurança (ASeg), Área de Defesa Avançada (ADA) e Área de Reserva (ARes), conforme ilustra a Figura 3.

Em termos de distribuição de Forças, do mais afastado para o mais próximo da área a ser defendida, temos quatro tipos de Forças: Forças de Cobertura (FCob), Forças de Segurança (FSeg), Forças da Área de Defesa Avançada (FADA) e Forças em Reserva (Res). De uma forma geral, as FCob atuam à frente da ASeg; as Forças de Segurança (FSeg) são distribuídas em profundidade em uma primeira linha defensiva de Postos Avançados Gerais (PAG), uma segunda linha defensiva de Postos Avançados de Combate (PAC) e uma última linha de defesa chamada Forças de Segurança Local (SegLoc) que atuam à frente e próximas daquela que é a grande e principal linha de referência para todo o sistema defensivo: o Limite Anterior da Área de Defesa Avançada (LAADA). É nas imediações do LAADA que as grandes batalhas decisivas são travadas pelas FADA e onde o defensor impõe a sua vontade sobre o oponente, destruindo suas forças ou repelindo seu ataque. As Forças em Reserva fecham o dispositivo defensivo em profundidade, sendo normalmente empregadas para deter o atacante que conseguir invadir a ADA e para realizar contra-ataques para destruí-lo ou expulsá-lo de volta para a ASeg.

Aplicando esses conceitos defensivos originários da doutrina de operações terrestres, podemos traçar um paralelo e apresentar considerações táticas para a defesa da Amazônia Azul e do território nacional, dentro da estratégia naval A2AD. Ainda dentro do A2, atuando como um primeiro escalão avançado, podemos empregar FCob nas cinco áreas focais que adentram nosso entorno estratégico, constituídas por somente um submarino nuclear ou por meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais, conforme o efeito desejado e a Intenção do Comandante do Teatro de Operações. Seja realizando CAM, NUM ou projetando poder sobre terra nas proximidades das cinco áreas focais, as FCob patrulharão aquelas águas a fim de detectar, monitorar e vigiar a aproximação de forças oponentes, podendo destruir parcela de seus meios, testar suas capacidades, retardar e desorganizar seu avanço, ganhando tempo para que os outros escalões intensifiquem seus preparativos para a defesa (Ver Figura 4).

Figura 4: FCob e as Áreas Focais

Fonte: Adaptado de Brasil (2020b).

Caso a estratégia A2 não seja suficiente para quebrar a vontade do oponente de atacar o litoral brasileiro, as forças oponentes lograrão êxito e adentrarão no nosso Entorno Estratégico. A partir deste momento, passaremos a empregar a segunda parte da estratégia naval A2AD, a AD. Sempre com a intenção de desgastar o oponente o mais afastado possível do nosso LAADA, que nesta proposta e conforme a Instrução Provisória do Exército Brasileiro sobre Operações Contra Desembarques Anfíbios (BRASIL, 1998) é a linha da costa brasileira, podemos aplicar a doutrina terrestre no mar e assim organizarmos a Área de Defesa da Amazônia Azul com suas linhas de PAG, PAC e de SegLoc.

De uma forma geral, as Ilhas Oceânicas da região central e sul do Atlântico Sul localizadas fora da nossa ZEE serão excelentes referências para o estabelecimento da linha de PAG; os limites da nossa ZEE e as Ilhas Oceânicas localizadas em seu interior serão úteis para balizar a linha de PAC e as demais ilhas ao longo de toda a linha da costa brasileira constituirão as áreas de atuação das SegLoc, funcionando como uma última linha de defesa para negar ao oponente o uso do mar territorial brasileiro para projetar poder sobre o território nacional. Fechando a analogia, a Área de Defesa Avançada (ADA) proposta é compreendida por parcela dos territórios dos Estados brasileiros com acesso ao mar e a Área de Reserva (ARes) engloba os demais Estados brasileiros sem acesso ao mar. Ver a Figura 5.

Figura 5: Organização da Área de Defesa da Amazônia Azul

Fonte: Adaptado de Brasil (2020b).

Em termos de distribuição de Forças, as FCob, seriam constituídas pela Marinha do Brasil (MB) e pela Força Aérea Brasileira (FAB), caso sejam constituídas bases aéreas avançadas nos países aliados ou em ilhas oceânicas nas áreas focais; As linhas de PAG e de PAC seriam guarnecidas pela MB com meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais e apoiada pela FAB utilizando as bases aéreas em território nacional; as SegLoc seriam constituídas pela MB em ilhas e instalações de seu interesse e pelo Exército Brasileiro (EB), que apoiadas pela FAB atuariam conjuntamente para negar ao oponente o uso do nosso mar territorial dentro da estratégia AD.

Caso a estratégia A2AD não seja suficiente para impedir uma projeção de poder sobre o território nacional, o EB como esforço principal, apoiado pela MB e pela FAB, protegerá instalações terrestres e marítimas vitais e essenciais do país e conduzirá operações terrestres para destruir ou expulsar o atacante de volta para o mar, reativando a estratégia AD no nosso mar territorial. Para compreender melhor os desdobramentos táticos da estratégia AD e o papel de cada Força nesse cenário, é necessário detalhar as ações táticas sugeridas conforme a organização da Área de Defesa.

3.1. A linha de PAG

Partindo-se do princípio de que quanto mais próximo do litoral brasileiro mais intensos serão os combates, a proposta de posicionar

uma linha de PAG na região central e sul do Atlântico Sul a cerca de 200 milhas náuticas da nossa ZEE, corresponde a uma segunda tentativa de quebrar a vontade de uma Força Oponente de atacar a Amazônia Azul, causando-lhe prejuízos inaceitáveis a continuidade das suas ações. De forma similar à Operação Defensiva conhecida como Ação Retardadora, uma espécie de troca de mar por tempo começará nas áreas focais com as FCob e continuará na linha de PAG, desgastando e desorganizando a força atacante enquanto as demais FSeg mais próximas do nosso LAADA se preparam para os combates decisivos. Observando a geografia da porção central do Atlântico Sul podemos identificar uma série de Ilhas Oceânicas que podem ser utilizadas para instalação dos PAG como podemos ver na imagem abaixo:

Figura 6: Possíveis Ilhas Oceânicas para estabelecimento da linha de PAG

Fonte: Adaptado de https://www.scielo.br/. Acesso em: 26 ago. 2022.

Funcionando como Acidentes Capitais no mar, essas ilhas conferirão uma vantagem tática significativa para nossas FSeg, podendo ser utilizadas como bases avançadas para lançamento de mísseis antiaéreos e antinavios, operação de drones, reparos e abastecimentos de meios navais e aéreos, instalação de sensores de detecção aéreos, de superfície e submarinos e, como concentram e canalizam o movimento das forças oponentes navegando em direção à nossa Amazônia Azul, as regiões entre as ilhas poderão ser utilizadas para realização de contra-ataques.

3.2. A linha de PAC

Embora com missões semelhantes, tais referências como as linhas de PAG e PAC e o LAADA são importantes para a coordenação dos esforços conjuntos entre as três Forças Armadas, mudanças de dispositivos e de posturas defensivas, intensificação de ações táticas defensivas específicas, viabilidade da execução de um plano de minagem nas áreas de interesse ao longo dessas linhas e etc. A medida que os combates forem se aproximando do nosso LAADA, o "Apoio Mútuo" entre as três Forças, outro clássico fundamento da defensiva, será vital para o sucesso da operação. Para facilitar o planejamento e a coordenação dos esforços defensivos, sugere-se utilizar os limites da nossa ZEE apoiada pelas nossas ilhas oceânicas para o estabelecimento da linha de PAC.

Cabe ressaltar, que a economia de meios observada na grande Ação Retardadora iniciada nas Área Focais (A2) e continuada na linha de PAG (AD), passará a ser gradualmente substituída por combates navais e aéreos mais intensos. Entre a costa brasileira (LAADA) e a linha de PAC (ZEE) estão nossas plataformas de petróleo, nossos cabos submarinos e a foz dos nossos principais rios, sem falar no tráfego marítimo que abastece nossos portos. Pela sua importância estratégica, será imprescindível empregar todo o poder naval disponível para negar ao oponente a utilização das águas da Amazônia Azul e de seu espaço aéreo sobrejacente.

De forma semelhante à linha de PAG, as ilhas oceânicas no interior da ZEE deverão ser utilizadas pela MB e seus Fuzileiros Navais permanentemente ou temporariamente como bases avançadas para apoiar as ações de defesa, particularmente, para monitoramento, vigilância, operação de drones, instalação de sistemas de mísseis antiaéreos e antinavios, radares e sonares, além de estações navais para reparos e abastecimentos. Para o sucesso da defesa da linha de PAC, considera-se vital que todos os nossos navios, embarcações de pequeno porte e pequenas frações dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais empregados possuam a capacidade de lançar mísseis antinavios (KILIAN JÚNIOR, 2022). Esse sistema de armas sendo empregado por meios com baixa assinatura radar altamente móveis, de forma descentralizada e pulverizada, será a principal arma para defender a Amazônia Azul, proporcionando um efeito dissuasório similar ao proporcionado pelos submarinos.

Devido a sua maior proximidade da costa, a FAB terá um papel vital nesse esforço defensivo na ZEE, atuando de forma semelhante à aviação argentina na Guerra das Malvinas em 1982, quando atacou com sucesso e destruiu vários navios da esquadra britânica, principalmente navios-escolta. Sua capacidade de realizar Patrulha Aérea Marítima cobrindo extensas áreas, principalmente com a aeronave P-3AM ORION, será vital para detecção e posterior destruição de forças navais adversas, com destaque para a guerra antissubmarino (LIMA JÚNIOR; KOSAKA, 2016).

E por último, por que não visualizar a utilização de ilhas artificiais com os mesmos propósitos defensivos das ilhas oceânicas, particularmente na elevação de Rio Grande a sudeste de nossa ZEE. Evento de escala mundial, a territorialização dos mares com o surgimento de inúmeras plataformas de exploração dos subsolos marinhos que acabam tornando-se ilhas artificiais é um fenômeno que poderá ocorrer também na Amazônia Azul mais cedo ou mais tarde.

3.3 A linha de SegLoc e a Defesa da Costa brasileira

Caso os desgastes provocados na força naval oponente pela nossa estratégia A2 nas área focais e pela nossa estratégia AD nas linhas de PAG e de PAC não sejam suficientes para quebrar sua vontade de prosseguir nas ações, a força atacante atingirá nosso mar territorial com a intenção de projetar poder sobre o território nacional ou bloquear nossos portos e LCM. É o momento em que a grande Ação Retardadora realizada em alto mar se tornará Defesa Territorial da nossa costa, indicando a necessidade de um alto grau de interoperabilidade entre as três Forças, tais como a conjugação de fortificações terrestres com o emprego de meios navais e aéreos (FERREIRA, 2011). Após os intensos combates pela ZEE, visualiza-se que a MB e a FAB estarão com suas capacidades significativamente reduzidas, particularmente o Poder Naval, que poderá ainda realizar ações pontuais com submarinos, com meios aeronavais baseados em terra e com Fuzileiros Navais defendendo instalações em terra ou no mar territorial em ilhas de interesse da Marinha.

Neste momento, podemos também visualizar um último esforço AD sendo realizado por uma espécie de Esquadrão de Defesa de Costa (OLIVEIRA, 2022) composto por centenas de pequenas embarcações civis e militares pilotadas ou não, mas artilhadas com metralhadoras e mísseis antinavio. Difíceis de serem detectadas pelo seu pequeno porte, manobrabilidade, velocidade e que não constituem em si alvos relevantes taticamente, esse Esquadrão pode ser significativamente eficaz para afundar navios de grande porte oponentes transportando tropas ou até mesmo navios escoltas. O recente projeto experimental VSNT-E (Veículo de Superfície Não Tripulado) sendo desenvolvido pelo Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV) ruma nessa direção.

O EB com sua artilharia de costa entrará em ação com sistemas de mísseis antinavios e antiaéreos e lançadores de foguetes posicionados ao longo do litoral a fim de contra atacar navios e aviões que se aproximarem da costa. Cabe ressaltar que mísseis antinavio e lançadores de foguetes foram empregados com sucesso na recente Guerra entre Rússia e Ucrânia na Ilha da Cobra, localizada no Mar Territorial da Ucrânia. A ilha foi conquistada pelos russos no início do conflito e servia de base de apoio para as ações navais de bloqueio do Mar Negro. Após bombardeios diários com foguetes e o afundamento de alguns navios que reabasteciam e recompletavam as tropas na ilha, os russos a abandonaram completamente, tornando-se um clássico exemplo de como tropas terrestres podem contribuir para o esforço de AD realizado pelo Poder Naval (SEDDON, 2022).

Como é muito difícil prever a localização exata das Áreas de Desembarque que realmente serão utilizadas pelo oponente em uma projeção de poder sobre território nacional, visualiza-se o EB realizando uma grande Defesa em Larga Frente, adotando um dispositivo de expectativa, descentralizando seu poder de combate em largura e profundidade em alguns pontos estratégicos do litoral e conduzindo Operações de Defesa Móvel. Neste contexto, seriam estabelecidos uma série de Postos de Vigilância dotados com sensores capazes de monitorar nossas águas territoriais para confirmar a localização e conduzir fogos sobre os navios de uma força naval oponente que se organiza para projetar poder sobre terra.

4. Conclusão

A intenção deste artigo ao aplicar os termos da doutrina militar terrestre de operações defensivas na estratégia A2AD para o caso brasileiro visou gerar uma linguagem comum e conjunta capaz de ser compreendida por civis e militares das três Forças Armadas interessados pelo assunto. Ainda que de forma genérica, foi dada uma visibilidade operacional e tática ao cenário estratégico A2AD a fim de contribuir com subsídios sob a forma de *insights* para futuros projetos de desenvolvimento doutrinários sobre o assunto, que dado a sua relevância, a partir do ano de 2022, tornou-se a mais nova linha de pesquisa do Comando de Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN).

Referências

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-1-5:** manual de Operações Terrestres de Caráter Naval. Rio de Janeiro: CGCFN, 2020a.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Brasília, DF: Marinha, 2020b. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/pem2040. Acesso em: 26 ago. 2022.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **IP-31-10:** instruções provisórias [sobre] Operações Contra Desembarque Anfíbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Exército, 1998.

CASTRO, Therezinha. **Nossa América:** Geopolítica comparada. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.

FERREIRA, Renato Rangel. **Operações Navais no século XXI:** tarefas básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul. 2011. 181 f. Tese (Doutorado em Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2011.

KILIAN JÚNIOR, Rudibert. Entrevista sobre A2AD. [Entrevista concedida a] José Emílio de Oliveira Rodrigues. Rio de Janeiro, 7 jul. 2022.

LIMA JÚNIOR, Antonio Ferreira; KOSAKA Francisco Raza. P-3AM: fator de elevação de interoperabilidade entre Forças em ambiente naval. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 47, p. 42-44, 2016.

MOURA, José Augusto Abreu de. **A estratégia naval brasileira no pós-Guerra Fria**: uma análise comparativa com foco em submarinos. Rio de Janeiro: FEMAR, 2014.

OLIVEIRA, José Cláudio da Costa. Entrevista sobre A2AD. [Entrevista concedida a] José Emílio de Oliveira Rodrigues. Rio de Janeiro, 10 ago. 2022.

SEDDON, Max. **Russians forces withdraw from Snake Island.** [London], 2022. Disponível em: https://www.ft.com/content/88a2aae7-8d12-45f2-9763-e-5d8b1791d33. Acesso em: 12 jul. 2022.

TANGREDI, Sam J. **Anti-access warfare**: countering A2/AD strategies. Maryland: Naval Institute Press, 2013.

CF (FN) **Alexander** de Oliveira Pereira
alexander.pereira@marinha.mil.br

O Processo de Planejamento 7 *Question Estimate* e a SACEM-A: Estruturas para o Pensamento Analítico

CF (FN) **Alexander** serve atualmente no Comando de Operações Navais, como Encarregado da Seção de Meios de Fuzileiros Navais. É oriundo do Colégio Naval, realizou os cursos de carreira, sendo digno de destaque, o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da EGN, em 2018. Serviu no 3ºBatalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais, como Comandante de Companhia e Pelotão e Oficial de Estado-Maior, e no 2ºBatalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais, no Estado-Maior. Foi instrutor do Navio-Escola "Brasil" (2016) e do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do CFN (2017). Participou da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti nos 1ºContingente (2004), 13º (2010) e 21º (2015), como Comandante de Pelotão, Imediato do Componente de Combate Terrestre e Comandante do Componente de Combate Terrestre, respectivamente.

Figura 1: Reembarque em EDVP durante exercício *Southeast Sword*

Fonte: Pereira (2019).

1. Introdução

O conhecimento de outras doutrinas de Operação Anfíbia (OpAnf) oriundas de países de reconhecida relevância militar viabiliza traçar importantes paralelos com a metodologia em vigor no CFN e contribui sobremaneira para a evolução doutrinária do Corpo. Neste alinhamento, a participação no intercâmbio junto ao *Commander Littoral Strike Group* (COMLSG), no período de fevereiro a abril de 2019, constituiu-se em excelente oportunidade para conhecer o processo de planejamento *7 Question Estimate* e identificar algumas semelhanças e oportunidades de melhoria da Sequência das Ações de Comando e Estado-Maior – Abreviada (SACEM-A) recentemente incorporada à doutrina do CFN.

O *Commander Littoral Strike Group* (COMLSG) é uma Organização Militar da *Royal Navy* (RN) comandada por um Comodoro[1], com a tarefa de exercer a função de *Commander of the Amphibious Task Force* (CATF), equivalente à função de ComForTarAnf, durante o planejamento e execução de OpAnf. Seu Estado-Maior (EM) é composto de Oficiais do Reino Unido, Austrália, Canadá e França. Sob o comando de um Oficial General do *Royal Marines* (Brigadeiro[2]), o *3º Commando Brigade Royal Marines* (3ºCdoBde) assume a função de *Commander Landing Force* (CLF), equivalente à de ComForDbq, nas OpAnf. Sua estrutura abrange diversas Unidades do *Royal Marines*, além de outras do British Army, que provê os apoios de Engenharia e Artilharia.

Cabe ressaltar ainda a proximidade física entre as instalações do COMLSG e do 3ºCdoBde, que ocupam prédios adjacentes em *Stonehouse Barracks – Plymouth*. Essa simples proximidade já favorece o contato constante entre os membros de seus EM e facilita as coordenações durante o processo de planejamento das operações.

Além disso, ambos os Estados Maiores utilizam o mesmo processo de planejamento, denominado *7 Question Estimate (ou Combat Estimate).*

2. O Processo de Planejamento 7 *Question Estimate* (7Q Est)

O processo 7Q Est foi adotado pelos EM do COMLSG e 3ºCdoBde para a produção de planos que visam a resolução de um problema de maneira mais urgente, quando a premência de tempo impede uma análise mais profunda da situação.

A seguir, discorre-se cada passo do processo:

Reunião para Recebimento de Ordens *(Receipt Of Orders Brief – ROOB):* o objetivo desta fase é o entendimento do problema militar, direcionando ambos os EM para os aspectos principais a serem considerados durante o processo. Dessa maneira, cada seção irá identificar os pontos principais atinentes às suas tarefas e repassá-las aos Comandantes, em uma apresentação coordenada pelo Chefe de Estado-Maior com duração não superior a 29 minutos (total).

Pergunta 1 - Qual é a situação e como ela me afeta?

Nesta fase é realizada uma análise dos domínios do ambiente operacional relevantes: ar, terra, mar, espaço, espaço cibernético e espectro eletromagnético. Somam-se a esses aspectos outros relativos à análise do inimigo (verificado por meio de uma Avaliação

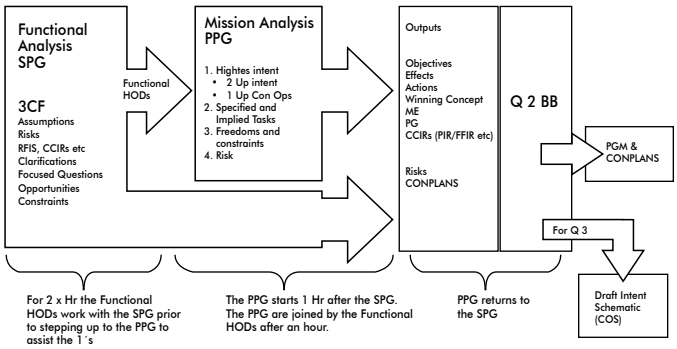
[1]Na MB não há um posto equivalente, porém seria uma patente entre Capitão de Mar e Guerra e Contra-Almirante.
[2]Brigadeiro (Brig) é um posto do alto escalão dos Reais Fuzileiros Navais do Reino Unido. Brigadeiro é o posto superior ao coronel, e subordinado ao major-general. Corresponde ao posto de general de brigada em muitas outras nações.

das Ameaças e a sua Integração dessas com as diversas seções do EM). Para essas análises, é utilizado um processo denominado *Battlespace Area Evaluation* (BAE). O produto final proverá ao EM as informações necessárias sobre como o ambiente afetará as forças amigas e a missão, bem como as possíveis reações poderão afetar nossas forças, as forças amigas, o inimigo e demais atores. Trata-se, portanto, de um dos principais elementos do processo.

Pergunta 2 - O que me foi solicitado e por quê?

Consiste da Análise da Missão, tendo como produto final a identificação de objetivos, efeitos, riscos, entre outros fatores necessários ao planejamento da operação.

Figura 2: A segunda pergunta (O que me foi solicitado e por quê?) e seus produtos (*Outputs*)



Fonte: Reino Unido (2019).

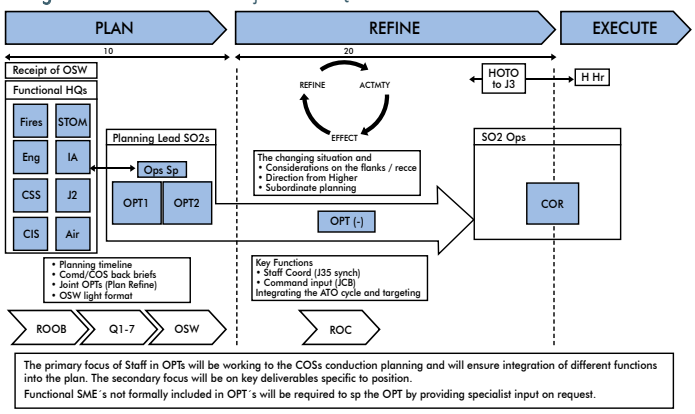
Pergunta 3 - Quais os efeitos que eu necessito atingir e qual o direcionamento deverá ser dado para o desenvolvimento do plano?

O Comandante focará em uma abordagem holística principalmente no direcionamento dos trabalhos do EM, com ênfase nos efeitos a serem atingidos. Para tanto, não deverá pensar somente nos efeitos sobre o inimigo, mas também acerca dos impactos sobre a população local e ao ambiente.

Pergunta 4 - Onde eu conseguirei melhor atingir um efeito ou realizar uma ação?

Com base nos produtos obtidos da Análise da Missão, o EM é dividido em equipes para o desenvolvimento das a Linhas de Ação e passa a designar as ações e efeitos para o inimigo e demais atores, visando atingir de maneira mais eficaz o propósito. Aqui percebe-se uma grande semelhança ao que ocorre no Processo de Planejamento Conjunto, por ocasião da elaboração da Abordagem Operacional na qual busca-se identificar as condições desejadas que consubstanciam a obtenção de Pontos Decisivos (conjunto de efeitos) ao longo da operação ou campanha.

Figura 3: Processo de Planejamento 7 *Question Estimate*



Fonte: Reino Unido (2019).

Pergunta 5 - Quais os meios necessários para atingir cada efeito ou realizar determinada ação?

Esta fase contém o processo necessário para determinar a adequação da própria força, tendo como fundamento cada ação ou efeito, garantindo a aplicação correta de meios.

Pergunta 6 - Quando e onde as ações e efeitos se relacionam?

O propósito desta fase é sincronizar os efeitos e ações dentro de cada Linha de Ação (Matriz de Sincronização). Dessa maneira, após a seleção de uma das Linhas de Ação, o planejamento segue para sua fase final e posterior refinamento durante o Confronto.

Pergunta 7 - Quais as medidas de coordenação e controle deverão ser impostas?

As medidas de coordenação e controle são estabelecidas antes da realização do Confronto, o qual é conduzido na dinâmica de ação, reação e contrarreação.

Figura 4: As questões e os produtos do planejamento

Combat Estimate - The 7 Questions

Stage 1 - IPE, MA and Direction	0	Baseline Preparation and Understanding	☑ Staff Preparation ☑ Scope IPE ☑ Receipt of Orders Brief (ROOB)
	1	What is the Situation and How Does it Affect me?	☑ Focused IPE ☑ Focused ICP & PGM ☑ Brief Comd
	2	What Have I Been Told to Do and Why?	☑ Higher Comd´s intent ☑ Specified / Implied Tasks / Effects ☑ Freedoms / Constraints ☑ Situation Change / Risk
	3	What Effects Do I Need to Achieve and what Direction Must I Give to Develop the Plan?	☑ Review Assumptions, CCIRs & Constraints ☑ Effects Schematic / draft intent ☑ Comd´s Guidance & COAs
Stage 2 - Developing the Plan	4	Where Best Can I Accomplish Each Action/Effect?	☑ DSO and Draft DSOM
	5	What Resources Do I Need to Accomplish Each Action/Effect?	☑ TASKORG ☑ DSOM
	6	Where & When Do the Action/ Effects Take Place in retention to Each Other?	☑ Synchronisation Matrix ☑ Scheme of Manoeuvre
	7	What Control Measures Do I Need?	☑ Ops Trace ☑ Combined Arms Obs Integration (CAOI) ☑ BM/Control Measures

If pressed for time, the commander is able to make a decision at these stages.

Fonte: Reino Unido (2019).

Refinamento: após a disseminação dos Planos, o EM deverá ficar em condições de proceder o refinamento, que consiste no mesmo processo de planejamento de maneira abreviada. Sendo assim, uma ou todas as fases poderão ser novamente realizadas, no caso de surgimento de novos dados de inteligência, ou com o desenvolvimento das ações em terra, oportunidades, restrições ou determinações do escalão superior.

Ensaio *(ROC Drill)*: em um período não inferior a 24 horas antes da execução da operação, ambos os EM e representantes das Unidades envolvidas participam de um ensaio, em que as tarefas e ações são repassadas. Para tanto, são utilizadas maquetes de navios/unidades terrestres em uma carta (misto de carta topográfica e náutica) em tamanho maior que o normal (8mx8m).

3. Observações

Organização do Estado-Maior

No Reino Unido, as OpAnf são consideradas como Operações Conjuntas. Isso impõe aos EM do COMLSG e 3ºCdoBde a adoção de uma estrutura de planejamento adequada ao planejamento do emprego de suas forças. Ressalta-se porém, que esta estrutura não é

adotada somente para o planejamento no nível operacional, sendo ocasionalmente empregada no nível tático, cujas forças possuam um efetivo semelhante a nossas Unidades Anfíbias (UAnf).

O fato de que a SACEM-A tenha como propósito apresentar um método abreviado de planejamento talvez nos induza a pensar que a estrutura de EM semelhante à de um EMCj seja desvantajosa. No entanto, o ambiente operacional contemporâneo estabelece múltiplos desafios de diferentes naturezas, tais como: ameaças cibernéticas, campanhas psicológicas para públicos-alvo de interesse, e repercussões estratégicas de ações táticas que escalam na velocidade de um click nas redes sociais. Conjugando este ambiente com a possibilidade de atuação de forma isolada, ou seja, fora do contexto de uma Campanha Militar, verificamos uma possibilidade de replicação no nível tático do arranjo de EM adotado no campo operacional.

Figura 5: HMS Albion

Fonte: Pereira (2019).

Além disso, considerando o conceito de flexibilidade empregado em nossos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), a expansão das seções de Estado-Maior, ainda que somente para emprego nas OpAnf, torna-se natural. Nossa característica expedicionária não estaria, portanto, relegada somente ao plano logístico/operacional, mas dimensionada para um espectro mais amplo de áreas de atuação.

Sendo assim, tendo como base o modelo de Estado-Maior Conjunto apresentado no manual MD30M01 – Doutrina de Operações Conjuntas (1º Volume) e o processo 7 *Question Estimate*, verifica-se a seguinte possibilidade de organização para o EM:

- S1: Pessoal;
- S2: Inteligência (inteligência, vigilância, aquisição de alvos e reconhecimento);
- S3: Operações (responsável pela execução da operação);
- S3/5: Operações/Planos (responsável pelo refinamento do planejamento na janela temporal de 72 até 24 horas antes da execução);
- S4: Logística;
- S5: Operações Psicológicas;
- S6: Comando e Controle (incluindo Operações Cibernéticas);
- S7: Comunicação Social;
- S8: Finanças; e
- S9: Jurídico.

Parametrização das análises (moldura temporal)

Assim como a SACEM – A, o processo *7Q Est* é coordenado pelo Chefe de Estado-Maior (CEM), o qual estabelece um Calendário de Planejamento, com duração não superior a 72 horas.

Apesar da moldura temporal entre as fases não ser totalmente estabelecida, todos os *briefings* são parametrizados, estabelecendo o tempo exato para a fala de todos os participantes. De uma maneira geral, esta medida permite ao EM a adoção de um foco único do problema militar, aumentado a sinergia necessária para sua solução e impedindo o desperdício de tempo, sem perder a flexibilidade do planejamento.

Figura 6: Fuzileiros Navais Holandeses durante o exercício *Southeast Sword*

Fonte: Pereira (2019).

4. Conclusão

A SACEM – A apresenta-se como uma evolução doutrinária do CFN que visa preencher a lacuna de um processo rápido de planejamento no âmbito dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais em resposta à uma situação de crise.

É certo que o cenário mundial contemporâneo é permeado por conflitos de natureza híbrida (em que a ameaça pode operar de forma convencional e não convencional). Logo, as características da tecnologia moderna impõem o constante aperfeiçoamento desse processo de planejamento, permitindo uma resposta em tempo oportuno e com a abrangência adequada de todas as áreas de atuação necessárias.

Neste contexto, uma reflexão ponderada acerca do processo 7 *Question Estimate* pode contribuir para uma melhor adaptabilidade ao cenário dos conflitos atuais sem, no entanto, mudar radicalmente uma metodologia que foi desenvolvida e amplamente divulgada no âmbito do CFN.

Referências

BRASIL. Marinha. Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais. **Nota de coordenação doutrinária (provisória) NºP-002/2016:** sequência das ações de Comando e Estado-Maior – Abreviada (SACEM-A). Rio de Janeiro: CDDCFN, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Guia do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC)**. Brasília, DF: EMCFA, 2020.

PEREIRA, Alexander. **Relatório do intercâmbio em Guerra Anfíbia no Commander Amphibious Task Group (COMATG)**. Rio de Janeiro: [*s. n.*], 2019.

REINO UNIDO. Ministry of Defence. Royal Navy. **SOI 5006**: Joint Amphibious – 7 Question Estimate. Plymouth: [*s. n.*], 2019.

ANO VI - Nº 28

Âncoras e Fuzis
Corpo de Fuzileiros Navais
Ano VI - Nº 28
Atlântico Sul

ANO VI - Nº 29

Âncoras e Fuzis
Corpo de Fuzileiros Navais
Ano VI - Nº 29
Atlântico Sul
A CORRIDA AO OURO NEGRO DO ATLÂNTICO SUL

ANO VI - Nº 29

Âncoras e Fuzis
Corpo de Fuzileiros Navais
Ano VI - Nº 29
O Caçador como Multiplicador do Poder de Combate

FOI DESTAQUE NA *ÂNCORAS E FUZIS*

ANO VI - Nº 31

Âncoras e Fuzis
Corpo de Fuzileiros Navais
Ano VI - Nº 31
15 de outubro de 2005

II Conferência Mundial de Líderes de CFN

O ComGerCFN participou, no período de 20 a 25AGO, da II Conferência Mundial de líderes de Corpos de Fuzileiros Navais, em Washington - DC. Organizada pelo Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos (USMC), contou com a participação de 26 países, a saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, El Salvador, França, Holanda, Honduras, Indonésia, Itália, México, Nicarágua, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, Portugal, Romênia, Espanha, Suécia, Tailândia, Tonga, Turquia, Estados Unidos da América e Uruguai.

Durante a conferência, foram realizados seminários sobre Guerra anti-terrorista; Operações de segurança e de estabilização; Operações de assistência humanitária; Instrumentos do Poder Nacional; e Guerra do futuro. Ao término de cada seminário, os líderes tiveram a oportunidade de debater, em pequenos grupos, os assuntos abordados, relacionando-os com a realidade de seus respectivos Corpos de Fuzileiros Navais. Em seguida, as conclusões eram apresentadas para todos os conferencistas, proporcionando uma incomensurável troca de conhecimentos e experiências profissionais, contribuindo para um maior entrosamento entre os Líderes.

Como parte integrante do programa da Conferência foram, também, realizadas visitas à importantes unidades do USMC, incluindo o Marine Corps Recruit Depot, a Officer Candidate School, a The Basic School, o Marine Corps Warfighting Laboratory, o Marine Corps Center for Lessons Learned - todas na base do USMC em Quântico, com exceção do Recruit Depot que se localiza em Parris Island.

O ComGer do CFN AlteEsq (FN) Marcelo Gaya Cardoso Tosta e o Almirante Vargas (Portugal), durante a Conferência Mundial de Líderes de CFN

A Conferência foi uma oportunidade ímpar para que o Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil mostrasse suas convicções e crenças, reforçando assim nossa imagem internacional de profissionais competentes e com elevado espírito de corpo, características mundialmente conhecidas devido aos nossos militares, de ontem e de hoje, que tão bem representaram e representam o CFN nas mais diversas missões.

Âncoras e Fuzis
Corpo de Fuzileiros Navais
Ano VII - Nº 32
24 de março de 2006

Operação Furacão Dennis

Batismo de Fogo do 3º Contingente do GptOpFuzNav - Haiti

CF (FN) Edson de Oliveira - **CC (FN)** Marcelo Guimarães Dias - **CC (FN)** Luís Manuel de Campos Mello

SITUAÇÃO GERAL EM PORTO PRINCIPE NO FINAL DE JUNHO - estável, exceto na capital, onde bandos desgraçados do ex-presidente Aristide e criminosos comuns, executavam seqüestros, roubos, contrabando de armas e atentados. As forças da MINUSTAH (tropas jordanianas e peruanas) visham, diariamente, revidando fogos em "Cité Soleil", região mais populosa e pobre da capital. Nos últimos meses, as gangues locais vinham expandindo suas atividades para as áreas industriais adjacentes, dificultando a atração de mão-de-obra, minando a confiança na missão da ONU e amaçando o processo eleitoral. Foram desencadeadas, até junho de 2005, cinco grandes operações na capital: "Liberté", "Restore Liberté", "Raised Sun", "Bay Spray" e "Mantta", sem grande sucesso.

Diante da situação, o "Force Commander" decidiu pela realização de uma operação de vulto na área de "Cité Soleil", para **propiciar um ambiente mais seguro para a execução do processo eleitoral.**

PLANEJAMENTO DA OPERAÇÃO - coube ao BtlFUZ HAITI a sede de "Bois Neuf", redito de Dread Wilme, principal líder das gangues de "Cité Soleil". Como reforço, recebeu uma Cia Inf Peruana e frações dos contingentes Jordaniano e Uruguaio, sob controle operacional, bem como elementos da PFUM [illegible] e CIVPOL [illegible]. Nos 20 dias seguintes, as LA foram ultimadas e a operação adiada por diversas vezes. As alterações decorriam das novas informações do posicionamento das forças adversas. Foi constatado, durante um reconhecimento aéreo, a abertura de fossos anticarro nos arruamentos que demandavam ao interior de "Bois Neuf". Anteriormente, em ação terrestre conduzida na área, um blindado foi imobilizado em um fosso, por várias horas. Foi constatado, no reconhecimento, que a região a noroeste tinha muitos trechos alagadiços, podendo constituir-se em obstáculo para VTr sobre rodas (ver Fig 1).

O Batalhão HAITI organizou-se com três peças de manobra: a "FT PANA CHAVES" (EsqdCMec e uma equipe de forças especiais); a "FT HUMAITÁ" composta pelo GptOpFuzNav HAITI, apoiado por um PelCMot-1; e a Cia Inf Peruana. A manobra previa ações em três frentes distintas: a FT PANA CHAVES pelo leste, a partir da rua "Soleil 9" em direção à rua "Impasse Chavarme", onde estavam localizados o PC da gangue de Dread Wilme e um suposto paiol de armas e munições (Obj 1 e 2); uma ação por oeste, com a Cia Inf peruana infiltrada, ainda no período noturno, na região central da rua "Impasse Rosny", onde estaria localizada a casa de Dread Wilme (Obj 3); e uma ação por noroeste, com a FT HUMAITÁ, a partir da região alagada na direção oeste da rua "Impasse Chavarme", onde estava uma suposta região de cativeiros (Obj 4) (ver Fig 2). Com esta ação, pretendia-se dividir o esforço de defesa das forças adversas (ver Fig 3). Seriam também realizados trabalhos de engenharia para fechamento de um fosso anticarro. As demais forças em apoio realizariam ações para isolar a área. Dia D 06 de julho, Hora H ação no Obj 3: 05.30h e Hora I 06.00h.

Foram também incorporados ao GptOpFuzNav, 1 GpFen/PelEng, 2 atiradores de precisão do BtlHAITI e 1 OL jgr Cia Inf peruana. Foram destacados na FT PANA CHAVES, 4 SG-FN com fuzis dotados de LgGr M-203.

A Base de Fuzileiros Navais Academia Raoul de Quinez (BFNHARQ) teve sua Equipe Médica Nível 1 incluída no cadastro de evacuação, sendo reforçada por pessoal de saúde do BtlHAITI. A prontidão como o Hospital Argentino (Nível 2) e as boas condições das nossas instalações recomendaram sua inclusão como elo da cadeia de evacuação.

Figura 1

Devido à carta diretriz da operação, a CPI foi estabelecida em 150 tiros. Parte da CPU foi embarcada na VtrBld, seguindo pelas ruas Boulevard des Industries e Lisias, até o cruzamento com a rua Soleil 9, Jéan na Lisias, o restante comprou a revolver fogos oriundos do Sul, provenientes da região de Drouillard. No cruzamento da rua Lisias com a rua Soleil 9, o volume de fogos intensificou-se.

Da retaguarda do comboio podia ver-se os projéteis traçantes disparados tanto pelo Escalão de Assalto quanto pela força adversa. Às 05.30h, a Cia Inf peruana iniciou sua ação no Obj 3 e a FT PANA CHAVES abortou a rua "Soleil 9" pelo norte, deslocando-se em direção ao Obj 1, revidando intensos fogos. O GptOpFuzNav deslocou-se para a região noroeste do Obj 4 e, por volta de 06.00h, o CCT, embarcado nas viaturas blindadas UHUTU encontrava-se bloqueando a região oeste da rua "Impasse Chavarme", também sob intensos fogos. O Comandante de Comando, e CASC formado para a operação e a reservada CCT, que seguiam à retaguarda em viaturas sobre rodas (VTr) Toe e 5 Toe, deste lhar-se para o leste de 200m ao norte do CCT e estabelecer-se as posições em uma região de cascalho. O CCmdo estabeleceu um PO em uma laje, de onde pode controlar as ações. O PO teve de ser reforçado com sacos de areia, devido aos fogos dos adversários.

A Cia Inf peruana infiltrada retirou do interior da favela, porém alguns de seus integrantes estavam fora da faixa balizada pelos blindados. Neste momento a atuação do Oficial de Ligação peruano foi fundamental para evitar o fogo amigo, pois aquela parcela da tropa peruana só foi identificada quando atravessou "vários metros", permitindo, então, seu embarque pelo CCT e seu lançamento nos seus blindados e retirar-se, com a nossa cobertura.

Figura 2

Figura 3

A FT HUMAITÁ apoiou, pelo fogo, as ações da FT PANA CHAVES e o desenvolvimento dos trabalhos de engenharia na região leste da rua "Impasse Chavarme". Por volta de 06.30h, o comandante do CCT informou, por rádio, que duas viaturas em apoio encontravam-se atoladas e que estavam realizadas tentativas para liberá-las. Neste mesmo momento foram encontrados os trabalhos de engenharia para fechamento do fosso anticarro e, como o código de "Cavalaria vai entrar", o Escalão de Assalto retomou seu o prosseguimento para o Obj 2. Nas ações do Escalão de Assalto, na região leste da rua "Impasse Chavarme" foi constatado que as granadas lançadas pelos M-203, além de possuírem um grande poder de destruição, produziam um forte impacto psicológico sobre as forças adversárias. Pelotões dão conta de atiradores adversários que não resistiam de suas posições, apesar dos fogos revidados de armas automáticas, e que abandonavam-se rapidamente, ao perceberem as primeiras explosões das granadas lançadas pelos M-203.

O CCT prosseguia, com duas viaturas imobilizadas e sofrendo fogos da orla norte da localidade, apoiando pelo fogo as ações do escalão de assalto. O GptOpFuzNav HAITI solicitou ao comando do Batalhão apoio para os trabalhos de desatolamento das viaturas do CCT e recebeu dois blindados do pelotão uruguaio. Neste momento, passou a revolver fogos também oriundos de leste, próximo ao mar. Às 08.30h o Escalão de Assalto finalizou sua ação na região do Obj 2 e iniciou seu retraimento, revidando fogos oriundos de Bois Neuf e Drouillard. Após a retirada do Escalão de Assalto os blindados jordanianos iniciaram patrulhamento na rua "Soleil 9". O BtlHAITI designou três blindados que haviam retraído do Obj 2 para apoio aos trabalhos de desatolamento na zona de ação do GptOpFuzNav.

Como o consumo da munição crescia, uma vez que os ataques das forças adversas prosseguiam, a munição disponível para o CCT começava a preocupar, sendo que alguns militares já haviam consumido a CPI, restando, em alguns casos, apenas um carregador da CPU. O CASC recolheu dois carregadores por homem, dentre os militares que se encontravam no PC, a fim de suprir o CCT, caso a ação tivesse que se prolongar. Neste interim, foi acionado o ressuprimento de munição na BFNHARQ, o que foi rapidamente providenciado. Acionada, também, junto ao escalão superior, meios de engenharia para apoiar os trabalhos e a aviação, que havia se retirado. O apoio aéreo retornou por volta de 10.00h, notando que elementos adversos se reorganizavam na região sudeste de Bois Neuf. O CCT e parte dos militares do Escalão de Assalto que apoiavam os trabalhos de desatolamento realizaram fogos na direção das forças adversas para dispersá-las. De seu PO à retaguarda, o CCmdo notou uma provável troca de tiros entre os blindados jordanianos que se encontravam neste momento patrulhando a rua "Soleil 9" e nossas forças, e determinou um cessar fogo temporário a fim de realizar a coordenação necessária. O cessar fogo foi rapidamente interrompido por fogos oriundos da localidade norte de Bois Neuf, que obrigaram o CCT a responder.

Por volta de 11.45h, os carros desatolaram definitivamente (foram necessários três carros para cada blindado). Como o terreno próximo à enfiamte de Bois Neuf impedia a aproximação de viaturas sobre rodas, decidiu-se pela não ultrapassagem do Obj "4". As 12.00h o CCT, parte da "FT PANA CHAVES" e os blindados uruguaios que apoiavam os trabalhos de desatolamento iniciaram o retraimento para a região do PC do GptOpFuzNav HAITI, sob fogo esparso dos elementos adversos. O CCT, embarcado em viaturas blindadas e alguns blindados da "FT PANA CHAVES" fizeram uma cobertura para o retraimento e a atitude do CCmdo, CASC e reserva, embarcados em viaturas leves e médias. Os destacamentos regressaram a BFNHARQ por volta de 12.45h.

LIÇÕES APRENDIDAS - a Operação atingiu os propósitos definidos pelo "Force Commander", demonstrando a capacidade das tropas da MINUSTAH. Foram empregados 260 militares brasileiros, 80 peruanos, 40 jordanianos, 40 uruguaios, 10 chilenos e 10 equatorianos, além de 30 policiais da PFU chinesa, jordaniana e nepalesa. Foram empregados 35 viaturas blindadas, 4 helicópteros, 1 avião e 20 viaturas leves e médias.

Dentre outros informes obtidos sobre os resultados da operação, 6 membros de gangues que estavam armados por ocasião da ação teriam sido eliminados, dentre os quais, o próprio Dread Wilme. Em contrapartida, não houve baixas por parte das forças da MINUSTAH. Tal fato pode ser creditado, em grande parte, ao emprego dos blindados durante as ações, com poupíssimos elementos desembarcados, o que ressalta a importância deste tipo de viatura em Forças de Paz.

Houve um expressivo consumo de munição, em quase seis horas e meia de combate. Foram empregadas, entre outras, munições de armas portáteis, granadas de 40mm do M-203, granadas de mão Of/Def, de sopro e ruído e fumígenas, além de explosivos. Tal consumo foi imposto pela necessidade de manter superioridade de fogos sobre os elementos adversos e tendo que pudessem realizar a postura livremente e, com isso, causar baixas na tropa da MINUSTAH.

Vimos que ao longo de toda a operação, o CCT esteve envolvido com as ações no terreno e o CCmdo nas ligações com

Âncoras e Fuzis
Corpo de Fuzileiros Navais
Ano VII - Nº 32
24 de março de 2006

Melhor Instrutor de 2005 no WHINSEC é do CFN

Dando prosseguimento ao programa de intercâmbio com a Marinha dos Estados Unidos da América, o SO-FN-IF- DEJACI ALMEIDA DA SILVA, concluiu em 31 de julho de 2005 sua participação como instrutor no *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation* (WHINSEC) - Instituto de Cooperação para a Segurança Hemisférica – localizado no *Fort Benning*, Geórgia.

O Instituto de Cooperação para a Segurança Hemisférica foi criado em 2001 e tem o propósito de capacitar líderes – civis e militares – como intuito de fortalecer a democracia, incutir o respeito pelas leis e ao acatamento dos direitos humanos. Para tal, ministra diversos cursos voltados para a solução de problemas regionais, combate ao terrorismo, ao comércio ilegal de drogas e ao crime organizado, operações de paz e operações conjuntas.

Ao concluir seu intercâmbio, o SO-DEJACI foi escolhido num universo de 107 instrutores, representando 22 países do Hemisfério Ocidental, como o Melhor Instrutor do Ano de 2005. Em seu relatório de avaliação de desempenho, foram destacadas sua lealdade, liderança e capacidade técnica-profissional.

Durante sua comissão recebeu 3 medalhas concedidas pelo Exército dos Estados Unidos (*U.S. Army*), foi agraciado com os Certificados de Excelência Física, Perito em Fuzil M-16A4 e Pistola M9, além de ter sido premiado com os títulos de

Instrutor Master – Nível IV, o mais alto do WHINSEC.

Além do ganho com o aprendizado pelas experiências adquiridas, a atuação destacada no desempenho da função de instrutor, constitui-se não somente um motivo de orgulho pessoal para o militar; mas igualmente envaidece o CFN, por se fazer representar de maneira exemplar num estabelecimento de ensino de reconhecimento internacional.

ARTIGOS EM DESTAQUE

Esta seção traz alguns artigos, pinçados dentre os que são disseminados no corpo de colaboradores do CDDCFN, que são julgados de interesse dos Fuzileiros Navais, publicados em diversas revistas especializadas.

Expressamos especial agradecimento ao corpo de colaboradores, particularmente na pessoa do **CF (FN) Vital**, servindo atualmente como Oficial de Ligação do CFN junto ao *Marine Corps Combat Development Command* (MCCDC) do USMC, por diversas matérias enviadas para análise e disseminação.

Estudo dos requisitos do novo navio anfíbio pode significar más notícias para os fuzileiros navais e a indústria

Amphib ship requirements study could spell bad news for Marines, industry

A matéria aborda um estudo sobre os requisitos dos futuros navios anfíbios que subsidiarão os próximos orçamentos. Entretanto, eles parecem estar indo na direção de não produzir todos os resultados que o USMC espera. Este portfólio de projetos está no centro da integração naval entre o *Marine Corps* e a Marinha Americana, o Corpo conta com tais navios para transportar unidades expedicionárias, mas é a Marinha que os adquire e tripula.

Na montagem dos orçamentos, foi possível inserir dinheiro para manter o programa como pensado pelo USMC dentro dos trilhos, mesmo que a Marinha não os solicitasse. Espera-se que a projeção de gastos do Programa de Defesa favoreça a um plano estável de construção com o qual a indústria está contando.

Amphib ship requirements study could spell bad news for Marines, industry

Referência

ECKSTEIN, Megan. **Amphib ship requirements study could spell bad news for Marines, industry.** Arlington, 18 Jan. 2022. Disponível em: https://www.defensenews.com/naval/2022/01/18/amphib-ship-requirements-study-could-spell-bad-news-for-marines-industry/. Acesso em: 26 set. 2022.

Brasil pode ter Submarino Nuclear antes da Austrália

Acordos recentes entre americanos e australianos causaram controvérsias, mas o projeto brasileiro de um submarino de propulsão nuclear, parece estar mais avançado. A matéria traz que os americanos nunca haviam compartilhado a tecnologia com nenhum aliado, exceto os britânicos. Porém cita que as forças brasileiras já trabalham há bastante tempo na energia nuclear e, mais recentemente passou a desenvolver um projeto de um submarino movido a energia nuclear. Até o presente momento, nenhum país do hemisfério sul opera tal equipamento. No entendimento do autor o projeto é irreversível e está em estado bastante avançado, podendo chegar a sua concretude antes mesmo do acordo com os australianos.

The Economist

Brasil pode ter submarino nuclear antes da Austrália

Referência

THE ECONOMIST: Brasil pode ter submarino nuclear antes da Austrália. Tradução de Augusto Calil. **Estadão**, São Paulo, 13 out. 2021.

Veículo com drones suicidas é a aposta dos EUA para guerra terrestre no futuro

As Forças Armadas dos EUA têm uma nova máquina de guerra: o veículo blindado 8x8 LAV-M armado com munição do tipo vagante ou "drones suicidas", como são frequentemente descritos. Produzido pela empresa israelense *UVision,* o veículo é uma variante do LAV-25, um dos principais veículos de combate de infantaria dos *marines*. Essas munições permitem reconhecimento automático de alvos e se mostraram excepcionalmente letais. O general David Berger falando aos congressistas disse que nos testes realizados pelo USMC "os drones suicidas" se mostraram uma tecnologia eficaz.

De acordo com a *UVision*, essas munições vagantes podem ser recuperadas e reutilizadas, caso completem uma missão sem atacar um alvo.

Referência

BERREDO, Lucas; LUCENA, André. **Veículo com drones suicidas é a aposta dos EUA para guerra terrestre no futuro.** São Paulo, 13 out. 2021. Disponível em: https://olhardigital.com.br/2021/10/13/carros-e-tecnologia/veiculo-com-drones-suicidas-e-a-aposta-dos-eua-para-guerra-terrestre-no-futuro/. Acesso em: 27 set. 2022.

O Corpo de Fuzileiros Navais precisa restaurar sua competência anfíbia, diz o seu comandante

The Marine Corps needs to restore its amphibious competence, says its commander

O *Force Design* 2030 tem como foco dotar o USMC de capacidade para atuar tanto na Negação do Uso do Mar quanto no Controle de Áreas Marítimas, em apoio às Esquadras. Entretanto, segundo seu comandante, o entrosamento do "conjugado anfíbio" foi degradado, após quase duas décadas de guerras no Oriente Médio e hoje buscam-se soluções para reverter esse quadro. Dessa forma, as operações no mar voltaram a ter franca prioridade no Corpo.

O General Berger disse que, no início de sua carreira, realizava um treinamento de operações anfíbias a cada trimestre, uma oportunidade que os fuzileiros navais modernos não têm. Para isso o Corpo está montando um painel, junto com oficiais da Marinha Americana e outros colaboradores, para elencar as medidas que precisa tomar para reconstruir sua experiência anfíbia.

Referência

ATHEY, Philip. The Marine Corps needs to restore its amphibious competence, says its commander. **Marine Corps Times**, Virginia, 2 June 2021. Disponível em: https://www.marinecorpstimes.com/news/your-marine-corps/2021/06/02/marine-corps-needs-to-restore-amphibious-capabilities-commandant-says/. Acesso em: 27 set. 2022.

A guerra aérea e de mísseis em Nagorno-Karabakh: lições para o futuro do ataque e da defesa

The Air and Missile War in Nagorno-Karabakh: Lessons for the Future of Strike and Defense

O conflito entre a Armênia e o Azerbaijão, na disputa da região de Nagorno-Karabakh, incluiu o uso intenso de mísseis, drones e foguetes de artilharia. A luta, que começou no final de setembro de 2020, terminou em 10 de novembro por meio de uma trégua mediada por Moscou. O Azerbaijão foi o claro vencedor militar, com a Rússia e a Turquia também se beneficiando politicamente.

Em 44 dias de guerra foi apresentada uma gama diversificada de plataformas de ataque aéreo e de mísseis pertencentes a diferentes gerações, desde os mísseis Scud e Tochka da era soviética até os mais novos e avançados Iskander e os mísseis israelenses LORA *(LOng Range Attack).* Drones russos, turcos, israelenses e nativos realizaram missões de reconhecimento e apoiaram a artilharia. Os ataques de veículos aéreos não tripulados (UAV) e de munições errantes foram capazes de destruir unidades terrestres pesadas. Tudo trazendo uma percepção importante sobre como podem ser empregadas essas novas armas.

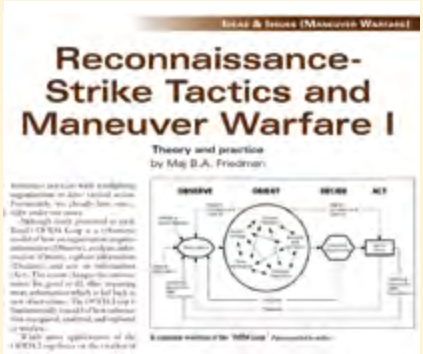
Referência

SHAIKH, Shaan; RUMBAUGH, Wes. **The air and missile war in Nagorno-Karabakh**: lessons for the future of strike and defense. Washington, DC, 8 Dez. 2020. Disponível em: https://www.csis.org/analysis/air-and-missile-war-nagorno-karabakh-lessons-future-strike-and-defense. Acesso em: 27 set. 2022.

Táticas de Ataque pelo Reconhecimento e Guerra de Manobra: I - Teoria e prática; II - Corpo de Fuzileiros Navais 3.0; e III - Guerra de manobra com características chinesas

Reconnaissance-Strike Tactics and Maneuver Warfare: I - Theory and practice; II - Marine Corps 3.0; and III - Maneuver Warfare with Chinese characteristics

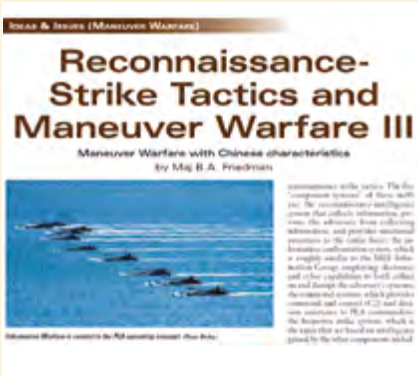
Ultimamente, tem havido um debate saudável sobre guerra de manobras nas páginas da *Marine Corps Gazette.* A última atualização do MCDP 1 – *Warfighting* tem mais de um quarto de século. Essas formas de pensar o combate conferem muita força quando combinadas com organizações capazes de explorá-las. Esta série de artigos tenta analisá-la mesmo enquanto o USMC



ainda realiza experimentações. Na visão do autor a tarefa central é como aplicar a guerra de manobra ao regime tático de ataque pelo reconhecimento, imerso num ambiente operacional abrangente e de informações difusas. O aspecto da busca pela superioridade da informação na guerra vai se tornar cada vez mais central e definir os engajamentos, logo as estratégias e táticas devem fazer disso o foco da arte operacional. A proteção das informações, assim como a destruição da capacidade de processar as informações do inimigo é uma questão de sobrevivência no combate e a filosofia de guerra de manobra está bem direcionada para esse ambiente operacional.

No segundo artigo o autor mostra que o aspecto menos compreendido da filosofia é a não-linearidade da guerra, verdadeira fonte de incerteza. Recentes estudos comparam as forças militares a sistemas adaptativos complexos sendo que muitos aspectos de complexidade e caos se aplicam à guerra. A ciência da complexidade nos diz que à medida que novos comportamentos e/ou táticas surgem os agentes organizados se adaptam. Mudança e continuidade coexistirão, alguns aspectos da organização permanecerão relevantes enquanto outros terão que mudar. O autor ressalta que uma grande lição que as forças germânicas deram na Segunda Guerra Mundial não foram as inovações tecnológicas, mas sim a organização que foi desenhada para explorá-las da melhor maneira possível. O *Marine Corps* 3.0 deve se organizar para explorar as táticas de ataque pelo reconhecimento.

No terceiro artigo o autor examina a organização do Exército Popular de Libertação (PLA) da China. A leitura dos principais documentos oficiais revela uma visão de combate sofisticada que tem muito em comum com a concepção de guerra de manobra do USMC. Não está claro como essas ideias são institucionalizadas. O PLA divide o desenvolvimento das organizações militares em gerações ou estágios, onde as mais importantes são a guerra mecanizada, a guerra informatizada e a guerra inteligente. Esses estágios são diferenciados pelo seu elemento mais decisivo. Na guerra informatizada, a vitória é determinada por qual lado é mais capaz de adquirir, processar, disseminar e explorar informações. Apesar das semelhanças deve-se ter cuidado para não achar que é uma "imagem no espelho". Ao final ele lembra a necessidade de se ficar atento ao que será relevante, nas organizações, e deve ser mantido e o que deve ser adaptado para a sobrevivência no combate.



Referência

FRIEDMAN, B. A. Reconnaissance-strike tactics and maneuver warfare I: theory and practice. **Marine Corps Gazette**, Quantico, p. WE1-WE6, Apr. 2022. Disponível em: https://mca-marines.org/wp-content/uploads/Reconnaissance-Strike-Tactics-and-Maneuver-Warfare-I.pdf. Acesso em: 5 out. 2022.

FRIEDMAN, B. A. Reconnaissance-strike tactics and maneuver warfare II: Marine Corps 3.0. **Marine Corps Gazette**, Quantico, p. WE30-WE33, May 2022. Disponível em: https://mca-marines.org/wp-content/uploads/Reconnaissance-Strike-Tactics-and-Maneuver-Warfare-II.pdf. Acesso em: 5 out. 2022.

FRIEDMAN, B. A. Reconnaissance-strike tactics and maneuver warfare III: maneuver warfare with Chinese characteristics. **Marine Corps Gazette,** Quantico, p. WE34-WE37, May 2022. Disponível em: https://mca-marines.org/wp-content/uploads/Reconnaissance-Strike-Tactics-and-Maneuver-Warfare-III.pdf. Acesso em: 5 out. 2022.

Grupo Anfíbio da Marinha Russa de Seis Navios, Ataque Subaproximado do Mar Negro enquanto navios de guerra se reúnem no Mediterrâneo

Rússian Navy Amphibious Group Enters Black Sea as Warships Mass in the Mediterranean

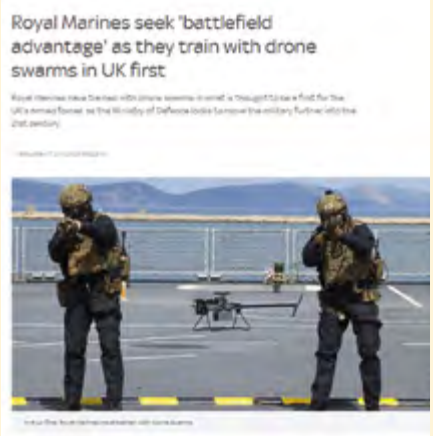
A matéria aborda a chegada, na entrada do Mar Negro, ainda antes do início da Guerra da Ucrânia, de um grupo de seis navios de guerra russos capazes de transportar e desembarcar blindados, tropas e material, sendo três navios de desembarque de tanques da classe Ropucha. À época especulava-se que, se os objetivos da Rússia incluíssem negar à Ucrânia o acesso ao mar, ela estaria se preparando para tomar Odessa.

Referência

LA GRONE, Sam. Rússian Navy amphibious group enters Black Sea as warships mass in the Mediterranean. *In:* UNITED STATES NAVAL INSTITUTE. **USNI News.** [*S. l.*], 8 Feb. 2022. Disponível em:https://news.usni.org/2022/02/08/six-ship-Rússian-navy-amphibious-group-attack-sub-approach-black-sea-as-warships-mass-in-the-mediterranean. Acesso em: 26 set. 2022.

Royal Marines buscam "vantagem no campo de batalha" enquanto treinam com enxames de drones no Reino Unido primeiro

Royal Marines seek 'battlefield advantage' as they train with drone swarms in UK first


Royal Marines seek 'battlefield advantage' as they train with drone swarms in UK first

A matéria informa que, pela primeira vez nas Forças Armadas do Reino Unido, os Reais Fuzileiros Navais treinaram com enxames de drones, dentro de um programa em que o Ministério da Defesa busca levar os militares ainda mais para o século XXI. No exercício, máquinas autônomas estavam presentes no ar, no mar e debaixo d'água para ajudar os soldados enquanto realizavam ataques simulados a instalações de mísseis e radares em todo o Reino Unido. Os sistemas autônomos trabalharam juntos na tarefa de identificar e localizar alvos, usando com precisão uma boa gama de sensores e algoritmos de aquisição de alvos. O objetivo final é incorporar tais sistemas e apoiar as forças no campo de batalha.

Referência

ROYAL Marines seek 'battlefield advantage' as they train with drone swarms in UK first. [*S. l.*], 17 July 2021. Disponível em: https://news.sky.com/story/royal-marines-seek-battlefield-advantage-as-they-train-with-drone-swarms-in-uk-first-12357549. Acesso em: 26 set. 2022.

Redefina prontidão ou perca

Redefine Readiness or Lose

REDEFINE READINESS OR LOSE

A matéria lembra que congressistas, líderes militares e civis discutem regularmente a "prontidão" de nossas Forças Armadas. Compromete-se recursos para construí-la, desenvolve-se métricas para medi-la e num esforço para criá-la e mantê-la, mas o que exatamente é prontidão? O artigo aborda essas discussões.

Nas últimas décadas, prontidão tornou-se sinônimo de disponibilidade, em grande parte uma medida de unidades militares disponíveis para desdobramento imediato, enquanto a capacidade assumiu um papel menor no cálculo. Essa ideia ignora a questão: pronto para quê? Os articulistas propõem uma estrutura mais ampla para a prontidão para assim melhor integrar os elementos da disponibilidade atual, efeitos nos comandos combatentes, disponibilidade e prontidão futuras e esforços de modernização. Também agregam à discussão uma necessidade de uma compreensão mais precisa do risco. Concluindo que, em se mantendo a fixação na disponibilidade da força atual e não conseguindo nos adaptarmos e modernizarmos, os jogos de guerra sugerem sérios problemas futuros.

Referência

BROWN JUNIOR, Charles Q.; BERGER, **David H. Redefine readiness or lose**. Washington, DC, 15 Mar. 2021. Disponível em: https://warontherocks.com/2021/03/redefine-readiness-or-lose/. Acesso em: 29 set. 2022.

Primeiro navio de assalto anfíbio da China atinge capacidade operacional inicial, para fazer turnê mundial

China's 1st amphibious assault ship reaches initial operating capability, to make world tour

CHINA | MILITARY

China's 1st amphibious assault ship reaches initial operating capability, to make world tour

A matéria informa que o primeiro navio de assalto anfíbio chines, o Tipo 075 – Hainan, atingiu a capacidade operacional inicial. Após um ano de treinamento, o Hainan deverá atingir plena capacidade operacional. O navio entrou em serviço na Marinha do Exército Popular da China (PLA) em 23 de abril de 2021. Apelidado de porta-helicópteros, o navio pode transportar um grande número de helicópteros, além de veículos blindados e anfíbios. Os Type 075 de 40.000 toneladas têm acomodação para até 900 soldados e espaço para equipamentos pesados e embarcações de desembarque, provavelmente têm capacidade para carregar até 30 aeronaves, de acordo com especialistas militares ocidentais que estudaram imagens de satélite e fotografias dos novos navios.

Referência

XUANZUN, Liu. China's 1st amphibious assault ship reaches initial operating capability, to make world tour. **Global Times,** Beijing, 2 Mar. 2022. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202203/1253757.shtml. Acesso em: 29 set. 2022.

CONHECENDO QUEM CONHECE

Esta Seção se destina a dar destaque aos militares que realizaram intercâmbios, cursos e estudos de especial relevância para o conhecimento de interesse dos Fuzileiros Navais.

Intercâmbio junto ao *Marine Corps Combat Development Command, Headquarters USMC, Combat Development and Integration* (MCCDC/CD&I), Quântico-VA, USA

CF (FN) Ricardo Parreiras de Bragança Oneto Araujo
braganca@marinha.mil.br

No período de 17 de fevereiro de 2020 até 25 de fevereiro de 2022, o CF (FN) Bragança realizou o intercâmbio, mais especificamente na célula *Combat Development & Integration* (CD&I). A organização tem como missão "Desenvolver os conceitos operacionais futuros e determinar como melhor organizar, formar, adestrar e equipar o USMC do futuro".

Não bastasse a experiência ímpar de estar na organização que desenvolve o futuro dos *Marines*, a convivência com Oficiais de Ligação da Austrália, Canadá, França, Espanha, Reino Unido, Holanda, Alemanha, Noruega, Japão, Coréia do Sul, Cingapura e Israel representou uma oportunidade a mais de obter conhecimentos e trocar experiências. O período foi ainda de particular relevância em função do desenvolvimento do amplo processo de reestruturação do USMC denominado *Force Design 2030*, com potencial de influenciar a postura futura dos demais Corpos de Fuzileiros Navais.

O processo de Desenvolvimento de Combate abrange todo um ciclo de pensamento estratégico que se origina de deliberações no nível político (novos documentos de alto nível) ou ainda de demandas de tropas em combate, e passa por perguntas, tais como: existe a necessidade de um novo conceito operacional? Existe a necessidade de evoluções doutrinárias? Existe a demanda por novas capacidades e meios? Assim o acompanhamento do processo descrito acima tem gerado oportunidade de reflexão estratégica com relação ao nosso CFN, particularmente no que diz respeito ao seu futuro na defesa da nossa Amazônia Azul.

Intercâmbio junto ao *United States Marine Corps, II Marine Expeditionary Force* (II MEF), *Expeditionary Operations Training Group (EOTG), Camp Lejeune-NC*, EUA

CF (FN) Alex Dantas Espirito Santo
espirito@marinha.mil.br

No período de 17 de fevereiro de 2020 até 25 de fevereiro de 2021, o CF (FN) Espirito exerceu a função de oficial de intercâmbio junto ao USMC em Camp Lejeune, sede da II *Marine Expeditonary Force* (II MEF), a qual é composta por Forças terrestres, aéreas e logísticas. Essa força com mais de 47.000 fuzileiros navais e marinheiros é a maior e mais poderosa *Marine Air-Ground Task Force* (MAGTF) do USMC. Estar presente neste grande Comando é uma oportunidade ímpar de evolução profissional e pessoal para um militar do CFN.

Dentro da estrutura Organizacional da II MEF, o oficial foi lotado no *Expeditionary Operations Training Group* (EOTG/II MEF), desempenhando tarefas que permitiram, mesmo dentro de um cenário pandêmico, acompanhar algumas atividades do *Predeployment Training Program* (PTP) de uma *Marine Expeditionary Unit* (MEU), com duração de aproximadamente oito meses. Na seção *Stability Operations* (StabOps), foi responsável por atividades ligadas às Operações de Evacuação de Não-Combatentes e de Ajuda Humanitária, além de participar de adestramentos ligados a outros setores. Visitou, também, unidades da II MarDiv, onde travou contato com seus equipamentos, estrutura e funcionamento, tal como o 2nd *Light Armoured Reconnaissance Battalion* (2nd LAR Bn) que empregam as VtrBld SR LAV-25 e as que empregam os *Mine Clearing Line Charge* (MICLIC).

O intercâmbio realizado no EOTG/II MEF é uma valiosa fonte de informações permitindo, ao oficial, vivenciar o "ethos" do USMC, na sua essência e, desta forma, acompanhar vários exercícios e extrair muitos conhecimentos importantes para o CFN.

Intercâmbio junto ao *United States Marine Corps Forces, South* (US MARFORSOUTH), Doral-FL, USA

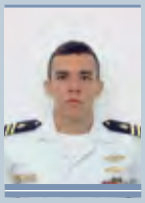
CF (FN) Vanderli Nogueira Cordeiro Junior
vanderli@marinha.mil.br

No período de 20 de julho de 2020 a 29 de julho de 2021, o CF (FN) Vanderli participou do Intercâmbio junto ao *Marine Corps Forces South* (MARFORSOUTH), localizado em Miami-FL.

Cabe ao MARFORSOUTH planejar e executar o emprego dos *Marines* em proveito do *United States Southern Command* (USSouthCom), seu comando imediatamente superior e um dos nove comandos combatentes dos EUA, cuja área de responsabilidade abrange em linhas gerais as Américas do Sul e Central.

Compete ao oficial nessa comissão coordenar as atividades combinadas entre o CFN e o USMC, facilitando as diversas interações existentes, sejam elas operacionais, de capacitação, de aquisição de material militar ou doutrinárias, a fim de contribuir para o estreitamento das relações e o incremento da interoperabilidade entre essas instituições.

Tal intercâmbio é de grande importância para o nosso CFN, pois nos permite manter o contato com uma tropa altamente profissional, no estado da arte em termos de material e treinamento militar e com experiências recentes em combate real.



Curso *Expeditionary Warfare School* (EWS), *Marine Corps University* (MCU), Quântico-VA, USA

CT (FN) Daniel Silva Dias
dias.daniel@marinha.mil.br

No período de agosto de 2020 a maio de 2021, o CT (FN) Silva Dias realizou o curso da *Expeditionary Warfare School* (EWS), ministrado pela *Marine Corps University* (MCU), localizada na cidade de Quântico – Virgínia. O curso tem por objetivo aperfeiçoar oficiais intermediários com o intuito de prepará-los mental, física e moralmente para as funções vindouras, focando nas capacidades de combate de uma *Marine Air-Ground Task Force* (MAGTF) nível Unidade, assim como para o Comando de Companhias de Fuzileiros.

Com duração de 39 semanas, o currículo, contempla as seguintes disciplinas: Profissão das Armas; Ambiente Operacional do Futuro; Doutrina; Processo de Planejamento; Operações Terrestres; Operações Anfíbias – na qual são desenvolvidos Trabalhos de Estado-Maior (TEM) de Evacuação de Não-Combatentes, Incursão e Assalto. Também é desenvolvido o Curso de Extensão de Campo de Infantaria, em que os oficiais discutem e planejam como empregar suas peças de manobra em diversos problemas militares, bem como uma excelente oportunidade para uma troca de experiências com oficiais mais experientes.

A EWS proporciona ao oficial do CFN a oportunidade de conhecer a doutrina do USMC e praticar a *Marine Corps Planning Process* (MCPP), além de oferecer a integração com militares das forças armadas americanas e de diversas outras nações, o que melhora o modo de enxergar soluções para diversas tarefas e facilita a interoperabilidade em operações combinadas, além de contribuir para o desenvolvimento da doutrina do CFN.

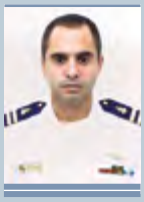
Cursos *Amphibious Warfare Indoc e Amphibious Warfare Staff Planning, Expeditionary Warfare Training Group Pacific* (EWTGPAC) - US *Navy*, San Diego-CA, USA

CT Artur Krepp Lisboa
krepp@marinha.mil.br

Entre 28 de julho a 27 de agosto de 2021, o CT Krepp, do Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML), realizou os cursos *Amphibious Warfare Indoc* (AWI) e *Amphibious Warfare Staff Planning* (AWSP) os quais ocorreram no *Expeditionary Warfare Training Group Pacific* (EWTGPAC), localizado na Base Anfíbia Naval em San Diego – Califórnia. O AWI é um curso sobre a doutrina básica das Operações Anfíbias dos *US Marines* e *US Navy*, já o AWSP apresenta uma visão geral das fases de um planejamento de uma Operação Anfíbia.

A participação do CT Krepp nos cursos permite que o CAAML se mantenha atualizado quanto à doutrina de Operações Anfíbias dos *US Marines* e da *US Navy*, possibilitando futuras atualizações das publicações normativas afetas à tal área de conhecimento, bem como, coletar subsídios para o aprimoramento do Curso Expedito de Operações Anfíbias para Oficiais (C-EXP-OPANF-OF), os quais esses conhecimentos são difundidos na MB.

Exercício CARAIBES 2022, *Fort-de-France - Martinica* (a bordo do BPH Mistral)



CT (FN) Luis Antonio Batista Travessa (CmdoTrDbq)
luis-antonio.travessa@marinha.mil.br

SO FN-IF Rogerio de Oliveira Lira (CmdoTrDbq)
rogerio.lira@marinha.mil.br

Entre 1 e 18 de outubro de 2022, o CT(FN) Luis Antonio e o SO-FN-IF Rogerio Lira, ambos do CmdoTrDbq, participaram como observadores embarcados no PHA MISTRAL da Marinha Nacional Francesa (MNF) do exercício CARAIBES-22, realizado na Ilha de Guadalupe – Antilhas.

O exercício, com a participação de meios do Canadá, EUA, França, Holanda e República Dominicana, teve o objetivo de adestrar uma força multinacional em ações de ajuda humanitária e socorro em desastres, por meio de operação anfíbia, dado que a região das Antilhas é rota de furacões. Durante o exercício os referidos militares estiveram integrados em um dos GT Anfíbios (ForTarAnf), nucleado no PHA MISTRAL, e composto por um *Groupement Tactique Embarqué* (GTE), tropa anfíbia de valor companhia, oriunda da 9ª Brigada do Exército Francês.

Dentre os ensinamentos adquiridos no exercício estão: o processo de planejamento rápido, baseado em *briefings*, da MNF; o controle do MNT (com auxílio de aeronave remotamente pilotada); a mudança das relações de comando após o desembarque do GTE; e os procedimentos para comando e controle de uma Força Multinacional, como o emprego do sistema CIS-MERLIM para comunicação entre o CFT e seus CGT. A participação de observadores do CFN no exercício CARAIBES-22 contribuiu para ampliar o conhecimento sobre o emprego de forças anfíbias francesas, seus meios, táticas e procedimentos; o que facilita a interoperabilidade entre as Marinhas do Brasil e da França.

Curso de Combate Fluvial, *Escuela de Combate Fluvial de Infantería de Marina;* Antioquia - Colômbia

2ºTEN (AFN) Wallace Mello Barbosa
wallace.mello@marinha.mil.br

No período de 08 de outubro a 10 de dezembro de 2021 o 2ºTEN (FN) Wallace realizou, no Centro Internacional de Excelência Avançada Fluvial, o Curso de Combate Fluvial, na cidade de Turbo, Antioquia, Colômbia. Esse Centro é referência em âmbito mundial no treinamento e capacitação de militares nacionais e estrangeiros para exercício de Operações e Combate no ambiente fluvial. O curso, com duração de nove semanas, está compartimentado em três fases e seu conteúdo é dividido em cinco Áreas de Preparação: Física; Administrativa; Psicológica; Técnica; e Operacional. O objetivo foi disseminar a doutrina, táticas, técnicas e procedimentos fluviais a fim de garantir a proteção das linhas de comunicação marítima e fluvial. Teve especial ênfase o conhecimento sobre as lanchas táticas de combate – características, operacionalidade e capacidades – seus poderosos armamentos e motores de popa.

O TEN Wallace foi o primeiro aluno a receber nas 139 edições do curso os três prêmios de destaque como: 1º Colocado, Espírito de Combatente e Companheiro do Curso. Esta edição contou com 50 alunos dentre oficiais e praças, do Brasil, Colômbia, França e República Dominicana.

Os ensinamentos adquiridos no Curso de Combate Fluvial contribuem para o emprego do Poder Naval e constituem uma excelente oportunidade para aprimoramento da doutrina da atuação dos Fuzileiros Navais nas Operações Ribeirinhas. Este avanço segue também pelos aspectos materiais, no tocante à utilização de embarcações orgânicas para tropa, a fim de contribuir para o emprego do trinômio Navio/Helicóptero/Fuzileiro Naval.

PROGRAMA DE INCENTIVO À LEITURA DO CFN

O III Fórum de Leitura do CFN, realizado no CIASC, é o evento que coroa o amplo trabalho do Programa de Incentivo à Leitura e para isso os seguintes militares abaixo tiveram suas resenhas selecionadas como os melhores trabalhos dentre todos das Organizações Militares do CFN.

No Círculo de Oficiais Superiores o CF (FN) Hélio Paiva da Silva Junior, do CIASC, resenhou o livro: Geopolítica Mundial e do Brasil no Século XXI de Carlos Patrício Freitas.

No Círculo de Oficiais Subalternos o 2ºTEN (FN) Marcelo Ravizzini Carvalhal de Sá Filho, do BtlArtFuzNav, resenhou o livro: O Poder do Hábito: por que fazemos o que fazemos na vida e nos negócios de Charles Duhigg.

No Círculo de Oficiais Intermediários o CT (FN) Lívio Guardiano, do 3ºBtlInfFuzNav, resenhou o livro: A História da Atividade de Inteligência no Brasil de Lúcio Sérgio Porto Oliveira.

No Círculo de Suboficiais o SO-FN-IF Marco Aurélio da Silva, do CIAB, resenhou o livro: Vá para onde a Ação Acontece! Os 5 princípios de uma Liderança centrada no Exemplo de André Luiz Guimarães Silva.

DESTAQUE EM MONOGRAFIA DA ESCOLA NAVAL

Os seguintes Aspirantes foram escolhidos para integrarem a presente seção, em vista dos respectivos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) para graduação na Escola Naval apresentarem relevância do assunto e qualidade dos trabalhos.

O Aspirante FN-401 **Caio** Faria **Costa** apresentou o TCC cujo título foi: A Guerra do Paraguai e o sentimento de Nação no Brasil.

O Aspirante FN-429 Wesley de Lima Ramos **Cabral** apresentou o TCC cujo título foi: Análise psicológica e comportamental dos hábitos de estudo dos Aspirantes da Escola Naval.

PORTFÓLIO DE PRODUTOS DO CDDCFN

O Portfólio de Produtos do CDDCFN foi editado recentemente com o intuito de apresentar a todos que travarem contato conosco, uma visão macro da OM Guardiã da Doutrina dos Fuzileiros Navais, os nosso produtos e serviços e a nossa Força de Trabalho e OM subordinadas.

Acesse nosso portfólio no site institucional do CDDCFN!

QUEM SOMOS?

Histórico

O Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN), criado em 1º de fevereiro de 2012 por meio do trabalho de um Núcleo de Implantação, foi ativado em 16 de abril de 2013, com sede inicial na Ilha da Marambaia. Em 2018, a sede do Comando foi transferida para o Rio de Janeiro no Complexo Naval da Ilha do Governador.

Missão

Contribuir para o desenvolvimento da doutrina do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), num contexto doutrinário mais amplo estabelecido pelo Estado-Maior da Armada (EMA), para o aprimoramento da formação de recursos humanos e do material de uso exclusivo e preponderante de Fuzileiros Navais.

Deusa Minerva/ Atena

Filha de Zeus e Metis, Atena (mitologia grega) ou Minerva (mitologia romana) nasceu reunindo a mentalidade guerreira de seu pai com a astúcia de sua mãe.

Considerada e amada pelos gregos como a Deusa da Guerra Estratégica, sempre lutou com inteligência e engenhosidade. Para os romanos, Minerva revela-se também a Deusa da Sabedoria e da Arte.

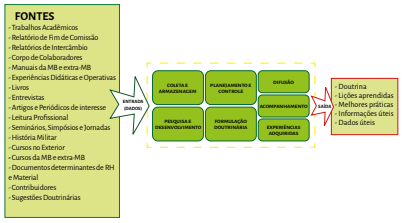
Visão

Ser uma referência, até 2027, na produção e gestão do conhecimento profissional das Forças Armadas, acompanhando a evolução de assuntos militares no Brasil e no exterior e contribuindo com o desenvolvimento de novas concepções, conceitos, táticas, técnicas e procedimentos para o emprego do Corpo de Fuzileiros Navais em proveito da Marinha do Brasil, de maneira a assessorar o Setor Operativo sobre todas as áreas de conhecimentos que envolvam o emprego de Fuzileiros Navais e a prover o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais toda fundamentação doutrinária para o desenvolvimento e direção da gestão estratégica do pessoal e material do CFN.

"GUARDIÃO" DA DOUTRINA DOS FUZILEIROS NAVAIS

Gestão do Conhecimento

O CDDCFN tem o papel de gerenciar o Sistema de Gestão do Conhecimento de Fuzileiros Navais (SGC-FN), alimentando-o com dados (informação bruta) traduzidos em pesquisas, manuais MB e extra-MB, relatórios diversos, trabalhos de colaboradores, parceiros, livros, artigos, periódicos, simpósios, seminários e qualquer outro tipo de material que mereça tratamento. O produto final do Sistema é o conhecimento relevante para o emprego do CFN, tais como: Doutrina; Lições Apreendidas; Melhores Práticas; Informações Úteis ou Dados Úteis, entre outros.



NOSSOS PRODUTOS E SERVIÇOS

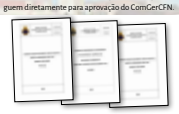
Os produtos e serviços produzidos pelo CDDCFN visam estimular discussões doutrinárias, armazenar e difundir a doutrina vigente, bem como assessorar o planejamento, execução e avaliação de exercícios e operações, destacando-se os seguintes:

Publicações da Série CGCFN

A Série CGCFN, integrante do Sistema de Publicações da Marinha (SPM), é constituída por publicações que têm como Organização Militar Aprovadora (OMA) o Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN).

O CDDCFN é responsável pela elaboração e revisão das publicações de cunho doutrinário, e também de assuntos administrativos, referentes à gestão do conhecimento de Fuzileiros Navais, bem como as atividades da Comissão de Inspeção e Assessoria do Adestramento (CIAsA).

Dependendo da complexidade das publicações, elas são elaboradas/revisadas com a própria Força de Trabalho do CDDCFN, usando também o Corpo de Colaboradores, sejam eles institucionais (titulares de OM), voluntários ou eventuais, ou mediante a constituição de Grupos de Trabalho (GT). Ao término da elaboração/revisão, levando ainda em consideração a complexidade, as publicações são submetidas à Subcomissão Permanente para Estudo do Detalhamento Doutrinário do CFN (SubCoPEDD) ou seguem diretamente para aprovação do ComCerCFN.



Notas Doutrinárias

As Notas Doutrinárias (ND) são publicações emitidas pelo CDDCFN que atualizam aspectos da doutrina que ainda não tenham sido abrangidos por manual. É uma forma de orientação tempestiva sobre assuntos ainda em formulação doutrinária, que tendem a ser englobados por manuais dentro de espaço temporal pertinente.

Portal do Conhecimento

O Portal do Conhecimento é um importante instrumento para a coleta e difusão dos conhecimentos. Trata-se de um sítio da intranet que concentra informações de interesse dos Fuzileiros Navais (FN).

O espaço oferece ferramentas de busca específica, captura de novos saberes e interação com seus usuários. Acesse *cddcfn.mb* e encontre periódicos, relatórios, artigos e banco multimídia com imagens e vídeos.

Revista Âncoras e Fuzis

Periódico anual que apresenta ao público da MB, de outras Forças e de outras instituições aspectos relacionados à doutrina e à formação de recursos humanos, além de matérias referentes aos campos histórico, profissional e pedagógico que se relacionam no campo militar. A revista Âncoras e Fuzis conta com artigos escritos por vários militares do CFN e de outros Corpos e Quadros da MB.

Mesas Redondas, Simpósios, Conferências, Encontros e *Workshops*

O CDDCFN promove Mesas Redondas, Simpósios, Conferências, Encontros e *Workshops* para discutir ideias, problemas, inovações, bem como para compartilhar, atualizar ou estimular debates sobre conhecimentos e aperfeiçoamentos doutrinários que contribuem para o preparo e emprego de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav).

Flash Doutrinário

É uma publicação que promove a atualização do conhecimento profissional, particularmente, em relação aos aspectos doutrinários, referentes aos GptOpFuzNav, que apresentam maior necessidade de reforço quanto à sua divulgação e/ou ao seu detalhamento específico.

Grupo de Observação e Assessoramento Doutrinário

O GOAD é um grupo constituído por militares do CDDCFN para acompanhar atividades operativas, que participa diretamente dos diversos adestramentos e exercícios de Fuzileiros Navais, estando junto à tropa, observando desde a fase do planejamento até a execução da operação, com as tarefas de verificar a observância da doutrina vigente e assessorar quanto aos aspectos positivos e/ou oportunidades de melhoria. Ao final da operação, o GOAD entrega ao responsável pelo exercício um relatório com observações e recomendações à luz da doutrina.

Equipe Móvel de Instrução (MOVIN)

A MOVIN é um tipo de instrução aplicada por equipe móvel constituída por membros da tripulação do CDDCFN, podendo ser apoiada por elementos externos, e conduz atividade voltada para ensinamento de novos conhecimentos, que por sua relevância para o setor operativo, necessitam ter divulgação tempestiva.

Indução

As induções são eventos estimulados por meio do acompanhamento das atividades operativas, por ocasião da constatação da necessidade de aprimoramento de determinados temas que requeiram mais atenção da aplicação da Doutrina vigente. Ela é conduzida em momento anterior à fase prática dos exercícios operativos, visando a preencher lacunas de conhecimento e o aprimoramento de temas específicos observados pelos Diretores de Exercícios e Adestramentos. As induções se constituem em discussões pautadas pela observância das normas em vigor ou possível constatação de oportunidades de aprimoramento destas.

Estudos Doutrinários e Relatórios Específicos

O CDDCFN pode ser demandado para elaborar Estudos Doutrinários e Relatórios Específicos, realizando pesquisas e análises sobre assuntos de interesse da MB. Esses produtos revestem-se de caráter de assessoramento para decisões a serem tomadas pela Alta Administração Naval.

Apoio a Inspeções Operativas (CIAsA)

A Comissão de Inspeção e Assessoria ao Adestramento (CIAsA) faz parte da inspeção operativa, realizada pela Força de Fuzileiros da Esquadra a partir de 2018. O CDDCFN apoia atividades das CIAsA, no tocante aos aspectos doutrinários, orientando e assessorando a comissão sobre a aplicação da inspeção.

Simulador Tático de Infantaria a Laser (STIL)

O Simulador Tático de Infantaria a Laser (STIL) é um sistema que permite realizar avaliações técnicas dos adestramentos, tanto no nível individual quanto no coletivo. Por meio de sensores a laser e um *software* apropriado, é possível obter resultados da interação da Tropa. O sistema é composto pelo Equipamento de Detecção Pessoal (PDD), Transmissor para Armamento Portátil (SAT), Pistola do árbrito (CCUN) e carregador de baterias.

Podcast Momento Doutrinário

O *Podcast* tem a finalidade de divulgar as pesquisas realizadas, bem como estimular oficiais e graduados no contínuo aperfeiçoamento profissional. As pesquisas são produzidas em colaboração com especialistas e por pesquisadores do CDDCFN. O *Podcast* encontra-se disponível nas plataformas *Spotify, Google Podcasts* e *YouTube*.

NOSSA FORÇA DE TRABALHO E OM SUBORDINADA

Corpo de Colaboradores e Pesquisadores do CDDCFN

Desde do início do CDDCFN, evidenciou-se a importância de se dispor de um Corpo de Colaboradores constituído por indivíduos qualificados para contribuir na produção de conhecimentos.

A partir dessa premissa, o Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais instituiu pela Portaria nº 24 de 2013, substituída em 2015 pela Portaria nº 49, o Corpo de Colaboradores, e designou um conjunto de oficiais em cargos de comando, programas de intercâmbio e em funções de ensino, denominando-os de **Colaboradores Institucionais.**

Integram-se ao Corpo de Colaboradores do CDDCFN, os **Colaboradores Voluntários** que incluem Oficiais da Ativa e da Reserva da Marinha do Brasil e outras Forças Armadas com notória expertise profissional.

Destacam-se ainda as participações dos **Colaboradores Eventuais,** militares da ativa e da reserva da Marinha e demais Forças Armadas que voluntariamente colaboram com trabalhos afetos à produção de conhecimentos de interesse do CFN, bem como militares da ativa designados para compor Grupos de Trabalho.

Já os **pesquisadores** do CDDCFN constituem-se em Oficiais da Ativa e Oficiais prestando Tarefa por Tempo Certo (ETC), com vasto conhecimento profissional, decorrente de suas experiências obtidas ao longo de suas carreiras.

Centro de Avaliação da Ilha da Marambaia CADIM

O Centro de Avaliação da Ilha da Marambaia (CADIM), com sede na Ilha da Marambaia, Município de Mangaratiba-RJ é a OM diretamente subordinada ao CDDCFN.

O CADIM tem o propósito de contribuir para o aprestamento das Forças Navais e dos GptOpFuzNav e para a preservação do patrimônio da Marinha na Ilha da Marambaia. A OM ocupa posição geográfica estratégica, na saída da Baía de Sepetiba e executa as seguintes tarefas:

- Apoiar a realização da Avaliação Operacional dos GptOpFuzNav;
- Apoiar o adestramento dos GptOpFuzNav, das Unidades da MB e das demais Forças e de instituições extra-MB;
- Apoiar a avaliação (do detalhamento) de conceitos doutrinários;
- Apoiar a avaliação de equipamentos e sistemas com o concurso das Unidades da MB e extra-MB; e
- Exercer a fiscalização, policiamento e manutenção do acervo existente na área.

O CADIM ainda conduz um curso de formação de reservistas navais e opera dois alojamentos de trânsito, sendo um para oficiais e um para praças.

CT (FN) **Leonardo Mattos** de Paula
(Oficial de Operações - Companhia de Polícia)

Solução Proposta

Decida Nº53: Apoio de Serviços ao Combate

1. Linha de Ação

1.1. Enunciado

Realizar, a partir de D+20, ApSvCmb e apoio a população local com o GASC; estabelecer e operar uma AApP que contenha o Porto e apoiar as operações do Porto com um ElmASC; estabelecer e operar uma AApSvCmb no Aeroporto, apoiar as operações do Aeroporto e reabastecer a CiaInfFuzNav isolada na porção SW da Ilha com um ElmASC; prestar apoio de saúde a ForDbq e a população local com um DstUMEM; reparar as instalações críticas locais, com prioridade para o orfanato da região SW da Ilha, a estrada de acesso a porção SW da Ilha, realizar tratamento de água para a ForDbq e apoiar o tratamento de água da população local com um DstBtlEngFuzNav; prover SEGAR a ForDbq e escolta de comboios com um DstCiaPol. MdtO, após o reabastecimento da CiaInfFuzNav na Região SW da Ilha, com o GASC, apoiar com meios de transporte, escoltas e segurança local a distribuição de gêneros por instituições internacionais em instalações próximas ao porto e aeroporto, realizar ações de ajuda humanitária apoiando os Órgãos Governamentais locais, apoiar a reconstrução das infraestruturas críticas na ARP e realizar ACISO em diferentes pontos da ARP.

2. Conceito Sumário

- **Ofensivo:** Possibilita as ações Ofensivas da UAnf, através do fluxo contínuo do ApSvCmb de duas Áreas de Apoio Logístico.
- **Defensivo:** Estabelecimento da SEGAR, dispersão entre as instalações de apoio nas Áreas de Apoio Logístico, camuflagem, patrulhas, segurança a toda volta, escolta dos comboios de suprimento, estabelecimento de PCTran e medidas de DefAAe.
- **Apoio:** Complementação da DefAAe pelo GCA e apoio do CCT na realização da SEGAR e ACISO.
- **Logístico:** Prover apoio de ressuprimento, de transporte, de manutenção, saúde e outras formas de apoio logístico para os elementos em 1º Escalão e para a população Local. será atendido pelos ElmApSvCmb pertencentes ao GASC. A duração da operação e os meios envolvidos exigirão um grande esforço logístico. Estas características levarão a uma descentralização do apoio logístico, constituindo duas Áreas de Apoio Logístico, um grande esforço de engenharia para reparos em instalações críticas, devido a eventos climáticos extremos e no apoio ao tratamento de água para a população local.
- **Inteligência:** Prover conhecimentos sobre a área de operações, por meio de reconhecimento e/ou vigilância, acompanhamento, estudos climáticos e previsões meteorológicas. Receber informações sobre a área de operações através dos elementos em 1º Escalão.
- **Movimento:** Operação do Porto e Aeroporto proporciona chegada/retirada de meios/pessoal/gêneros da ARP.
- **Adestramento:** Adestramento contínuo de paletização, embarque e carregamento, condução de viaturas com OVN, TAI a serem adotadas contra ações adversas nas Áreas de Apoio Logístico e comboios de suprimento.

Representação Gráfica

Decida Nº54: Operações de GLO

1. Situação

1. Você é o comandante do 3ºGC do 2ºPelFuzNav do CCT nucleado no 2ºBtlInfFuzNav. São 100700P/JAN, o 1ºGC do 3ºPelFuzNav está em patrulha próximo a sua região e o 2ºGC entrou na folga após ter sido rendido pelo seu GC.

2. Você sabe que o CCT recebeu uma missão que inclui a limpeza da localidade conhecida como VYNTAINVILL, a fim de acabar com o tráfico e o descaminho nesta localidade.

3. Seu Pel recebeu, dentre outras, a tarefa de montar e manter um PCTRAN no cruzamento da Av. João de Andrade com Rua 8. Em apoio, o Pel dispõe de uma VTR Bld Piranha 8x8 3C e sua guarnição, configurada com uma minimi, com três cofres de munição.

4. Você com o seu GC assumiu o PCTRAN no quarto de 04:00 às 08:00 horas, sem alteração ou movimentação de APOPs na região.

5. Em 100530P/JAN, começou uma considerável movimentação de pedestres e veículos em sua área de responsabilidade. Até o horário citado no primeiro parágrafo a inspeção de veículos e pedestres fluía normalmente e sem alterações.

Neste momento, dois indivíduos sem capacete em uma motocicleta se surpreenderam com o PCTRAN, estando a uma distância de mais ou menos 10 metros, o carona saltou da motocicleta, sacou duas pistolas e abriu fogo contra os militares do PCTRAN, acidentalmente o referido APOP atingiu o piloto da motocicleta e se evadiu entrando em uma viela ainda executando disparos aleatoriamente.

Alguns pedestres entraram em pânico e duas senhoras desmaiaram.

PEDIDO:

COMO MAIS ANTIGO NA CENA DE AÇÃO, QUAIS OS PROCEDIMENTOS O SENHOR ADOTARIA?

DECIDA, COMANDANTE!

Âncoras e Fuzis
Corpo de Fuzileiros Navais

O clube de vantagens da Família Naval

O Empório Naval é uma Associação Civil, sem fins lucrativos e autossustentável, criada por iniciativa de militares da Marinha do Brasil, que tem como finalidade proporcionar aos militares e servidores civis da MB e seus dependentes, bens e serviços de qualidade, com economia ou a título gratuito, bem como colaborar e apoiar a MB na execução de atividades afetas a programas de abastecimento e promoção do bem-estar de seus militares, além de fomentar na sociedade a cultura da mentalidade marítima.

O Empório Naval é inspirado no antigo Serviço de Reembolsáveis da Marinha e no *Navy Exchange* da Marinha dos Estados Unidos da América. Nesse sentido, o Empório Naval mantém um *marketplace* na internet, *www.emporio-naval.com.br*, onde os militares da ativa podem adquirir diversas peças de uniforme, com qualidade e preços diferenciados.

Quais são as vantagens do Empório Naval?

- Gympass: descontos, em todo país, em academias, aplicativos de saúde, aulas *on-line* com *personal trainer* e outras facilidades para a saúde e o bem-estar dos associados.
- Atacadão Dia a Dia: rede de atacarejo em todo Distrito Federal, permite a aquisição dos seus produtos no varejo pagando preços de atacado, representando uma economia que pode chegar a 20% do valor do item.
- Jacconsultoria de Viagens: descontos de 5% a 30% em pacotes de viagens, passagens aéreas, reservas em hotéis, aluguel de automóvel, cruzeiros marítimos, seguro de viagem, entre outros, para destinos no Brasil e no exterior.
- CRM Bonus: créditos para troca por cupons de desconto, via aplicativo, em milhares de lojas, sites e restaurantes em todo o país.

Quem pode se associar ao Empório Naval?

Todos os militares e servidores civis da Marinha, da ativa e da reserva, podem ser associados do Empório Naval. Para se associar e usufruir de todas as vantagens, basta entrar no site institucional da Associação.

Nossos parceiros

VIAJANDO COM DESCONTO
Jacconsultoria de Viagens

Correios

BDS BICHO DA SEDA

DC HOTÉIS

VIPOSA

CASAGROUP

ATACADÃO DIA A DIA
TODO DIA MAIS BARATO!

PATRIOTA

Gympass

Associe-se aqui.

Siga nossas redes sociais

emporionaval

Empório Naval

Empório Naval

Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais
Rua Magno Martins, S/Nº - Ilha do Governador - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21911-000